

# *Lutas & Resistências*

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL**

Reitor: Prof. Dr. Wilmar Sachetin Marçal  
Vice-Reitor: Prof. Dr. César Antonio Caggiano Santos

**Centro de Letras e Ciências Humanas**

Diretor: Prof. Dr. Cristiano Gustavo Biazzo Simón Humanas  
Vice-Diretor: Prof. Dr. Ludoviko Carnasciali dos Santos

**Departamento de Ciências Sociais**

Chefe: Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos  
Suplente: Prof. Dr. Ronaldo Baltar

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

Coordenador: Prof. Dr. Eliel Ribeiro Machado  
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Simone Wolff

**Equipe de Produção**

Capa: José Francisco L. de Almeida  
Arte sobre foto de Sebastião Salgado  
(*Serra Pelada*, 1986)  
Diagramação: Soraia de Carvalho  
Editoração Eletrônica: Renata Gonçalves  
Revisão Ortográfica: Virgínia Maria Gonçalves  
Bibliotecária Responsável: Neide Zaninelli

**Apoio**



Núcleo de Estudos Agrários  
e Desenvolvimento Rural

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

Tiragem desta edição: 800 exemplares

Periódico eletrônico de divulgação científica do Grupo de Estudos de Política da América Latina, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina

**<http://www.uel.br/gepal>  
[gepal@uel.br](mailto:gepal@uel.br)**

Revista Lutas & Resistências / publicação do Grupo de Estudos de Política da América Latina, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina – n. 1 (set. 2006) - Londrina: Midiograf, 2006.  
Semestral

1. Ciências Sociais – Periódicos. I. Universidade Estadual de Londrina. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

**Lutas & Resistências, Londrina, n.1, set., 2006**

GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UEL-PR)

**Correspondência:**

GEPAL – Grupo de Estudos de Políticas da América Latina  
Departamento de Ciências Sociais

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)**

Rodovia Celso Garcia Cid PR 445 Km 380  
Londrina – Paraná

Fone/Fax: (5511) 3371 4456  
End. Eletrônicos: [gepal@uel.br](mailto:gepal@uel.br); [elielmachado@uol.com.br](mailto:elielmachado@uol.com.br)

Impresso no Brasil  
setembro 2006

GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina

GEPAL – Grupo de Estudos de Política da América Latina  
Departamento de Ciências Sociais  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UEL)

### **Comitê editorial**

Avanilson Araújo, Danila Rangel Gomes Pereira, Eliel Machado, Jaqueline Ferreira,  
Nilda Souza, Paulo Eduardo Pedrassoli, Renata Gonçalves, Soraia de Carvalho

### **Conselho editorial**

|   |  |
|---|--|
| Adrián Sotelo Valencia<br>(UNAM - México)                               | Gustavo Cabrera (Mestrando<br>em Ciências Sociais - UEL)                 |
| Aldo Durán (UFU)  | Ilse Gomes (UFMA)  |
| Altair Ferraz Neto (Mestrando<br>em Ciências Sociais - UEL)             | Irma Antognazzi<br>(Universidad Nacional de<br>Rosario - Argentina)      |
| Andriei Gutierrez (Doutorando<br>em Ciência Política - Unicamp)         | Jair Pinheiro (Unesp-Marília)  |
| Angélica Lovatto<br>(Fund. Santo André)                                 | Jaqueline Ferreira (Mestranda<br>em Ciências Sociais -<br>Unesp/Marília) |
| Antônio Carlos Mazzeo<br>(Unesp/Marília)                                | Joana A. Coutinho (Ufscar)   |
| Antônio Ozaí da Silva (UEM)   | José Flávio Bertero (UEL)  |
| Ariovaldo de Oliveira Santos<br>(UEL)                                   | Gonzalo A. Rojas (CLACSO)  |
| Armando Boito Jr. (Unicamp)   | José Mário Angeli (UEL)  |
| Avanilson Araújo (Mestrando<br>em Ciências Sociais - UEL)               | Júlia Gomes e Souza (Mestra<br>em Ciências Sociais - PUC/SP)             |
| Carla Luciana Silva (Unioeste)  | Lúcio Flávio R. de Almeida<br>(PUC/SP)                                   |
| Célia Congilio Borges<br>(PUC - Campinas)                               | Márcio Bilharinho Naves<br>(Unicamp)                                     |
| Claudete Pagotto<br>(Fund. Santo André)                                 | Marcos Del Roio<br>(Unesp - Marília)                                     |
| Daniel Antiquera (UEL)  | Miguel Mazzeo (Universidad de<br>Buenos Aires - Argentina)               |
| Daniel Campione (Universidad<br>de Buenos Aires - Argentina)            | Nilda Rodrigues de Souza<br>(Mestranda em Ciências<br>Sociais - UEL)     |
| Danila Rangel Gomes Pereira<br>(Mestranda em Ciências<br>Sociais - UEL) | Paulo Barsotti (FGV/SP)  |
| Danilo Martuscelli (Doutorando<br>em Ciência Política - Unicamp)        | Paulo Eduardo Pedrassoli<br>(UEL)  |
| Décio Saes (Univ. Metodista)  | Pedro Jorge (UEM)  |
| Elieil Machado (UEL)  | Pedro Roberto Ferreira (UEL)   |
| Elsio Lenardão (UEL)  | Ramon Casas Vilarino<br>(Doutorando em Ciências<br>Sociais - PUC/SP)     |
| Evaristo Colmán (UEL)   | Renata Gonçalves<br>(UEL/NEILS)  |
| Fábio Silveira (Mestre em<br>Ciências Sociais - UEL)                    | Simone Wolff (UEL)   |
| Flávia Okumura (Mestra em<br>Ciências Sociais - UEL)                    | Soraia de Carvalho (Mestranda<br>em Ciências Sociais - UEL)              |
| Gilmar Geraldo Mauro (Assoc.<br>Nac. de Coop. Agrícolas - ANCA)         | Waldir Rampinelli (UFSC)   |
| Giovanni Alves (Unesp-Marília)  |  |

Todos os textos recebidos por *Lutas & Resistências* serão analisados e, se estiverem de acordo com as normas para publicação e os princípios que norteiam a revista, serão encaminhados para apreciação e pareceres.

Cada texto será apreciado por dois pareceristas, resguardado o anonimato do(s) autor(es). A decisão sobre a publicação caberá ao Comitê Editorial.

Os artigos publicados não expressam necessariamente as opiniões do coletivo da revista. Os autores, considerados individualmente, são responsáveis por suas opiniões e posições.

Agradecimento:

Esta versão impressa só foi possível graças ao apoio do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário - NEAD/MDA.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO, 9

### ARTIGOS, 11

Lutas e resistências na América Latina hoje

*Elieíl Machado, 12*

La política como el arte de hacer posible lo imposible

*Marta Harnecker, 25*

### DOSSIÊ:

### DIMENSÕES DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, 41

Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do Brasil do oitocentos

*Márcia Maria Menendes Motta, 42*

Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: A literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX

*Clifford Andrew Welch, 60*

Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural

*Vera Lúcia S. Botta Ferrante, Luís Antonio Barone, Henrique C. Duval, 76*

Trabalho e meio ambiente. O avesso da moda do agronegócio

*Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins, 91*

Questão Agrária, Agroecologia e Desenvolvimento Territorial

*Luíz Antonio Cabello Norder, 107*

Varas Agrárias: qual a potencialidade da proposta?

*Mariana Trotta Dallalana Quintans, 121*

Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil

*Claudinei Coletti, 131*

Campepinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo  
*Christiane Senborinha Soares Campos, 146*

Sobre reforma agrária e MST  
*José Flávio Bertero, 163*

Relação Estado e MST: algumas fases e faces  
*Marta Inez Medeiros Marques, 184*

Identidade e constituição de trabalhadore(a)s rurais sem-terra: reflexões a partir de um contexto sócio-cultural  
*Giovana Ilka Jacinto Savaro, 197*

Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais  
*Jules Falquet, 212*

Redemarcações das cercas de gênero: recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária  
*Renata Gonçalves, 226*

#### **SESSÃO DE RESENHAS, 241**

Brasil: la certificación neoliberal del gobierno de Lula  
*Adrián Sotelo, 242*

#### **NORMAS PARA COLABORAÇÃO, 247**

## Apresentação

*Lutas & Resistências* pretende divulgar a produção científica no campo das Ciências Sociais e áreas afins. Seu principal eixo teórico-político é o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo dependente latino-americano, na sua diversidade política, ideológica, social e cultural. Seu objetivo é incentivar a publicação de textos de pós-graduandos, pós-graduados e docentes latino-americanos que, apoiados em suas pesquisas acadêmicas, procuram renovar a teoria crítica a partir dos embates políticos e ideológicos manifestos em praticamente todo o subcontinente latino-americano. Ao estimular o estudo da realidade sócio-política latino-americana, sobretudo a análise dos padrões políticos e ideológicos de dominação do imperialismo, das diversas formas de lutas e resistências populares ao projeto neoliberal, *Lutas & Resistências* entende que teoria e prática política não se dissociam. Sem abrir mão da crítica, em nome da imparcialidade da ciência, define-se como espaço aberto, democrático, plural e crítico, no âmbito do marxismo, sem concessão de interesses de cunho partidário.

A revista será um periódico eletrônico semestral e publicará artigos e resenhas de livros e teses, preferencialmente originais. A cada número da revista, o Conselho Editorial indicará um comitê responsável pela aceitação, envio a pareceristas e publicação de artigos e resenhas daquele número.

*Lutas & Resistências*, com o apoio do NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento, tem o prazer de apresentar este primeiro número, que traz o Dossiê ***Dimensões da questão agrária no Brasil***, na forma impressa. Este número, organizado por Renata Gonçalves, se destina a subsidiar o debate acerca das complexas relações que envolvem o problema agrário no Brasil. A historiografia da questão agrária é meticulosamente analisada nos artigos de Márcia Motta e Cliff Welch à luz dos debates teórico-políticos produzidos, sobretudo, a partir dos anos 60 do século XX no país.

As experiências dos assentamentos de reforma agrária também são objeto de estudos de alguns artigos. Os autores Vera Lúcia Botta Ferrante, Luís Antonio Barone, Henrique Carmona Duval, apoiados em extensa pesquisa de campo e com longo conhecimento teórico do assunto enfatizam os impasses e as perspectivas das novas experiências nos assentamentos; Giovana Salvaro, por sua vez, traz reflexões acerca da constituição da identidade de trabalhador(a)s rurais sem-terra. Os assentamentos são igualmente referências nos artigos de Renata Gonçalves e Jules Falquet; estes observam que, mesmo após anos de lutas e de alguma “igualdade” entre

homens e mulheres nos acampamentos, quando a terra é “conquistada” há o retorno da divisão sexual do trabalho; os movimentos sociais, mesmo os mais “progressistas”, encontram obstáculos para lidar com as desigualdades de gênero.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo que representa no cenário político hoje, é abordado em vários artigos: Marta Inez Marques examina algumas fases e faces da relação entre Estado e MST; Claudinei Coletti, analisa a diminuição do espaço político da burguesia agrária e dos proprietários de terra no interior do “bloco no poder”, no contexto da implementação das políticas neoliberais no Brasil, o que possibilitou o avanço do MST na década de 1990; Mariana Quintans se debruça sobre o estudo do movimento ao se perguntar sobre o potencial da proposta das chamadas Varas Agrárias. Este movimento ainda fica no centro do debate travado entre, de um lado, José Flávio Bertero, que não acredita na reforma agrária proposta pelo MST, e, de outro, Christiane Campos, que observa que o movimento, junto com a Via Campesina, tem contribuído para a nova tendência que é a do campesinato autônomo.

No artigo intitulado “Trabalho e meio ambiente. O avesso da moda do agronegócio”, Maria Aparecida de Moraes Silva e Rodrigo Constante Martins desenvolvem uma *análise concreta* das repercussões sociais e ambientais do chamado agronegócio sucroalcooleiro. Luiz Antonio Norder examina igualmente o desenvolvimento do agronegócio no Brasil, em contraposição à emergência dos debates sobre agroecologia e desenvolvimento territorial, como uma das novas dimensões da questão agrária na atualidade.

Por fim, este primeiro número apresenta logo na abertura os artigos de Eliel Machado, “Lutas e resistências na América Latina hoje”, e de Marta Harnecker, “La política como el arte de hacer posible lo imposible”. Além da importante análise que fazem do protagonismo político dos chamados “novos” movimentos sociais que, mesmo sem o confronto direto com o capital, assumem a dianteira do processo de resistência às políticas neoliberais na América Latina, os dois artigos exemplificam bem a preocupação teórico-política que dá suporte ao nome e ao intuito da revista *Lutas e Resistências*.

Eliel Machado & Renata Gonçalves  
(pelo Comitê Editorial)

# *Artigos*

## Lutas e resistências na América Latina hoje\*

Eliel Machado\*\*

*Sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes.*

K. Marx, *O 18 brumário de Luís Bonaparte*

Resumo: Neste artigo tratamos, fundamentalmente, do protagonismo político dos chamados “novos” movimentos sociais, pois, embora não se confrontam diretamente com o capital, têm assumido a dianteira do processo de resistência à implantação das políticas liberalizantes em praticamente todo o subcontinente latino-americano nos anos 1990.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Lutas sociais; América Latina.

A crise política e ideológica por que passa o proletariado latino-americano não tem significado ausência de lutas. Ao contrário, as lutas sociais desencadeadas na atualidade têm sido protagonizadas por setores populares que se encontram “fora” das relações capitalistas de produção, ou seja, os principais embates políticos dos anos 1990, em praticamente todo o subcontinente, não têm sido levados a cabo pelo proletariado “tradicional”.

Esta mudança do tipo de “ator” tem provocado um “rebuliço” teórico e político incrível, pelo menos entre os intelectuais ocupados com projetos populares anti-sistêmicos: do ponto de vista teórico, obriga-nos a (re)pensar a luta de classes a partir de protagonistas que não confrontam o capital diretamente, mas o Estado burguês. Em relação à segunda questão, estes movimentos teimam em fazer luta de classes em outros moldes, diferentes dos do proletariado mais tradicional. Se o proletariado tinha, potencialmente, capacidade de paralisar a produção e a reprodução do capital, os “novos”

---

\* Este texto é uma versão modificada de um artigo publicado originalmente na revista *Lutas Sociais*, nº 15/16, sob o título *Mal-estar da democracia na América Latina: lutas e resistências hoje*.

\*\* Departamento de Ciências Sociais (Universidade Estadual de Londrina), coordenador do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) e membro do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais).

sujeitos somente confrontam o capital indiretamente ao questionarem as formas de propriedade burguesa. Estes sujeitos, portanto, não sendo capazes de paralisar a produção do capital, atingem-no, por exemplo, ao bloquearem estradas, pontes, ruas, ocuparem latifúndios etc. Se o proletariado reivindicava do capital, em geral, melhores salários, redução da jornada de trabalho e melhorias das condições de trabalho, os “novos” protagonistas lutam por meios de produção sob controle dos trabalhadores, ou seja, pela formação de cooperativas de produção, comercialização e serviço.

Não ocorreu, portanto, somente uma mudança nas formas de luta, o alvo também mudou: os “novos” sujeitos reivindicam do Estado, e não diretamente do capital, o atendimento aos seus interesses. Isto coincide com um momento histórico no qual o Estado suprime direitos sociais conquistados historicamente, o que na vulgata neoliberal é chamado de “Estado mínimo”, quando sabemos que, para o capital, ele é “máximo”. Em geral, o Estado tem atendido prioritariamente aos interesses do capital financeiro (nacional, internacional e associado), em detrimento das reivindicações dos trabalhadores (empregados e/ou desempregados).<sup>1</sup>

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem no cenário político e ideológico latino-americano como anti-sistêmicos, e reivindicuem, portanto, a superação das dificuldades inerentes à acumulação capitalista, não se deve perder de vista as bases materiais sobre as quais sustentam suas lutas e o desenvolvimento dessas bases depende do grau de desenvolvimento do próprio capitalismo. É claro que os sujeitos protagonistas das lutas não são agentes passivos do processo e, além disso, precipitam situações políticas e ideológicas que, muitas vezes, não têm ressonância em suas próprias bases sociais. Apoiando-nos teoricamente nas discussões empreendidas por Marx, ao analisar as causas que tornaram impossível as revoluções do século XIX pelo proletariado francês, ele sugere que na França o capitalismo ainda não estava totalmente desenvolvido e, menos ainda, o proletariado (MARX, s/d,

---

<sup>1</sup> Embora na década de 1990 se tenha observado a predominância de um protagonista “marginal” da relação capital/trabalho, isso de forma alguma supõe que o trabalho assalariado desapareceu. Ou seja: “A pesar de la crisis por la que atraviesa desde hace dos décadas, el movimiento obrero no es una fuerza histórica en extinción. Sin duda perdió la centralidad sociológica y simbólica característica de la época fordista. Su ‘brillo’, ligado al imaginario heroico del proletariado industrial, ha desaparecido. No es el único actor del conflicto social ni la vanguardia de la lucha por la auto-emancipación de los dominados. En todo caso la cuestión de la ‘hegemonía obrera’ no se plantea más en esos términos. Este actor mantiene no solamente una capacidad de perturbación anticapitalista sino también la capacidad de reivindicación y de positividad de sus propios objetivos, como lo manifiesta la relativa renovación sindical en curso a la largo de último período” (VAKALOULIS, 2000, p. 161).

p. 119-120). Isto é: subtraímos dessas análises uma questão de fundo, qual seja, a de que o desenvolvimento do proletariado está condicionado ao desenvolvimento da burguesia industrial e um dos parâmetros para medir o grau de desenvolvimento do proletariado é sua capacidade política de se organizar nacionalmente. Quando nos voltamos para a análise da realidade concreta, temos que ficar atentos para quais movimentos sociais latino-americanos se encontrariam organizados nacionalmente.

Com esta rápida digressão teórica, pretendemos apenas traçar algumas questões que envolvem as lutas e resistências das classes populares latino-americanas: organizadas política e ideologicamente em movimentos sociais, têm uma base social ampla e heterogênea, constituída principalmente por desempregados, subempregados e empregados das cidades e do campo; mas, também, assumem características diferentes dos tradicionais movimentos operários, pois alguns mesclam outros elementos que vão além da relação direta capital/trabalho. Ao lado, portanto, das condições sociais de existência, estes movimentos discutem e reivindicam questões relacionadas à etnia, relações de gênero, ecologia etc. Nesse sentido, poderíamos citar, entre outros, o movimento zapatista: integram-no, primordialmente, índios de várias etnias, mas também subempregados e/ou desempregados. Além do desemprego e da pobreza, os zapatistas têm de lidar com questões ligadas à etnia. Ou, se quisermos inverter, além dos problemas étnicos, são obrigados a lidar com a precarização do trabalho e o desemprego.

Este processo de proletarização ampliado nos leva a pensar os limites e alcances das lutas populares latino-americanas com instrumentais teóricos diferentes daqueles dos movimentos operários tradicionais.<sup>2</sup>

O refluxo do movimento operário nos anos 1990 veio acompanhado do impulso dos chamados “novos” movimentos sociais, do processo de democratização e da implantação do neoliberalismo, em praticamente todo o subcontinente latino-americano.

Desde logo, sabemos que o discurso neoliberal ganha força com a crise capitalista mundial, de meados dos anos 1970, quando a recessão econômica tomou conta, inclusive, dos países de capitalismo avançado. Essa *débâcle* do keynesianismo – no caso dos países do Primeiro Mundo – fortaleceu

---

<sup>2</sup> No mínimo, temos que levar em consideração que o embate com o capital assume várias frentes e não exclusivamente uma única: inclui, portanto, os sujeitos que se defrontam direta ou indiretamente com o capital, mesmo quando os protagonistas sejam aqueles “marginais” do núcleo duro da relação capital/trabalho. Ou seja: inclui também aqueles que se confrontam mais diretamente com o Estado burguês.

o projeto neoliberal, com as eleições de Margareth Thatcher, em 1979, na Inglaterra, e de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos: ambos se empenharam ferozmente em colocar em prática as políticas liberalizantes e, por meio delas, dismantelar o que ainda restava do “estado de bem-estar social”.

Como a democracia em si mesma nunca foi um valor central do neoliberalismo (ANDERSON, 1995), então não havia nenhum problema que suas experiências fossem aplicadas no Chile sob a ditadura de Pinochet, tornando-o como pioneiro do ciclo neoliberal de maneira dura, com desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos. Mas,

a virada continental em direção ao neoliberalismo não começou antes da presidência de Salinas, no México, em 88, seguida da chegada de Menem, na Argentina, em 89, da segunda presidência de Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela, e da eleição de Fujimori, no Peru, em 90. Nenhum desses governantes confessou ao povo, antes de ser eleito, o que efetivamente fez depois de eleito. Menem, Carlos Andrés e Fujimori, aliás, prometeram exatamente o oposto das políticas radicalmente antipopulistas que implementaram nos anos 90. E Salinas, notoriamente, não foi sequer eleito, mas roubou as eleições com fraudes (ANDERSON, 1995, p. 20-21).

Nos últimos anos, o subcontinente latino-americano viu-se convulsionado por rebeliões populares, greves, motins, bloqueios de estradas, ocupações de terra, massacres de desempregados etc. Isto é, a democracia instaurada juntamente com o projeto neoliberal vêm produzindo fortes tensões sociais. Em países dependentes como os nossos, o neoliberalismo desfavorece a estabilidade política. Senão vejamos:<sup>3</sup>

Na Argentina, a implantação do projeto neoliberal pode ser observada, com mais clareza, a partir das duas eleições consecutivas de Carlos Saúl Menem, do partido peronista. Este é um fato da maior relevância, pois até mesmo o peronismo acabou se rendendo ao neoliberalismo: em 1991, o ministro das finanças, Domingo Cavallo, lançou o *Plano de Convertibilidade*, atendendo às recomendações do FMI, e impulsionou uma acelerada privatização do patrimônio público que “fortalece ainda mais o poder econômico local, dos bancos credores (como o Citibank ou o Morgan) e

---

<sup>3</sup> Devido às limitações de espaço, abordaremos, sumariamente, os seguintes países: Argentina, Brasil, México, Equador, Bolívia, Venezuela e Uruguai, com ênfase nos anos 1990.

também a presença de importantes capitais europeus e norte-americanos” (QUINTAR; ARGUMEDO, 2000, p. 46). Os principais objetivos do Plano eram: reduzir os gastos do Estado, retirar sua participação e sua tutela da economia, abrir o país à competição internacional.<sup>4</sup>

Os resultados da política econômica do governo Menem não demoraram a aparecer: referimo-nos às taxas de desemprego. Em maio de 1995, na região metropolitana da Grande Buenos Aires, era de 20,2%; em maio de 1996, 18%; e, em maio de 2002, 22%. Contudo, na região metropolitana da Grande Rosário (Província de Santa Fé), em maio de 1997, chegou a 26,8%.<sup>5</sup>

Diante de um quadro econômico sobremodo desfavorável a amplas camadas populares, o território argentino foi cenário de grandes manifestações ou rebeliões populares, conhecidas como *puebladas*.<sup>6</sup> O ápice das manifestações populares que tomaram conta da capital, em dezembro de 2001, foi o refrão ecoado pela multidão na Plaza de Mayo, sede do governo federal: *¡Qué se vayan todos! ¡Que no quede ni uno solo!* E, DeLa Rúa se foi, levando consigo Cavallo.<sup>7</sup>

Pode-se dizer que o ingresso do Brasil na era neoliberal se iniciou,

---

<sup>4</sup> Vale lembrar: o processo de concentração e centralização do capital no país chega a estarrecer. Segundo Ferrer, no faturamento total das primeiras 500 empresas industriais, as filiais estrangeiras aumentaram sua participação de 33,6% a 51% entre 1990 e 1995. Por sua vez, o setor bancário internacional foi um dos maiores beneficiados no governo Menem: 40% do sistema passou a ser controlado por bancos estrangeiros que representa o dobro da praticada no Chile e México e quatro vezes maior em relação ao Brasil (FERRER, 2001, p. 93-94). Além dos banqueiros, o capital externo foi amplamente contemplado no setor petrolífero com a privatização da YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales): a Repsol, empresa espanhola, controla 51% da produção de petróleo, 45,7% do gás e 2.350 estações de serviço que comercializam mais de 50% de combustíveis (FUCHS; VÉLEZ, 2001, p. 191).

<sup>5</sup> Dados obtidos do Instituto Nacional de Estadísticas y Censos de la República Argentina (INDEC): [www.indec.gov.ar](http://www.indec.gov.ar). Devemos atentar para o seguinte: nestes dados não estão computados os índices referentes à taxa de subemprego que, evidentemente, elevam ainda mais estes percentuais.

<sup>6</sup> A mais conhecida de todas, ocorrida nos dias 19 e 20 de dezembro de 2001, sintetiza e exemplifica os resultados de uma década de neoliberalismo e de manifestações populares: trata-se das *puebladas* de Santiago del Estero, Cutral Co, Plaza Huincol, Tartagal, General Mosconi etc. Nelas foi forjado o principal instrumento de luta dos desempregados argentinos: o *piquete*, com bloqueios de rodovias, estradas, ruas e pontes.

<sup>7</sup> Fernando De La Rúa (2000-2001) foi eleito com um discurso de oposição à política econômica de Carlos Menem (1989-1999), mas, no governo, manteve a mesma política menemista. Entretanto, o continuísmo de sua administração não durou muito tempo: o “argentínazo” de dezembro de 2001— grande mobilização popular nas ruas de Buenos Aires —, obrigou-o a renunciar ao seu mandato.

em 1990, com a eleição direta do presidente Collor de Mello. Entretanto, foi durante os dois mandatos do governo Cardoso (1995-1998; 1999-2002) que o projeto neoliberal ganhou força, principalmente com a implantação do Plano Real que, ao concentrar riqueza, aumentou a miséria, por meio da contenção dos gastos públicos, reforma tributária, regime cambial dolarizado, liberalização comercial e financeira, fim dos subsídios às importações, privatizações etc. (FILGUEIRAS, 2001, p. 95-96).

Quando analisamos o governo Cardoso (1995-2002), notamos práticas políticas amplamente favoráveis à concentração do capital financeiro internacional, nacional e associado. As frações hegemônicas, ligadas ao capital bancário nacional e financeiro internacional, tiveram (e têm) seus interesses resguardados e respaldados pelo Estado. Segundo Bortoni e Moura (2002, p.19), “a ajuda que o Banco Central deu a bancos em dificuldades a partir de 1995 pode ter custado 12,3% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1999, o equivalente a 111,3 bilhões de reais”. Em outras palavras: entre 1995 e 1998, foram desnacionalizados 28 bancos, isso sem contar que, depois desse período, outros tantos foram privatizados, como o caso do Banespa. Como resultado desse processo,

o capital externo passou a participar com 18% do número de agências e dos depósitos, 25% do patrimônio líquido e dos ativos totais bancários. Entre os vinte maiores bancos privados, nove já são estrangeiros e, entre os dez maiores, ocupam o sexto e o nono lugares, podendo atingir o segundo quando comprarem o Banespa. Também com os negócios das *alienações* de bancos (públicos ou privados), os escândalos ocorreram. Por exemplo, com o governo obrigando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a “comprar” as carteiras hipotecárias e imobiliárias vencidas (e *podres*) dos bancos vendidos [grifos do autor] (CANO, 1999, p. 269).<sup>8</sup>

Há ainda uma outra fração do capital, voltada à exportação agrícola, que se tem beneficiado das políticas neoliberais: trata-se da fração *agropecuária*.

---

<sup>8</sup> Sabemos, todavia, que o favorecimento estatal às classes dominantes no interior do bloco no poder não ocorre da mesma forma entre todas frações. Ponderamos que a fração ligada ao capital financeiro internacional foi (e continua sendo) a maior beneficiária com as políticas econômicas implementadas durante, pelo menos, as décadas de 1990 e 2000. Nesse sentido, ela se constitui, politicamente, a fração hegemônica no seio do bloco no poder. Quanto ao capital bancário nacional, entendemos que se beneficiou destas políticas, mas seu apoio ao projeto neoliberal não é incondicional, isto é, pressupõe um controle interno à entrada de capital estrangeiro do “setor financeiro” (SAES, 2001, p. 131).

Com a implantação do Plano Real, em fins de 1993, houve uma intensificação da mecanização da agricultura, maior uso de fertilizantes e pesticidas, “formas mais eficientes de plantio (como o plantio direto, por exemplo), sementes selecionadas para tornar as plantas mais produtivas e precoces, plantio de duas safras anuais para algumas culturas, inseminação artificial, expansão de pastagens plantadas etc.” (CANO, 1999, p. 271).

Enquanto o Estado organiza os diferentes interesses políticos das classes e frações dominantes do bloco no poder, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem-se destacado no cenário das lutas populares brasileiras pelas ocupações de latifúndios e através de suas marchas locais e nacionais. Conforme dados obtidos do próprio movimento, em 2000 havia 240 mil famílias assentadas e 80 mil acampadas. Mas, tudo isso tem um preço, muitas vezes alto na luta contra a ordem neoliberal: trabalhadores rurais presos, entre 1989 e 2001, 2.170, sendo 948 entre 1994 e 2001, no governo Cardoso; trabalhadores assassinados: de 1980 a 2003 foram 1.671; entre 1994 e 2002, no governo Cardoso, 323.<sup>9</sup>

No México, o neoliberalismo ganha força com o governo de Miguel De La Madri (1982-1988). A primeira medida governamental nesse sentido foi o chamado processo de “desincorporação” de empresas públicas, com a extinção, fusão, liquidação e venda das empresas estatais aos empresários nacionais e estrangeiros. No final de seu governo, cerca de 30% delas foram vendidas.

Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), sucessor de Miguel De La Madri, assinou o Tratado de Livre Comércio com a América do Norte, deixando claro o engajamento do país aos propósitos neoliberais. Pode-se dizer que, com isso, o México aderiu a uma “política de integración subordinada al imperialismo norteamericano” (VEGA, 2000, p. 2). Os resultados desse processo são nitidamente desfavoráveis ao país: “Se continuó incrementando, aunque en menor proporción, la deuda externa pública y total, la inflación creció 15,9% promedio anual; el Producto Interno Bruto creció aproximadamente el 3% en promedio en el sexenio y el salario mínimo real siguió perdiendo parte de su poder adquisitivo, en este caso casi el 24%

---

<sup>9</sup> Dados disponíveis no sítio do MST: [www.mst.org.br/biblioteca](http://www.mst.org.br/biblioteca). Algumas informações ajudam a entender a força do movimento: segundo Mauro (1999, p. 94), oito milhões de hectares de terra estão, virtualmente, sob o controle dos sem-terra. Além das ocupações de fazendas, o MST tem se destacado na organização de marchas nacionais, como a ocorrida em 1999, entre 26 de julho e 7 de outubro, a Marcha Popular pelo Brasil, cujo lema “terra, trabalho e democracia” mobilizou mais de 100 mil pessoas.

durante el sexenio, es decir, que en 12 años había perdido cerca del 66%” (VEGA, 2000, p. 2).

Para uma compreensão mínima da luta dos zapatistas, que mescla questões étnico-culturais, políticas, sociais e econômicas, devemos ter presente o processo de abertura econômica do país nos anos 80 e 90, que não resguardou nem seus recursos estratégicos nem o próprio território nacional: “La modernidad que llegaba a nuestras tierras con el neoliberalismo y el Tratado de Libre Comercio tornaba igualmente obsoletos los conceptos de soberanía, identidad nacional y nación” (CECENÑA, 1996, p. 5).<sup>10</sup>

Nesta escalada impressionante de manifestações populares e movimentos sociais sob regimes democráticos latino-americanos, não podemos deixar de mencionar as insurreições bolivianas: a “Guerra del agua” e a “Guerra del gas”. A política neoliberal do governo boliviano, como de resto da América Latina, está ancorada nas privatizações dos serviços públicos e na mercantilização das terras. Segundo Tapia, as privatizações ocorrem pela passagem das empresas públicas às empresas transnacionais, processo chamado de “capitalización”. Cochabamba e Altiplano se constituíram nos principais territórios de lutas e resistências:

Por un lado la “Guerra del Agua” en Cochabamba, dirigida a expulsar a una empresa transnacional (Aguas del Tunari, un consorcio creado por capitales de EEUU, Italia, España y Bolivia) y, por otro, los bloqueos de las comunidades campesinas e indígenas en el Altiplano paceño. Ambas protestas se enfrentan al proyecto de la ley del agua y a ciertos aspectos de la ley INRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria) que regula la propiedad y el mercado de tierras (TAPIA, 2000, p. 3).<sup>11</sup>

Esta “guerra” foi levada a cabo pela população de Cochabamba que, em abril de 2000, se levantou contra a privatização e resolveu manter a cidade tomada até que a lei “privatista” fosse revogada: “O polêmico contrato, entre as autoridades do país e a multinacional americana Bechtel Corp,

---

<sup>10</sup> A título de ilustração, alguns dados socioeconômicos sobre o México: de acordo com a CEPAL, em 2002, os domicílios abaixo da linha da pobreza estavam em 32% e da linha de indigência representavam 9,1%. Dados disponíveis no sítio: <http://www.eclac.cl>.

<sup>11</sup> Em Cochabamba, a política antidroga imposta pelos Estados Unidos aos campesinos mais pobres, produz vulnerabilidade econômica, deslocamento da força de trabalho, além de exacerbar a recessão econômica (VARGA; KRUSE, 2000, p. 8). Por sua vez, a privatização de serviços básicos, como o fornecimento de água, faz parte das políticas do Banco Mundial, para quem a água é um bem escasso e, de acordo com sua lógica mercantil, deve-se “promover políticas de *full cost recovery*, es decir, transferir al usuario el costo total de provisión de agua” (VARGA; KRUSE, 2000, p. 8).

aumentou dramaticamente o preço da água (400%) e não garantiu o abastecimento nas comunidades rurais e indígenas” (POLET, 2003, p. 230).

Em 2002, presenciamos uma outra rebelião popular na Bolívia: a “Guerra del gas”. Nesta, o enfrentamento entre populares e o exército deixou um saldo de mais de 50 mortos, centenas de feridos e a renúncia do presidente Sánchez de Lozada. Sob o estribilho “*Fusil, metralla, el pueblo no se calla*”, os operários e campesinos, comandados principalmente pela Central Obrera Boliviana (COB), repudiaram veementemente a privatização da exploração do gás natural. Como afirma Galeano (2003), esta guerra foi uma verdadeira explosão de gás: “Eso fue el alzamiento popular que sacudió a toda Bolivia y culminó con la renuncia del presidente Sánchez de Lozada, que se fugó dejando tras sí un tendal de muertos”.

O cenário de crise social, política e econômica venezuelano remonta antes do golpe de 11 de abril de 2002. Mais precisamente, faz 20 anos que o país está submerso na recessão econômica e convive com o aumento da desigualdade social e a péssima distribuição de renda. As tensões sociais e políticas na Venezuela apontam para um quadro não muito otimista: mesmo depois da vitória eleitoral no plebiscito de agosto de 2004 que confirmou Hugo Chávez na presidência do país, os Estados Unidos não param de acusá-lo de ditador e aliado de Cuba. Quer dizer, seguem apostando na desestabilidade política do país e, por outro lado, fortalecido nas urnas, o governo promete seguir adiante com a *revolução bolivariana*.<sup>12</sup>

O presidente Chávez procura recuperar o papel do Estado, através do seu Ministério da Energia, como o lugar de formulação e elaboração da política petrolífera. Este, sem dúvida, é um dos pontos, senão o principal, que contraria o receituário neoliberal local e internacional. Os conflitos entre o governo e a PDVSA ultrapassaram os limites governamentais, na medida em que seus diretores se colocaram à margem da lei, desacataram decisões judiciais que caracterizaram as “greves” em 2002 como *lockout*. A questão toda, portanto, é que se está jogando com a possibilidade de que uma corporação desse porte possa ter poder de veto sobre o governo de um Estado constitucional. Além disso, não se deve menosprezar que as forças de

---

<sup>12</sup> No plebiscito houve um comparecimento massivo de mais de 70% de eleitores, dos quais quase 60% apoiaram a permanência de Chávez na presidência do país. De forma sumária, alguns pontos-chave da Revolução Bolivariana: “Essa experiência tão original e ousada, não se define como socialista. Sua meta é construir uma alternativa ao neoliberalismo com base num projeto nacionalista, democrático e popular. A dúvida que atormenta as consciências é se essa transição será possível na atual fase agressiva e regressiva do capitalismo globalizado” (BORGES, 2004).

oposição estão apoiadas em interesses internacionais diretamente ligados ao petróleo (MAYA, 2003, p. 59).

As políticas neoliberais no Uruguai são adotadas pelos governos eleitos posteriores à ditadura militar (Sanguinetti, Lacalle, Sanguinetti novamente e Batlle), uma vez que

fueron promotores de ajustes fiscales regresivos, gestores de la consolidación de un patrón de crecimiento socialmente excluyente, y cultores, especialmente en caso de los dos gobiernos de Sanguinetti y en el de Lacalle, de la imagen de un elenco militar siempre acechante, ingrediente básico para el fracaso del referéndum contra la ley de impunidad de los militares en 1989. Imagen continuada en un contexto regional que contradictoriamente no admitía golpistas exitosos (FALERO, 2004, p. 45).<sup>13</sup>

Se por um lado os principais beneficiados daquelas políticas foram os setores financeiro e exportador, por outro, não se pode afirmar que os assalariados foram igualmente afetados. Ou seja: a adoção de políticas orientadas para o mercado ocasionou um processo de desindustrialização que acarretou na perda de mais de 66 mil postos de trabalho na indústria manufatureira, isto somente entre 1990 e 1998 (FALERO, 2004, p. 46).<sup>14</sup>

Vale a pena mencionar, todavia, a atuação política da central sindical *Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores* (PIT-CNT), devido à sua participação ativa na organização da primeira convocatória da *Concertación para el Crecimiento*, ocorrida no dia 16 de abril de 2002. O que chama a atenção, entretanto, é que conseguiu aglutinar em torno de 100 mil pessoas e, mais ainda, incluía uma heterogeneidade de setores do trabalho e

---

<sup>13</sup> Nos anos 1980, ainda sob a batuta dos militares, ocorre uma explosão de movimentos populares, especialmente o sindical, estudantil e a FUCVAM, organização fundada na década de 1970, aglutina as cooperativas de moradia por ajuda mútua.

<sup>14</sup> Os movimentos de resistência às políticas neoliberais são diversificados e heterogêneos: “Entre sus primeras manifestaciones está el caso de Paysandú, una ciudad con desarrollo industrial en rápido declive. Allí, a fines de mayo de 1997, una manifestación policlasista contra el rumbo de la hambruna producto de la construcción de un consenso social inédito se convirtió en el primer mojón de sucesivas movilizaciones. Igualmente otras ciudades comenzaron a tener inéditas movilizaciones que incorporaban además de asalariados, a pequeños y medianos comerciantes. Debe ponderarse adecuadamente este dato en función de que los ritmos de la política en muchos de esos lugares siempre habían sido pautados por los caudillos locales y una cultura que sin ser estrictos podríamos calificar de oligárquica” (FALERO, 2004, p. 49).

do capital. Isso sem dizer das ausências do setor importador, nucleado na Câmara do Comércio e dos representantes da Câmara da Indústria. Dos setores populares, estiveram ausentes, por exemplo, os representantes da FUCVAM. Mesmo assim, a tônica da manifestação foi uma crítica à política econômica vigente e, em consequência, reivindicou-se sua mudança.

Voltando ao ponto inicial deste artigo, quando afirmamos a existência de um protagonista político que só se confronta indiretamente com o capital, devemos ter em conta o alcance limitado de suas lutas frente à hegemonia do capital financeiro. Estes sujeitos não têm conseguido, até o momento, provocar uma crise política incisiva no bloco no poder e que resulte, portanto, em crise revolucionária. No Brasil, por exemplo, o capital financeiro continua a atuar livremente e os embates das classes populares têm sido insuficientes para colocar em risco a aliança política dos dominantes e, menos ainda, para fortalecer uma aliança entre os dominados.

À exceção da Venezuela – e talvez mais recentemente da Bolívia, com a eleição de Evo Morales –, os governos eleitos e/ou reeleitos, via sufrágio universal, têm sido respaldados popularmente na aplicação de políticas de Estado liberalizantes em detrimento daquelas de interesse das classes populares. Por sua vez, os setores que vinham desempenhando um papel mais combativo com essas políticas, como é o caso dos sem-terra no Brasil, refluíram com a eleição do governo Lula (2002-2006), diminuíram suas ações políticas e, por enquanto, “enrolaram” suas bandeiras vermelhas. O mesmo pode ser observado com os movimentos piqueteiros, na Argentina: desde a eleição de Kirchner, em 2003, “diminuíram” a combatividade dos tempos de Menem. Se naquela época não se traduziam em movimentos de amplitude nacional, com o refluxo relativamente recente, as chances são ainda menores. Do lado dos dominantes, o quadro é outro: as políticas liberalizantes têm-se intensificado e a barbárie neoliberal avança sobre todos os poros sociais ao mercantilizar os mais variados aspectos da vida social latino-americana.

O neoliberalismo não tem se mostrado nada propenso à promoção e/ou ampliação da democracia, pois ela tem se restringido à escolha dos governantes ou, como preferem os liberais, à eleição dos líderes que governarão. Este modelo de democracia restrita tem atendido, em geral, aos interesses da fração hegemônica e, ao mesmo tempo, tem dado legitimidade aos governos eleitos para a prática política discricionária. Apesar da persistência dos pleitos eleitorais, os governos eleitos, com raras exceções, têm tratado os movimentos populares como “casos de polícia”, uma verdadeira *criminalização*

*da utopia.*<sup>15</sup>

Se, de um lado, as democracias latino-americanas são limitadas, por outro, parece que o “estatismo autoritário” atende satisfatoriamente aos interesses do capital monopolista e oligopolista.<sup>16</sup> Portanto, as possibilidades de as classes populares desnudarem o verdadeiro significado da democracia na América Latina estão colocadas: aproveitando-nos novamente das contribuições de Marx n’O 18 *Brumário*, o mesmo sufrágio que significou um avanço na luta do proletariado francês, num determinado momento dos embates de classe, voltou-se contra ele com a eleição de Luís Bonaparte. Ou seja: se os movimentos anti-sistêmicos querem pautar suas ações políticas com vistas à transformação social, devem estar atentos àqueles limites e lutar para a ampliação, organização e politização de suas bases sociais, algo que o Estado burguês sempre procurará frustrar.

## Referências

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILLI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BORGES, A. A Revolução Bolivariana. *Círculo Bolivariano de São Paulo*, 2004. Disponível em: [http://www.unidadepopular.org/altamiro\\_borges7.htm](http://www.unidadepopular.org/altamiro_borges7.htm). Acesso em: 18 jul. 2006.
- BORTONI, L.; MOURA, R. de. *O mapa da corrupção no governo FHC*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- CANO, W. Soberania e política econômica na América Latina. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- CECEÑA, A. E. Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis. *Revista Chiapas*, n° 2, 1996. Disponível em: <[www.ezln.org/revistachiapas/ch2cecena.html](http://www.ezln.org/revistachiapas/ch2cecena.html)>. Acesso em: jul. 2006.

---

<sup>15</sup> Nos inquéritos policiais, é muito comum os movimentos serem acusados de “formação de quadrilha”, por exemplo.

<sup>16</sup> No final dos anos 1970, Poulantzas afirmava que as democracias burguesas tendiam para o “estatismo autoritário”, no qual se mantém em vigência as regras eleitorais (sufrágio, eleições regulares) e, por outro lado, sufoca os mecanismos democráticos decisórios, como o Parlamento (POULANTZAS, 1990).

- FALERO, A. Sociedad civil y construcción de nueva subjetividad social en Uruguay: condicionamientos, conflictos, desafíos. In: SEOANE, J. (Org.). *Movimientos sociales y conflicto en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- FERRER, A. El capitalismo argentino. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- FUCHS, J.; VÉLEZ, J. C. *Argentina de rodillas*. Terrorismo económico: de Martínez de Hoz a Cavallo. Buenos Aires: Tribuna Latinoamericana, 2001.
- MARX, K. *Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. v.1.
- MAURO, G. MST: lutas e perspectivas. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (orgs.). *América Latina: história, crise e movimento*. São Paulo: Xamã, 1999.
- MAYA, M. L. Venezuela en la encrucijada. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 3, n. 9, p. 55-60, 2003.
- POLET, F. A água, desafio global do futuro, entre privatização e patrimônio comum da humanidade. In: AMIN, S.; HOUTART, F. (Org.). *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.
- POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- QUINTAR, A.; ARGUMENTO, A. Argentina: os dilemas da democracia restringida. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n.49, p. 35-61, 2000.
- SAES, D. *República do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- TAPIA, L. La crisis de abril. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n. 2, p. 3-6, 2000.
- VAKALOULIS, M. Antagonismo social y acción colectiva. *Revista del Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n.2, p. 158-164, set. 2000.
- VARGA, H.; KRUSE, T. Las victorias de abril: una historia que aún no concluye. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, Año 1, n. 1, p. 7-14, 2000.
- VEGA, J. C. La crisis del neoliberalismo en México, balance económico y social. *Revista Teoría y Práctica*, n. 1. 2000. Disponível em: <[www.geocities.com/teoriaypractica](http://www.geocities.com/teoriaypractica)>. Acesso em: jul. 2006.

## La política como el arte de hacer lo imposible \*

Marta Harnecker\*\*

Resumen: Reflexiona sobre la actitud tomada por los políticos de izquierda y los sindicatos de América Latina frente a la actual crisis política por la cual atraviesan. Concibe a la política como el arte de construir la fuerza social y política capaz de cambiar la actual correlación de fuerzas. Problematisa sobre la necesidad de una nueva estrategia de organización que reconozca la actual debilidad de la clase obrera, que contribuya para reconstruir su fuerza y que consiga incluir efectivamente a los diversos sectores populares.

Palabras claves: Izquierda; América Latina; Fuerza social antisistémica.

### ¿Es posible levantar una alternativa?

Aceptar que existe una crisis teórica, programática y orgánica ¿significa que debemos quedarnos con los brazos cruzados? ¿Puede la izquierda levantar una alternativa a pesar estar en esta situación y de la inmensamente desfavorable correlación de fuerzas que existe a nivel mundial?

Por supuesto que la ideología dominante se encarga de decir que no existe alternativa (VILAS, 1997, p. 34) y los grupos hegemónicos no se quedan sólo en declaraciones, hacen todo lo posible por hacer desaparecer toda alternativa que se les cruce en el camino, como ocurrió con la Unidad Popular en Chile, la revolución sandinista en Nicaragua y como ha tratado de hacerlo durante más de medio siglo con la revolución cubana (HINKELAMMERT,

---

\* Trata-se de um dos capítulos do livro *Reconstruyendo la izquierda*, ainda não publicado no Brasil, e gentilmente cedido pela autora para a publicação de parte ou do todo, desde que citada a fonte. Segundo Harnecker, “este libro – que recoge reflexiones y secciones completas de varios trabajos míos publicados en español desde 1999 hasta mayo de 2006 – se inspira en gran medida en la propia práctica del movimiento revolucionario latinoamericano – que he estado sistematizando durante los últimos quince años a través de un trabajo de recuperación de la memoria histórica”. Este texto foi adaptado às normas da revista *Lutas & Resistências* por Eliel Machado e Gustavo Cabrera, membros do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina).

\*\* Jornalista e investigadora chilena que se aproximou do marxismo nos anos 1960, quando estudou na França tendo sido discípula de Louis Althusser. Dessa época data a sua obra *Conceitos Elementares do Materialismo Histórico*. Desde o golpe de Pinochet, em 1973, Harnecker vive em Cuba, onde atualmente dirige o *Centro de Investigaciones Memoria Popular Latinoamericana* (MEPLA). A sua bibliografia é vasta, com destaque especial para o livro *Tornar possível o impossível: a esquerda no limiar do século XXI*, conforme descrevemos na bibliografia.

1995, p. 151-155)<sup>1</sup> y lo está haciendo hoy contra la revolución bolivariana en Venezuela y el proceso revolucionario que se está iniciando en Bolivia.

Por desgracia, algunos sectores de la izquierda latinoamericana, usando el argumento de que la política es **el arte de lo posible**, al constatar la imposibilidad inmediata de cambiar las cosas debido a la tan desfavorable correlación de fuerzas hoy existente, consideran que no les queda otro camino que ser realistas y reconocer esa imposibilidad **adaptándose oportunistamente** a la situación existente. La política así concebida excluye, de hecho, todo intento por levantar una alternativa frente al capitalismo realmente existente (HINKELAMMERT, 1995, p. 153), porque ceñirse a orientaciones provenientes de la *realpolitik* significa resignarse a no actuar sobre la realidad, renunciar de hecho a hacer política propia y doblegarse a la política que llevan adelante las clases dominantes.

### **La política no puede definirse como el arte de lo posible**

La izquierda, si quiere ser tal, no puede definir la política como el arte de lo posible. A la *realpolitik* debe oponer una política que, sin dejar de ser realista, sin negar la realidad, vaya creando las condiciones para transformarla.

Ya Gramsci criticaba el *realismo político* “excesivo” porque éste conduce a afirmar que los políticos deben “operar sólo en el ámbito de la ‘realidad efectiva’”, y que no deben interesarse “por el ‘deber ser’, sino únicamente por el ‘ser’”, lo que implica que estos políticos no son capaces de ver “más allá de su nariz”. Para el pensador italiano, son los diplomáticos y no los políticos los que deben “moverse únicamente en la realidad efectiva, porque su actividad específica no es crear nuevos equilibrios<sup>2</sup>, sino conservar dentro de ciertos cuadros jurídicos un equilibrio existente”. Concebía el verdadero político como Maquiavelo: “un hombre de partido, de pasiones poderosas, un político de acción que quiere crear nuevas relaciones de fuerzas y no puede por ello dejar de ocuparse del “deber ser”, no entendido por cierto en sentido moralista”.

Pero este político no crea de la nada, crea a partir de la “realidad efectiva”. Aplica la voluntad a “la creación de un nuevo equilibrio de fuerzas partiendo de lo que en ella hay de progresista y reforzándolo. Se mueve

---

<sup>1</sup> Sobre este tema de las alternativas y el verdadero arte de la política y contra la concepción de la política como “realpolitik”, me he inspirado en el excelente trabajo de Hinkelammert (1995).

<sup>2</sup> Gramsci está pensando aquí en nuevas correlaciones de fuerza.

**siempre en el terreno de la realidad efectiva, pero para dominarla y superarla (o contribuir a ello)”** (GRAMSCI, 1971, p. 78-79).

Para la izquierda, la política debe consistir, entonces, en el arte de descubrir las potencialidades que existen en la situación concreta de hoy para **hacer posible mañana lo que en el presente aparece como imposible**. De lo que se trata es de construir una correlación de fuerzas favorable al movimiento popular, a partir de aquello que dentro de sus debilidades constituye sus puntos fuertes.

Pensemos, por ejemplo, en los obreros de la época de Marx, sometidos al inmenso poder de sus patrones capitalistas, que podían en cualquier momento dejarlos en la calle sin medios para sobrevivir. La lucha en esas condiciones era un suicidio. ¿Qué hacer entonces? ¿Aceptar la explotación sometiéndose sumisamente a ella, porque en ese momento era imposible ganar la batalla o luchar por cambiar esa situación aprovechando las potencialidades inherentes a su condición de explotados: la existencia de grandes concentraciones obreras, su capacidad de organización, su identidad como clase oprimida? La organización y la unidad de los trabajadores, cuantitativamente mucho más numerosos que sus enemigos de clase, era su fuerza, pero era **una fuerza que había que construir**, y sólo tomando ese camino se volvió posible aquello que inicialmente parecía imposible.

Pongamos un ejemplo actual. No cabe duda que hoy en América Latina y el Caribe ha disminuido enormemente el poder de negociación de la clase obrera, tanto por el fantasma del despido – son privilegiados los que pueden acceder a un trabajo asalariado estable – como por la fragmentación que esta clase ha sufrido con el neoliberalismo. Partiendo de estos datos objetivos hay quienes predicán la imposibilidad de luchar en estas condiciones. Es evidente que la clásica táctica de lucha sindical: la huelga – basada en la unidad de la clase obrera industrial y su capacidad de parar las empresas, en la mayoría de los casos hoy no da frutos positivos y de ello se aprovechan los oportunistas para tratar de inmovilizar al movimiento obrero y convencerlo de que debe aceptar pasivamente sus actuales condiciones de sobre explotación. El arte de la política, por el contrario, consiste en descubrir a través de qué vías se pueden superar las debilidades actuales de la clase obrera industrial, que son debilidades reales, para ir construyendo una fuerza social sindical de acuerdo a las nuevas condiciones del mundo. **Es necesario construir una nueva estrategia sindical**. Ya no se trata sólo de la solidaridad de clase del siglo XIX; si entonces era fundamental la unidad de la clase obrera industrial, hoy es fundamental la **unidad de todos los explotados**

**por el capital** – de los trabajadores permanentes y de los temporales; de los contratados y de los subcontratados –, **con el resto de los sectores sociales perjudicados por el sistema neoliberal** (HINKELAMMERT, 1995, p. 33).

Conuerdo con Isabel Rauber, en que hay que elaborar una propuesta que – rescatando el papel central y organizador de la clase obrera – reconozca también su actual debilidad y apunte a reconstruir su fuerza, propiciando la articulación del conjunto de trabajadores empleados, subempleados, desempleados y marginados con el conjunto de hombres y mujeres oprimidos y excluidos, para construir la fuerza social capaz de enfrentar con poder propio el poder de la dominación, disputárselo y conquistarlo (RAUBER, 1997, p. 27).

Sólo así se puede lograr ese poder de negociación que la clase obrera por sí sola ya no tiene, y que mucho menos tiene el resto de la población.

Esta salida ya ha sido probada en la práctica. Los sindicalistas argentinos lograron avances en su lucha justamente cuando fueron capaces de involucrar en su movimiento a amplios sectores de la sociedad como lo hicieron los sindicalistas de Río Turbio en la provincia de Santa Cruz (COÑOECAR, 1997, p. 145-147).

La única reserva y la única garantía para que los sindicatos puedan pasar hoy una lucha es respaldándose en el resto del pueblo sostiene Alfonso Coñoecar del sindicato minero de esa localidad . Ningún sindicato solo puede ganar hoy una contienda, porque el neoliberalismo ataca por todos lados (COÑOECAR, 1997, p. 146).

Por su parte, el sindicalista argentino Néstor Piccone, miembro del Congreso de los Trabajadores Argentinos (CTA), sostiene que

representar hoy a los trabajadores es reconocer la atomización y la necesidad de articulación. Necesitamos un sindicalismo que atienda la nueva composición de clase. Cada etapa de la historia definió, desde la apropiación de los medios de producción, formas de organización y formas de representación diferentes. Las organizaciones surgen de las demandas de algunos sectores sociales y el Nuevo Sindicalismo tiene que ser expresión de ellos.(PICCONE *apud* RAUBER, 1997, p. 72).

Esta ha sido también la experiencia del Movimiento de los Sin Tierra de Brasil. Mientras este movimiento trabajó sólo a nivel campesino, estaba aislado y no tenía gran fuerza; pero cuando muy lúcidamente comprendió

que tenía que hacer un viraje en su forma de trabajar, que tenía que asumir como suyos los problemas del resto de los sectores oprimidos: los sin techo, los sin trabajo, etcétera, y que era necesario lograr que los habitantes de la ciudad comprendiesen que la lucha por la tierra no era sólo la lucha a favor de unos pocos campesinos, sino que significaba la solución de muchos problemas críticos de la propia ciudad, comenzó a tener un apoyo cada vez más amplio y hoy se ha transformado en el principal punto de referencia de todas las luchas sociales en Brasil y la vanguardia de la lucha contra el neoliberalismo.

Volviendo nuevamente al concepto de política anteriormente anunciado, si ésta es el arte de construir la fuerza social y política nacional e internacional que permita cambiar las actuales correlaciones de fuerza para así poder hacer posible en el mañana lo que aparece como imposible en el presente, el futuro de los gobiernos latinoamericanos en que existe una situación de disputa entre las fuerzas que realmente quieren una transformación de esa sociedad y aquellas que creen que no hay otra alternativa que subordinarse a las exigencias del capital financiero internacional, dependerá en gran medida de la capacidad que tenga el movimiento popular de organizarse, crecer y transformarse en una decisiva fuerza de presión que incline la balanza hacia las fuerzas progresistas. Sólo así el compromiso programático adquirido por sus presidentes se llevará adelante.

Los gobernantes latinoamericanos de izquierda o progresistas deberían entender (como me parece que lo ha entendido muy bien el presidente Chávez), que necesitan de un pueblo organizado, politizado, que presione para hacer avanzar el proceso y que sea capaz de combatir los errores y desviaciones que vayan surgiendo en el camino. Tienen que entender que nuestros pueblos tienen que ser actores de primera línea y no sólo de segunda.

### **Metas utópicas: Una fuente de inspiración**

Pero cabe una pregunta: ¿acaso no hay imposibilidades que ninguna acción humana puede transformar en posibilidades? Por supuesto que las hay y ellas son lo que Hinkelammert denomina “imposibilidades de tipo trascendental” (HINKELAMMERT, 1995, p. 153), o metas utópicas. Se trata de aquellas metas que no pueden realizarse aunque se pudiese lograr el acuerdo unánime de toda la humanidad; metas deseables que contienen los valores humanos en su estado puro y definitivo, pero que por su grado de perfección escapan a las posibilidades humanas, aunque sirven para iluminar su camino. Pensemos, por ejemplo, en el reino de la igualdad de Marx.

El arte de la política es también el de saber discernir dentro de las imposibilidades aquellas que son imposibilidades trascendentales, de aquellas que pueden transformarse en posibilidad si se crean las condiciones necesarias para ello. Y en este sentido “para un realismo político la utopía se transforma en fuente de inspiración, en referencia de juicio, en reflexión de sentido” (VASQUEZ, 1987, p. 155).

### **Cambiar la visión tradicional de la política**

Pensar en construcción de fuerzas y en correlación de fuerzas es **cambiar la visión tradicional de la política**; esta tiende a reducir la política a la lucha relacionada con las instituciones jurídico políticas y a exagerar el papel del estado; se piensa de inmediato en partidos políticos y en la disputa en torno al “control y la orientación de los instrumentos formales de poder” (RUIZ, 1998, p. 13); los sectores más radicales centran toda la acción política en la **toma del poder político y la destrucción del estado** y los más reformistas en la **administración del poder político o ejercicio de gobierno** “como forma fundamental y única de la práctica política; los sectores populares y sus luchas son los grandes ignorados. Esto es lo que Helio Gallardo denomina el politicismo de la izquierda latinoamericana” (GALLARDO, 1993, p. 25).

Con razón algunos sostienen que el culto a la institución ha sido el *caballo de Troya* que el sistema dominante logró introducir “en la misma fortaleza de la izquierda transformadora” (CASTRO, 2000); logrando minarla por dentro.

El trabajo de la militancia se delega progresivamente en las personas que detentan cargos públicos y administrativos. “El esfuerzo prioritario dejó de ser la acción colectiva para convertirse en la acción parlamentaria” (CASTRO, 2000) o en la presencia mediática. La acción militante ha tendido a reducirse a la fecha electoral, pegadas de carteles y algún que otro acto público.

Y, lo que es peor aún, el financiamiento de los partidos proviene cada vez más de la participación de sus cuadros en las instituciones del estado: parlamento, gobiernos locales, tribunales de control electoral, etcétera; con todo lo que ello entraña de dependencia y de presiones.

### **Superar la concepción estrecha del poder**

Pensar en construcción de fuerzas es también **superar la estrecha visión que reduce el poder a los aspectos represivos del estado**. El

poder enemigo no es sólo represivo sino, como dice Carlos Ruiz,

también constructor, moldeador, disciplinante [...]. Si el poder de las clases dominantes sólo actuase como censura, exclusión, como instalación de obstáculos o represión, sería más frágil. Si es más fuerte es porque además de evitar lo que no quiere, es capaz de construir lo que quiere, de moldear conductas, de producir saberes, racionalidades, conciencias, de forjar una forma de ver el mundo y de verlo a él mismo [...] (RUIZ, 1998, p. 14).

Pensar en construcción es también superar el “antiguo y arraigado error de pretender” **construir fuerza política** – “sea por las armas o las urnas” – **sin construir fuerza social** (RUIZ, 1998, p. 12).

### **La política como el arte de la construcción de una fuerza social antisistémica**

El surgimiento de una fuerza social antisistémica, es decir, de una fuerza anticapitalista, es lo que más temen las clases dominantes, de ahí su concepción estrecha de la política como una lucha por conquistar espacios de poder en los aparatos jurídico políticos institucionales.

Para la izquierda, por el contrario, la política debe ser **el arte de la construcción de una fuerza social antisistémica**. Pero esto sólo puede alcanzarse si se logra

desarticular las barreras que la dominación enemiga pone para evitar su construcción, de ahí la importancia de tener una visión amplia de esas barreras, y no quedarse en la observación y el enfrentamiento a sólo parte de ellas. Esas barreras no son sino la forma en que las clases dominantes tienden a organizar en términos sociales y políticos a los dominados (RUIZ, 1998, p.13).

La izquierda no debe, por lo tanto, concebir al pueblo o fuerza social popular como algo ya dado que se puede manipular y que sólo basta agitar, sino como algo que hay que construir (RUIZ, 1998, p. 49) y que las clases dominantes tienen una determinada estrategia para impedirlo. Esto implica no dejarse llevar por la situación sino actuar sobre ella, seleccionando entre los espacios y conflictos presentes aquellos donde debe concentrar sus energías en función del objetivo central: la construcción de fuerza popular. Esta construcción, por lo tanto, no puede producirse espontáneamente, requiere de un sujeto constructor, de un sujeto político capaz de orientar su acción en

base a un análisis de la totalidad de la dinámica política. Evidentemente este sujeto político debe haber superado los errores y desviaciones descritos anteriormente.

### **Por qué es necesaria la organización política**

Pero, ante los errores y desviaciones de la izquierda del Siglo XX, la crisis de la política y los políticos ya analizada y el desempeño original y combativo de algunos movimientos y actores sociales nuevos, ha habido una tendencia (que va en aumento) a descalificar a los partidos políticos, y en general todo intento de conducción mínimamente centralizada de las luchas. Hay quienes plantean que, en la etapa actual de la lucha, se puede prescindir de los partidos, y que la tarea de la izquierda debe consistir en limitarse a estimular la articulación de estos grupos e intereses de minorías: de raza, género, preferencias sexuales o culturales de otro tipo, entorno a un objetivo común.

Se usa como argumento la práctica del movimiento mundial contra la globalización. Durante las protestas de Seattle “lo que más sorprendió y extrañó a los observadores fue que muchos grupos a los que se tenía anteriormente por antagonistas, como era el caso de los sindicalistas y ecologistas, grupos religiosos y anarquistas, etcétera, actuaran juntos sin necesidad de una estructura central y unificadora que subordinase o declarase temporalmente suspendidas sus diferencias” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 255).

Pero, hay que tener claro que una cosa es lograr realizar manifestaciones puntuales exitosas contra la globalización o contra la guerra, y otra cosa muy diferente es lograr derrocar a un gobierno y construir con el poder conquistado un modelo de sociedad alternativo al capitalismo.

No estoy en contra de una propuesta de articulación de todos estos actores sociales en torno a determinados objetivos comunes respetando las diferencias de cada uno de los actores, no creo que nadie la vea como algo negativo; pero comparto plenamente la preocupación del historiador inglés, Eric Hobsbawm, quien sostiene que la suma de minorías no hace mayorías (HOBSBAWM, 1995, p. 89) y que si estos grupos sólo se unen por coincidencia de intereses inmediatos esa unidad “se parece bastante a la de estados aliados temporalmente en guerra contra un enemigo común”, éstos tienden a desintegrarse una vez desaparecido el objetivo que los une.

Por sus propias características, los innumerables miembros individuales y colectivos de la izquierda no partidaria carecen de posibilidades para articular

el conjunto de las demandas, así como para canalizar y expresar organizadamente el descontento y generar instancias de oposición social que de **plurales manifestaciones de resistencia pasen a constituir un real peligro para la reproducción del sistema.**

Y ¿por qué carecen de esta posibilidad?

En primer lugar, porque la transformación no se produce espontáneamente, las ideas y valores que prevalecen en la sociedad capitalista y que racionalizan y justifican el orden existente invaden toda la sociedad e influyen muy especialmente en los sectores populares. En segundo lugar, porque es necesario elaborar un proyecto social alternativo al capitalismo, un proyecto de país diferente. En tercer lugar, porque es necesario que seamos capaces de vencer a fuerzas inmensamente más poderosas que se oponen a esa transformación. Lograr esto no es posible sin una instancia política formuladora de propuestas, capaz de dotar a millones de hombres de una voluntad única (LENIN, 1970a, p. 349; HARNECKER, 1990, p. 87), al mismo tiempo que unificadora y articuladora de las diferentes prácticas emancipatorias.

### **Los efectos de la ideología dominante**

En cuanto al primer punto, debemos recordar que “la visión del mundo que tiene la gente se construye históricamente;”<sup>3</sup> y que en esta visión del mundo o sentido común gravita con mayor o menor fuerza la influencia ideológica de las clases dominantes (la ideología burguesa en el caso del capitalismo). Esto es así muy especialmente en los sectores menos provistos de armas teóricas de distanciamiento crítico.

### **Fabricando el consenso**

Nadie discute ya la capacidad que tienen los actuales medios de comunicación de masas para influir en la opinión pública. Estos, concentrados cada vez en menos manos, se encargan de “canalizar el pensamiento y las actitudes” de la gente dentro de los límites aceptables para las clases dominantes, desviando “cualquier reto en potencia” contra ellas y las autoridades establecidas antes de que éstos puedan “tomar forma y adquirir fuerza” (CHOMSKY, 1992, p. 8). Una sola condición ponen los liberales burgueses para aceptar el juego democrático (afirma Chomsky), que puedan “domesticar al rebaño perplejo” controlando los medios para **fabricar el**

---

<sup>3</sup> Conversación con Lito Marín y Nelson Gutiérrez en La Habana, mayo 1989.

**consenso** (p. 14).<sup>4</sup>

Al convertir la política en un **mercado de ideas**, las clases dominantes – que monopolizan la **manufactura del consenso** – tienen las armas para conducir al ciudadano común hacia los partidos encargados de salvaguardar sus intereses. El libre mercado no lleva, como se pretende hacer creer, a la libre opinión. Como dice Benjamín Ginsberg: “la mano oculta del mercado puede ser un instrumento de control tan potente como el puño de hierro del estado” (GINSBERG *apud* CHOMSKY, 1992, p. 17), o como asegura Chomsky: “la propaganda es a la democracia lo que la cachiporra al estado totalitario” (CHOMSKY, 1996, p. 16).

Sólo esto explica que sean los partidos más conservadores, que defienden los intereses de una ínfima minoría de la población, los que hayan logrado transformarse cuantitativamente en partidos de masas (BLANCO, 1995, p. 58) y que su base social de apoyo, al menos en América Latina, sean los sectores sociales más pobres de la periferia de las ciudades y del campo.

Estos mecanismos para fabricar el consenso no sólo se usan durante las campañas electorales, comienzan mucho antes influyendo en la vida cotidiana de la gente, a través de la familia, la educación, los medios recreativos y culturales. Se ha comprobado que “el más eficaz y duradero “adocctrinamiento” **político** es el que se realiza **fuera** del campo y del lenguaje político” (BLANCO, 1995, p. 62).

Por esta razón, a esa gente debe proporcionársele otras experiencias y conocimientos que le permitan alterar su concepción del mundo, descubrir las causas profundas de su situación de explotación y, por consiguiente, el camino para su liberación.

Esto no quiere decir que en determinadas condiciones los sectores populares no puedan despertar y ser capaces de desenmascarar los verdaderos intereses que mueven a los diferentes sectores sociales. Esto ocurre así en las épocas de grandes conmociones sociales y de revoluciones. Las clases dominantes se quitan la careta y revelan sus métodos de lucha. Los pueblos se politizan y aprenden con una velocidad inimaginable.<sup>5</sup>

El golpe militar del 11 de abril del 2002 en Venezuela contra el

---

<sup>4</sup> El término “fabricando el consenso” es utilizado por Lippmann (*apud* CHOMSKY, 1996); este autor tiene a su vez un libro titulado *Manufacturando el consenso*.

<sup>5</sup> “Durante la revolución, millones y millones de hombres aprenden en una semana más que en un año de vida rutinaria y soñolienta. Pues en estos virajes bruscos de la vida de todo un pueblo se ve con especial claridad qué fines persiguen las diferentes clases del pueblo, qué fuerza poseen, y qué métodos utilizan” (LENIN, 1970b, p. 309).

presidente democráticamente electo: Hugo Chávez, permitió a la población ver quién era quién: se desenmascararon los mandos golpistas dentro de la Fuerza Armada; se hicieron evidentes las intenciones fascistas de muchos de los políticos opositores que se autoproclamaban demócratas. El nivel de conciencia política en los sectores populares aumentó enormemente. El pueblo aprendió en pocos días mucho más de lo que hubiera podido aprender durante años en libros.

### **Conocimiento directo y conocimiento indirecto**

Este problema nos remite entonces a la *diferenciación entre el conocimiento directo y el conocimiento indirecto que puede tener un actor social*. Hay un tipo de conocimiento al que pueden tener acceso los trabajadores y, en general, los sectores populares, como consecuencia de los enfrentamientos a que se ven sometidos. Por eso es fundamental que los revolucionarios partan de lo acumulado históricamente y socialmente por el pueblo: tanto en lo que se refiere a ideas, valores, concepciones, como también a formas de organización y de lucha y estilos de trabajo; pero hay otro tipo de conocimiento al que no les es posible acceder directamente. Es muy difícil que los sectores populares lleguen a adquirir por sí solos una apreciación global de las condiciones de la lucha de clases en su país y a nivel mundial.

Muchas veces las organizaciones marxistas han tendido a valorar excesivamente este conocimiento indirecto, una parte importante del cual proviene de la actividad científica, subvalorando otras formas de producir conocimiento como aquellas que se basan en la experiencia directa, en la práctica colectiva y social. Se tiende a negar el saber que logran adquirir de esta manera los sectores dominados. “Se le quita importancia a la experiencia directa en la construcción de conocimiento, especialmente si se trata de la experiencia social de hombres y mujeres comunes” (RUIZ, 1998, p. 15). Y esto acaba, como señala Carlos Ruiz, dejando el análisis de la realidad en manos de intelectuales.

Pero también es cierto que se ha caído en el otro extremo de valorar en exceso la experiencia directa como única fuente de conocimiento, desdeñándose la necesidad de tener un conocimiento global, tanto de la situación nacional como internacional, desde una perspectiva crítica.

Es necesario rechazar de dos tesis extremas: la **vanguardia “iluminada”** y el **basismo**. La primera concibe a la instancia política como la única capaz de conocer la verdad: el partido es la conciencia, la sabiduría, y

la masa un sector atrasado. La tesis opuesta **es el basismo**. Este valora en exceso las potencialidades de los movimientos sociales. Piensa que esos movimientos son autosuficientes. Rechaza indiscriminadamente la intervención de cualquier instancia política y con ello contribuye, muchas veces, a echar agua al molino de la división del movimiento popular.

Para llevar adelante el proceso de transformación social profunda se necesita, por lo tanto, una organización en la que el análisis político se asuma como una síntesis de un proceso colectivo de construcción de conocimiento, que integre tanto la experiencia directa como el examen de la realidad global a partir de la teoría. Y una tarea así sólo la puede orquestar una organización política concebida como un auténtico “intelectual colectivo” (RUIZ, 1998, p. 15).

### **Elaborar un proyecto social alternativo al capitalismo**

Una organización política es necesaria, en segundo lugar, porque se requiere una entidad que cree las condiciones para elaborar un proyecto social alternativo al capitalismo. Ya hemos visto cómo esta tarea requiere de tiempo, de investigación, de conocimiento de la realidad nacional e internacional. No es algo que se pueda improvisar de un día para otro y, menos, en el complejo mundo en que vivimos. Y este proyecto debe plasmarse en un programa que cumpla el papel de la carta de navegación para los marinos.

El programa permite orientarse para no perder el rumbo, para encaminarse certeramente, para no confundir lo que hay que hacer ahora con lo que hay que hacer luego, para saber que pasos dar y cómo darlos. Es la brújula que permite al barco no extraviarse y llegar seguro a su destino.

Muchos programas muy revolucionarios en el papel pueden convertirse en un freno al proceso si pretenden ser usados como bandera para la lucha inmediata. En lugar de aglutinar fuerzas las espantan.

Uno de los errores de izquierda más frecuente de ciertos sectores revolucionarios latinoamericanos ha sido el no ser capaces de elaborar un programa mínimo que, de acuerdo con un exhaustivo análisis de la realidad concreta de su país, de la región y del mundo, señale las tareas de la hora presente, aquellas que permitan movilizar a las más amplias masas contra el principal obstáculo que enfrenta el movimiento revolucionario en ese momento.

### **Necesidad de dotar a millones de una voluntad única**

Una organización política es necesaria, en tercer lugar, porque debemos ser capaces de vencer a fuerzas inmensamente más poderosas que se oponen a la transformación por la que luchamos, y ello no es posible como expresé anteriormente, sin **una instancia formuladora de propuestas capaz de dotar a millones de hombres de una voluntad única** (LENIN, 1970a, p. 349; HARNECKER, 1990, p. 87), es decir, de una instancia unificadora y articuladora de las diferentes prácticas emancipatorias en torno a objetivos comunes a todos los actores. Cuando aquí se habla de unificar se está pensando en “agrupar”, “unir” a los diferentes actores en torno a esos objetivos de interés común. Unificar no significa de ninguna manera “uniformar”, “homogeneizar”, no implica suprimir las diferencias, sino actuar en común a partir de las características diferentes de cada grupo.

El movimiento contra la globalización o contra la guerra es multicolor y debe seguir siéndolo, pero no pienso que esto sea una novedad como sostienen Hardt y Negri, todas las revoluciones triunfantes fueron multicolores y triunfaron justamente porque supieron unir en torno a un solo haz a diferentes actores. Basta analizar las consignas que condujeron a sus victorias: paz, pan y libertad en Rusia; lucha contra los tiranos de turno en Cuba y Nicaragua. Otra cosa es si luego respetaron las diferencias de los actores que participaron en la lucha. Eso no significa que desconozcamos que en las actualidades hay una mayor gama de actores.

La historia de múltiples estallidos populares del siglo XX ha demostrado fehacientemente que no basta la iniciativa creadora de las masas para lograr la victoria sobre el régimen imperante. Lo ocurrido en mayo de 1968 en Francia es uno de los tantos ejemplos que corroboran esta aseveración. Otros casos más cercanos, tanto en el tiempo como en el espacio, son los diversos levantamientos populares que tuvieron lugar en Haití durante los años 1987 y 1988; los estallidos sociales que sacudieron a Venezuela y Argentina en los noventa, donde las masas urbanas empobrecidas se sublevaron y sin una conducción definida se tomaron carreteras, pueblos, barrios y asaltaron centros de abastecimiento. A pesar de su masividad y de su combatividad estas movilizaciones no lograron destruir el sistema de dominación imperante.

La historia de las revoluciones triunfantes, por el contrario, ratifica en forma porfiada lo que se puede lograr cuando existe una instancia política capaz, en primer lugar, de levantar un programa alternativo de carácter nacional que sirva de instrumento aglutinador de los más diversos sectores populares

y, en segundo lugar, de unificar la acción concentrando fuerzas en el eslabón decisivo, esto es, en el eslabón más débil de la cadena enemiga.

Esa instancia política es como decía Trotsky el pistón que comprime al vapor en el momento decisivo y permite que éste no sea desperdiciado y se convierta en fuerza impulsora de la locomotora.

Para que la acción política sea eficaz, para que las actividades de protesta, de resistencia, de lucha del movimiento popular logren sus objetivos antisistémicos, se requiere un sujeto organizador que sea capaz de orientar y unificar los múltiples esfuerzos que espontáneamente surgen, y de promover otros.

La sólida cohesión organizativa no sólo otorga la capacidad objetiva de actuar; a la vez crea un clima interno que hace posible una intervención enérgica en los acontecimientos y un aprovechamiento de las oportunidades que éstos ofrecen. Hay que recordar que en política **no sólo hay que tener razón, sino que hay que tenerla a tiempo y contar con la fuerza para materializarla.**

Por el contrario, la sensación de no contar con una organización sólida, la inseguridad de poder llevar a la práctica las decisiones adoptadas por falta de disciplina de la militancia, influye negativamente ejerciendo una acción paralizadora.

No me cabe duda que muchos de los que no aceptan discutir acerca de la necesidad de contar con instrumentos políticos lo hacen porque identifican instrumento político con la imagen del partido único antidemocrático, autoritario, burocrático, homogenizador que ellos tienen en su mente y que, con razón, rechazan. Yo creo que es fundamental superar este bloqueo subjetivo porque estoy convencida, como ya lo decía anteriormente, de que no habrá lucha eficaz contra el actual sistema de dominación, ni construcción de una sociedad alternativa, socialista, sin una instancia capaz de articular a todos los actores y que unifique su voluntad de acción en torno a las metas propuestas.

Es paradójico que Hardt y Negri, que reconocen que vivimos en un “estado de guerra global” (HARDT; NEGRI, 2004, p. 275), que la democracia plena que buscamos está por construirse, que justifican el uso de la violencia para defenderse del poder imperial, que afirman que la multitud “va necesitar de un proyecto político para dotarla de existencia” (p. 260) y que “debe ser capaz de tomar decisiones y de actuar en común” rechacen, sin embargo, la idea de que exista un “puesto central de mando” (p. 259) y no propongan

absolutamente nada que permita llevar a la práctica ese proceso de toma de decisiones para la acción común.

Estando de acuerdo con estos autores en que la resurrección y refundación de la izquierda sólo serán posibles sobre la base de nuevas prácticas, nuevas formas de organización y nuevos conceptos (HARDT; NEGRI, 2004, p. 257), expongo a continuación cómo imagino el instrumento político que los nuevos tiempos requieren.

No tengo ninguna duda de que es necesario avanzar en nuevas fórmulas de expresión política, sea rejuveneciendo los partidos ya existentes allí donde sea posible o creando nuevos instrumentos políticos.

Así como politizar no es partidizar, sino transformar a los que sufren la injusticia y la opresión en sujetos decididos a poner de su parte para modificar esa situación; de la misma manera pensar en la necesidad de construir un instrumento político u organización política no es necesariamente pensar en la fórmula tradicional de partido de izquierda.

## Referências

BLANCO, J. A. *Tercer Milenio: una visión alternativa de la postmodernidad*. La Habana: Ed. Centro Félix Varela, 1995.

CASTRO, D. H. *La revolución democrática (Otro mundo es posible)*. In: ASAMBLEA FEDERAL DE IZQUIERDA UNIDA, 6, Molina de Segura (Murcia), 2000.

CHOMSKY, N. *Ilusiones necesarias (Control del pensamiento en las sociedades democráticas)*. Madrid: Ed. Libertarias/Prodhufo, 1992.

\_\_\_\_\_. *Cómo nos venden la moto*. Barcelona: Ed. Icaria, 1996.

COÑOECAR, A. Fortalecer la organización popular. *Revista América Libre*, Buenos Aires, n.10, núm. especial, 1997.

GALLARDO, H. Elementos para una discusión sobre la izquierda política en América Latina. *Revista Pasos*, San José de Costa Rica, n. 50, 1993.

GRAMSCI, A. *Maquiavelo y Lênin*. Santiago de Chile: Ed. Popular, 1971.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multitud*. Barcelona: Random House Mandadori, 2004.

- HARNECKER, M. *Vanguardia y crisis actual*. Santiago de Chile: Brecha Editores, 1990.
- HINKELAMMERT, F. *Cultura de la esperanza y sociedad sin exclusión*. San José de Costa Rica: Ed. DEI, 1995.
- HOBBSAWM, E. La política de la identidad y la izquierda. *Debate Feminista*, México, año 7, v. 14, out., 1995.
- LENIN, V. *La bancarrota de la II Internacional*. Buenos Aires: Ed. Cartago, 1970a. t. 22. (Obras Completas).
- \_\_\_\_\_. *Las enseñanzas de la revolución*. Buenos Aires: Ed. Cartago, 1970b. t. 26. (Obras Completas).
- RAUBER, I. *Profetas del cambio*. La Habana: MEPLA, 1997.
- RUIZ, C. *La centralidad de la política en la acción revolucionaria*. Santiago de Chile, 1998. mimeo.
- VASQUEZ, A. S. Reexamen de la idea de socialismo. In: SANDOVAL, José et al. *Escritos de política y filosofía*. Madrid: Ed. Ayuso y Fundación de Investigaciones Marxistas, 1987.
- VILAS, C. Democracia y alternativas al neoliberalismo. *Revista Papeles de la FIM*, Madrid, n. 8, p. 25-38, 1997.

**DOSSIÊ:**

**Dimensões da  
questão agrária no Brasil**

Organização: Renata Gonçalves

## **Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos**

Márcia Maria Menendes Motta\*

Resumo: Este artigo analisa a historiografia sobre a questão agrária no Brasil do oitocentos, à luz dos debates políticos produzidos a partir dos anos 60 do século XX no Brasil. Importa-nos discutir quais foram as bases teóricas presentes nos principais livros e artigos sobre o tema em sua relação com o momento histórico das produções historiográficas. Neste sentido, encaminha-se aqui um esforço de compreender como a preocupação sobre o universo rural e o homem livre-pobre esteve ligada à conjuntura política da época em que foram produzidos os textos dos autores escolhidos.

Palavras-chave: Questão agrária; Conjuntura política; Historiografia.

As questões referentes às formas de adquirir a posse da terra no Brasil ocupam hoje um lugar privilegiado nos debates sobre a democratização do acesso aos títulos de propriedade no meio rural. Nesse sentido, é preciso, por um lado, discutir o problema da concentração da propriedade nas mãos dos grandes fazendeiros, o que nos remete a sua busca de auto-preservação e da continuidade de seu poder econômico e político. Por outro lado, uma grande variedade de problemas se colocam também para os pequenos produtores (lavradores e posseiros), que vivem uma situação inversa aos supra citados grandes proprietários e se defrontam com as conseqüências advindas da injusta concentração fundiária do país. Desta situação, podemos inferir uma luta que atravessa toda a história da ocupação de terras no Brasil.

Na década de 50 e no limiar da seguinte, o Partido Comunista Brasileiro defendia que nossa sociedade apresentava uma característica semicolonial e semifeudal. Apoiados na vertente leninista do marxismo e nas teses da III Internacional<sup>1</sup>, seus principais teóricos acreditavam que, dado o caráter atrasado de nossa realidade, o Brasil deveria passar por uma Revolução Democrático-Burguesa que eliminaria os “restos feudais” herdados dos séculos anteriores e expulsaria os representantes do Imperialismo, aliados

---

\* Profa. Doutora do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> Um interessante trabalho que discute o Modelo Democrático Burguês, inserindo-o na análise acerca da Economia Política Brasileira é o de Mantega (1984).

incondicionais dos latifundiários.

Um dos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição criada na década de 50, Nelson Werneck Sodré, buscaria em sua obra encontrar os elementos explicativos de nosso subdesenvolvimento<sup>2</sup>. Para o Sodré, a sociedade brasileira dos anos 50 era ainda marcada pela servidão de grande parte da população residente no campo. O feudalismo havia se inserido no país às margens do regime escravista, produtor de gêneros para a exportação. A decadência da produção escravista (como, por exemplo, a falência das fazendas de açúcar) e a própria abolição da escravatura, ao não alterarem a forma de apropriação da terra, teriam ampliado a dominação feudal no campo. A imigração de trabalhadores no final do século XIX não aceleraria a transformação das relações de trabalho, já que o latifúndio persistiu enquanto forma majoritária de apropriação da terra (SODRÉ, 1976). Neste sentido, “o fenômeno de transição de vastas áreas antes escravistas a um regime caracterizado de servidão ou semiservidão [foi] possível no Brasil, pela disponibilidade de terras” (SODRÉ, 1979, p. 247).

Os espaços vazios seriam, segundo o autor, objeto de disputa, não se tratando, porém, de uma fronteira móvel. Seriam apropriados por “uma invasão formigueira de pequenos lavradores ou de pequenos criadores, no seu conjunto ausente do mercado” (SODRÉ, 1979, p. 248). Nesta perspectiva, os ex-escravos teriam dois destinos: a área de servidão ou semiservidão, em geral a mesma que antes vigorava no regime de trabalho escravo, e a área urbana, onde aquela se constituiria numa sobra humana marginalizada pelas condições locais.

Seguindo a linha teórica de Sodré, outro autor, Alberto Passos Quimaráes, viria a dar uma versão mais acabada do feudalismo brasileiro. Escrito em 1963 - quando as esperanças de uma Revolução pareciam estar perto de se concretizar - *Quatro séculos de latifúndio* - buscaria mostrar as origens e os efeitos da extrema concentração fundiária do Brasil. Na “ilusão” da proposta da Reforma Agrária do governo Goulart, o país tinha em suas mãos a prova histórica da necessidade de uma melhor distribuição de terra. Com certo grau de ingenuidade, acreditava-se na urgência da Reforma, entendida como condição imprescindível para o desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais.

---

<sup>2</sup> Ao contrário dos seus colegas do ISEB, Sodré incorporou a visão stalinista da evolução da história. Para uma análise da participação de Nelson Werneck Sodré no Instituto Superior de Estudos Brasileiros em Toledo (1982).

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo: romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e jurídico” da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos a emancipação econômica e ao progresso de nosso país “ (GUIMARÃES, 1977, p. 38).

Ao contrário de Sodré, Guimarães se deteria mais pormenorizadamente na análise das camadas sociais estranhas ao binômio senhor/escravo. Ao colocar em relevo o pequeno possessor, o autor demonstraria a resistência e obstinação dos mesmos na luta pela posse da terra.

Ao atacar de frente o todo-poderoso sistema latifundiário, ao violar suas draconianas instituições, a posse passa à história como a arma estratégica de maior alcance e maior eficácia na batalha secular contra o monopólio da terra [...] Intrusos e posseiros foram os precursores da pequena propriedade camponesa [...]. À força da repetição desses atos de atrevimento e bravura, pelos quais muitos pagaram com a vida, foi que o sagrado e até então intangível monopólio colonial e feudal da terra começou a romper-se (GUIMARÃES, 1977, p. 113).

Em 1964, um golpe militar apoiado pela burguesia pôs fim ao sonho de um país com uma melhor distribuição de renda e terra. Tirou de cena, pela força, os agentes sociais que haviam lutado pelas Reformas de Base. Os intelectuais do Partido Comunista Brasileiro vieram cair por terra seus pressupostos teóricos, consubstanciados em sua prática política. A burguesia pretensamente nacional já havia há muito se aliado ao capital estrangeiro. Ao contrário do que pensavam os defensores da “tese feudal”, não havia grilhões para impedir o avanço do capitalismo. Na verdade, a inexistência da Reforma Agrária não provocara nenhum estrangulamento na capacidade de aferição de lucros por parte do grande capital (OLIVEIRA, 1977).

No interior do Partido Comunista Brasileiro havia, no entanto, uma voz que insistia em negar que o país apresentava características semifeudais. Para Caio Prado Júnior, era mister compreender que o país era, na verdade, capitalista desde suas origens.

Em 1942, Caio Prado buscava desvendar em *Formação do Brasil*

*contemporâneo* o sentido da colonização brasileira. Esta era compreendida como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu. Inserindo-se no plano internacional, marcadamente capitalista, a colônia brasileira seria também capitalista (PRADO JÚNIOR, 1972).

Colonizado para servir aos interesses comerciais europeus, o Brasil seria marcado pelas grandes empresas monocultoras, trabalhadas por escravos. Ao ser onipresente, o cativo impediria, à sua revelia, as poucas ocupações dos homens livres.

Preocupado em entender o país a partir de seus vínculos externos, Caio Prado (1972, p. 282) seria contraditório em sua avaliação sobre as camadas intermediárias da sociedade escravista. Ainda que considerasse a existência da agricultura de subsistência, incluída nos domínios da grande lavoura, o autor enfatizaria também a impossibilidade de uma existência digna do homem livre. Uma parte desta subcategoria colonial “composta daqueles que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados”.

Em *História Econômica do Brasil*, Caio Prado reforça suas idéias anteriores, preocupando-se fundamentalmente com a crise do regime escravista e sua superação. A dissolução da escravatura representou, segundo o autor, uma ameaça ao poder dos grandes proprietários de terra. No entanto, o correlato processo imigracionista, ao permitir a expansão da pequena propriedade, rompeu com os “primitivos quadros econômicos e sociais do país”. Ainda assim, os libertos se encontrariam “muito próximos do regime servil e de suas origens semibárbaras [...] para poderem superar [...] os obstáculos opostos a seu acesso à propriedade da terra” (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 249-250).

Apesar de um posicionamento claramente racista, Caio Prado avançava teoricamente ao caracterizar o Brasil enquanto um país capitalista. Em *Revolução Brasileira*, escrito em 1966, Caio Prado enfatizaria os erros teóricos dos defensores a “tese feudal”, apresentando os resultados funestos daquela abordagem. “A teoria marxista da revolução se elaborou sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos: procurando-se posteriormente, e somente assim - o que é mais grave -, encaixar nesses conceitos a realidade concreta” (PRADO JÚNIOR, 1966, p. 33).

Ao rebater, no mencionado livro, os argumentos dos defensores da “tese feudal”, Caio Prado destacaria a impropriedade de se pensar a sociedade brasileira através dos moldes clássicos europeus. Ao contrário do que acreditava Alberto Passos Guimarães, no país dos anos sessenta não existiriam setores camponeses submetidos aos ditames do grande latifundiário. Para Caio Prado, a massa trabalhadora do campo brasileiro era composta por empregados rurais, e não camponeses presos extra-economicamente à terra. Neste sentido, esta massa de homens do campo não estaria reivindicando a posse da terra, e sim a melhoria de suas remunerações. Ao rebater a “tese feudal”, Caio Prado desconsiderava as lutas de outrora pela posse da terra de outrora, ao mesmo tempo que insistia em afirmar a impropriedade de uma reforma agrária nos moldes dos seus defensores.

Em suma, para Caio Prado a teoria marxista da revolução brasileira deveria centrar-se na luta anti-imperialista, sem esquecer a vinculação estreita entre os interesses das grandes potências e a burguesia nacional. Longe de constituir um obstáculo à expansão capitalista, a grande propriedade se inseria neste mesmo sistema econômico, usufruindo das benesses da dependência externa.

Nos anos sessenta, a academia incorporava a perspectiva que entendia a coInização brasileira nos quadros do capitalismo. Em 1964, Maria Sylvia de Carvalho Franco defendia sua tese de doutorado intitulada *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. Na introdução, afirmava: “O conceito inclusivo tomado por referência neste trabalho é o de capitalismo, por imprecisa que esteja, ainda, sua figura no sistema colonial” (FRANCO, 1983, p. 14-15).

Com base na construção de tipos ideais, nos moldes weberianos, Carvalho Franco procurou reconstituir historicamente as relações comunitárias dos homens livres-pobres na região de Guaratinguetá, durante o século XIX. Utilizando-se de uma fonte praticamente inédita - os processos crimes - a autora buscou compreender “o papel da violência enquanto uma forma rotinizada de ajustamento nas relações de vizinhança” (FRANCO, 1983, p. 28).

Para Carvalho Franco, o sistema mercantil se expandiu através da incorporação externa de mão-de-obra. Contraditoriamente, a grande propriedade mercantil, trabalhada por escravos, possibilitou a existência de homens livres-pobres, deixando-os, no entanto, “sem razão de ser” (p. 14).

Ao enfocar o sitiante, por exemplo, Carvalho Franco (1983, p. 89), destacaria os fundamentos da dominação pessoal, entre eles, a relação de

compadrio. Em vista disso, a relação entre fazendeiros e sitiante seria marcada pela acomodação de interesses, não havendo conflitos significativos entre grandes e pequenos proprietários. Para ela, era “preciso combinar-se um conjunto muito especial de fatores para que as tensões emirjam e venha a romper-se o equilíbrio mantido por um sistema de controle tão forte [...]”.

Entendido como solitário e indefeso, o sitiante, quando ameaçado de perder sua posse, tenderia a se afastar - quase sempre pacificamente - para áreas não atingidas pela agricultura comercial.

Tal como nos pressupostos consubstanciados na defesa da coisificação do escravo - tão ao gosto da produção acadêmica da época, restaria para o homem livre-pobre a acomodação ou “a revolta de cada indivíduo, solitário em seu desafio à ordem estabelecida” (FRANCO, 1983, p. 106).

Aos poucos, a produção acadêmica voltava-se para temas referentes à escravidão, ponto central de análise acerca da sociedade colonial. Em vista disso, a questão da posse/propriedade da terra e do homem livre-pobre se tornava marginal nos estudos então produzidos.

Ademais, o governo militar havia imposto a saída do país de intelectuais comprometidos com a distribuição mais democrática da propriedade da terra. O passado histórico das razões da extrema concentração fundiária do Brasil deixava de estar presente, como ponto privilegiado dos estudos. A tese de um “Brasil feudal” havia sido destruída, tanto na prática quanto na teoria, mas juntamente com a sua destruição, jogava-se por terra também a análise sobre as lutas sociais de outrora. Deste período em diante, a ênfase recairia numa reflexão sobre a sociedade escrava, tendendo a perceber a questão do universo rural como elemento secundário da análise. A percepção de uma camada social de homens livres e pobres, vistos enquanto marginais e/ou “sem razão de ser” imporia uma concepção simplificadora do passado.

Algumas vozes, no entanto, seriam dissonantes à perspectiva hegemônica acerca do homem livre-pobre. Ainda na década de sessenta, Viotti da Costa publicava *Da senzala à colônia*, obra cuja importância é inquestionável. Ao analisar a “marcha avassaladora do latifúndio”, a autora destacaria o processo de desapropriação dos pequenos proprietários. Alguns seriam incapazes de resistir ao mecanismo jurídico de apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, tornando-se agregados à propriedade. Nem todos, no entanto, se submetiam passivamente à sua transformação em agregados, pois “o processo de desapropriação, a que foram submetidas as populações

mais pobres, não se deu sem conflitos e resistências” (DA COSTA, 1982).

No início da década de setenta, Fernando Novais defenderia tese de doutoramento, *Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial*. Aprimorando as concepções apresentadas por Caio Prado, o autor desenvolvia a tese sobre o “antigo sistema colonial”, cuja dinâmica seria determinada pelo “exclusivo de comércio” da metrópole sobre a colônia inserida nos quadros do chamado Capitalismo Comercial (NOVAIS, 1985).

Naquela mesma década, dois autores - Ciro Cardoso e Jacob Gorender - procuravam romper com os esquemas explicativos sedimentados na análise que inseria a colônia “brasileira” nos quadros do capitalismo comercial. Para o primeiro, a história é uma ciência em construção, necessitando do aprimoramento dos modelos teóricos explicativos da realidade nacional (CARDOSO, 1981). Para o segundo, ela é, acima de tudo, uma práxis revolucionária, impondo o aprimoramento teórico para a transformação da sociedade<sup>3</sup>. Formava-se uma nova teoria explicativa do passado brasileiro.

Ciro Cardoso, ausente do país -que então vivia um dos períodos mais dramáticos de sua história, apoiava-se nos trabalhos de Marx para criar o conceito de modo de produção escravista colonial. Para o autor, o estudo das realidades coloniais não poderia prescindir da análise das suas contradições internas, relacionando-as aos “impulsos externos e às formas nas quais se interiorizaram em função das primeiras” (CARDOSO, 1975, p. 69).

Em *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*, publicado em 1979, Ciro Cardoso escreveu um capítulo que se tornou leitura obrigatória no curso de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, na linha de pesquisa “História Social da Agricultura”. Neste capítulo, o autor apresentou as perspectivas metodológicas da história da agricultura, enfatizando os pressupostos marxistas desta abordagem. Neste sentido, buscou definir a economia camponesa, a partir de quatro características econômicas:

- a) acesso à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- b) trabalho predominantemente familiar não excluindo, em certos casos, o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar;

---

<sup>3</sup> “[...] vejo a história como ciência da revolução e também componente fundamental na construção do universo ideológico” - Entrevista com Jacob Gorender (1988, p. 151).

- c) economia fundamentalmente de subsistência, sem excluir uma vinculação eventual ou permanente com o mercado;
- d) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que plantar e de que maneira, como dispor do excedente etc. (CARDOSO, 1980).

Ainda neste livro, Ciro Cardoso iniciaria seus estudos sobre a brecha camponesa do sistema escravista. Apoiado nos textos de Sidney Mintz sobre as atividades autônomas dos escravos e no artigo de Archetti, Fossun e Reiton, acerca do conceito de autonomia estrutural, o autor defenderia a hipótese da existência da brecha camponesa na colônia brasileira.

Em trabalho posterior, Ciro Cardoso rebateria as teses que inseriam a América colonial no capitalismo comercial, criticando os trabalhos de Palerm, Fernando Novais e Wallerstein. Ao ressaltar a importância do estudo das estruturas internas das colônias, o autor enfatizaria que o mundo latino-americano não era resultado apenas da expansão mercantil do mundo moderno.

Nos finais dos anos setenta, Jacob Gorender - insatisfeito com as explicações teóricas acerca do Brasil colonial - buscava também estudar a natureza do modo de produção aqui existente. Em 1978, publicou sua obra de maior fôlego, *O Escravismo Colonial*.

Para o autor, o escravismo colonial era um modo de produção historicamente novo e se desenvolveu “dentro de determinismo sócio-econômico rigorosamente definido, no tempo e no espaço” (GORENDER, 1985, p. 40).

No que se refere aos objetivos deste trabalho, Gorender buscaria analisar o que denominou de categorias heterogêneas ao conceito de escravismo colonial. Seriam elas: os homens livres assalariados na plantagem, os agregados e os pequenos cultivadores não-escravistas.

Os homens livres assalariados estariam inseridos no modo de produção escravista colonial como relação de produção subsidiária, ou seja, quando a plantagem necessitou de trabalhadores livres qualificados.

Os agregados estariam, por sua vez, localizados, por favor, na periferia dos latifúndios, sustentando-se de “paupérrima economia natural” (GORENDER, 1985).

Por fim, os pequenos cultivadores não-escravistas independentes ocupavam ínfimos pedaços de terra, em áreas não apropriadas pela plantagem. Sua economia caracterizar-se-ia pela satisfação das necessidades elementares

(uma economia natural), cuja comercialização dependia da proximidade de centros urbanos ou de vias de transporte.

Em suma, tanto a economia do agregado como do posseiro não seriam exemplos de um modo de produção específico, mas um componente secundário da formação social denominada pelo escravismo colonial.

Em outro capítulo, *Regime territorial no Brasil escravista*, Gorender discorre sobre as formas jurídicas assumidas, ao longo do tempo, pela apropriação da terra. Em vista disso, destaca o papel da Lei de Terras de 1850 enquanto instrumento jurídico que vedou o acesso à terra aos pobres e preservou a estrutura fundiária de então. Ao procurar discutir o significado econômico da propriedade da terra, o autor rebate a tese de Passos Guimarães, afirmando:

Concordo que a terra fosse o principal e mais importante meio de produção, uma vez que, em oposição à perspectiva coisificante do escravista, não considero o escravo um meio de produção. [...] O mais significativo consiste, todavia, no fato de que, entre as relações de propriedade vigentes no Brasil-colônia e no Brasil-império, aquela que tinha a função econômica principal e decisiva era, não a propriedade da terra como sucederia no feudalismo, mas a propriedade de escravos (GORENDER, 1985, p. 399).

Preocupado em desenvolver as leis fundamentais do referido modo de produção, Gorender se utilizaria da teoria marxista da renda para focalizar o aparecimento da mesma no escravismo. O autor dispensaria análises mais detalhadas acerca das chamadas camadas intermediárias do sistema escravista. O fundamental era estudar a economia escravista em seus aspectos globais, sendo secundário - para a compreensão da realidade do passado brasileiro - estudos que privilegiassem economias não agro-exportadoras, como as realizadas pelos cativos ou as referentes ao homem livre-pobre. Neste sentido, o estudo da brecha camponesa realizado por Ciro Cardoso seria contestado por Gorender, bem como os trabalhos sobre economia de subsistência, realizados por Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva<sup>4</sup>.

Assim, na perspectiva de um modo de produção colonial, havia interpretações divergentes acerca do universo rural. Enquanto Ciro Cardoso

---

<sup>4</sup> Em seu trabalho mais recente, Gorender (1990) relativiza suas opiniões acerca do mercado interno e dos pequenos produtores da sociedade escravista. O mesmo não se pode afirmar em relação a outros temas sobre a escravidão.

procurava refletir sobre o tema, inaugurando e orientando vários trabalhos sobre o homem livre e pobre, Jacob Gorender insistira em minimizar a importância das camadas intermediárias para a compreensão da sociedade escravista.

Também em 1979, vinha à luz uma nova teoria explicativa do processo de transição do trabalho escravo para o livre. O *Cativeiro da terra*, de José de Souza Martins, buscava identificar o regime de colonato - surgido com a crise do escravismo - enquanto uma relação não capitalista de produção. Discordando da utilização do conceito de modo de produção para a América Latina, o autor inseria o Brasil no chamado “capitalismo comercial”. Assim, “A contradição que permeia a emergência do trabalho livre expressa-se na transformação das relações de produção como meio de preservar a economia colonial, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio” (MARTINS, 1986, p. 13).

Ponto de partida de sua formulação teórica, o conceito de capitalismo seria empregado utilizando uma concepção diversa das análises clássicas. Para Martins, capitalismo não significa inexoravelmente relações capitalistas de produção, posto que o considera capaz de redefinir antigas relações no processo de sua expansão. Neste sentido, sua hipótese norteadora é: “o capitalismo na sua expansão não só redefine antigas relações, subordinando reprodução do capital, mas também engendra relações neocapitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 1986, p. 19-20).

Ao focar as transformações inauguradas com a crise do escravismo, Martins também recorreria ao conceito de renda capitalizada, enfocando a passagem da renda convertida na pessoa do escravo para a terra. Assim sendo, identificaria na Lei de Terras de 1850 um papel fundamental para a compreensão da transição do trabalho escravo para o livre. Segundo o autor, a referida lei, ao impedir o acesso à terra por outros meios que não sua compra, abriu a possibilidade de transformar a terra em renda territorial capitalista, permitindo ao fazendeiro transfigurar seu capital, anteriormente investido em escravos, na aquisição de terras. Estabeleciam as condições para manter o padrão de acumulação, sem prejuízo dos interesses dos fazendeiros de café. A transição para o trabalho livre estaria assegurada, já que “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1986, p. 32).

Mas quem substituiria o cativo? Na ótica desenvolvida por Martins

– na verdade, incorporação dos argumentos de Florestan Fernandes (1978) e Fernando Henrique Cardoso (1977) –, o escravo, posteriormente liberto, identificaria a liberdade com o não-trabalho. O homem livre nacional não poderia vir a substituir o cativo, “já que esse homem livre desagregou-se também quando o mundo do cativo esboroou, porque a sua liberdade era essencialmente fundamentada na escravidão de outros” (p. 12).

Assim, seria preciso que o trabalho passasse por redefinições radicais, reduzindo-se ou mesmo eliminando sua identificação com o cativo. Neste sentido, o imigrante se adequaria perfeitamente ao novo papel do trabalhador, já que, segundo Martins, o imigrante se inseria nas fazendas de café na expectativa de tornar-se um proprietário.

Há sérios problemas na formulação teórica de Martins. Em antigo trabalho, eu já apontava para a dificuldade de se explicar a utilização do trabalho imigrante nas zonas cafeeiras do Oeste Paulista, a partir de critérios ideológicos. Além disso, eu enfatizei que a Lei de Terras não transformou o país em uma imensa região de fronteira fechada.

Em áreas onde a fronteira permaneceu aberta, houve a possibilidade de caipirização da população livre e/ou liberta. Nessas áreas, nenhum ardil ideológico foi suficientemente forte para convencê-la a trabalhar para outrem. Nessas regiões, que na verdade representaram, no século XIX, a maior parte do território brasileiro, a liberdade jamais se confundiu com a propriedade no sentido que lhe seria dado pelo emergente modo de produção capitalista. Ao contrário do que pensa Martins, os homens livres e pobres do século passado recusaram-se a trabalhar nas fazendas não porque confundissem o trabalho com a escravidão, mas por compreenderem que essa era uma das últimas alternativas possíveis na luta pela sobrevivência (MOTTA, 1989, p. 106).

Ademais, os argumentos defendidos pelo autor são estranhos ao seu posicionamento político em relação aos trabalhadores rurais do país. Ao incorporar, em seu livro *O Cativo da Terra*, as formulações de outros sociólogos da Universidade de São Paulo, Martins deixou à margem os camponeses de outrora, antepassados dos camponeses de nossos dias. Por uma aparente contradição, os trabalhadores rurais de hoje merecem atenção especial do sociólogo, resultando em belas e interessantes observações sobre o campesinato brasileiro. Tais observações resultaram em livros fundamentais acerca do tema, entre eles *Expropriação e violência* (MARTINS, 1980).

Nos finais dos anos 70 e ao longo da década seguinte, uma nova

geração de autores optaria por romper com grandes esquemas explicativos, analisando a questão que nos ocupa a partir de recortes regionais. Malgrado flagrantes divergências teóricas, eles ressaltaram a complexidade do passado rural dos “brasis” do século XIX.

É quase impossível analisar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para destruir antigas concepções e relativizar argumentos anteriormente inquestionáveis.

De imediato, é preciso registrar o importante papel dos brasilianistas. Nomes como os de Stanley Stein, Waren Dean, Peter Eisenberg, Robert Slenes, investigaram minuciosamente seus respectivos objetos de estudos, “virando de cabeça para baixo” cartórios e arquivos locais. Ao se deterem, minuciosamente, na análise de suas fontes, possibilitaram um alargamento da visão da sociedade do passado.

Warren Dean, por exemplo, em *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*, analisou a expansão da cafeicultura na referida região, sem esquecer os infelizes resultados da expropriação da terra. Ressaltou ainda - com base nos Registros Paroquiais de Terra - a especulação com a terra na região. Ciente das formas de apropriação da terra no país, concluiria: “O sistema das grandes lavouras em Rio Claro teve origem com a usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que tinham acumulado capital nos negócios de exportação agrícola à época da colônia” (DEAN, 1977, p. 183).

Ademais, ao contrário dos postulados então consagrados acerca dos libertos, Dean constatava que eles permaneceram nas fazendas como trabalhadores rurais, recebendo uma remuneração inferior à dada aos imigrantes.

Em artigo publicado originalmente em inglês, Dean também se deteve na análise da Lei de Terras de 1850. Da mesma forma que Emilia Viotti - que no mesmo período publicava um artigo em que comparava a Lei de Terras com a *Homestead Act* dos E.U.A. -, o autor demonstraria as razões do fracasso da lei e a impossibilidade do Império em discriminar as terras públicas das privadas (DEAN, 1971; DA COSTA, 1977).

Peter Eisenberg (1977), em *Modernização sem Mudança. A indústria açucareira em Pernambuco*, analisou a crise econômica dos fazendeiros de açúcar na região, em fins do século XIX. Para tanto, destacou o controle da terra pelos fazendeiros, entendendo como este poder permitiu a transição para o trabalho livre, sem prejuízo dos proprietários de terra. Assim sendo, pôde

concluir que os fazendeiros utilizaram-se da mão-de-obra nacional em Pernambuco, uma vez que detinham o monopólio da terra.

Em artigo posterior, proporia, como sugestão de pesquisa, estudos acerca do trabalhador livre nacional, particularmente em São Paulo. Acreditava o autor ser “possível que mesmo na área de café a transição se iniciava gradativamente durante o século XIX e que o elemento-chave para compreender esse processo é o trabalhador livre nacional” (EISENBERG, 1989).

É preciso registrar também os trabalhos realizados na Universidade Federal Fluminense. Através da linha de pesquisa intitulada “História Social na Agricultura”, coordenada por Maria Yedda Linhares e Ciro Cardoso, novos campos de análise foram abertos, a partir da década de 80. Vinham à luz agentes sociais antes esquecidos pelos grandes modelos explicativos. Uma série de dissertações trazia para o cenário da historiografia regiões antes não investigadas, permitindo o conhecimento das diversidades do universo rural brasileiro.

Na década de 80, em suma, o desenvolvimento das análises e estudos pontuais sobre as realidades brasileiras redefiniam e relativizavam as perspectivas teóricas generalizantes. Os novos métodos forçavam uma releitura e mesmo a descoberta de outras fontes. Muitos dos conceitos aprioristicamente definidos não resistiram a uma simples comprovação empírica. Teorias, anteriormente comprometidas exclusivamente com projetos políticos, caíram por terra quando testadas pelos chamados “ratos de arquivo”.

No interior do debate sobre os modos de produção, esta linha de pesquisa impulsionou uma série de monografias sobre o homem livre e/ou o mercado interno brasileiro. Ao questionar, muitas vezes, “o paradigma paulista” sobre a transição do trabalho escravo para o livre, consubstanciado na tese de Martins, por exemplo, estes pesquisadores mostraram a diversidade das formas de inserção social do homem livre na sociedade escravista. Como resultados dessas pesquisas, sabemos hoje que, longe de não terem “razão de ser” - como defendeu Maria Silvia de Carvalho Franco - esses homens ajudaram a construir o mercado interno, experimentaram e cultivaram novos produtos agrícolas, criaram e recriaram estratégias de sobrevivência para salvaguardar os seus poucos recursos<sup>5</sup>.

Porém, se por um lado as novas pesquisas dos anos oitenta trouxeram

---

<sup>5</sup> A título de exemplo: Teixeira da Silva (1981); Castro (1987); Graner (1985); Faria (1986); Motta (1989).

um aprofundamento do conhecimento do universo rural brasileiro, por outro, estas mesmas pesquisas secundarizaram as análises sobre a dinâmica da luta pela posse da terra dos homens livres-pobres. A partir da consagração acadêmica da tese de Caio Prado Júnior, os historiadores não mais retomaram aos importantes elementos sobre os conflitos agrários apontados por Alberto Passos Guimarães. Além disso, apesar das críticas desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense em relação ao trabalho de Maria Silvia de Carvalho Franco, os pesquisadores pouco se atreveram a analisar os conflitos agrários do século passado.

Em *Nas Fronteiras do Poder* procurei compreender as disputas pelo direito a terra no século XIX, analisando os conflitos de terra e a legislação agrária produzida no período (MOTTA, 1998). Na contra-corrente das afirmações consolidadas a partir da obra de José de Souza Martins, investiguei concepções de justiça e de embates que fundamentaram a luta pela terra no oitocentos, a partir das ilações de E. P. Thompson, historiador inglês, responsável por um novo enfoque acerca dos motins ingleses do século XVIII e por uma nova concepção do papel da justiça, do costume e das leis em sua vinculação aos movimentos sociais. Ao ressaltar o papel decisivo da cultura, o pesquisador buscou uma aproximação crescente com as contribuições da antropologia, no intuito de compreender o passado para além dos elementos de natureza sócio-econômica (THOMPSON, 1979, 1987, 1998).

A meu ver, nos avanços e retrocessos, há uma tradição cultural que explica quais são os elementos através dos quais os seres humanos legitimam o seu acesso a terra ou de outrem. Logo, se para os fazendeiros a ocupação das terras devolutas, a incorporação das mesmas como parte de seus domínios, faziam e fazem ainda parte de uma visão de que ser senhor de terra implica poder expandi-la sem se submeter a nenhuma determinação de terceiros; para os pequenos posseiros, há também uma tradição que justifica a legitimidade da primeira ocupação como forma de aquisição de uma parcela de terra. Ambos, muitas vezes navegam no mesmo pressuposto: alegam serem os primeiros a ocupar o quinhão em disputa. Mas se para o fazendeiro, tal pressuposto está inserido numa concepção patrimonial acerca da terra, para os pequenos posseiros ele está relacionado à possibilidade de exercer uma liberdade efetiva, na reprodução de sua unidade familiar, sem a dependência para com um senhor de terras.

Assim sendo, a noção de justiça dos pequenos posseiros do oitocentos não era calcada em nenhuma abstração sobre os princípios definidores do

que seja justo, mas era resultado da experiência que adquiriram na sua relação com a terra, fruto do trabalho diário e estafante para derrubar uma mata, plantar, cuidar e esperar pelos resultados de sua labuta. Mas também na experiência adquirida com outros componentes da comunidade, por exemplo, com aqueles que já haviam conseguido uma pequena parcela de terra, antes em matas virgens. Na sua relação com a comunidade, eles se esforçavam para serem reconhecidos como os donos de suas terras, às vezes, em área objeto de litígio. Para tanto, os argumentos que utilizavam para reafirmar sua condição de posseiros eram resultado de uma cultura e de uma prática social que consideravam legítimo o princípio da primeira ocupação, do fato que eram eles, e não qualquer outro que havia derrubado a mata virgem e realizado o primeiro cultivo. Ao invés de se submeterem aos desmandos de um fazendeiro, muitos procuraram se defender, respondendo às acusações de que eram vítimas.

É claro que não estamos aqui afirmando que todos os pequenos posseiros de outros tempos eram indivíduos corajosos, sempre dispostos a desafiar o poder de um senhor de terra. Mas, mesmo que consideremos que a sociedade rural do século XIX era marcada pelos desmandos e violência do fazendeiro, havia sempre uma possibilidade de contestação que não deve ser descartada. Se conseguirmos escapar de uma visão numérico-estatística da participação dos indivíduos em movimentos sociais, ou melhor, se entendermos os movimentos sociais em toda a sua dinâmica, isso talvez nos ajude a recuperar a historicidade dos movimentos sociais rurais do Brasil, sem cair na armadilha de considerá-los apenas dentro de marcos históricos pontuais, e, por conta disso, reducionistas de uma realidade mais ampla. Se é importante marcar os processos históricos, pontuar os movimentos sociais nos quadros, por exemplo, das rupturas institucionais (recorde-se aqui nas Ligas Camponesas e no golpe de 1964 no Brasil) é preciso também recuperar a tênue linha de continuidade que faz do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra dos nossos dias o culminar de um processo de luta de longa duração.

No entanto, quando se trata da história agrária no Brasil a maior parte dos trabalhos dos anos 60 aos nossos dias tendeu a se preocupar fundamentalmente com os resultados dos territórios apropriados, e do que nele se produzia, sem quase nada indagar sobre as diversas formas de acesso à terra, de legitimação do direito ao território ocupado e seus múltiplos e complexos desdobramentos. Os estudos existentes sobre a questão territorial no Brasil partiram, quase sempre, da tese de José de Souza Martins, ou seja,

partiram do pressuposto de que a Lei de terras viera tão somente para assegurar os interesses dos grandes proprietários, constituindo-se como um marco importante no processo de apropriação capitalista no Brasil. Importava ressaltar apenas que a Lei de Terras consagrava a propriedade privada, impedindo o acesso a terra por outros meios que não sua compra. Os pesquisadores foram incapazes de reconhecer e analisar os conflitos agrários do século XIX, aspecto fundamental para o estudo sobre o universo rural e presente no trabalho de Alberto Passos Guimarães de décadas atrás.

Tal incapacidade foi também resultado da dificuldade de fazer perguntas a fontes produzidas no âmbito da justiça. A partir da consolidação da noção de que os homens pobres e livres “não tinham razão de ser”, tornou-se difícil compreender as inúmeras possibilidades de investigação dos processos cíveis de embargo, despejo e de medição de terras. Raramente pesquisadas pelos historiadores, elas são fontes riquíssimas na análise sobre concepções de justiça em confronto, embates entre o que é de lei e o que é legítimo.

Em suma, não há de fato uma história dos conflitos agrários no país e são ainda bastante tímidas as pesquisas nesta direção. Se desejarmos produzi-la, será preciso compreender, antes de tudo, que as “categorias ou ‘modelos’ derivados de um contexto precisam ser testados, refinados e, talvez, redefinidos no curso da investigação histórica” (NEGRO; SILVA, 2001, p. 229).

## Referências

- CARDOSO, C. F. S. Será a história uma ciência? In: \_\_\_\_\_. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, F. H. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CASTRO, H. M. M. de. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DA COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Da Senzala à Colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- DEAN, W. Latifúndia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil. *The Hispanic American Historical Review*, L1, p. 606-625, Nov. 1971.

- \_\_\_\_\_. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EISEMBERG, P. *Modernização sem mudança*. A indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Homens Esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil, séculos XVIII e XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- FARIA, S. de C. *Terra e Trabalho em Campos do Goitacases*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 1983.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.
- \_\_\_\_\_. Entrevista. *Revista Arrabalde*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p.151, 1988.
- \_\_\_\_\_. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
- GRANER, P. *A estrutura fundiária do município de Araruama. (1850-1920)*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- GUIMARÃES, A. P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MANTEGA, G. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Polis, 1984.
- MARTINS, J. S. *Expropriação e Violência* (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Cativo da Terra*. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.
- MOTTA, M. M. M. *Pelas bandas d'além*. fronteira fechada e arrendatários-escravistas em uma região de policultura (1808-1888). 1989. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- \_\_\_\_\_. *Nas Fronteiras do Poder*. conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- NEGRO, A.; SILVA, S. (Org). *E.P. Thompson, As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- NOVAIS, F. Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1985.
- OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1977.
- PRADO JÚNIOR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- \_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

- SODRÉ, N. W. *História da Burguesia Brasileira*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Formação Histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria (1820-1920)*. 1981. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- THOMPSON, E. *Tradicón, Revuelta e Consciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Senhores e Caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, C. *Iseb: Fábrica de Ideologia*. São Paulo: Ática, 1982.

## **Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX\***

Clifford Andrew Welch\*\*

Resumo: Este artigo aborda a historiografia dos movimentos sociais no campo a partir da literatura sobre a luta dos trabalhadores rurais do Brasil até os anos 70 do século XX. Oferece uma resenha coletiva dos livros publicados e aponta novas direções para a pesquisa.

Palavras-chave: Movimentos sociais; Historiografia; Trabalhadores rurais.

### **História**

Dependendo de sua perspectiva e sua garra como pesquisador, é possível encontrar evidências da existência de movimentos sociais de trabalhadores rurais da época colonial até hoje, mas não seria possível encontrar registro de um movimento sindical rural até o século passado. Como camponeses livres ou trabalhadores escravizados, os trabalhadores rurais se revoltaram contra sua exploração em inúmeras ocasiões desde o século XVI (PALÁCIOS, 2004). Nos casos mais famosos – os quilombos de Palmares, no século XVII, a resistência de Canudos no século XIX e o Contestado de 1912 – ocorreram movimentos organizados envolvendo milhares de pessoas (REIS; GOMES, 1996; LEVINE, 1995; MACHADO, 2004). No início do século XX, a influência de anarquistas e socialistas sustentou movimentos clandestinos nas fazendas de café e cana-de-açúcar, estimulando levantamentos e greves até prolongados. Mas a questão do movimento sindical é outra e, para respondê-la, precisamos olhar cuidadosamente a história a partir dos anos 1930.

Fundado em 1932, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos (RJ) é considerado o primeiro sindicato de trabalhadores rurais (STR) (MEDEIROS, 1989, p. 27). Constituído por pequenos lavradores e cortadores de cana-de-açúcar, sua proximidade à capital nacional no Rio de Janeiro fez com que virasse um sindicato modelo. Contudo, até o fim de 1931, outros

---

\* Revisão técnica de Paulo Fontes.

\*\*Professor doutor de História na Grand Valley State University nos EUA e pesquisador no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária na UNESP – Presidente Prudente.

seis sindicatos rurais já haviam sido reconhecidos pelo governo. O programa da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, pregava um desenvolvimento econômico mediado pelo conceito corporativista de sindicalização, como maneira de organizar as forças produtivas da sociedade e assim pacificar os conflitos gerados. A idéia já estava sendo instituída no estado natal de Vargas, o Rio Grande do Sul, mas não na área agrícola. Inicialmente, outros campos eram mais propícios para experimentar com a organização sindical, principalmente os setores industriais e comerciais, onde o governo encontrou mais apoio dentro da classe dominante. Assim, a meta de instigar a formação de mais sindicatos rurais, programada pelo primeiro ministro de trabalho do governo Vargas, ficou longe de ser cumprida já que não foi registrado nenhum aumento no número de sindicatos rurais reconhecidos pelo governo até 1960 (WELCH, 1999, p. 54-58; LINHARES & DA SILVA 1999, p. 125-35).

A sindicalização dos trabalhadores rurais também foi desejada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1928, no terceiro congresso do partido, os delegados exigiram a ampliação da liberdade de associação e a organização de “sindicatos de assalariados agrícolas” e o direito dos sócios elegerem representantes para entidades governamentais de fiscalização das condições de trabalho, como o Patronato Agrícola, que foi estabelecido no estado de São Paulo em 1913, depois de uma greve longa de colonos de café (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 139-43; WELCH, 1999, p. 47-54).

Na ideologia deste partido, o camponês faria parte da classe trabalhadora e deveria ser organizado e mobilizado junto aos operários urbanos para construir e fortalecer o proletariado que um dia tomaria o poder e construiria o comunismo no mundo. Por isso, a organização classista foi um passo importante e, portanto, o sindicalismo rural recebeu apoio constante do PCB. De 1949 até 1964, o setor do campo do partido publicou o primeiro jornal camponês de circulação nacional – *Terra Livre* – redigido unicamente para identificar os problemas dos trabalhadores rurais e mobilizá-los para reivindicar soluções frente às autoridades. Em 1954, o PCB organizou a primeira conferência nacional dos trabalhadores rurais e fundou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Organizadores da ULTAB militaram na defesa dos camponeses e na organização de associações e sindicatos em muitos estados do Brasil. Lutaram para fazer efetiva a extensão das leis trabalhistas para os camponeses e fizeram pressão para a implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) em junho de 1963. A ULTAB continuou a funcionar até ter seu papel superado pela CONTAG – a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Na ocasião de seu estabelecimento, em dezembro de 1963, o presidente da ULTAB, o militante comunista Lyndolpho Silva, passou a ser presidente da CONTAG.

O caráter corporativista da estrutura sindical fragmentou antigos blocos e criou novas alianças. Para os estadistas vinculados a Vargas, o sindicato oferecia uma maneira de controlar a classe trabalhadora e algumas facções da oligarquia rural concordavam com a idéia, confiantes de que o sindicato patronal sempre seria mais forte e hábil que o dos trabalhadores. Com a expansão dos eleitores depois da Segunda Guerra mundial, a politização dos trabalhadores rurais virou algo de valor para muitas forças políticas, dos comunistas até os coronéis. Assim, a sindicalização, a reforma agrária, e outras iniciativas entraram com força na agenda nacional, criando uma dinâmica sócio-política que trouxe novas oportunidades para os trabalhadores rurais.

Mesmo assim, a luta pela sindicalização dos trabalhadores rurais no Brasil é melhor entendida como uma luta da vanguarda revolucionária contra a classe dominante reacionária. Entre os amigos da causa de sindicalização, a competição foi feroz, mas produtiva. A partir de 1960, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas e políticos populistas entraram na concorrência para ser identificados como representantes autênticos dos trabalhadores rurais. Criado em 1963, uma nova entidade do governo – a SUPRA – Superintendência da Política de Reforma Agrária – foi incumbida de ajudar os trabalhadores e seus representantes a formarem centenas de sindicatos. Entre os inimigos da sindicalização, a resistência de grupos de fazendeiros, usineiros e outros patrões e políticos foi tão grande que nem a Constituição de 1946 conseguiu segurá-los. Foi a oligarquia rural, principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo, que bancou e facilitou a mobilização da sociedade civil em apoio ao golpe militar, revogando a Constituição e introduzindo duas décadas de ditadura.

A ditadura não perdeu tempo em sua repressão ao movimento sindical dos trabalhadores rurais. Quase 80% dos sindicatos recém formados tiveram seus registros cancelados, preservando apenas os sindicatos que estavam vinculados com anticomunistas assumidos, geralmente padres e seus aliados católicos. No entanto, ao contrário das piores expectativas, que previam a extinção do sindicalismo pelo regime, os militares adotaram a perspectiva corporativista, vendo nos sindicatos um braço útil para construir sua hegemonia e organizar a produção do país.

### **Historiografia**

Até 1980, o pesquisador da questão sindical no campo encontrava

uma escassa coleção de obras. Começando nos anos 30, foram publicados estudos de casos, jornalísticos ou sociológicos, ora de mobilizações contemporâneas, ora dos problemas e oportunidades associadas com a organização das relações rurais. Já nos anos 1980, aparecem estudos regionais e sínteses preliminares de bastante importância. A partir dos anos 90, surgem novas obras acadêmicas sobre os movimentos nas diversas regiões do país.

A preocupação do governo Vargas com a produtividade agrícola e a resistência dos fazendeiros contra um diversificado desenvolvimento econômico da nação, estimularam os primeiros estudos da questão. A maneira como o amparo estatal podia aumentar a produtividade dos trabalhadores foi o tema do livro *O trabalhador rural brasileiro*, publicado pelo Ministério de Trabalho em 1937. Em 1939, o advogado baiano Pericles Madureira de Pinho defendeu os fazendeiros contra as pretensões corporativistas do Estado Novo em seu ensaio *O problema da sindicalização rural*. Mas, o governo Vargas não desistiu e organizou a Comissão Especial de Estudos da Sindicalização Rural para compor a legislação sobre a questão. Em 1943, o debate da comissão foi reproduzido em “O problema da sindicalização rural” na revista *A Lavoura* da Sociedade Nacional da Agricultura, um lobby de agricultores tradicionais sediado no Rio. O resultado final dessa campanha ainda está sendo estudado, mas algumas das influências da iniciativa na geração de orientações, conflitos, resistências e esperanças do movimento sindical dos trabalhadores rurais já são documentadas.

Os conflitos sobre a natureza da legislação continuaram nos anos 50. Há dois livros essenciais para resgatar a história parlamentar: *Escravidão da terra* do deputado federal Fernando Ferrari (1963) e *O Estatuto do Trabalhador Rural* e sua aplicação, de Segadas Vianna (1965). Um político populista de Rio Grande do Sul, Ferrari documentou com indignação a resistência da oligarquia rural. O livro de Segadas Vianna, um advogado que foi Ministro de Trabalho na última gestão do Vargas, revela bem a evolução legislativa das leis trabalhistas para o campo (LINHARES; DA SILVA, 1999, p. 91-107). Junto com a literatura sobre a sindicalização, são livros que questionam profundamente a velha tese do “pacto oligárquico e agrário” e de “modernização conservadora”, repetida por analistas como Otavio Guilherme Velho (1979) e Fernando Antonio Azevedo (1982, p. 29-41). São fontes que fazem o leitor ficar confuso quando encontrar, no escrito do sociólogo José de Souza Martins, a alegação de que o governo Vargas “não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico” (MARTINS, 1999, p. 32).

Na década de 1960, quando os conflitos aumentaram bastante em número, tamanho e frequência, uma contribuição importante foi feita pela *Revista Brasileira* com a publicação de estudos de Nestor Vera (1962), Araguaya Feitosa Martins (1962), Ibiapaba Martins (1962), José Chasin (1962), e do próprio editor, Caio Prado Junior (1963 e 1964). Cada artigo ajuda entender a força de mobilização dos trabalhadores rurais na época anterior a 1964 e o medo da “ameaça vermelha” que levou a Igreja Católica a investir na organização de sindicatos rurais na época, uma campanha defendida por Frei Celso Maria em *Os cristãos e o sindicato na cidade e o campo* (1963). A obra de Prado – seus artigos do período foram reunidos em 1979 em *A questão agrária* – valoriza bastante o poder progressivo do movimento sindical entre os trabalhadores rurais. É, assim, consistente toda uma literatura que apóia a idéia de que o movimento sindical dos trabalhadores rurais existia antes do que o governo Goulart tomasse a iniciativa no sentido de promover a sindicalização, e dá uma base para questionar a relação entre a iniciativa governamental e camponesa.

O golpe militar de 1964 não acabou com a produção acadêmica, mas foram poucas as obras publicadas até os anos 70, quando as mobilizações populares e o processo de abertura criaram uma conjuntura nova que possibilitava a crítica aberta.

Impressionante foi a publicação em 1970 da primeira síntese do movimento do pré-64. No ensaio “Peasant Leagues in Brazil”, Clodomir de Moraes, um militante e estudioso vinculado com o movimento dos trabalhadores rurais (primeiro através do PCB, depois das Ligas Camponesas de Francisco Julião, daí como organizador de focos – “dispositivos militares” – da luta armada, e mais recentemente como conselheiro do MST), reconheceu a militância do Partido Comunista entre os trabalhadores rurais, mas elogiou a atuação do advogado Julião por estar mais ligada com a realidade fundiária e conceitos sociológicos brasileiros, como, por exemplo, a noção de que o campesinato formou uma classe aparte da classe operária. Tema de várias publicações no exterior durante a ditadura – a saber, Cynthia Hewitt (1969), Joseph Page (1972) e Florência Mallon (1978) - as Ligas Camponesas conseguiram virar no papel uma força bem maior que foram na realidade (GALJART, 1964; JULIÃO, 1968; CAMARGO, 1973). A fama das ligas levou muitos – a coordenação do MST, por exemplo – a pensar que elas tiveram um papel histórico maior que toda a história das atividades do PCB dos anos 20 até os anos 60, deixando os pesquisadores com dúvidas sobre a balança da participação das diferentes organizações dos movimentos

sociais no campo e suas leituras daquela conjuntura (STÉDILE, 2002).

Sem discutir diretamente as Ligas, a Fundação Ford e outras entidades apoiaram, no início dos anos 70, um projeto de pesquisa sobre emprego no Nordeste que acabou produzindo cerca de seis estudos sobre os trabalhadores rurais e seus sindicatos. Na mesma época, foram publicados vários estudos sobre os milhares de bóias-frias, o nome popular dado a nova categoria de trabalhador rural, o cortador ou colhedor volante. Sem vínculos formais com o empregador, o bóia-fria não gozava dos direitos das leis trabalhistas, precisava migrar para encontrar emprego e era explorado com impunidade. A importância desta literatura para entender o movimento sindical rural do pré-64 vem de suas interpretações do período mais do que novas informações das conquistas da época.

Em seus respectivos livros, *O “bóia-fria”: acumulação e miséria* (1976) e *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores de cana-de-açúcar de Pernambuco* (1979), as autoras Maria Conceição D’Incao e Lygia Sigaud argumentam que a expansão das leis trabalhistas para os trabalhadores rurais – o que Caio Prado viu como um grande avanço – trouxe problemas para os trabalhadores. A lei estimulou a expulsão dos trabalhadores residentes e permanentes das fazendas, criando assim condições para a formação de um excedente de trabalhadores rurais subempregados e hiperexplorados, os clandestinos e bóias-frias. Sigaud anota, ironicamente, que se os sindicatos estivessem com mais poder, poderiam ter utilizado a mesma lei para assegurar melhores condições para os rurais. No caso do Estado de São Paulo, a antropóloga Verena Stolcke, em seu livro *Cafecultura: homens, mulheres e capital* (1986), desprezou a idéia da responsabilidade da lei e concluiu que a situação econômica do café já havia estimulado os fazendeiros a expulsar os colonos residentes. Em *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil* (1982), o economista José Graziano da Silva viu neste processo a criação de um proletariado rural pronto para se unir com outros setores da classe operária.

Nos anos 80, a produção intelectual voltou com força, inspirada por uma onda explosiva de mobilizações dos trabalhadores rurais que irrompeu no final dos anos 70. Três livros importantes sobre o PCB e Ligas foram publicados neste período: dois com o mesmo título – *As ligas camponesas* – um por Fernando Azevêdo (1982), outro por Elide Rugai Bastos (1984), e *A vitória dos vencidos* (Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas, 1955-1964) de Bernardete Aued (1986). Esta década também foi fundamental para o resgate e publicação de depoimentos de militantes do movimento

camponês do pré-64. Os dois volumes das memórias do líder comunista Gregório Bezerra merecem destaque; também, foram publicadas as memórias de Manuel da Conceição, liderança rural do Maranhão (1980), José Pureza, que atuou no Rio de Janeiro (1982) e José Leandro da Costa, militante sindicalista do Ceará (1988). Os depoimentos foram essenciais na reconstrução dos eventos regionais que resultaram na publicação de estudos de caso como *O campesinato fluminense: mobilização e controle político* de Mario Grynszpan (1986), *A revolta camponesa de Formoso e Trombas* de Maria Esperança Carneiro Fernandes (1988) e *As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará: 1954-1964* de Maria Glória W. Ochoa (1989). No filme *Cabra marcado para morrer* (1984), o documentarista Eduardo Coutinho combinou história oral com filme arquivado da época para examinar as Ligas de Paraíba e sua memória coletiva.

Finalmente, novas sínteses importantes foram produzidas nos anos 80, como *Os camponeses e a política no Brasil* de José de Souza Martins (1981), “A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)” por Aspásia de Alcântara Camargo (1981), e *História dos movimentos sociais no campo* de Leonilde Sérvolo de Medeiros (1989). Os ensaios de Camargo e Martins foram muito bem divulgados e já passaram por várias edições. Pesquisadora e historiadora da Fundação Getúlio Vargas, Camargo examinou as ações do Estado, principalmente do executivo, e deu destaque à questão da terra, mais que aos trabalhadores rurais e seus sindicatos. Assim, para ela, as Ligas Camponesas foram mais importantes que os sindicatos e o papel do PCB mereceu pouca atenção, já que – para ela – o movimento sindical só iniciou-se a partir dos anos 60. Camargo argumentou que o projeto de sindicalização dos trabalhadores rurais significa a sua incorporação na política populista da época.

Baseada na pesquisa de orientandos e em sua própria experiência como assessor da Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos anos 70, a obra de Martins questionou a militância do PCB entre os trabalhadores rurais. Para ele, o partido subestimava a capacidade política dos camponeses na era pré-64, condenando a estratégia de incorporá-los como parte da classe operária, ao invés de vê-los como uma classe em si, capaz de resistir ao capitalismo selvagem no campo e contribuir para a construção de um Brasil socialista. Pior, na opinião de Martins, foi a decisão do PCB de privilegiar alianças com a chamada burguesia nacionalista e de ver no aparelho do sindicalismo rural um avanço no caminho para o socialismo. Com uma orientação que o cientista político Raimundo Santos chama de “agrarista”, o ensaio de Martins contribuía

significativamente para desprezar a luta dos trabalhadores rurais para direitos trabalhistas e da valorização de movimentos sociais camponeses em torno da luta pela terra (SANTOS, 1999).

O livro de Medeiros inicia-se com uma citação do ensaio de Martins e uma crítica à inclinação urbana da historiografia brasileira, mas ela conseguiu valorizar os movimentos sociais no campo sem desvalorizar o movimento sindical rural. Como integrante do GT dos movimentos sociais do campo da PIPSA – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, outro projeto financiado pela Fundação Ford nos anos 80 – Medeiros já tinha feito várias contribuições quando foi convidada pela FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – para preparar uma história a ser colocada “à disposição dos trabalhadores rurais e dos seus assessores [...e...] a todos os que acreditam que é possível mudar a nossa sociedade” (MEDEIROS 1989, p. 8). O livro é rico em dois sentidos: 1) abrangeu todos os movimentos até então conhecidos e colocou-os no contexto histórico e 2) trouxe para o leitor muitas fontes primárias, como resumos de romances e filmes, fotos de militantes e cenários da luta, e cópias de documentos históricos como capas de jornais e resoluções de congressos. Ela argumentou que no pré-64 “as bandeiras que até hoje são centrais nas lutas [dos trabalhadores rurais]: os direitos trabalhistas, a previdência social e principalmente a reforma agrária” se formaram. A lista é mais extensa e relevante, como o livro mostra na seqüência, adicionando a construção de organizações nacionais, a criação de uma “linguagem política” na identificação de todo tipo de trabalhador rural como “camponês”, e a procura de “novas formas de inserção desse segmento” no processo de desenvolvimento do país. Na sua interpretação, a contribuição do pré-64 foi fundamental (MEDEIROS, 1989, p. 13-15). Mesmo assim, concluindo o livro em 1987, Medeiros nos dá elementos para entender o desgaste do movimento sindical e sua relação com a luta pela terra que, na época da publicação do livro, já estava criando novas bases para ameaçar a (nova) velha guarda da CONTAG.

Dos anos 90 até o século atual, a modernização dos mecanismos de produção agrícola e a luta pela terra, dois processos integralmente ligados que se intensificaram no pós-64, causaram um ajustamento no foco da pesquisa para a questão da reforma agrária. Neste sentido, surgiram alguns livros importantes sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-64. Foram publicadas mais memórias de militantes do movimento sindical, estudos de movimentos em vários estados, e análises do movimento sindical no pós-64 que também analisavam o período anterior. A tensão existente na

relação entre os trabalhadores rurais que dependiam de salários e os trabalhadores rurais que dependiam mais da sua própria produção como lavradores tem sido mais analisada. É interessante notar que o reconhecimento da complexidade da sociedade rural fez com que ninguém mais tentasse escrever uma síntese. Em geral, os estudos mostraram menos confiança nas explicações estruturais e no progresso linear, mostrando uma preferência para o empirismo e uma valorização do processo.

Dois depoimentos publicados deram destaque para o movimento sindical no pré-64. Em *Lutas camponesas no interior paulista* (1992), os organizadores Cliff Welch e Sebastião Geraldo apresentaram a memória do comunista Irineu Luis de Moraes, o Índio, que militou na base dos movimentos nos estados de São Paulo e Paraná, organizando a resistência dos camponeses, greves de colonos e cortadores e construindo ligas, associações e sindicatos. Moraes trabalhava para as organizações do PCB que eram dirigidas por Lyndolpho Silva, o depoente do livro *O camponês e a história* (2004), organizado pelo cientista político Paulo Cunha. As duas memórias revelam, por um lado, a incrível disciplina dos militantes e, por outro, as complicações institucionais que desmoralizaram o movimento.

Na linha de frente, Moraes sentia-se abandonado pelo partido e acabou concluindo que o PCB continuamente “subestimava” a força revolucionária dos camponeses. Falando de Silva, Moraes o descreveu como alguém que “não fazia nada [...], um carreirista...” (WELCH; GERALDO, 1992, p. 123, 132). O depoimento de Silva sustenta, em parte, as alegações do Moraes, mostrando como foi difícil a posição de um burocrata do partido. Com outros estrategistas urbanos, eles tentaram pensar como guiar rebeliões e movimentos remotos e desconhecidos. Pressões políticas e partidárias interferiram no desempenho das organizações dirigidas por Silva. Quando o PCB interferiu na direção da ULTAB, por exemplo, mandando embora alguns militantes camponeses, o emprego de Silva foi salvo. “Eu fiquei, mas fiquei sem fazer nada, me deixaram ficar também sem saber o que eu ia fazer, fiquei vendo esse negócio todo” (CUNHA, 2004, p. 70). Os dois livros deixam claro que precisamos estudar mais o papel do partido no campo.

Dois analistas no Rio de Janeiro, Luíz Flávio de Carvalho Costa e Raimundo Santos têm dedicado bastante atenção ao papel do PCB e sua interpretação da questão agrária. Nos capítulos na coletânea *Política e reforma agrária* (1998), os organizadores deixaram claras as vantagens e desvantagens criadas pelo compromisso do partido com o conceito da “frente única”,

especialmente suas alianças com a burguesia nacional. Como mostra *The Seed Was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964* (1999), a meta de assegurar poder político através de demonstrações de influência sobre o movimento sindical freqüentemente colocou o partido numa posição oportunista. Quando Lyndolpho Silva chegou ao palco, ao lado do Presidente João Goulart durante seu famoso comício de 13 de março, ele achava que tinha chegado “quase lá,” no centro do poder (CUNHA, 2004, p. 107-109). Menos de três semanas depois, a incapacidade do partido em mobilizar as forças populares no apoio a Goulart e contra o golpe militar provou como o poder do PCB foi superestimado.

Precisamos entender melhor como o movimento camponês avançou em todas as regiões do país para compreender melhor o potencial e os problemas do movimento. No Nordeste, por exemplo, o PCB teve muito menos influência que no centro-sul. O livro de Regina Reyes Novaes, *De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo* (1997), ajuda bastante a entender o jogo de forças entre o partido, os políticos, as Ligas Camponesas e a Igreja, um ator importante e pouco analisado. Na história de São Paulo, como *The Seed Was Planted* documenta, a Igreja era dividida, com uma ala conservadora e uma reformista. Na Paraíba, o catolicismo do povo neutralizou a militância do PCB e as disputas dentro das Ligas abriram o espaço que permitiu à Igreja ganhar “a corrida da fundação e reconhecimento dos [...] sindicatos dos padres” (NOVAES, 1997, p. 64). Precisamos de mais estudos que examinem a história em cada estado, para poder escrever uma nova síntese dos movimentos dos trabalhadores rurais.

Apesar da extensão e importância do movimento sindical na vida de milhões de trabalhadores e aposentados, são poucos os estudos dos sindicatos rurais hoje em dia. Ruda Ricci, que trabalhou no movimento, também comenta sobre o período pré-64 em seu livro *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil* (1999). Outro estudioso do assunto, o cientista político Claudinei Coletti, o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais antes do golpe militar foi um de cooptação pela classe dominante. O chamado “sindicalismo oficial rural” foi organizado para controlar as “organizações autônomas” dos trabalhadores que já estavam construindo um caminho independente de cidadania para os camponeses. Os sindicatos oficiais chegaram para “abortar e substituir” este movimento, servindo como “limitador da cidadania das massas rurais” e colocando um “poderoso instrumento de controle político-social nas mãos do Estado” (COLETTI, 1998, p. 61).

Coletti tem um pouco de razão. Depois do golpe e até o final dos

anos 60, os militares usaram os sindicatos para ajudar no controle dos movimentos sociais no campo. Mas a conclusão do Coletti ignora a história das lutas e resistências dos trabalhadores na busca de uma estrutura oficial e igual dos operários industriais. A idéia do Coletti tem fundo na crítica dos sindicatos pós-golpe quando serviram, também, para atender às necessidades dos trabalhadores, como clínicas e outros serviços de assistência social. A noção nos lembra das hipóteses exaustas da consciência falsa dos camponeses. No final de 1963, por exemplo, os representantes dos STRs se reuniram para fundar a CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, e elegeram os militantes comunistas Lyndolpho Silva como presidente e Nestor Vera como tesoureiro (WELCH, 1999, 2004; CUNHA, 2004). O documentário *Grass War: Peasant Struggle in Brazil* (WELCH; PERRINE, 2001) também documenta a ligação entre a resistência dos trabalhadores rurais, a sindicalização e a luta pela reforma agrária.

Para Ricci o período pré-64 é essencial para entender o movimento sindical pós-64. A Igreja é vista como a fonte do assistencialismo da CONTAG, já que a campanha sindical da Igreja foi orientada pela definição do sindicato como fonte de assistência ao trabalhador rural. Do PCB viriam as tendências de mobilização política dos associados e um dom institucional para trabalhar nos corredores do poder e com a burocracia. Ricci destacou, também, a ênfase das lideranças na história da fundação da CONTAG, que envolveu jogos pesados entre dirigentes de facções, sem nenhuma preocupação com a participação das bases.

A questão da importância das lutas entre lideranças, ora indivíduos, ora instituições, é uma das muitas que persegue o pesquisador dos movimentos sociais no campo. Da classe dominante vem a afirmação que nenhum grupo subalterno é suficientemente responsável para organizar sua própria política. Os intelectuais, em geral, inculcaram esta perspectiva e a literatura a respeito forneceu alguns subsídios para considerar que, na cultura autoritária do Brasil, a construção e papel do líder são importantíssimos. Em 1964, Benno Galjart concluiu em seu artigo “Class and Following in Rural Brasil” que as Ligas Camponesas e sindicatos rurais encontraram legitimidade na cultura brasileira através de sua capacidade de duplicar e assim des-localizar o coronel na relação clientelista tão típica no Brasil. Em “Mudança e continuidades na política rural brasileira” (1988), Elisa Reis chegou à mesma conclusão, uma conclusão que orienta a obra do sociólogo José de Souza Martins (2000).

### Fontes e novas questões

À medida que a literatura recente multiplicou nosso conhecimento do movimento dos trabalhadores rurais no pré-64, multiplicaram também as questões sobre a época, como o questionamento do significado da cronologia política para os trabalhadores rurais. Os antropólogos, com sua tendência de pesquisa comunitária, têm mostrado através de depoimentos com camponeses – muitas vezes pessoas não-identificadas, como nos estudos de Stolcke, dificultando assim a construção de conhecimento científico – que o golpe não tinha importância nenhuma. Vimos como o governo tentou interferir nas relações de trabalho rural, mas ficou para ser pesquisado o impacto real desta interferência. Sabemos que a reivindicação para um movimento sindical dos trabalhadores rurais existiu desde os anos 20, mas não temos ainda estudos que ajudam a medir a influência dela. Os relatos oficiais de 1930 para frente mostram como as autoridades estavam preocupadas com o movimento, mas falta trabalho de campo suficiente – pesquisa local – para confirmar se tiveram base verdadeira as reclamações da classe dominante. Novos estudos revelaram a participação do PCB, da Igreja e das Ligas na formação do movimento sindical, mas não está claro ainda todo conteúdo desta participação nas distintas regiões do país. Enquanto a reforma agrária radical foi uma bandeira de luta no período pré-64, sua articulação dentro e fora do movimento sindical não está bem entendida. Estas questões e muitas outras restam a serem investigadas.

O historiador e o pesquisador do campesinato no Brasil não podem ignorar o movimento sindical dos trabalhadores rurais do pré-64. São muitas questões a serem investigadas para entender a história social do campo e compreender os conflitos do presente. São questões de fato e interpretação que só pesquisa e tempo podem ajudar a resolver.

Além das memórias publicadas e depoimentos arquivados, a imprensa anarquista, socialista e comunista é uma importante fonte de informação sobre o movimento sindical dos trabalhadores rurais no pré-64. Uma fonte única de matérias da imprensa esquerdista encontra-se no livro *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1954)*, organizado por José Cláudio Barriguelli (1981). Desta imprensa, outra fonte imprescindível é o jornal *Terra Livre*, que pode ser encontrado em várias bibliotecas, inclusive a Nacional no Rio de Janeiro e a Mário Andrade em São Paulo. Em geral, a imprensa local não é uma boa opção para o pesquisador, já que os jornais dependeram muito das prefeituras que raramente apoiaram movimentos sindicais. Mas, na época de 1959 a 1964, o ambiente populista era tão forte que havia uma

tendência maior dos jornais em relatar os conflitos, às vezes como meio de criar apoio para um partido ou político vinculado ao periódico.

Outras fontes primárias publicadas estão em Luís Flávio de Carvalho Costa, org., *O congresso nacional camponês: o trabalhador rural no processo político brasileiro* (1993), Raimundo Santos, org. *Questão agrária e política*, autores pecebistas (1996), Christian Brannstrom, *Documentos do Arquivo do Fórum da Comarca de Assis* (1997), e Emiliana Andréo da Silva *O despertar do campo: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo* (2003).

Os dois últimos livros são coleções de documentos que podem ser investigados com mais cuidado em arquivos. O livro de Silva revela a riqueza do material que pode ser encontrado nos arquivos da policia social e política, o DEOPS, que operou em muitos estados entre os anos 20 e 80 do século passado. O livro de Brannstrom aponta uma fonte possivelmente ainda mais rica: os arquivos das juntas de trabalho que abrangeram regiões agrícolas, como a Junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto, que inicialmente concentrava os apelos trabalhistas de uma área que envolvia três estados. Outras fontes primárias das lutas dos trabalhadores rurais pela igualdade perante a lei são as revistas dedicadas à análise da legislação, como por exemplo, a *Revista Legislação do Trabalho*, que foi publicada em São Paulo entre 1941 e 1964.

Esta revista e outras são disponíveis nas estantes da biblioteca da Faculdade de Direito da USP no Largo de São Francisco em São Paulo. Outros acervos para reconstruir a história do movimento sindical dos trabalhadores rurais no nível nacional podem ser encontrados na biblioteca do CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no arquivo da CONTAG em Brasília, no acervo da coleção do Brasil: Nunca Mais, no Arquivo Edgard Leuenroth na UNICAMP; no acervo Movimentos Sociais no Campo no CEDIC – Centro de Documentação e Informação Científica – na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; nas cartas dos trabalhadores rurais para Vargas, no Fundo da Secretaria da Presidência da República no Arquivo Nacional; nos acervos do PCB, ASMOB – Archivio Sorico del Movimento Operario Brasil – e no Instituto Cultural Roberto Morena no CEDEM – Centro de Documentação e Memória da UNESP, em São Paulo; e nas caixas de recortes de jornais no arquivo da sede da Comissão Pastoral da Terra em Goiânia.

É aconselhável “pensar no mundo”, mas pesquisa histórica tem que ser desenvolvida no local. Já que a história das lutas e resistências dos

trabalhadores rurais faz parte da história subalterna, para resgatar a voz e atuação deles, ferramentas como história oral são essenciais. Um bom lugar para começar sua pesquisa sempre é a sede do sindicato do trabalhador rural em sua comunidade.

## Referências

- AZEVÊDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BEZERRA, G. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979-1980. 2 v.
- CAMARGO, A. A. *Brésil Nord-Est: mouvements paysans et crise populiste*. 1973. Thèse de 3ème cycle – EHESS, Paris.
- \_\_\_\_\_. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral de civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e política. São Paulo: Difel, 1986.
- CARVALHO, J. de M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- COLETTI, C. *A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COUTINHO, E. *Cabra marcado para morrer*. Rio de Janeiro: Globo Vídeo, 1984. VHS. 120 min.
- CUNHA, P. R da. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira, 2004.
- GALJART, B. Class and 'Following' in Rural Brazil. *América Latina*, v. 7, n. 3, jul-set. 1964.
- HEWITT, C. Brazil: The Peasant Movement in Pernambuco, 1961-1964. In: LANDSBERGER, Henry A. (Org.). *Latin American Peasant Movements*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1969.
- JULIÃO, F. *Cambão: la obra cara de Brasil*. México: Siglo XXI, 1968.
- LEVINE, R. M. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. São Paulo: Editora da USP, 1995.
- LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

- MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MALLON, F. E. Peasants and Rural Laborers in Pernambuco, 1955-1964. *Latin American Perspectives*, v. 5, n. 4, Autumn, 1978.
- MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1981.
- \_\_\_\_\_. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: USP, 2000.
- MEDEIROS, L. S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- NOVAES, R. R. *De corpo e alma: Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1997.
- PAGE, J. *A revolução que nunca houve: o nordeste do Brasil, 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- PALACIOS, G. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: UnB, 2004.
- PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. (Org.). *A classe operária*. In: \_\_\_\_\_. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Alfa Omega, 1979. v. 1.
- REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SANTOS, R. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In: SANTOS, R.; CARVALHO, L. F. de; SILVA, F. T. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos: estudos sobre trabalhadores da cana de açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- STEDILE, J. P. *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- STOLCKE, V. *Caféicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. 2. ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1979.

WELCH, C. *The Seed was Planted: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964*. University Park: The Pennsylvania State University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. *Projeto História*. São Paulo, v. 29, t. 2, jul./dez. 2004.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WELCH, C.; PERRINE, T. *Grass War: Peasant Struggle in Brazil*. New York: The Cinema Guild, 2001. VHS, 34 min.

ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

## **Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural**

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante\*

Luís Antonio Barone\*\*

Henrique Carmona Duval\*\*\*

Resumo: A partir de uma pesquisa qualitativa e de corte longitudinal voltada a uma contínua experiência de investigação junto aos assentamentos rurais do estado de São Paulo, o presente artigo discute impasses e perspectivas dessas novas experiências sociais e dos seus sujeitos protagonistas, tomando como fio condutor da análise a relação assentamentos x desenvolvimento, considerada como uma trama de tensões que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais.

Palavras-chave: Reforma agrária; Assentamento rural; Desenvolvimento rural.

### **Introdução: explicitando a perspectiva analítica**

Após vinte anos completos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a problemática do desenvolvimento dessa gama de assentamentos rurais implantados desde então é particularmente candente.

Optamos, neste trabalho, por não restringir a relação assentamentos x desenvolvimento a uma avaliação apenas econômica. Aliás, ao afirmarmos que desenvolvimento não é só crescimento e modernização econômica, estamos procurando estabelecer uma perspectiva que assuma a complexidade, tanto do conceito, quanto da realidade dos assentamentos rurais. Não pensamos os assentamentos nem como expressão inequívoca de desenvolvimento, nem

---

\* Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente, Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA, Doutora em Sociologia ([vbotta@techs.com.br](mailto:vbotta@techs.com.br))

\*\* Docente no FCT/Unesp – Presidente Prudente/SP – Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, Doutor em Sociologia. ([labarone@uol.com.br](mailto:labarone@uol.com.br))

\*\*\* Mestrando Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio-Ambiente, Mestrado, do Centro Universitário de Araraquara – UNIARA. ([henriquecarmona@hotmail.com](mailto:henriquecarmona@hotmail.com)).

como sua peremptória negação. Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados.

Tomamos como fio condutor da análise uma contínua experiência de investigação, que também já acumula 20 anos, junto aos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Consideramos que essas experiências representam inovações na gestão territorial e constituem, em sua multidimensionalidade, uma trama de tensões sociais – relações construídas por distintos atores em diferentes âmbitos da vida social – reveladora das contradições e possibilidades desse tipo de agricultura familiar frente aos constrangimentos estruturais das economias regionais e do entorno sóciopolítico.

Assim, nossa perspectiva permite analisar algumas dimensões dessa realidade, revelando pontos de tensão relativos ao conjunto de preocupações que o conceito de desenvolvimento pode enfiar. Privilegiamos, aqui, a noção de gestão do território, que pode ser decomposta, analiticamente, em três dimensões que julgamos importantes: a organização interna das famílias assentadas, a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração (ou bloqueio à integração) econômica aos sistemas produtivos locais e regionais. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen (2000), para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

Tal concepção, que utilizaremos como pano de fundo para avaliar essa relação entre desenvolvimento e assentamentos rurais, nos parece apropriada por valorizar, acima de tudo, a perspectiva dos agentes que estão envolvidos nessas experiências de reforma agrária: os trabalhadores assentados.

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua

organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, pode redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias. Liberdade de escolha, de ação e de opinião: liberdades que comportam dimensões objetivas e subjetivas, práticas e representações sociais acerca da liberdade.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

### **Dilemas da organização interna dos Projetos de Assentamentos (PAs)**

A dimensão da organização interna dos assentamentos é um lócus privilegiado para a apreciação do exercício da liberdade, elemento indispensável para a conquista de um real desenvolvimento. Diferentes experiências foram levadas a termo na busca de alternativas organizativas e de gestão dos territórios dos assentamentos. Pouco sucesso, em termos de permanência e expressão regional, tiveram as experiências que preconizaram a gestão coletiva da terra e do conjunto dos meios de produção nos assentamentos. No mais das vezes lideradas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), as experiências coletivistas subsistem, hoje, em escala reduzidíssima no Estado. Registram-se, nessa rubrica – com um nível de organização cooperativa - apenas as duas Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs) no PA Pirituba, sul do Estado.

Mais ruidosa foi a frustrada experiência coletiva da Cooperativa de Produção Agropecuária “Padre Josimo Tavares” (COPAJOTA), no assentamento Reunidas (Promissão/SP). As dezenove famílias que deixaram a COPAJOTA criaram a APRONOR (Associação dos Pequenos Produtores da Nova Reunidas). A produção agrícola nesta organização era exclusivamente familiar, existindo, no entanto, fortes laços de sociabilidade, de troca de experiências e de ajuda mútua entre eles. O coletivo se resumiu na presença de um trator e alguns poucos implementos. Em meados da década de 1990, com a criação pelo governo federal da linha de crédito “Procera - teto dois”, vinculado à participação em cooperativas, a APRONOR transformou-se

em uma cooperativa - na época, com 24 associados.

O MST, muito ativo neste assentamento, estimula o grupo remanescente da COPAJOTA a criar uma outra cooperativa, a CORAP (Cooperativa Regional dos Assentados de Promissão), com o objetivo de promover a organização coletiva da produção com vistas à agroindustrialização, a exemplo da COCAMP, já em instalação no Pontal do Paranapanema. Essa tentativa de criar uma economia de escala não prosperou, culminando com a sua desestruturação e uma redobrada desconfiança de grande parte dos assentados em relação ao MST.

Num outro contexto regional, em Araraquara (região Nordeste do Estado), também foi registrada uma experiência de organização coletiva da produção que, embora tivesse outras agências em sua promoção, não logrou melhor sorte. No PA Monte Alegre, no 1º. ano agrícola dos núcleos I e II, a coordenação da produção coletiva e a gestão das máquinas – cuja aquisição se deu através de um financiamento “a fundo perdido” – couberam a duas associações de produtores, assessoradas pelo ITESP. Além das limitações de fertilidade das terras cultivadas, o que prejudicou a produção, a própria condução dos trabalhos e da divisão da renda auferida ao final do processo levou à dissolução das entidades. Isso porque, embora o trabalho no cultivo fosse computado individualmente – com o apontamento dos dias trabalhados por cada pessoa – ao final, após a venda da produção, uma assembléia de assentados decidiu pela repartição da renda de uma forma que não levou em consideração o número de pessoas envolvidas na lida coletiva.

Uma revolta contra esse evidente equívoco na gestão do trabalho acabou por atingir fatalmente as associações. Os seus diretores foram acusados de roubo e as famílias que mais se beneficiaram (por exemplo, colocando seus dependentes para trabalhar fora do PA e recebendo o mesmo daquelas nas quais todos os membros se empenharam no trabalho coletivo) foram tachadas de “*marajás*”. A dificuldade de controle contábil de qualquer grupo associativo (grupo de máquinas, associação de mulheres, cooperativas) sempre ensejou, da parte dos assentados, denúncias de “roubo” – quase sempre motivadas pela incompreensão dos resultados de uma administração descuidada e ignorante de qualquer regra de boa gestão. No geral, portanto, observa-se que as associações surgem e se mantêm – em suas descontinuidades - garantindo maior força econômica e política aos assentados.

A polêmica com relação à cana será um dos vetores de articulação de um novo grupo, formalizado na Associação “*Independente*”, no assentamento Bela Vista, em Araraquara. Esses agricultores foram atraídos

pela possibilidade de explorar o cultivo da cana-de-açúcar, numa espécie de arrendamento via Associação. Parte deles veio de uma outra experiência cooperativa, que não conseguiu atender a todos os seus cooperados nos serviços de moto-mecanização. Defendendo, desde o primeiro momento o cultivo da cana-de-açúcar no PA, a Associação “*Independente*” irá se distanciar, inclusive, da Comissão Interna, organismo de gestão interna do assentamento composto por representantes de todas as entidades da Bela Vista.

A implantação da cultura da cana-de-açúcar, em larga escala, no PA Bela Vista terá lugar nos anos 2000/2001, quase sempre mediante a atuação da Associação *Independente*<sup>1</sup>. Falando em “*não ter medo de negociar com a Usina*”, as lideranças “independentes”, citam o “contrato” que fizeram (e que não revelam à pesquisa), como forma de se inserir no contexto da racionalidade moderna. O alcance da capacidade de autonomia desses agentes no desenvolvimento de suas estratégias, na sua difícil relação com o complexo agroindustrial sucroalcooleiro da região, sem dúvida, será posto à prova nos próximos anos, constituindo-se em um sério dilema para o futuro dos assentamentos.

No Pontal, a formação de associações tem estado bastante vinculada à iniciativa, no mais das vezes de interesse eleitoral, dos políticos locais (quase sempre prefeitos). Por outro lado, no tocante à representação política dos assentados, o MST ainda detém praticamente seu monopólio na região extremo-oeste do Estado.

Se tem sido intensa a dinâmica de mobilização e participação política externa dos sem-terra, a situação de assentamento caracteriza-se, tanto no Pontal como em Araraquara, por uma forte desmobilização e esvaziamento da legitimidade e controle político dessas agências e organizações sobre os trabalhadores assentados. Tanto a FERAESP quanto o MST – ativos, respectivamente, em Araraquara e no Pontal – têm muito mais capacidade propositiva no encaminhamento da luta pela terra. Na situação de assentamento propriamente dita, embora seja ressaltado o esforço dessas organizações em momentos críticos, os assentados aparentam uma grande pulverização de iniciativas individuais, quase sem nenhuma organicidade.

O histórico claudicante dos grupos associativos e cooperativos, que

---

<sup>1</sup> Enquanto na Monte Alegre a proposta do cultivo da cana era intermediada pela PM de Motuca, na Bela Vista, além de dois assentados da mesma família que sempre forneceram cana para a usina vizinha, hoje, quase todos os contratos são mediados pela Associação Independente. Existe, no entanto, alguns outros assentados (em menor número) que têm contratos individualizados com a usina.

objetivavam gerir de alguma forma coletivizada os recursos dos assentamentos, pode levar a pensar no fracasso definitivo dessa forma de organização. No entanto, ela mesma se repõe de tempos em tempos, seja através do estímulo externo, seja através da iniciativa autônoma dos próprios assentados.

### **Mobilização e participação política nos assentamentos**

A constituição do campo político nos assentamentos vem tendo, nos mecanismos de instituição de coordenações internas - bem como no encaminhamento de suas gestões - um indicador muito preciso de seu desenvolvimento e de seus bloqueios. Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente.

Mas, para além do risco de uma certa involução no desenvolvimento dos PAs, provocada por dissensões e disputas internas, o estudo das relações políticas nos assentamentos – e entre os assentados – tem revelado, também, o esforço inovador dos trabalhadores assentados na sua busca por emancipação. Um histórico recorrente de conflitos internos – geralmente avaliados como indicadores de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder, mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento (BARONE, 2002).

Para essa análise, o assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, é particularmente interessante. Isso porque o histórico desse projeto tem, como característica marcante, uma ausência de conflitos no período de ocupação das terras, seguida, após a instalação das famílias, de um período bastante turbulento de conflitos internos entre diversos grupos. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos.

O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que – ao longo dos anos – têm marcado decisivamente suas relações políticas internas. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos têm se apresentado, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes do próprio assentamento – o que resultará numa dinâmica

política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo. Os conflitos, então, podem ser compreendidos a partir da operação de racionalidades distintas, orientando as estratégias dos assentados para melhorar suas posições no interior desse campo específico.

### **A problemática integração econômica dos assentamentos**

A avaliação do desempenho econômico dos assentamentos, conforme frisado na introdução, é matéria polêmica, cercada de um verdadeiro bloqueio ideológico imposto pelo discurso economicista de setores mais ou menos distantes da investigação empírica desses territórios. Os diferentes graus de capitalização e os correspondentes distintos padrões de acumulação capitalista em cada contexto regional, por si só, já criam conjunturas pouco semelhantes quando se estuda a integração econômica dos assentamentos. Há que se pensar na situação de um segmento de agricultura familiar *lato sensu*, em cada região, para se ter uma visão menos distorcida do desempenho econômico das experiências de assentamentos de reforma agrária.

Neste sentido, as atividades econômicas dos assentados, seu grau de inserção em sistemas produtivos específicos, são bastante díspares, mesmo num único PA. Numa comparação com setores tradicionais de agricultura familiar, em cada região, os assentados mais bem sucedidos, em poucos anos, já exibem praticamente as mesmas condições econômicas que os agricultores tradicionais. Isso tanto pode ser bom, demonstrando a equiparação de condições entre produtores assentados e não-assentados, quanto ser mau, pois, infelizmente, a condição do produtor familiar paulista (excetuando aqueles que exploram nichos de mercado específicos) é de baixa capitalização – quando não de franca descapitalização – e de perda constante de renda.

Nos assentamentos da região de Araraquara, após um momento inicial de grande produtividade de grãos – geralmente nos dois primeiros anos de assentamento, quando recursos bancários são liberados e ainda vigem os prazos de carência para seus pagamentos – essa alternativa perde paulatinamente força, até entrar em colapso. Vencem as carências bancárias e os assentados vêm-se inadimplentes, reduzindo a área plantada e, em muitos casos, não realizando nenhuma atividade agrícola objetivando exclusivamente o mercado. Viver da terra como produtor de excedentes, somando a essa condição a busca de trabalho fora do assentamento frustra os sonhos de muitas famílias.

Essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (STETTER, 2000). As questões que acompanharam a polêmica da implantação da cultura da cana nos assentamentos também repercutirão na apreciação acadêmica do fato. Questões que permitem o aflorar de dois eixos analíticos principais na interpretação dos assentamentos. Para os pesquisadores que insistem em avaliar assentamentos por indicadores de sucesso, de eficiência e de fracasso, o consórcio ou a entrada da cana seria mais um episódio do “natimorto processo da integração dos assentamentos na região” (PINASSI; QUEDA, 1993).

Para os pesquisadores que investem em outra abordagem, insistindo na importância de se acompanhar o movimento dos assentamentos em suas diferenciações – e não unicamente pela lógica da integração e de inserção no mercado capitalista – a adesão ao cultivo de cana para o fornecimento das usinas e destilarias deve ser compreendida como parte das relações complexas que envolvem assentamentos, poder local e a inserção nos sistemas produtivos regionais: mediações que têm que ser pensadas de uma perspectiva multidimensional e não unicamente por uma determinação econômica.

No assentamento Bela Vista, sob jurisdição do INCRA, há denúncias de que os assentados começaram a arrendar suas terras para uma usina da região de Araraquara há quase cinco anos, tendo sido desenvolvida uma “parceria” entre uma associação de assentados e a referida empresa. Indiferentemente aos lamentos e aos estudos, a pressão das usinas segue sua marcha, através de políticos locais, como prefeitos e vereadores ligados a tais empresas e de deputados eleitos pela região que tentam levar o INCRA a rever sua postura permitindo o plantio da cana nos lotes dos assentados. Sem participar diretamente deste vai e vem que tem contornos políticos, os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas as diferenças – começam progressivamente a aderir à cana, justificando sua “opção” pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra, pela expectativa de ter um rendimento fixo proveniente da cana, necessário ao sustento da família.

O confronto entre duas lógicas assume contornos nítidos. De um lado, uma postura comandada pelo imperativo da integração na racionalidade capitalista, apresenta a entrada da cana nos assentamentos como garantia de

autonomia e de permanência na terra. De outro, uma perspectiva que procura levar os agentes políticos locais e regionais a verem na diversificação agrícola e na quebra da cultura da dádiva, um outro caminho possível, ainda que cercado de indefinições (FERRANTE; SANTOS, 2004).

Como divisores de água, a queimada é incluída naturalmente na primeira lógica, como garantia de emprego. Na segunda lógica, a queimada, associada aos venenos que acabam por afetar as plantações, representa a perda da liberdade de ter, na terra, um espaço diferente de produção e de reprodução social. A chama da cana queimada assume, na representação simbólica dos assentados que resistem, a marca da volta ao trabalho “cativo” esquadrinhado por outros saberes e poderes.

### **A agricultura tradicional e a relação com o meio ambiente nos assentamentos**

Apesar de uma situação de baixa capitalização e integração deficiente aos mercados regionais (excetuando a polêmica integração via fornecimento de cana), observa-se a existência de um importante grupo de assentados que, apesar de minoritário no conjunto dos PAs estudados, conseguiu desenvolver uma policultura capaz de gerar renda e sustentabilidade às suas famílias. Existem assentados que se especializaram em horticultura, fornecendo produtos para os municípios em que estão inseridos. O acesso à água ou a capacidade de instalação de redes de irrigação são pré-condições para tal empreendimento. A ocupação das poucas áreas férteis (porque próximas aos córregos) do PA Monte Alegre (região de Araraquara), bem como o assentamento de famílias com larga experiência anterior no trato da terra (poucos em relação aos bóias-frias) são os principais fatores que explicam essa interessante diversidade na produção dos assentamentos dessa região.

No PA Monte Alegre, as limitações dos solos (bastante desgastados) e a falta de capital acabam por forçar os assentados a aderirem à recém legalizada parceria com as usinas de açúcar e álcool. Nas regiões mais baixas do assentamento, no entanto, áreas banhadas pelos muitos pequenos córregos, ensaiam-se outras estratégias, baseadas em cultivos rotativos e uso de matéria orgânica, produzidas dentro do lote, para que se possa melhorar a condição do solo. A preocupação ambiental desses assentados que – no geral – se opõem à cana é bastante presente. Sempre que entrevistados, esses assentados acabam tecendo muitos comentários referentes à qualidade do solo, ao cuidado com a terra, à necessidade de rotatividade de cultivos, à presença de animais silvestres dentro dos assentamentos e à manutenção dos recursos hídricos.

Referem-se criticamente ao confronto entre a cultura extensiva de cana e os nichos multifuncionais existentes nos assentamentos. Os assentados contrários à cana desenvolvem alguma cultura comercial (frutas, café, etc.) e se orgulham em produzir alimentos, para si e para a “cidade”. Outro aspecto bastante interessante dessa interface entre produção de subsistência e preocupação ambiental é a maneira como tais agricultores, avaliados negativamente por sua falta de capitais, se referem ao seu trabalho, valorizando o fato de não usar agrotóxicos e de produzir naturalmente.

No caso do assentamento Bela Vista, a já implantada cultura da cana-de-açúcar não impede o florescimento de uma agricultura tradicional – nos mesmos moldes que a citada na Monte Alegre. Faz parte desse grupo de policultores, algumas famílias com um passado mais ligado à agricultura, portadoras de todo um saber a respeito das culturas e da organização da produção. Apresenta-se como curiosa ali, porém, a existência de alguns assentados bem sucedidos na produção agropecuária, oriundos da zona urbana (operários industriais). Conta favoravelmente para esses ex-operários, uma certa capacidade de aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo e um maior esclarecimento com relação às operações bancárias. A pesquisa registrou que o convívio entre os agricultores tradicionais e estes “novos agricultores” foi bastante benéfico aos últimos, no sentido da aprendizagem das técnicas de plantio e cultivo. A vizinhança de lote de produção ou de casas na colônia<sup>2</sup> aproximou essas famílias e garantiu um espaço de sociabilidade para transmissão dos conhecimentos.

Outra experiência interessante nessa região, se bem que em escala bastante reduzida, é a parceria para fornecimento de legumes (pimenta e pepinos) para a produção de conservas na região. As empresas adiantam recursos para implantação de equipamentos de irrigação para os assentados e estes passam a fornecer, de forma integrada, para tais empresas. O aspecto quase anedótico dessa experiência – observada nos assentamentos de Presidente Venceslau – é que militantes do MST, assentados naquele município, estão fornecendo pepinos para produção de conservas (picles) que serão utilizadas na rede de fast food McDonalds, espécie de símbolo da globalização do mercado de alimentação, sempre criticada pelo Movimento.

Em suma, a pesquisa tem observado a reconstituição, nos assentamentos, de todo um modo de vida tradicional, com relativa

---

<sup>2</sup> A Bela Vista conta com cerca de 100 casas de alvenaria construídas como um núcleo urbano no centro do assentamento. Essa infra-estrutura, ocupada pelos assentados foi uma antiga colônia de uma das fazendas da Usina Tamoio, desapropriada para instalação do PA.

importância nas economias regionais. Além dos produtos eminentemente comerciais, verifica-se toda sorte de plantio, além de várias farinheiras artesanais. Os animais servem de tração para o trabalho, meio de locomoção, além de fornecer importantes produtos básicos (como carne, leite, ovos e queijo).

### **Terra, trabalho e família: a difícil sementeira**

Além da policultura autônoma e da parceria com as usinas para produção de cana de açúcar – formas praticamente opostas de viabilizar a permanência na terra – os trabalhadores dos PAs de Araraquara lançam mão, também, de modalidades diferenciadas de encaminhamento da produção. Associações com outros produtores não assentados (para plantio de grãos, por exemplo) e mesmo com outras agroindústrias – como no caso da produção de mandioca para farinheiras industriais – são constatadas nesses territórios. A forma de gestão do trabalho, nesse caso, é familiar, embora o financiamento da produção dependa de agentes externos que têm forte vantagem na distribuição da renda gerada pela lavoura. Mesmo legalmente proibidas, tais parcerias são mais toleradas do que aquela que envolve o plantio de cana para as usinas. Isso acontece pois, além de ter uma fiscalização mais difícil, o fato de empregar diretamente a mão-de-obra assentada é algo visto como positivo.

O processo de exploração da cana-de-açúcar nos assentamentos constitui-se, sem dúvida, a alternativa mais perigosa do ponto de vista da gestão familiar do trabalho e da terra. Além dos possíveis danos ambientais, essa produção parece obedecer a uma lógica que é a da agricultura patronal. Embora sua introdução nos PAs implantados pelo ITESP esteja, em tese, regada por uma portaria oficial, nada garante que no futuro próximo não se reproduza uma situação de perda de autonomia dos assentados, conforme visto no PA Bela Vista (em Araraquara). Ali, em que pese o fato da introdução da cultura da cana ter-se realizado mediante uma associação de assentados (Associação Independente), que no princípio geriu de forma mais ou menos coletiva os trabalhos de plantio e cultivo, o que se observa hoje é a dependência quase total dos assentados frente à usina. Na maioria dos casos, todo o processo de produção agora está a cargo da usina, notadamente o corte, que é realizado por empreiteiras de mão-de-obra rural.

A busca por autonomia e sustentabilidade na terra leva, também, a uma situação tensa com relação ao trabalho externo de membros das famílias assentadas. No entanto, conforme aferido pela continuada investigação do Nupedor, a própria ressocialização na terra pressupõe o trabalho fora. As

dificuldades para obtenção de crédito, sem dúvida um aspecto da ineficiência na mediação oficial, acaba por obrigar as famílias a buscarem recursos por conta própria.

O desenvolvimento dessas experiências de assentamento rural fornece pistas significativas para uma reflexão acerca das possibilidades e limites de formas alternativas de gestão do trabalho e do território. O tripé terra, trabalho e família, que enfeixa o tradicional modo de vida camponês, volta a estar presente nos PAs, mas sua configuração já não consegue ter a mesma vigência que antes. As imposições do mercado e do Estado modulam as possibilidades de recuperação desse modo de vida. Mesmo assim, as expectativas e os projetos familiares apontam nessa direção, sobretudo para aquelas famílias que resistem à implantação da cultura da cana-de-açúcar.

Nutridos por essa esperança, os assentados enfrentam as muitas dificuldades, ultrapassando os obstáculos que se põem diariamente, para viver da e na terra. A construção – ou reconstrução – desse modo de vida pressupõe o desenvolvimento de estratégias familiares diferenciadas, numa difícil, mas possível sementeira dos sonhos de autonomia e sustentabilidade.

### **Por uma conclusão: os assentamentos estão na rota da sustentabilidade?**

Um balanço desse período de consolidação dos assentamentos do estado de São Paulo (a partir dos casos estudados) coloca algumas questões em aberto, no tocante às alternativas dessas unidades rurais. Por um lado, demonstram uma série de desacertos que provêm do encaminhamento (ou de falta dele) estatal. O verdadeiro vazio de projeto por parte do Estado não deve ser encarado apenas como uma opção política em prol da agricultura empresarial, mas, acima de tudo, uma impossibilidade prática dos agentes envolvidos no processo de assentamentos (técnicos, lideranças políticas, mas também pesquisadores e demais mediadores) em desenvolver parcerias estratégicas em favor dos PAs. No mais das vezes, assiste-se a um jogo de inculpação mútua, envolvendo diferentes agentes desse campo social.

Com relação à questão da geração de trabalho e renda, os assentados acabam cumprindo sim uma função alternativa, mesmo que a associação com o complexo sucro-alcooleiro crie mais dilemas do que verdadeiramente perspectivas. Observando-se mais a miúdo, registram-se inúmeras alternativas familiares para permanecer na terra, algumas das quais contam com apoio oficial, como os mecanismos de escoamento da produção hortifrutigranjeira dos assentamentos promovidos pelas Prefeituras locais (existem inúmeras

experiências do tipo “feira do produtor”).

O que se pode esperar do futuro dessas experiências? Controvérsias marcam a avaliação dos processos sociais e econômicos que têm lugar nos assentamentos. Várias pistas nos são dadas pela observação contínua desse novo modo de vida, ensaiado nos PAs do Estado. Elas indicam tendências para o futuro dos assentamentos.

Em primeiro lugar, a pressão para a instalação de novos assentamentos não diminuiu. No Pontal do Paranapanema, região na qual se concentra o maior número de assentamentos de São Paulo e conhecida pela pendenga envolvendo terras devolutas, dezenas de movimentos dividem o espaço político criado pela luta pela terra. Aliás, a pulverização, que se tentou superar na região com a criação do MAST (Movimento dos Agricultores Sem-Terra), volta a marcar a mobilização dos trabalhadores. Até mesmo o MST, principal agência de promoção da luta pela terra, demonstra – de forma cada vez mais explícita – fissuras na sua condução política.

O padrão excludente do capitalismo brasileiro, mesmo no tão aclamado setor agropecuário, não nos permite supor a diminuição da demanda por terra. Os dilemas que envolvem a juventude rural também podem nos fornecer um bom ângulo para a análise do futuro dos assentamentos. Toda uma nova geração já cresceu nos assentamentos, se tomarmos o período do I PNRA, de 1985, como um início dessas experiências. Pesquisas apontam um certo esvaziamento das famílias assentadas, dando-nos a impressão que isso é extremamente negativo. Outras avaliações, porém, devem ser consideradas, se observarmos com mais cuidado a dinâmica dessa realidade. Em primeiro lugar, o que significa sair do assentamento? É uma decisão livre da juventude, na busca de melhorias e progresso individual ou uma necessidade inadiável, dadas as condições de vida nos PAs?

A resposta a essa questão não é simples. Ao mesmo tempo em que se buscam alternativas para a permanência da juventude nos assentamentos, o sair – motivado por uma série de condições – não implica, necessariamente, o abandono do assentamento. Registra-se, também, o retorno dessa juventude aos assentamentos (local de moradia dos pais), tanto para contribuir no desenvolvimento local (filhos de assentados que se tornam, por exemplo, professores das escolas dos assentamentos), quanto para tentar, depois de uma estada frustrada nas cidades, trabalhar e sobreviver da terra.

Numa outra frente, dentre as muitas iniciativas para os filhos dos assentados, a instalação de escolas nos assentamentos tende a se tornar uma

inovação bastante frutífera. Dentre essas experiências, destacam-se aquelas que buscam desenvolver projetos pedagógicos específicos, privilegiando a “escola do campo”, proposta defendida por uma frente de movimentos, que preconiza o investimento na educação contextualizada na reforma agrária.

A educação tem um papel crucial na discussão das perspectivas dos assentamentos. Por isso ganha relevância o projeto Escola do Campo que tem tido, especialmente no PAs Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre (Araraquara) bons resultados do ponto de vista pedagógico, da identificação da criança com o seu lugar, o espaço rural, igualmente pelas oficinas dirigidas ao meio ambiente, à diversificação agrícola que cria outras perspectivas de socialização e de sustentabilidade. Este quadro de problemas e de perspectivas sugere a constituição de uma agenda local para o desenvolvimento dos assentamentos.

O centro desse debate é aquecido por novas dimensões. Nesse quadro, a perspectiva da produção de biodiesel nos assentamentos, além do indiscutível ganho ambiental, implicaria uma escalada progressiva de ganhos sociais. A análise da relação entre reforma agrária e sustentabilidade retoma, de certa forma, a discussão dos assentamentos como uma política estatal definida pelo fogo das forças sociais e das relações de poder das classes envolvidas (FERRANTE; SILVA, 1988).

Desta ótica, observa-se a relação assentamentos rurais/ desenvolvimento local como parte de um campo político, cuja trama de tensões é constituída pela mobilização dos atores assentados, sujeitos políticos que travam relações com as instituições públicas, tanto mediante práticas clientelistas, como através da participação nos diferentes fóruns de discussão de planos para o desenvolvimento rural sustentável.

## Referências

BARONE, L. A. *Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária*. 2002. Tese (Doutorado) - FCL/UNESP.

FERRANTE, V. L. S. B.; SILVA, M. A. M. A política de assentamentos rurais do Estado de São Paulo: o jogo de forças sociais no campo. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, 1988.

FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, M. P. A cana nos assentamentos rurais: o vai e vem no mesmo cenário. *Retratos de Assentamentos*, Araraquara, n. 9, 2004.

PINASSI, M. O.; QUEDA, O. Consórcio canavieiro: proposta inovadora ou reedição de práticas tradicionais. *Revista Reforma Agrária*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 91-97, maio/ago. 1993.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

STETTER, E. A. *A cultura da cana em assentamentos rurais: presença indigesta ou personagem convidada?* 2000. Dissertação (Mestrado) - UNESP, Araraquara.

## Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio

Maria Aparecida de Moraes Silva\*

Rodrigo Constante Martins\*\*

Resumo: O objetivo deste texto é contribuir para as reflexões referentes às formas de reprodução do chamado agronegócio sucroalcooleiro, tomando como exemplo o interior de São Paulo. Para tanto, buscaremos desenvolver uma *análise concreta* das repercussões sociais e ambientais do referido modelo. Palavras-chave: Meio ambiente; Agronegócio; Trabalhadores rurais.

### Introdução

A Região de Ribeirão Preto, uma das mais ricas do estado de São Paulo, engloba 25 cidades, possui 384.758 hectares plantados em cana e cerca de 40 usinas que produzem 30% do álcool e do açúcar do país. (*Folha de S. Paulo*, 15 de setembro de 2004, Caderno Dinheiro, B12). Em 1990, havia na região 26 usinas e 16 destilarias; 60.000 trabalhadores eram empregados no corte da cana; a produção de cana-de-açúcar era de 55,7 milhões de toneladas e a de álcool 3,64 bilhões de litros. Em 2002, havia 41 usinas, 30.000 cortadores de cana e a produção de cana se elevou para 80 milhões de toneladas e a de álcool para 3,7 bilhões de litros. (*Folha de S. Paulo, Folha Ribeirão*, 22 de julho de 2002, p. C1).

A partir da década de 1990, foi sendo gestada a ideologia do agronegócio, no Brasil, que consiste em demonstrar que a aplicabilidade da ciência na agricultura, por meio de tecnologias cada vez mais sofisticadas, por grandes empresas nacionais e internacionais, é o modelo de progresso associado ao desenvolvimento econômico. Esta demonstração ganha força a partir dos dados quantitativos apresentados. Os números acerca do aumento da produção e da produtividade de grãos, tais como soja, café, algodão, cana-de-açúcar, bem como os derivados, álcool, suco de laranja, além de outros produtos, são cada vez mais crescentes e contribuem para dinamizar

---

\* Professora livre-docente da UNESP, colaboradora do PPG/Geografia/UNESP/PP. Autora dos livros, *Errantes do fim do século* (1999) e *A luta pela terra: experiência e memória* (2004), publicados pela EDUNESP.

\*\* Doutor em meio ambiente (área sociologia ambiental). Pós-doutorado em Sociologia pela École de Hautes Études em Sciences Sociales, Paris. Professor credenciado do PPG/Ciências Sociais/UFSCAR; Bolsista de Pós-doutorado da FAPESP.

as indústrias que fornecem equipamentos, máquinas e insumos empregados pelas empresas agrícolas, espalhadas por todas as regiões do país. Assim, por exemplo, notícias veiculadas pelos *media* acerca dos milhões de toneladas de soja, de açúcar, dos bilhões de litros de álcool<sup>1</sup> são o certificado do sucesso deste modelo, algo verificado nas grandes feiras agrícolas – Agrishows – realizadas em várias cidades do país, onde são feitos grandes negócios, cujas cifras atingem, como na última feira em Ribeirão Preto, mais de um bilhão de reais! Outro fator que contribui para este sucesso do agronegócio é o desenvolvimento de pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento, realizadas em várias universidades do país e também em empresas estatais como a EMBRAPA (Revista Pesquisa, n. 122).

Todavia, os altos índices de modernização são acompanhados também de desemprego e graves impactos ambientais. Segundo dados fornecidos pelo NERA (Núcleo de Estudos e Projetos de reforma Agrária), da UNESP, CPT (Comissão Pastoral da Terra), e MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), publicados pela *Folha de S. Paulo* (12 de setembro de 2004, p. B 8), o desemprego no campo gerado pela mecanização assim se apresenta: na cultura do algodão, são abolidos 60 empregos para cada vaga aberta pela mecanização; nas culturas do feijão e da cana, este número é de 400. Isto significa que a mecanização destas culturas caminha lado a lado com o fechamento das oportunidades de emprego no campo. Considerando seis importantes cidades da região de Ribeirão Preto – Araraquara, São Carlos, Franca, Barretos, Sertãozinho e Ribeirão Preto, em 2002, havia 6624 vagas para o setor da agropecuária; em 2003, este número caiu para 3626, o que corresponde a uma queda de mais de mil empregos suprimidos naquele setor. (*Folha de S. Paulo*, 26 de agosto de 2004, *Folha Ribeirão*, p. C3).

Do ponto de vista ambiental, o agronegócio tem representado a importação para a região do chamado modelo euro-americano de modernização da agricultura. Despontando como trajetória tecnológica hegemônica no bojo da Revolução Verde, o modelo euro-americano caracteriza-se como um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta

---

<sup>1</sup> Segundo estimativas da ÚNICA, na safra de 2006/07 da região Centro-Sul do país serão moídas 375 milhões de toneladas de cana, o que representa um crescimento de mais de 10% em relação ao período anterior; a produção de açúcar será de 25, 50 milhões de toneladas e a produção de álcool superará os 15 bilhões de litros (Jornal *Primeira Página*, São Carlos, 11 de junho de 2006, p. B3).

capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, além do uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura e no emprego sistemático de controle químico de pragas. Trata-se, do ponto de vista ecológico, da adequação de um pacote tecnológico desenvolvido em países de clima temperado junto aos solos tropicais. Tal sistema de produção tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura em várias regiões do país, e particularmente na região de Ribeirão Preto.

No que tange ao aspecto político, o agronegócio tem sido o símbolo do desenvolvimento econômico do país, por meio do saldo positivo do comércio exterior, graças ao aumento das exportações, sobretudo de produtos agrícolas, que vêm garantindo, sobretudo nos últimos anos, o pagamento dos juros da dívida externa e permitindo que as taxas do superávit primário sejam aumentadas pelo atual governo. Vale a pena ainda indicar as *grandes vitórias* logradas pelo Ministério das Relações Exteriores em relação ao comércio de algodão para os Estados Unidos e de açúcar para a União Européia.

Diante deste panorama, o objetivo neste texto é contribuir para as reflexões referentes às formas de reprodução deste modelo de agricultura. Para tanto, buscaremos desenvolver uma *análise concreta* das repercussões sociais e ambientais do referido modelo. Esta análise visa justamente superar a possibilidade de uma interpretação abstrata do fenômeno do agronegócio, resgatando as relações significativas que dão sentido *concreto* (como unidade do diverso) às dimensões de exploração do trabalho social e dos recursos naturais no âmbito do processo de produção de valor. Assim, para construir o *concreto pensado* nos termos propostos por Marx (1987), interpretaremos inicialmente as formas mais gerais dos processos de degradação ambiental e precarização das relações de trabalho neste modelo de agricultura. Para tanto, retomaremos dados do contexto nacional e, com maior atenção, do cenário paulista. Posteriormente, aprofundaremos a discussão sobre os elementos visíveis e invisíveis que caracterizam a complexidade do trabalho social nesta agricultura, a partir da realidade ora existente na região de Ribeirão Preto. Pretende-se neste esforço demonstrar como estas dimensões – a social e a ambiental – são indissociáveis do ponto de vista das análises dos processos de acumulação.

### **Produção de valor excedente e degradação ambiental**

Como é sabido, ao longo do século XX, o constante avanço do

capital industrial sobre a agricultura promoveu profundas transformações na base técnica da atividade e nas formas de emprego do trabalho social. Segundo Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), ao confrontar o objetivo da acumulação com os limites naturais da produção agrícola, o capital industrial teria dirigido suas ações para a maximização do controle dos processos naturais, de maneira que pudesse assegurar novos *espaços* de valorização e reprodução de suas relações. Assim, a noção de *apropriacionismo* proposta pelos autores representaria um movimento de apropriação industrial de frações do processo de produção agrícola superando as restrições ambientais – sendo uma de suas principais expressões a mecanização dos instrumentos de trabalho necessários ao preparo do solo. Paralelo ao *apropriacionismo*, haveria também um processo de *substitucionismo* que evidenciaria um momento onde o produto agrícola passaria cada vez mais a ser substituído por produtos industriais – evidência que poderia ser notada, segundo os autores, a partir do desenvolvimento recente da indústria alimentícia.

Do ponto de vista histórico, a dinâmica do *apropriacionismo* industrial atrelou-se principalmente à difusão mundial, a partir da década de 60, do modelo euro-americano de modernização agrícola. Conforme define Romeiro (1998, p. 69),

[...] por modelo euro-americano de modernização agrícola, entende-se um sistema de produção que tornou viável a difusão em larga escala da prática da monocultura. Trata-se de um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionamento de solos degradados pela monocultura e no emprego sistemático de controle químico de pragas.

Despontando como trajetória tecnológica hegemônica no bojo da chamada Revolução Verde, o modelo euro-americano de modernização agrícola caracterizou-se fundamentalmente pela prática de uma agricultura altamente especulativa, voltada para o cultivo contínuo de produtos com maiores níveis de rentabilidade. Tal característica foi fundamental para consolidar a monocultura – em detrimento dos sistemas de rotação – como elemento de destaque nas estruturas agrárias, não apenas do Brasil, mas de todos os países tropicais influenciados pelo referido modelo (GOODMAN; REDCLIFT, 1991). Além disso, a adoção dos agroquímicos como resposta tecnológica ao esgotamento do solo e à infestação de pragas geradas pela

própria monocultura resultou, sobretudo nestes países, em índices ainda mais elevados de perdas de fertilidade e estabilidade física do próprio solo.

No caso brasileiro, os riscos ecológicos próprios dos componentes do moderno pacote tecnológico, somado ao descontrole do receituário agrônômico da maioria das propriedades agrícolas, provocaram – e continuam a provocar – danos ecossistêmicos irreversíveis em algumas regiões do país. O uso intensivo de fertilizantes, por exemplo, é um dos fatores fortemente associados à eutrofização dos rios e lagos, à acidificação dos solos e à contaminação de aquíferos. A tabela 1, abaixo, nos mostra que, no Brasil, em 1992 foram comercializados 69,44 kg/ha destes compostos para fins agrícolas; em 2000, este montante chegou a 128,83 kg/ha, o que equivale a um crescimento médio de 85,5% no volume de fertilizantes utilizados por hectare plantado. Estes números ganham ainda maior expressão se observarmos que o crescimento de área plantada no país neste mesmo período girou em torno de 23% (IBGE, 2002)<sup>2</sup>. Já no caso dos agrotóxicos – componente altamente danoso tanto ao ambiente natural quanto à saúde humana –, a quantidade comercializada no país passou de 2,27kg/ha em 1997 para 2,76 kg/ha em 2000, correspondendo a uma elevação de 21,6% na quantidade aplicada por hectare.

TABELA 1: Quantidades Comercializadas de Fertilizantes e Agrotóxicos por Hectare Plantado: Brasil – 1997-2000

| ANO  | QUANTIDADE<br>COMERCIALIZADA DE<br>FERTILIZANTES (kg/ha) | QUANTIDADE<br>COMERCIALIZADA DE<br>AGROTÓXICOS (kg/ha) |
|------|--|--|
| 1992 | 69,44  | —  |
| 1993 | 85,40  | —  |
| 1994 | 90,74  | —  |
| 1995 | 84,21  | —  |
| 1996 | 105,27   | —  |
| 1997 | 109,46   | 2,27   |
| 1998 | 122,63   | 2,70   |
| 1999 | 109,82   | 2,58   |
| 2000 | 128,83   | 2,76   |

Fonte: IBGE (2002).

<sup>2</sup> Este aumento desproporcional do uso de fertilizantes em relação ao crescimento da área plantada tem sido verificado em toda a América Latina e Caribe. Dados da Cepal (Comisión Económica para América Latina y el Caribe) mostram que nesta região, entre os anos de 1990

No estado de São Paulo, as perdas anuais de solos em algumas áreas de lavouras tradicionais – como o feijão, o milho e a cana-de-açúcar – por manejo inadequado do solo chegaram, no final da década de 80, ao patamar dos 60 mil hectares (LAMBERT, 1990). Em 1995, Bastos Filho alertava que cerca de 15 milhões de hectares, ou 80% da área cultivada no estado de São Paulo, estariam sofrendo processos erosivos além dos limites de tolerância<sup>3</sup>. Segundo o autor, um dos fatores determinantes para a extensão destes processos seria exatamente a ação antrópica, por via da remoção da vegetação natural, pela movimentação sobre o solo com maquinário pesado e pela aplicação excessiva de fertilizantes e corretivos agrícolas.

Estima-se que a erosão no estado carrega para os corpos d'água superficiais cerca de 130 milhões de toneladas de solo por ano, provocando o assoreamento de rios, de várzeas e de reservatórios, além também de desencadear processos de eutrofização destas águas (COSTA; MATOS, 1997). Além da erosão, o mau emprego das técnicas de irrigação também tem provocado a contaminação dos recursos hídricos do estado, através do carregamento dos resíduos de agroquímicos para as águas. A própria aplicação destes agroquímicos sobre o solo também tem gerado efeitos danosos tanto ao meio ambiente (como à microfauna terrestre) quanto à saúde dos trabalhadores rurais. Segundo o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, 57% dos aplicadores paulistas não recebem qualquer tipo de orientação, estando assim distantes de quaisquer normas e critérios de segurança (PNUD, 1999).

No caso brasileiro, o amparo estatal ao movimento de capitalização do setor facilitou sobremaneira a adoção destas novas tecnologias. A partir da década de 70, a adoção em larga escala das práticas tecnológicas do modelo euro-americano propiciou, de fato, a elevação dos níveis de produtividade em quase todas as culturas lavroceiras do país. Neste período, a política agrícola nacional orientou-se para o setor externo estimulada por uma política cambial agressiva, levando com isso grandes produtores a transferir recursos alocados

---

e 1998, a área agrícola cresceu 6,3%, enquanto o consumo total de fertilizantes cresceu 42,2% (CEPAL, 2002). Ademais, a Cepal destaca ainda que o que poderia significar a disseminação de técnicas modernas de plantio guarda especificidades perversas na América Latina, posto que mesmo a expansão da fronteira agrícola na região segue historicamente atrelada às tendências de especialização agrícola (tendo em vista os mercados externos) e o monocultivo.

<sup>3</sup> Este limite de tolerância é tecnicamente definido com base na quantidade de solo que pode-se perder por via de processos erosivos sem que tal perda altere sua capacidade produtiva ao longo do tempo.

na produção doméstica para o investimento em produtos exportáveis (SAYAD, 1982). Muito do estímulo governamental encontrou reverberação nos produtores paulistas, que passaram a dedicar-se às culturas mais “protegidas” pelo governo – como foi o caso da monocultura canavieira, fortemente amparada pelo Pró-álcool.

Parte do dinamismo do processo modernizador da agricultura paulista deveu-se, ainda, às políticas de subsídios à mecanização e ao incremento do uso de agroquímicos. A política creditícia vigente exigia a adoção do novo *pacote tecnológico* – qual seja, o do modelo euro-americano de modernização – ao mesmo tempo em que vinha priorizar os projetos de grande escala, cumprindo um papel de indutora de transformações técnicas e fundiárias. Sayad (1982) demonstrou que, de meados da década de 70 até o início dos anos 80, para a concessão do crédito rural, o governo federal aplicava como critério de distinção dos produtores a capacidade de pagamento dos financiamentos; ou seja, quem oferecesse garantias reais mais elevadas, captava a maior parte dos recursos. Isso, obviamente, contribuiu de maneira decisiva para o comprometimento das condições de reprodução social dos pequenos produtores agrícolas; muitos, no bojo deste processo, acabaram abandonando a condição de lavradores autônomos, desfazendo-se de suas propriedades e se transformaram em proletários rurais.

No estado de São Paulo este movimento consolidou, na década de 80, novas formas de organização e absorção da força de trabalho. A mecanização de frações do processo produtivo, por exemplo, ocasionou a maior captação de força de trabalho temporária em detrimento da manutenção dos trabalhadores residentes já contratados. Ao serem excluídos do processo produtivo, estes trabalhadores, juntamente com os trabalhadores migrantes provenientes das regiões norte e nordeste do país, formaram um excedente de força de trabalho que vem servindo de maneira funcional ao processo de acumulação nas áreas rurais.

Desta feita, é mister considerar que o contexto de uso intensivo dos recursos naturais pela moderna agricultura paulista possui várias imbricações com a dinâmica das relações de trabalho no campo. Partindo deste pressuposto, avançaremos a análise sobre este modelo de agricultura a partir da dinâmica do trabalho temporário em um dos principais complexos agroindustriais do país – a saber, o sucroalcooleiro – na região onde seu capital encontra-se mais fortemente territorializado – a região de Ribeirão Preto.

### **Produção de valor excedente e degradação do trabalho**

Segundo estimativas da Pastoral do Migrante, mais de 200 mil trabalhadores no período da safra da cana, laranja e café no estado de São Paulo, são migrantes. Pelo fato de serem temporários, muitas vezes, não são computados pelas estatísticas dos órgãos oficiais. Este fato denota a invisibilidade desta mão-de-obra, agravada pelas relações de trabalho baseadas na terceirização. Nos últimos anos, tem havido muitas denúncias de trabalho em condições análogas à de escravo na região de Ribeirão Preto. Geralmente, os registros de trabalho escravo são feitos em lugares distantes da região sudeste, nas chamadas áreas de fronteira agrícola, portanto, a variável geográfica é, com muita frequência, vista como um dos determinantes da explicação das relações escravistas. Se por um lado, tais registros e denúncias são importantes para punir e frear tais práticas, por outro lado, o silêncio ou até mesmo a negação de relações escravistas no centro moderno e dinâmico do agronegócio pode conduzir a possíveis vieses de análise e, *pour cause*, reforçar a ideologia modernizante que aí se processa.

Além destes registros, há muitos outros relatados pela Pastoral dos Migrantes, durante as visitas cotidianas que são feitas aos alojamentos dos migrantes espalhados pelas fazendas de cana e às pensões, situadas nas chamadas cidades-dormitórios da região. Em 2004, foram visitados 72 alojamentos, e mais de 4 mil pensões localizadas nas cidades dormitórios, que albergam cerca de 62 mil migrantes, provenientes dos estados do nordeste e norte dos estados de Minas Gerais e do Paraná.

As denúncias e registros de condições análogas àquelas de trabalho escravo se reportam aos trabalhadores migrantes, provenientes de várias partes do país, sobretudo daquelas mais pobres. Este fato sugere uma análise que leve em conta a *segmentação* da força de trabalho, porque, na verdade, a separação entre migrantes e não migrantes entre os trabalhadores de fora e os locais encobre a divisão étnica do trabalho, dado que a maioria dos migrantes é constituída por negros e pardos. Isto não significa afirmar que os locais sejam todos brancos; ao contrário. Muitos deles são descendentes de trabalhadores negros, mestiços de diferentes matizes, provenientes destas mesmas regiões, que para cá vieram e se estabeleceram definitivamente a partir das décadas de 1960 e 1970. As chamadas cidades-dormitórios encravadas no meio dos canaviais das usinas tiveram um significativo aumento populacional com a vinda destes migrantes neste período. (SILVA, 1999, 2006). Não obstante, os critérios de regionalidade - paulista e não paulista – são reapropriados pela ideologia étnico/racial que aprofunda as divisões

entre os trabalhadores, segmentando-os, segundo a procedência geográfica e escamoteando a categoria étnico/racial.

Um outro dado extraído dos registros/denúncias se reporta a superexploração desta força de trabalho, a ponto de extrapolar os limites físicos, ocasionando as mortes nos canaviais. No período de 2004 a 2006, houve 14 mortes, registradas pela Pastoral dos Migrantes, provocadas, supostamente, pelo excesso de esforço, uma verdadeira overdose do trabalho, denominada *birola*, pelos trabalhadores<sup>4</sup>. Além das condições alimentares insuficientes - causadas pelos baixos salários, do calor excessivo, do elevado consumo de energia, em virtude de ser um trabalho extremamente extenuante<sup>5</sup> -, a imposição da média, ou seja, da quantidade diária de cana cortada, cada vez mais crescente, tem sido o definidor do aumento da produtividade do trabalho, principalmente, a partir da década de 1990, quando as máquinas colhedoras de cana passaram a ser empregadas em números crescentes. Esta imposição atinge não somente os migrantes como também os trabalhadores locais. Por esta razão, estes capitais necessitam de mão-de-obra jovem, dotada de muita energia física, para o desempenho desta atividade. Assim, a rotatividade torna-se muito alta, em virtude da reposição constante da força de trabalho, consumida durante o processo produtivo.

Em síntese, do conjunto de registros/denúncias acima descrito, três foram as questões levantadas pela presente análise: a segmentação da força de trabalho, a partir da divisão étnica do trabalho, sem contar a questão de gênero, pois as mulheres foram praticamente alijadas do corte da cana (SILVA, 1999); a imobilização da força de trabalho de migrantes, muitos dos quais sujeitados aos *gatos* em virtude das dívidas contraídas e alojados em condições extremamente precárias; a superexploração, responsável pelas mortes durante o processo de trabalho. Vale ainda lembrar que, ademais dos casos relatados, o estudo de Rumin (2003) na região oeste do estado de S. Paulo constatou a ocorrência da *birola* e, em outras pesquisas (SILVA, 2004) também houve relatos sobre mortes de parentes, atestadas como enfarte pelos médicos, ocorridas após muitas câibras durante o corte da cana, geralmente, no período

---

<sup>4</sup> A ocorrência das mortes foi objeto de dez Audiências Públicas, chamadas pela Procuradoria Geral da República, Ministério Público, Ministério Público do Trabalho, ONGs e Comissão dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no final de 2005 e início de 2006. A questão central debatida nessas Audiências foram os direitos humanos do trabalho, além do descumprimento das normas trabalhistas, sobretudo a NR31.

<sup>5</sup> O aumento da produtividade ao longo dos últimos anos foi o seguinte: na década de 1980 a exigência era de 5 a 8 toneladas; nos anos de 1990, estes números passam para 8 a 10 e hoje estão em torno de 12 a 15 toneladas de cana cortadas por dia.

da tarde. Levanta-se aqui a hipótese de que o número de mortes deva ser maior do que os conhecidos<sup>6</sup>.

Com o intuito de aprofundar as reflexões sobre a definição ou a conceituação deste trabalho e responder aos questionamentos que estes dados suscitam, optou-se por acrescentar à análise algumas considerações sobre as *correntes invisíveis* que atam os trabalhadores a estas relações sociais:

A migração temporária aparece como uma estratégia, como uma solução material num duplo sentido: por um lado, o assalariamento permite a compra de alimentos, garantindo, assim, um patamar mínimo de sobrevivência; por outro, a saída da terra corresponde à volta, já que o trabalho assalariado é temporário. Cria-se, portanto um elo de complementaridade bastante estreito entre estas realidades, que, apesar de opostas, se servem mutuamente. Em outros termos, a economia capitalista avançada necessita desta mão-de-obra barata em seu espaço por algum tempo, e a economia miserável necessita do parco dinheiro, auferido por alguns de seus membros para continuar existindo.

É preciso não esquecer que o migrante parte em busca de melhoria de vida, isto é, de um projeto de ascensão social. O retorno, ou melhor, a representação do retorno é carregada destes valores. Logo, os fracassos, as perdas representariam a ruptura com o ideal da partida, o que pode resultar em sanções negativas por parte do grupo. Esta poderia ser a explicação para as ações daqueles que não retornam, que desaparecem. O desgarramento familiar pode conduzir ao desenraizamento social e cultural, cujo processo de alienação é reforçado pelo uso de bebidas alcoólicas, que apressam a morte física e social.

Outro ponto que decorre destas reflexões é o referente aos padrões de masculinidade, ou seja, aos papéis que devem ser desempenhados pelos homens. A figura do chefe de família, do provedor, está associada aos padrões patriarcais, que atravessam todas as classes sociais. Tais padrões, se por um lado, eles conferem poder aos homens, legitimando a dominação masculina sobre as mulheres, por outro lado, eles podem ser considerados como verdadeiros fardos. Deste modo, o homem é identificado como viril, destemido, capaz de enfrentar todos os perigos. Este é mais um dos elos

---

<sup>6</sup> Segundo recente notícia, Antônio da Silva de 28 anos de idade, alagoano, considerado um dos melhores cortadores de cana pelos colegas, faleceu em função do excessivo esforço, provocando-lhe dores, câibras e a morte, numa usina do município de Denise em Mato Grosso, em 29 de setembro de 2005 (*Jornal do Comércio*, Especial, Morte e vida de um sonho Severino, Recife, 28 de maio de 2006, p. 9).

destas amarras invisíveis que prendem muitos trabalhadores às redes de trabalho escravo. Não se trata de desconhecimento da realidade a ser vivida. Ao contrário. Trata-se de um verdadeiro enfrentamento, de uma provação para o próprio indivíduo e para o grupo ao qual pertence. É uma espécie de rito de passagem. O sofrimento e a dor são silenciados em virtude da internalização de tais valores e padrões sócio-culturais.

No que tange ao contrato de trabalho, há dois aspectos a serem considerados. Um deles é a relação jurídica estabelecida entre compradores e vendedores da força de trabalho. Neste momento, os dois agentes são portadores de direitos iguais, legalmente reconhecidos, uma vez que a operação envolve um ato de compra e venda feita entre indivíduos livres, isto é, nenhuma corrente visível obriga, pelo uso da força física, a assinatura do contrato, aliás, algo também legitimado pelos representantes dos trabalhadores no momento dos acordos coletivos. O outro aspecto, menos visível, porém não menos importante, é a aceitação forçada, involuntária, latente deste contrato jurídico.

Neste momento, vale a pena refletir sobre uma possível escolha de não aceitação do contrato de trabalho por parte dos trabalhadores. No tocante aos migrantes, que já chegam, em sua maioria, endividados, eles não teriam condições financeiras de regressar aos seus lugares de origem, distantes a milhares de quilômetros. Além disso, o regresso sem dinheiro para o sustento da família significa, antes de tudo, a violação das normas de comportamento vigentes no interior do grupo ao qual pertence. Portanto, é difícil afirmar que há liberdade no momento da aceitação do contrato de trabalho. É difícil não pensar na vergonha do provedor fracassado. Inúmeros são os casos de trabalhadores desaparecidos. Não somente aqueles que foram assassinados por capangas, em outras regiões, segundo as denúncias de muitos estudiosos e agentes de movimentos sociais, como a CPT. Dentre os desaparecidos, há que se considerar aqueles que fogem e não voltam ao lugar de origem. E mais. Estas fugas também se reportam aos trabalhadores locais, aqueles que são despedidos, que são desempregados em virtude do aumento do emprego de máquinas. Durante as pesquisas em várias cidades dormitórias desta região, foi constatado que, em torno de 30% das famílias, se referem às chefias de mulheres. Segundo elas, *os homens foram embora*. Na realidade, não se trata de partida, mas de fuga. Fuga por medo das sanções sociais negativas.

A verdadeira coação é aquela que o indivíduo exerce sobre si mesmo, segundo as reflexões de Elias (1990). Logo, a imposição das altas taxas de produtividade do trabalho, que extrapolam os limites físicos dos trabalhadores, levando-os, em alguns casos, à morte, é suportada em virtude deste processo

de introjeção da autodisciplina que os acompanha durante toda a vida. Do mesmo modo, pode-se interpretar a reposição energética, por meio da distribuição do leite de soja ou até mesmo da aplicação de injeções – as *amarelinhas*, segundo a definição dos próprios trabalhadores – ou ainda, a aceitação dos *keits* – soro, farinha e vitaminas para serem ingeridos durante o trabalho – a fim de minorar os efeitos de câibras, provocadas pela perda excessiva de potássio. Em se tratando dos colhedores de laranja, a fim de evitar a contaminação dos pomares, os trabalhadores são literalmente pulverizados com venenos antes do início das atividades. Muitos depoimentos foram recolhidos acerca desta prática, normalmente negada pelos proprietários e até mesmo pelos colhedores, em virtude do medo de serem despedidos.

Além das mortes ocorridas nos canaviais, há aquelas não registradas, e que ocorrem ao longo de um tempo determinado. Doenças como câncer, provocado pelo uso de veneno, fuligem da cana, além de doenças respiratórias, alérgicas, da coluna, aliadas a quase total impossibilidade de serem tratadas em razão da inexistência de recursos financeiros para a compra de remédios, conduzem à morte física ou social de muitos trabalhadores, cuja depredação de suas forças impede-os de continuar no mercado de trabalho. Por outro lado, o trabalho, considerado em sua essência, constitui parte integrante do homem, enquanto ser social, segundo a tese lukacsiana. Em outros termos, o trabalho é o definidor da essência humana. Por meio do trabalho, historicamente, o homem modificou a natureza e modificou-se a si mesmo. Esta modificação se refere ao próprio ser, à interioridade e não somente às condições exteriores, objetivas e materiais. O não trabalho significa a negatividade desta essência, portanto a negatividade do próprio ser social. Portanto, o trabalho não traz apenas a satisfação das necessidades físicas e biológicas, como também sociais e ontológicas. A ausência do trabalho corresponderia à ruptura desta base ontológica do ser social que é o trabalho.

A elevação continuada da *média* induz ao sofrimento, dor, doenças e até mesmo à morte. Há ainda, segundo a pesquisa de Andrade (2003), registros do uso de drogas - maconha e crack - para o aumento da capacidade de trabalho durante o corte da cana. A frase, *Não dá para acompanhar o campo de cara limpa*, reflete a cruzeza e a brutalidade destas relações de trabalho. A maconha, segundo depoimento de um trabalhador, alivia as dores nos braços, já que para o corte de 10 toneladas de cana, são necessários quase 10 mil golpes de facão. Quanto ao crack, trata-se de uma droga estimulante, visto que o seu uso possibilita maiores ganhos de produtividade. Este fato, além de invisível, é proibido, pois, numa sociedade permeada pela violência como

a brasileira, o silêncio, muitas vezes, é uma estratégia de sobrevivência. O aumento da taxa de exploração põe em risco não somente a força de trabalho, como também o próprio trabalhador. Desta sorte, a imposição da *média*, bem como a aceitação pelos trabalhadores, se constitui num dos elos das correntes invisíveis que os atam a estas relações. No que tange aos casos de reincidentes de trabalho escravo, o retorno à mesma situação ocorre em virtude da ausência de alternativas, portanto de liberdade. O conteúdo latente das duas relações é o mesmo. O elemento mascarador é justamente o conteúdo manifesto, pelo qual há visibilidade nas relações escravistas, em função da imobilização da força de trabalho e da coerção física ou moral. No que concerne aos trabalhadores assalariados e membros do contrato jurídico, estes fatores são camuflados pelas relações livres de compra e venda da força de trabalho.

#### **À guisa de conclusão: a degradação dos modos de vida**

Para o viajante que percorre as rodovias paulistas, após a cidade de Campinas, indo em qualquer direção, a impressão que terá é a de que estará no meio de um gigantesco canal. A história objetivada desta região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, do multicolorido das plantações de milho, algodão, amendoim, feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao monocromático dos canais, exceto as áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça, advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem. Segundo recente reportagem, os focos de queimada aumentam em mais de 1000% durante a safra na região de Ribeirão Preto. Este fato provoca vários danos à saúde das pessoas da cidade, sem contar que há o crescimento de até 50% no número de pacientes com problemas respiratórios (*Folha de S. Paulo, Folha Ribeirão*, 28 de março de 2006, p.C1). Os gases expelidos pela fuligem da cana queimada são: o carbônico, os nitrosos (sobretudo o monóxido e o dióxido de nitrogênio), e os sulfurosos (como o monóxido e o dióxido de enxofre). Alguns desses gases vão para a atmosfera e podem reagir com a água, gerando ácidos nitrosos e sulfurosos que, com grande acumulação, podem gerar chuva ácida, prejudicial ao meio ambiente. Além desses gases, há a formação de vários hidrocarbonetos ou aromáticos contendo benzeno e similares, muito prejudiciais à saúde. (ZAMPERNINI, 1997; ALLEN *et al.*, 2004; ROCHA; FRANCO, 2003;

OPPENHEIMER *et al.*, 2004). Apesar de inúmeras denúncias, inclusive do Ministério Público, as queimadas continuam, amparadas na Lei Estadual N. 11.241/2002, cujo prazo para a eliminação da queima é o ano de 2031!

A morte nos canaviais paulistas, somada à imobilização e coerção física ou moral, revelaria tragédias individuais se pensadas em suas individualidades. Da mesma forma, a destruição ambiental promovida pela monocultura canavieira revelaria prejuízos ambientais se pensada na simples transformação do território. Contudo, o que confere sentido concreto a estes fenômenos é justamente o modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista no país, cujo autodenominado agronegócio é sua forma mais acabada.

Em estudo sobre os campos nazistas de concentração, Pollak (2000) sugere que experiências extremas são reveladoras de elementos de identidade social, de formas de pertencimento e de condições de existência mesmo no limite físico e psicológico. Sem embargo, a experiência social do trajeto dos trabalhadores migrantes para o corte da cana em São Paulo, a coerção no trabalho e a possibilidade da morte no canavial – agora repleta de significados, não mais ocorrência eventual – compõe um indiscutível cenário de degradação do trabalho social, cuja situação extrema não impede que mesmo o silêncio de alguns destes trabalhadores, decorrente dos vários níveis de coerção, denuncie um intenso processo de gestão da identidade, agora ainda mais violentada. Nestas circunstâncias, a reinvenção moderna de exploração do trabalho no agronegócio e a pilhagem ambiental por este promovida compõem um quadro mais amplo de degradação dos modos de vida. Ou seja, levando ao limite crítico as experiências sociais a partir do trabalho e gerando níveis progressivos de exaustão dos recursos naturais, este modelo de agricultura revela a degradação de suas próprias condições de existência. Revela seus próprios limites através da destruição dos trabalhadores e da natureza.

## Referências

ALLEN, A. G. *et al.* Influence of sugar cane burning on aerosol soluble ion composition in Southeastern Brazil. *Atmospheric Environment*, Oxford, v. 38, p. 5025-5038, 2004.

- ANDRADE, A. F. *Cana e crack: Sintoma ou problema? Um estudo sobre os trabalhadores no corte de cana e consumo do crack*. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC-SP, São Paulo.
- BASTOS FILHO, G.S. *Contabilizando a erosão do solo: um ajuste ambiental para o produto bruto agropecuário paulista*. Piracicaba: ESALQ, 1995.
- CEPAL. *Globalização e desenvolvimento*. Brasília: Comisión Económica para América Latina y El Caribe, 2002.
- COSTA, L.M.; MATOS, A.T. Impactos da erosão do solo em recursos hídricos. In SILVA, Demétrio D.; PRUSKI, Fernando F. (Ed.). *Recursos hídricos e desenvolvimento sustentável da agricultura*. Brasília: MMA, 1997.
- ELIAS, N. *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. v. 2.
- IBGE *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2002*. Diretoria de Geociências – Rio de Janeiro, 2002: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- GOODMAN, D.; REDCLIFT, M. *Refashioning nature: food, ecology and culture*. London: Routledge, 1991.
- LAMBERT, M. *Agricultura e meio ambiente*. São Paulo: Ed. Scipione, 1990.
- MARX, K. *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- PNUD. *Agenda 21 brasileira*. Área temática: agricultura sustentável. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1999.
- OPPENHEIMER, C. *et al.* NO<sub>2</sub> Emissions from Agricultural Burning in São Paulo, Brazil. *Environmental Science & Technology*, Easton, v. 38, p. 4557-4561, 2004.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire*. Paris: Éditions Métailié, 2000.
- ROCHA, G. O.; FRANCO, A. Sources of atmospheric acidity in a agricultural-industrial region of São Paulo State, Brazil. *Journal of Geophysical Research*, v. 108, n. D7, p. 4207, 2003.
- ROMEIRO, A. R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume-Fapesp, 1998.

RUMIN, C. *Trabalho rural e saúde: um estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos cortadores de cana no município de Pacaembu/SP*. 2004. Dissertação (Mestrado) – USP, Ribeirão Preto.

SAYAD, J. Notas sobre a agricultura no curto prazo. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 12, n.8, dez, 1982.

SILVA, M. A. M. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Edunesp, 1999.

SILVA, M. A. M. Se eu pudesse, eu quebraria todas as máquinas. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 29-78.

SILVA, M. A. M. *et al.* Do Karoshi no Japão à birola no Brasil. *Revista Nera*. Disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/revista%20nera.htm> Acesso em: 1 jul. 2006.

ZAMPERLINI, G. C. M. (1997). *Investigação da fuligem proveniente da queima de cana-de-açúcar com ênfase nos Hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPAs)*. 1997. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Química, USP, Araraquara.

## Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial

Luiz Antonio Cabello Norder\*

Resumo: Examina-se neste artigo a emergência dos debates sobre agroecologia e desenvolvimento territorial como uma das novas dimensões da questão agrária na atualidade. Debate que caminha na contramão do crescente desenvolvimento do agronegócio no Brasil.

Palavras-chave: Agroecologia; Agronegócio; Questão agrária.

A questão agrária comporta diversas conceituações e abordagens, dentre as quais podemos, inicialmente, destacar algumas das principais correntes interpretativas que predominaram no debate sobre o tema nas últimas décadas: a marxista, a leninista, a chayanoviana e a teoria da modernização agrícola. As distinções e afinidades entre estas três correntes já foram objeto de inúmeras discussões e análises. Há evidentemente divergências significativas entre estas diferentes abordagens, mas isso não nos permite desconsiderar certos pontos em comum.

As abordagens de Marx, por um lado, e as de Lênin e Kautsky, por outro, possuem afinidades e dessemelhanças substanciais. A ênfase de Marx sobre o processo de mercantilização na agricultura ou ainda sua avaliação sobre o potencial das comunas camponesas russas em uma estratégia socialista não se confundem com a forma de análise de Lênin e Kautsky sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, muito menos com os programas políticos que vieram a ser implementados a partir de 1917 com o governo bolchevique.

Também os esforços para aproximar parte das formulações de Marx com as de Chayanov também levaram a relevantes discussões na história do pensamento social sobre a questão agrária (TEPICHT, 1973). Da mesma forma, as teorias de Lênin e Kautsky sobre a suposta superioridade técnica da produção especializada e em grande escala em relação à economia camponesa, bem como as generalizações por vezes caricaturais sobre a economia camponesa, mantêm fortes afinidades com a teoria da modernização

---

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL.

da agricultura<sup>1</sup>. Daí derivam certas afinidades entre recentes formulações de inspiração leninista e algumas das mais expressivas organizações representativas do empresariado agroindustrial. Assim, temos um curioso cenário no qual, de acordo com a combinação de conceitos e pressupostos, são definidos certos antagonismos explícitos, mas sem que deixe de persistir algumas afinidades veladas – e vice-versa.

Este universo conceitual não raro acaba por se desdobrar em um descolamento frente aos processos concretos de ação política presentes nos movimentos sociais, o que fez com que determinadas posições, notadamente a partir dos fundamentos de Lênin e Kautsky, deixassem simplesmente de contar com protagonistas que levassem a cabo tais projetos no interior da sociedade. E tentar recolocar algumas destas formulações na pauta dos movimentos sociais hoje, pelo menos no Brasil, parece não ser tarefa das mais fáceis, até mesmo como decorrência das experiências que foram sendo conduzidas nos assentamentos conquistados desde os anos 80 e que evidenciaram, para citar apenas um tema para discussões, os limites das propostas agroindustriais coletivistas que vinham sendo implementadas:

as primeiras experiências da forma constitutiva coletivista começaram a apresentar resultados econômicos negativos, o que induzia alguns analistas rigorosos a refletir sobre a inadequação desse modelo de agricultura empresarial – orientado para a intensificação do capital e a redução da mão-de-obra, que era a base da referida produção coletiva, às condições objetivas dos assentamentos – de baixa capacidade de investimento e grande disponibilidade de mão-de-obra. Os resultados dessas análises trariam contribuições significativas à redefinição da assessoria agrícola em questão. Em especial porque confirmariam a exigência de projetos agrícolas em correspondência mais direta com os projetos dos próprios trabalhadores: projetos de agricultura familiar (D'INCAO; ROY, 1995, p. 36)<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> “As teorias da modernização tanto quanto o marxismo... estão fundamentadas na concepção de ‘integração’ ou ‘submissão’ do mundo rural e de seus atores na estrutura global do capitalismo. Em ambas, as tendências deterministas e centralistas prevalecem e são reificadas, obscurecendo assim a natureza e o potencial de indivíduos e/ou estratégias e respostas coletivas” (LONG; PLOEG, 1989, p. 238).

<sup>2</sup> Em 1986, o MST publicou o *Caderno de Formação* nº 11, escrito por Clodomiro dos Santos Moraes alguns anos antes. Partindo do pressuposto de que “toda empresa tem inimigos internos e externos... [cuja] ação está sempre dirigida contra dois elementos fundamentais de toda empresa: a unidade e a disciplina”, o autor indicava os “instrumentos e mecanismos” conhecidos para “combater os vícios gerados pelas formas artesanais de trabalho”, dentre os

É certo que alguns casos, como o de Paracity, no Paraná, são apontados como contraposição a tais conclusões. De qualquer forma, houve uma reformulação programática no interior do MST e os projetos de cooperativas de produção agropecuária (CPAs) deixaram de ser implementados nos últimos anos. Houve ainda uma reformulação discursiva, com a apresentação de uma crítica ao agronegócio e a adesão aos princípios da agroecologia, mudança conceitual que levaria, no limite, a um abandono das propostas de cooperativas coletivas de produção agroindustrial, como as que foram criadas nos anos 80. Não é de todo desnecessário lembrar que a formulação de Kautsky sobre a superioridade técnica da produção em grande escala levava à proposição, nas páginas finais de *A Questão Agrária*, de um tipo de cooperativismo fundado na coletivização completa da produção em grande escala de forma muito parecida com a que o MST vinha apregoando até meados dos anos 90.

Algumas releituras recentes sobre desenvolvimento rural retomam criticamente parte dos pressupostos e conceitos presentes nas principais interpretações clássicas e, a partir da inserção de novos enfoques, conceitos e discussões, procuram construir paradigmas alternativos tanto para a realização de pesquisas científicas como para a definição de programas de atuação política. Esse empenho parece acompanhar uma vigorosa transformação nas diretrizes de inúmeras organizações populares não só no Brasil, mas em muitos outros países. Neste sentido, um dos pilares da teoria de Lênin e Kautsky, a tese da superioridade técnica da grande produção, começa a ser amplamente minado e com isso o ideário de uma coletivização do campo perde seu significado.

Uma das mais claras expressões deste movimento de transformação política pode ser compreendida a partir da emergência dos debates sobre agroecologia e desenvolvimento territorial entre as novas dimensões da

---

quais “destacam-se os seguintes: a vigilância, a crítica e a reunião”. Além disso, preconizava a realização dos “laboratórios experimentais” no qual “a consciência organizativa é introduzida no grupo social por intermédio de uma aceleração preconcebida da ‘praxis’ de organização através da análise teórico-prática dos fenômenos”. Tal laboratório, se aplicado entre “semi-operários”, deveria durar cerca de 15 dias; entre “artesãos”, no entanto, passaria de 30 a 40 dias ininterruptos (MORAIS, 1986). Daí surgem interpretações marcadas por uma profunda repulsa em relação ao universo cultural, social e econômico de camponeses e artesãos, que se desdobra em agressivas proposições “anti-campesinistas” e “anti-populistas”. Para uma análise das transformações nos preceitos cooperativistas no MST nos anos 80 e 90 e dos debates e estudos realizados sobre as cooperativas que vinham sendo implementadas nos assentamentos, bem como um estudo de caso no município de Promissão (BERGAMASCO; NORDER, 2003).

questão agrária na atualidade – e que fazem com que as principais correntes de interpretação sobre a problemática agrária continuem, evidentemente, sendo referenciais relevantes para o debate, mas de certa forma condicionados por questões e conceitos colocados por novos e diversos paradigmas. Além das noções de agroecologia e desenvolvimento territorial, poder-se-ia mencionar, por exemplo, a contribuição da “economia ecológica” e suas derivações mais recentes, que passaram a questionar as “externalidades” ambientais presentes nas correntes de pensamento sócio-econômico que predominaram em boa parte do século XX, incluindo todas as interpretações clássicas sobre a questão agrária.

Estes e outros fatores parecem ter levado a questão agrária a um novo ciclo histórico, o que nos coloca o desafio de reformular categorias analíticas e redefinir as diretrizes e estratégias de ação política. A questão agrária, portanto, antes de ser algo cristalizado e pré-definido, consiste em um processo em permanente transformação tanto no plano conceitual como político.

### **Questão Agrária e História**

A noção de questão agrária resulta da complexa articulação entre diversos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais. Em cada momento histórico e em cada país, região ou localidade essa articulação apresenta-se de uma forma específica. Para tanto, é necessário desde já arrolar algumas das dimensões que, em sua articulação, tradicionalmente compõem a questão agrária no Brasil: a) concentração fundiária, b) formação do mercado de trabalho, c) estabelecimento de políticas migratórias e demográficas, d) exercício do poder político (estatal e privado, com destaque para o uso da violência física ilegítima), f) aplicação de determinadas tecnologias e g) extração, em geral predatória e itinerante, dos recursos naturais.

Na transição do escravismo para o trabalho livre, por exemplo, a concentração fundiária passou a ser exercida através de mecanismos definidos pela Lei de Terras de 1850, significativamente distintos dos tempos das sesmarias, o que levou a uma inaudita apropriação concentradora de terras, em grande medida através de processos jurídicos fraudulentos. Era a época áurea da grilagem no Brasil, que visava bloquear o acesso a terra para milhares de famílias que passavam a compor o mercado de trabalho livre. É época, no plano político, das políticas oficiais de subsídio à imigração, da contestação à ordem monárquica e das relações clientelistas entre governos locais e o governo central (LEAL, 1997). E, no plano econômico, do desenvolvimento de novas

técnicas de cultivo de café e de expansão de toda uma malha ferroviária e de comunicações, de diversificação econômica, de criação de centenas de pequenos municípios e de destruição *a ferro e fogo* de toda a cobertura vegetal preexistente, como bem mostrou Warren Dean (1996).

A forma como essas dimensões se articulavam na transição da escravidão para o sistema de colonato, na região cafeeira, irá lançar as bases para um amplo movimento de transformação nas configurações da questão agrária a partir da segunda metade do século XX, com a modernização da agricultura. As dimensões da questão agrária reaparecem, de forma altamente conflituosa e contraditória. A partir dos anos 50, a crise de superprodução na cafeicultura vinha ganhando grandes proporções, em uma estrutura fundiária relativamente bem consolidada e com um enorme contingente de trabalhadores subordinados socialmente e alijados da propriedade da terra.

Emergem então as primeiras reivindicações politicamente organizadas dos trabalhadores no sentido de promover uma distribuição da terra. As Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master), juntamente com parcela do movimento sindical, passaram a canalizar essa demanda difusa pela reforma agrária. A dimensão fundiária da questão agrária estava bastante associada às demais indicadas acima. No plano político, há uma reconhecida conexão entre o golpe de 1964 e a emergência dos movimentos de contestação fundiária por parte dos trabalhadores. A estratégia política concebida pelas oligarquias agrárias e implementada pelos militares foi a de promover duas políticas demográficas: a expulsão massiva dos trabalhadores rurais em direção às cidades, isto é, uma política migratória diametralmente oposta àquela estabelecida desde o final do século XIX, e a implementação de programas de colonização nas regiões centro-oeste e amazônica, esta última, vale lembrar, mobilizada naquele período de forma bastante ideológica e que visava atenuar a resistência às demais medidas de política agrária e agrícola.

A repressão da demanda de acesso à terra e a reorientação dos fluxos migratórios deveriam, evidentemente, estar associadas à aplicação de tecnologias agropecuárias centradas em uma brutal redução na quantidade de trabalhadores empregados por unidade de área ou unidade de produto. A mecanização e a quimificação da produção agropecuária, a produção agroindustrial especializada e em grande escala, voltada para a inserção em mercados globais, tornavam-se os principais vetores da ocupação do solo desde então. Tal expansão da produção agrícola em grande escala, notadamente com a produção de soja, milho, trigo, algodão, laranja e cana,

passava a se atrelar, de forma cada vez mais verticalizada, ao desenvolvimento das indústrias de insumos, equipamentos e processamento da produção, em um complexo processo de apropriação das bases rurais da agricultura pelo setor industrial:

A transformação industrial da agricultura ocorreu historicamente através de uma série de apropriações parciais, descontínuas do trabalho rural e dos processos biológicos de produção (máquinas, fertilizantes, sementes híbridas, produtos químicos, biotecnologia), e do desenvolvimento paralelo de substitutos industriais para os produtos rurais (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990, p. 2).

Esta apropriação industrial do processo de produção agropecuária, a despeito de suas variações geográficas e históricas, levou a uma crescente desconexão entre a produção agropecuária e as condições locais, dentre as quais a natureza e a ecologia, as peculiaridades locais e regionais da força de trabalho e do campesinato, a elaboração de produtos com características culturais e regionais específicas e a organização das formas relativamente autônomas de organização do trabalho. Há com isso uma difusão de processos de produção com um elevado grau de *mercantilização*, uma acentuada utilização de insumos de origem agroindustrial e uma forte dependência em relação a agentes externos e relações mercantis e/ou contratuais.

Uma das características decisivas deste processo de mudança refere-se ao papel da intervenção do Estado na promoção da modernização da agricultura (BELIK, 1997). O reconhecimento da intervenção estatal representa um agudo questionamento às interpretações de Lênin e Kautsky sobre a superioridade técnica da grande produção. E não precisaríamos ir muito longe para encontrar intérpretes, tanto no campo leninista como na teoria da modernização, que minimizem o papel decisivo do intervencionismo dos governos militares na promoção da modernização da agricultura.

Vê-se que as dimensões da questão agrária passam a se articular de uma forma distinta em relação aos dois períodos mencionados acima. A concentração fundiária herdada dos tempos da Lei de Terras e a depredação ecológica representam dois dos elementos de continuidade da questão agrária. Outras dimensões, especialmente as relações sociais de trabalho, a política demográfica e o desenvolvimento de tecnologias foram, diferentemente, profundamente modificadas.

No Brasil, a partir dos anos 80, como parte da transição democrática, este conjunto de transformações ocorridas no âmbito da modernização agrícola passa a ser cada vez mais contestado e confrontado. As contundentes críticas ao agronegócio, que se iniciam já nos anos 70, irão ganhar maior fôlego a partir do final dos anos 90, época em que os movimentos sociais começam a combater de modo ainda mais direto e incisivo tal modelo tecnológico privilegiado pelo Estado.

Nos últimos anos, ganha destaque um aspecto adicional: a gravíssima crise financeira do agronegócio, ou seja, da modernização da agricultura, fenômeno que será interpretado aqui como uma decorrência de sua “múltipla dependência”, isto é, sua dependência em relação a fatores como: a) os preços das commodities nos mercados internacionais (que vem sofrendo baixas significativas); b) a cotação do dólar (que vem caindo continuamente); c) o clima (cada vez mais instável) e d) a oferta de políticas governamentais de apoio (créditos, renegociações de dívidas vencidas, securitizações etc). Na verdade, a crise no agronegócio não é tão nova assim. Desde 1998, o Estado brasileiro, dando certa continuidade à linha intervencionista forjada no período militar, vem descarregando somas elevadíssimas de recursos públicos para refinar as dívidas ou para assumir, via securitização, os prejuízos dos agronegociantes.

As interpretações veiculadas pelas organizações empresariais geralmente tratam a crise recente do agronegócio como algo conjuntural – e a atribuem especialmente à política agrícola e cambial do governo federal<sup>3</sup>, mas há também alguns indícios de que interpretações de cunho estrutural venham sendo cogitadas mesmo entre as entidades agro-empresariais.

Para uma melhor compreensão dos elementos estruturais da crise do agronegócio e de sua múltipla dependência, vale a pena salientar que entre os aspectos de sua forma de organização e desenvolvimento estão: a) o aumento no grau de vinculação em relação ao mercado e às instituições externas de planejamento da produção; b) a substituição de força de trabalho pelo consumo de insumos de origem industrial; c) a especialização; d) a dependência com relação ao suprimento externo de saberes e tecnologias; e) a homogeneização e padronização das atividades; f) a desconexão entre a produção e os ecossistemas e relações sócio-culturais locais; g) a baixa flexibilidade dos mercados e dos preços; h) o estreitamento no rendimento

---

<sup>3</sup> Seria importante discutir os impactos de uma eventual efetivação da proposta, reiteradamente formulada por organizações representativas do agronegócio, de desvalorizar drasticamente o real.

líquido por unidade de área ou de produto final; i) a elevação no montante de recursos financeiros para a obtenção de rendimentos aceitáveis (PLOGG, 2003, p. 352).

A questão agrária volta a ter, nos dias atuais, portanto, enorme relevância na agenda política e científica. Um dos pressupostos desta pauta de pesquisa e de formulação programática é a de que a produção agropecuária não se confunde com o universo da produção agroindustrial em grande escala. Não há dúvidas de que o avanço das políticas de modernização agrícola provocou – e continua provocando – substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar, mas isso não nos autoriza a prever ou generalizar um completo desaparecimento de uma certa autonomia estratégica na mobilização e conversão de recursos econômicos (e na utilização de saberes locais) no interior das unidades produtivas.

Formas inauditas de resistência e de criação de espaços de manobra, de construção de uma autonomia mesmo que parcial e relativa, construída gradualmente, mas de forma alguma irrelevante, tornam-se imprescindíveis para a elaboração de re-interpretações sobre questão agrária, tanto quanto para a formulação de propostas de transformação social, pautadas pelo diálogo entre diferentes mediadores e comunidades rurais. Tais as estratégias sociais e produtivas voltadas para a construção da autonomia – e sua particular interação com o processo de *mercantilização* e *externalização* da produção – podem levar, entre outros resultados, a um aumento na absorção de trabalho e na rentabilidade das atividades agropecuárias, a despeito e para além do poder de prescrição tecnológica e social, exercido não somente por agentes de fornecimento de insumos e processamento e comercialização de produtos agropecuários, mas também por diversas agências estatais e cooperativas (NORDER, 2004).

### **Agroecologia e Desenvolvimento Territorial**

Outra particularidade da questão agrária na atualidade é a de que, juntamente com o colapso do agronegócio, vem se difundindo uma série de projetos sociais, econômicos e tecnológicos entre camponeses, agricultores familiares, assentados, comunidades indígenas, populações ribeirinhas, quilombolas, ocupantes de reservas extrativistas etc. Trata-se de projetos que, por um lado, refutam de forma cada vez mais consistente os impactos sociais, econômicos e ambientais da modernização agrícola e, por outro, apresentam novos e instigantes parâmetros para a organização da produção agropecuária. A noção de agroecologia, neste contexto, tornou-se uma bandeira política,

em aberta oposição ao agronegócio, e passou a aglutinar diferentes expressões da busca por novos caminhos para as atividades agrícolas e pecuárias.

[...] a agroecologia proporciona as bases científicas e metodológicas para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica, para toda a sociedade. Apesar de seu vínculo mais estreito com aspectos técnico-agronômicos (tem sua origem na agricultura, enquanto atividade produtiva), essa ciência se nutre de diversas disciplinas e avança para esferas mais amplas de análise, justamente por possuir uma base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico (a cultura dos homens em co-evolução com o meio ambiente) (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Outros aspectos podem ser destacados nos debates sobre agroecologia, entre os quais a reconsideração a respeito das concepções sobre a produção do conhecimento social nos agroecossistemas.

Várias explicações consideraram pobre a transferência de tecnologia, incluindo a idéia de que os produtores eram ignorantes e necessitavam ser ensinados a produzir. Outra linha de explicações responsabilizou o baixo nível rural, tal como a falta de crédito, pela limitação da viabilidade dos produtores em adotar as tecnologias. No primeiro caso o produtor era visto basicamente como um equivocado. No segundo, questões infra-estruturais de vários tipos são consideradas as culpadas. Nunca a tecnologia, por si mesma, foi criticada (HECHT, 1989, p. 40-41).

Há ainda uma série de implicações para o plano da organização social e política, com a constituição de determinados arranjos cooperativos e organizacionais em bases locais que se afastam deliberadamente de princípios verticalizados de transferência de saberes, tecnologias e recursos produtivos.

Existem também novas formas locais de coordenação entre os produtores: as organizações profissionais como sindicatos, associações, cooperativas e as redes inter-pessoais como as redes de comercialização ou as redes de inovação. A viabilidade da agricultura familiar depende portanto, também, do ambiente institucional regional e global. Este é constituído pelas políticas públicas, pela organização das cadeias produtivas, pelas redes de

inovação, pelo acesso a informação ou pelas oportunidades de aprendizagem, individual ou coletiva (SABOURIN, 2000, p. 27).

Uma das manifestações destas considerações sociais, tecnológicas e ambientais versa sobre a implementação participativa de sistemas agroflorestais visando a reconstituição da biodiversidade e, ao mesmo tempo, a geração de ocupação rentável na agricultura familiar, a construção da segurança alimentar e a preservação dos cursos d'água nas comunidades rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas etc. Uma interessante experiência com finalidades demonstrativas junto a comunidades indígenas do Acre foi realizada pela Comissão Pró-Índio que, além de fomentar a capacitação de agentes agroflorestais indígenas para a recuperação de áreas degradadas, promoveu a articulação das iniciativas agroflorestais com a programação educacional e artística no âmbito do sistema educacional e com a produção de artesanato (VIVAN; MONTE; GAVAZZI, 2002). Em Minas Gerais, para citar apenas mais uma locação de interesse, atividades similares vêm sendo realizadas na Zona da Mata desde 1993 pelo Centro de Tecnologias Alternativas (CTA), Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Universidade Federal de Viçosa (CARDOSO, 2004).

A criação de sinergias entre as formas inovadoras de produção agropecuária, as iniciativas de recuperação florestal e agroflorestais, o desenvolvimento de atividades rurais não-agrícolas, a preservação do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico no meio rural fazem com que a passagem de um enfoque setorial, predominantemente econômico ou político, para o enfoque territorial, interdisciplinar e ambiental adquira uma importância destacada nos debates sobre desenvolvimento rural e sua complexidade.

Os mercados - o mesmo se aplica aos territórios - não são entidades dadas de uma vez por todas por qualquer tipo de mão mágica ou de dotação natural. Eles são o resultado de formas específicas de interação social, da capacidade dos indivíduos, das empresas e das organizações locais em promover ligações dinâmicas, propícias a valorizar seus conhecimentos, suas tradições e a confiança que foram capazes, historicamente, de construir (ABRAMOVAY, 2001, p. A3).

O mesmo é válido para a interpretação da formação e evolução dos mercados de trabalho. Marx mostrou que o mercado de trabalho é criado por meio das mais variadas formas de ação política, quase sempre com o

uso da violência. Assim, a *mercantilização* das relações sociais e das relações de trabalho, de mercado de terras e de outros mercados é nada mais do que o produto de determinadas *políticas de mercantilização* historicamente estabelecidas. Neste sentido, o fortalecimento da agricultura familiar e a constituição dos assentamentos rurais representam um movimento contrário ao de *mercantilização* da força de trabalho.

A análise do processo histórico de mercantilização das relações sociais evidencia que a formação do mais importante dos mercados, o mercado de trabalho, influencia a formação de outros mercados, na medida que por aí se definem a geração e distribuição de renda e, portanto, os níveis e tipos de consumo (NORDER, 2004).

Com esse conjunto de novos temas e novas abordagens, a questão agrária passa a incorporar dimensões, conceitos e informações que não estavam inscritas nos principais paradigmas vigentes até os momentos finais do século XX. Abre-se com uma ampla agenda política e científica, que vem resultando em processos de contestação social, política, tecnológica e ambiental que se traduzem em um heterogêneo conjunto de práticas voltadas para a reconstituição do trabalho rural e dos recursos naturais. Nesta agenda de pesquisa, as diferentes abordagens “estruturalistas” (tanto marxianas e leninistas como as da teoria da modernização) são refutadas conceitualmente e por um variado elenco de experiências de organização social em curso que ressaltam a importância da criatividade na contestação política e das formas pulverizadas de resistência local.

Essas formas de luta e resistência que convergem para a reconstrução das práticas camponesas relativamente autônomas no processo produtivo revelam um acentuado contraste em relação aos parâmetros homogeneizadores e exógenos contidos na trajetória da modernização agrícola. Justamente por esse motivo é que a economia camponesa possui uma eficiência técnica e econômica superior ao da produção em grande escala e resiste muito mais bravamente aos impactos perversos da globalização, não apenas nos países menos desenvolvidos, mas também no coração das mais avançadas economias européias (PLOEG, 2006). A emergência da diversidade e sua politização na era da globalização, ou, em outros termos, uma transformação na dinâmica de co-evolução entre sociedade e natureza, não pode, portanto, deixar de ser colocada entre os vigorosos componentes da questão agrária, o que traz relevantes implicações para a teoria social:

A heterogeneidade está fundamentada na construção e reprodução de um conjunto altamente diferenciado de conexões micro-macro, entre outras coisas... Temos também mostrado que algumas regularidades (ou 'leis de ferro') que emergem no nível macro podem muito bem ser desconstruídas ao se passar do nível macro para o nível micro, onde tendências contrastantes podem ser encontradas (HEBINCK; PLOEG, 1997, p. 223).

A questão agrária na atualidade apresenta, portanto, promissoras perspectivas de ação política e de pesquisa científica e teórica. As diversas questões aqui colocadas apontam para uma acentuação da crítica aos pressupostos e impactos da agroindustrialização da agricultura, juntamente com um revigoramento das estratégias camponesas, indígenas e demais populações tradicionais, que passam a criar variadas interações com o conhecimento científico, a gerar conhecimentos "híbridos" (GUIVANT, 1997) e a reivindicar políticas estatais não-hierárquicas. O bloqueio fundiário imposto aos camponeses, indígenas, seringueiros e demais populações tradicionais representa um bloqueio ao surgimento de processos sociais de desenvolvimento territorial sustentáveis e multifuncionais.

Tal perspectiva leva a uma revalorização de estudos de caso que permitam ilustrar esse processo de geração de diversidades e etnodesenvolvimento e incentiva a partilhar com as comunidades camponesas a concepção e implementação de paradigmas que, para além de sua relevância social, técnica e ambiental, aportam uma significativa contribuição para as atividades educacionais, lúdicas, arquitetônicas, paisagísticas, culturais, estéticas e para muitas outras fontes de saber e de organização de uma vida cotidiana estimulante e saudável.

## Referências

ABRAMOVAY, R. Ruralidade e Desenvolvimento Territorial. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 15 de abril, 2001. p. A3.

BELIK, W. Changing patterns of state intervention in the Brazilian agro-industrial complex. *Sociologia Ruralis*, Assen, v. 37, n.3, 1997.

BERGAMASCO, S.M.P; NORDER, L.A.C. *A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

CAPORAL, FR, COSTABEBER, J. A. *Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis*. Porto Alegre: Emater, 2003.

CARDOSO, M.I. *et. al.* Experimentação participativa com sistemas agroflorestais por agricultores familiares: espécies arbóreas utilizadas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., Belo Horizonte, 2004. *Anais...* Belo Horizonte, 2004.

DEAN, W. *A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

D'INCAO, M. C.; ROY, G. (1995), *Nós, Cidadãos, aprendendo e ensinando a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus. 1990.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, Brasília, v.14, n.3, set/dez. 1997.

HEBINCK, P.; PLOEG, J. D. Dynamics of agricultural production: an analysis of micro-macro linkages. In: HAAN, H.; PLOEG, J. D. (Org.). *Images and realities of rural life: Wageningen perspectives on rural transformations*. Assen: van Gorkun, 1997.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. In: \_\_\_\_\_. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

LEAL, V.C. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor perspective. *Sociologia Ruralis*, Assen, v. 29, n.3/4, p.226-249, 1989.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MORAIS, C.S. *Elementos sobre a teoria da organização no campo*. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 1986. (Caderno de Formação, n. 11).

NORDER, L.A. C. *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado) - Universidade de Wageningen.

PLOEG, J.D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 13-54.

\_\_\_\_\_. *The virtual farmer*. past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: van Gorcum, 2003.

SABOURIN, E. Viabilidade da agricultura familiar nordestina e globalização: mitos e desafios. *Política e Trabalho*, João Pessoa, n. 16, p.25-39, set. 2000.

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

VIVAN, J.L.; MONTE, N.L.; GAVAZZI, R.A. *Implantación de tecnologías de manejo agroflorestal em terras indígenas del Acre*. Brasília: Comissão Pró-Índio, 2002.

## **Varas Agrárias: qual a potencialidade da proposta?**

Mariana Trotta Dallalana Quintans\*.

Resumo: Este artigo analisa a potencialidade do instituto das Varas Agrárias em produzir avanços na luta pela democratização do acesso à terra no Brasil, por meio da estrutura do Poder Judiciário e a interpretação dos juízes sobre a questão agrária. A partir da análise de decisões da magistratura fluminense sobre as ocupações do Movimento Sem Terra, busca-se observar o discurso hegemônico do Judiciário fluminense sobre o direito de propriedade e a potencialidade deste campo social em assegurar direitos aos sem terra. Palavras-chave: Varas Agrárias; Poder Judiciário; Movimento Sem Terra.

### **Introdução**

A pesquisa busca refletir sobre a Reforma do Judiciário, aprovada pelo Congresso Nacional em 2004, em especial a proposta de criação das Varas Agrárias. A partir do estudo de decisões judiciais (em ações de reintegração de posse contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), teremos a oportunidade de observar o caráter subjetivo das decisões judiciais, obtendo um interessante material para analisarmos a relação entre o Poder Judiciário e a reforma agrária. Utilizaremos, para tanto, o método empreendido por Carlo Ginzburg, o qual propõe a análise de estruturas sociais através dos símbolos, sinais e fragmentos. (GINZBURG, 1989).

Nesse sentido, através da análise de seis decisões judiciais proferidas, nos anos de 2003 e 2004, por magistrados de diferentes regiões do estado do Rio de Janeiro – de um total de duas ocupações do MST em 2003 e oito em 2004 – interpretaremos o Poder Judiciário e tentaremos refletir sobre os impactos que as Varas Agrárias poderão produzir em nossa realidade social.

### **Uma leitura sobre o Judiciário Fluminense através do estudo de suas decisões sobre os conflitos fundiários**

Primeiramente, devemos esclarecer que partimos da premissa que, o texto normativo, como qualquer outro texto ou palavra, permite diferentes

---

\* Mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio e Professora do Departamento de Direito Público da Universidade Federal Fluminense.

leituras. Dessa forma, em cada julgamento caberá ao magistrado escolher um dos sentidos possíveis de cada texto normativo para solucionar o caso concreto – o texto normativo atua apenas como uma moldura que deverá ser preenchida pelo intérprete. (KELSEN, 2000) Apresenta-se para o intérprete, como guia para tal tarefa, com suas posições político- ideológicas.

Os magistrados não se apresentam como nômadas isoladas, eles estão inseridos dentro da dinâmica dos Tribunais de Justiça. Portanto, a maioria das decisões judiciais é proferida em consonância com o discurso hegemônico do judiciário, como destacado por Pierre Bourdieu:

Como no texto religioso, filosófico ou literário, no texto jurídico estão em jogo lutas, pois a leitura é uma maneira de apropriação da força simbólica que nele se encontra em estado potencial. Mas, por mais que os juristas possam opor-se a respeito de textos cujo sentido nunca se impõe de maneira absolutamente imperativa, eles permanecem inseridos num corpo fortemente integrado de instâncias hierarquizadas que estão à altura de resolver os conflitos entre os intérpretes e as interpretações. (BOURDIEU, 2004, p. 213-214).

Vejamos, então, algumas decisões da magistratura fluminense em casos de conflitos fundiários entre sem-terra e “produtores rurais” - como se autodenominam os grandes proprietários de terra.

A primeira decisão diz respeito a uma ocupação do MST no município de Italva em agosto de 2003. Trata-se de uma decisão paradigmática, em que foi negada a liminar de reintegração de posse pleiteada pelo autor, sobre área improdutiva decretada pelo Executivo Federal para fins de reforma agrária. Destacamos alguns trechos da decisão:

[...] No conflito jurídico anunciado nestes autos, vê-se o documento de fl. 108, dando conta de que a terra de propriedade da parte autora, que ora se quer retomar, é improdutiva, fato este que, em tese, é revelado também pelas fotos de fls. 110-111. Observa-se, também, que já existe decreto expropriatório cuja cópia o segundo réu fez juntar aos autos à fl. 97. São indícios veementes de que a terra ocupada não atendeu aos comandos da Constituição, e os atos administrativos citados, cuja razão fundamental é conduzir à expropriação, são dotados dos atributos de presunção de legalidade e de legitimidade, como informam doutrina e jurisprudência.

A terra é um bem de produção, sendo inadmissível que se torne improdutivo, mormente em se tratando de país no qual a população, em sua absoluta maioria, é de desempregados, famintos, excluídos sociais.

[...]

Discutem-se os métodos do MST, mas, com a devida venia, não há como qualificá-los de ilegítimos. A bifurcação que se apresenta pode levar a dois caminhos, e a escolha revelará o quão justa é a sociedade em que vivemos ou que queremos viver: o bem patrimonial inexplorado, moribundo, objeto apenas de uma dominação quase feudal, ou a atividade vinculada à vida no campo, à fixação da família em terras capazes de gerar riquezas e subsistência sem a qualificação de 'latifúndio improdutivo'. (RIO DE JANEIRO. Vara Única Estadual do Município de Itáva. Proc. n. 5018/03. 2003).

Posição diferente foi a adotada pelo Juiz da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, na ação possessória sobre outra fazenda ocupada pelo MST no ano de 2004. Tratava-se de área vistoriada pelo INCRA e considerada improdutivo. Mas, como em inúmeros outros casos, o “produtor rural” ingressou com ação de nulidade do laudo de vistoria, paralisando judicialmente o procedimento desapropriatório.

Neste caso, o magistrado entendeu pela reintegração de posse e pela ilegalidade da ocupação, considerando tal prática como crime de esbulho possessório:

[...] A discussão acerca de ser ou não o imóvel rural em questão improdutivo, não merece análise no bojo destes autos, posto que, ainda que seja improdutivo, tal não autoriza sua invasão por quem quer que seja.

[...]

O esbulho possessório – mesmo tratando-se de propriedade alegadamente improdutivas – constitui ato revestido de ilicitude jurídica.

[...]

O processo de reforma agrária, em uma sociedade estruturada em bases democráticas, não pode ser implementado pelo uso arbitrário da força e pela prática de atos ilícitos de violação possessória, ainda que se cuide de imóveis alegadamente improdutivos, notadamente porque a Constituição da República ao amparar o proprietário com a cláusula de garantia do direito de propriedade (CF, art. 5º, XXII) – proclama que ‘ninguém será privado (...) de seus bens, sem o devido processo legal’ (art. 5º,

LIV). (RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2004.5103000888-0. 2004).

Neste sentido, também, foi o entendimento do Juiz de Direito da 1ª Vara Federal da mesma comarca, Campos dos Goytacazes, na ação de reintegração de posse contra o MST, que ocupou quatro fazendas do Complexo Cambayba, de propriedade da Usina (falida) de cana-de-açúcar de mesmo nome. Vejamos:

Trata-se de pedido de medida liminar formulado pela COMPANHIA USINA CAMBAHYBA em face de LUIS MACHADO e LUIS VELASCO na qual se pleiteia a reintegração de posse dos imóveis rurais denominados Fazenda Cambahyba, Fazendinha e Fazendinha, dos quais a posse foi esbulhada da autora por integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST.

[...]

É fato notório que o Movimento dos Sem Terra ao tempo em que reivindica suas pretensões utiliza-se da invasão de terras alheias como instrumento de pressão política. A situação na zona rural do Município de Campos dos Goytacazes retrata essa desconfortável realidade.

[...]

determino a imediata desocupação do imóvel rural denominado Fazenda Cambahyba [...] (RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2001.51.03.001441-6. 2001).

Neste caso, em que a liminar foi concedida em junho de 2003, passado mais de um ano, as famílias ainda encontram-se acampadas no local, pois mesmo existindo uma determinação judicial para a retirada das famílias, a polícia não conseguiu realizar o despejo, devido a resistência dos sem-terra e o apoio de alguns setores da sociedade campista.

Em outra decisão, relativa à ocupação da fazenda Santa Justina em Mangaratiba, o juiz entendeu pela reintegração de posse:

[...] As alegações quanto à função social do direito de propriedade, conquanto atraentes, não constituem objeto de cognição nesta relação processual. Ainda que eventualmente procedentes, tais alegações somente poderiam ser conhecidas em sede própria, em procedimentos tendentes à intervenção estatal na propriedade *privada*.

[...]

Mesmo que a propriedade não esteja adequada à função social, o que não se sabe e não se saberá neste procedimento, em virtude da relação entre o objeto de cognição, a situação não autorizaria a invasão de propriedade privada. Nem mesmo o próprio Estado pode fazê-lo, necessitando de provocação da Justiça, um dos Poderes da República, para tanto. (RIO DE JANEIRO. Vara Estadual do Município de Mangaratiba. Proc. n. 2004.51.11.00096-4. 2004).

Em outra decisão, na região Sul do Estado, da Vara Única de Pirai, verificamos que a magistrada posiciona-se contra as ocupações dos sem-terra, vendo-as como uma afronta ao ordenamento jurídico brasileiro e ao estado democrático:

[...] verifico que o caso em tela é de natureza grave, eis que envolve questões de ordem social, econômica e política, pois o denominado movimento social dos Sem Terra – MST, altamente organizado procura legitimar seus anseios e pleitos por via transversa àquela admitida em sede constitucional e infraconstitucional, ferindo o ordenamento jurídico positivo, em função da inércia Estatal que não soluciona com agilidade e eficiência os problemas acerca da habitação e terras improdutivas que assolam nosso país durante décadas.

Lembro-me delas, ainda quando adolescente! (RIO DE JANEIRO. Vara Única Estadual do Município de Pirai. Proc. n. 2004.043.004419-4. 2004).

Passemos à análise da decisão do Juiz (titular a época) da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes, sobre a Fazenda Desejo Azurara ocupada por famílias sem-terra, em 2004.<sup>1</sup> Esta Reintegração de posse corre em apenso à ação de desapropriação<sup>2</sup> onde se discute o índice de Produtividade do imóvel na época da primeira vistoria realizada pelo INCRA.

Nesta decisão paradigmática, o magistrado elabora uma solução alternativa para o conflito possessório, optando por manter os sem-terra numa pequena parcela da fazenda, por eles já ocupada, enquanto não se encerrasse a ação desapropriatória. Transcrevemos abaixo parte da decisão:

[...] No caso em tela, não vislumbro maiores problemas em determinar que as partes aguardem a realização da perícia

---

<sup>1</sup> Proc. n. 2004.5103000757-7

<sup>2</sup> Proc. n. 2001.5103002261-9

determinada nos autos da Ação de Desapropriação 2001.5103002261-9, tendo em vista que não haverá prejuízo para o arrendatário, eis que a parte ocupada não ultrapassa 02 (dois) hectares de terra dentre os 610,9988 há (seiscentos e dez hectares noventa e nove ares e oitenta e oito centiares) que integram o imóvel objeto do litígio e, também, não há prejuízo às famílias que ora ocupam pequena área.

Em assim sendo e com base nos argumentos acima delineados, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR requerido pelo autor e determino que as famílias ora ocupantes de parte do imóvel denominado 'Fazenda Desejo e Azurara' permaneçam apenas e tão somente, nos 02 (dois) hectares até então ocupados até que sejam ultimadas as diligências na realização da perícia determinada nos autos da ação de Desapropriação. (RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2004.5103000757-7. 2004).

Dentro deste quadro, arriscamo-nos a caracterizar o judiciário fluminense como portador de um discurso hegemonicamente proprietário, que acaba por refletir os interesses dos produtores rurais. E que, como vimos, não funciona como um bloco homogêneo, existindo magistrados que rompem com este discurso proprietário.

Neste sentido, passemos a analisar a potencialidade das Varas Agrárias em produzir avanços para a realidade agrária do país.

### **Varas Agrárias: avanço ou retrocesso?**

O debate sobre a implantação de Varas Agrárias na Justiça brasileira não é recente, ele esteve na pauta política do país em diferentes momentos.<sup>3</sup> Na Assembléia Nacional Constituinte de 1987 as Varas Agrárias foram amplamente debatidas junto a outros temas relativos à questão agrária no Brasil. Diversos segmentos da sociedade, inclusive setores populares ligados à luta pela terra, defenderam a proposta da criação de uma Justiça especializada para atuar nos conflitos agrários. O novo ramo teria competência para julgar todos os conflitos decorrentes das relações no campo e sua organização Judiciária era pensada nos moldes da Justiça Trabalhista e Eleitoral, com estrutura própria composta de Superior Tribunal, Tribunal Regional e Juntas de Conciliação e Julgamento.

Como relata o jusagrarista Otávio Mendonça (2000, p.806),

---

<sup>3</sup> Interessante trabalho sobre propostas anteriores relativas a Justiça Agrária na Brasil e, experiências em outros países ver (MENDONÇA, 2000).

durante a Constituinte de 87/88, a Justiça Agrária sofreu altos e baixos. Surgiu desde a Comissão *Afonso Arinos*, ora como órgão autônomo do judiciário, ora dentro da competência da Justiça Federal, ora finalmente dentro da Justiça Comum estadual, apenas com juízes de entrância especial, designados pelos Tribunais de Justiça, permitindo seu deslocamento aos locais de litígio. Assim diz o art. 126, notoriamente restrito, prêmio de consolação aos juristas insatisfeitos [...].

O texto aprovado ao final, incorporado à Constituição Federal de 1988, incumbiu aos tribunais decidir sobre a necessidade ou não, de acordo com a demanda do estabelecimento de juízes, com competência específica para julgar conflitos agrários. Em decorrência deste dispositivo constitucional, os Tribunais de Justiça de alguns estados brasileiros estabeleceram juízos agrários, como os do Pará, Minas Gerais, Paraíba, Santa Catarina. Foram também estabelecidos juízos especializados na Justiça Federal nos estados da Bahia, Pará, Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A reforma do Judiciário veio, justamente, alterar o art. 126 da CF/88, que passou a determinar: “para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.”

Ao novo dispositivo podem ser dadas diferentes interpretações. Pode-se depreender da leitura do texto constitucional que, “para dirimir conflitos fundiários” serão criadas Varas Agrárias. O legislativo quis limitar a atuação de tais varas, atribuindo-lhes apenas competência para julgar as ações decorrentes de conflitos fundiários, que correspondem apenas aos conflitos pela posse ou propriedade da terra. Dessa forma, não compreenderiam as novas varas todas as matérias relativas à questão agrária, ou seja, todas as relações decorrentes do solo (agro).

Por outro lado, o art. 126 da CF/88 poderá ser interpretado de forma sistemática, através da qual a primeira parte do dispositivo não será entendida como uma limitação ao alcance das varas especializadas, mas como mera exemplificação. Neste sentido, a nova redação constitucional teria atribuído às varas agrárias competência para julgar todos os casos relativos à questão agrária.

O problema que se coloca é a falta no ordenamento jurídico brasileiro de uma sistematização da legislação agrária – não possuímos um Código Agrário ou uma Consolidação das Leis Agrárias - que defina quais as matérias

relativas ao tema e, portanto, qual a competência das Varas Agrárias. (MIRANDA NETO, 2005).

Nos casos dos conflitos fundiários, decorrentes das ocupações coletivas realizadas por trabalhadores sem-terra, a atuação pontual das varas agrárias na resolução da ação possessória não se apresenta como solução para o problema, pois apenas combate o efeito e não a causa, ou seja, dissolve a tensão social sem realizar a Reforma Agrária.

Em todas as declarações do Executivo Federal sobre a importância da criação das varas especializadas, estas são apontadas como solução para os violentos conflitos fundiários que vêm eclodindo no país, não no sentido de resolver o problema da terra, mas no de pulverizá-los, deslocando-se, assim, o foco político da luta pela terra para o judiciário, buscando neutralizar o conflito.

Sobre as varas agrárias, também, devemos destacar que um ponto que vem preocupando diferentes setores - dos ruralistas aos movimentos populares - diz respeito ao critério de seleção de magistrados para as varas especializadas. Os “produtores rurais” temem que as varas agrárias tenham como titulares juizes progressistas, ou “recrutados na escola chamada justiça alternativa” (LOPES, 2004) o que contrariaria seus interesses.

Por outro lado, os movimentos populares também se preocupam com o perfil dos magistrados que titularão nas varas agrárias. Atualmente, nas regiões onde já existem varas especializadas, a experiência tem sido diferente de região para região, como exemplo podemos citar os Estados de Santa Catarina e Minas Gerais. No primeiro, a justiça tem sido sensível às reivindicações do Movimento Sem Terra; já no segundo, a atuação da vara especializada tem se apresentado como retrógrada em matérias relativas à Reforma Agrária. Como dito em outro lugar, teme-se pelo subjetivismo sempre presente nas decisões judiciais. (MIRANDA NETO, 2005)

As varas especializadas, que concentrarão todos os processos relativos aos conflitos agrários, poderão submeter as partes - como ocorre em cidades pequenas que possuem uma vara única - a uma relação mais pessoal, com magistrados mais sensíveis aos interesses envolvidos, diferentemente do que pode ocorrer, nos casos em que os litígios sejam apreciados por juizes federais distanciados da realidade local.

Devemos levar em conta que, ao não ser prevista uma organização judiciária própria, as varas agrárias estarão inseridas na dinâmica dos Tribunais de Justiça. No caso do estado do Rio de Janeiro, como analisado, as novas

varas farão parte do Campo Social, cujo Capital Simbólico adota o discurso proprietário, representando o interesse dos ruralistas.

Neste sentido, por mais que as varas agrárias sejam ocupadas por magistrados que rompam com o discurso hegemônico, suas decisões poderão ser reformadas em Segunda Instância, mantendo-se a posição conservadora.

Um lado positivo na criação destas varas, entretanto, diz respeito à possibilidade do investimento na formação e especialização destes magistrados. Dessa forma, chamamos a atenção para a necessidade de cursos de direito agrário, pouco oferecidos nas faculdades de direito. Estes cursos deverão ser pautados, não à luz do velho direito de propriedade absoluto, mas sobre o princípio da função social da propriedade e da necessidade de reforma agrária para o país.

### **Considerações finais: Varas Agrárias um tema em aberto!**

Vemos que, mesmo já tendo sido aprovada a Emenda que alterou o texto constitucional, introduzindo as Varas Agrárias em nossa organização judiciária, muito ainda deve ser discutido. Várias indagações não foram respondidas. E, sob pena da criação destas varas especializadas não significar avanço para a reforma agrária, estas questões ao menos devem ser ponderadas.

### **Referências**

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

KELSEN, H. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LOPES, G. V. *Nova Justiça Agrária – A quem aproveita?* 2004. Disponível em: <[www.tfp-fundadores.org.br](http://www.tfp-fundadores.org.br)>. Acesso em: 7 out. 2005

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do Poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. Campinas: Unicamp, 1996.

MENDONÇA, O. *Caminhos para uma Justiça Agrária no Brasil*. São Paulo: LTDr, 2000.

MIRANDA NETO, M. da S. QUINTANS, M T. D. *Direito Agrário*. In: MOTTA, M.M.M. *Dicionário da Terra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 1ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2001.51.03.001441-6. 2001.

RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2004.5103000757-7. 2004.

RIO DE JANEIRO. SEÇÃO JUDICIÁRIA. 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes. Proc. n. 2004.5103000888-0. 2004.

RIO DE JANEIRO. Vara Única Estadual do Município de Pirai. Proc. n. 2004.043.004419-4. 2004.

RIO DE JANEIRO. Vara Única Estadual do Município de Italva. Proc. n. 5018/03. 2003.

RIO DE JANEIRO. Vara Estadual do Município de Mangaratiba. Proc. n. 2004.51.11.00096-4. 2004.

## Neoliberalismo e burguesia agrária no Brasil

Claudinei Coletti \*

Resumo: Este artigo analisa a diminuição do espaço político da burguesia agrária e dos proprietários de terra no interior do “bloco no poder”, processo que se inicia na década de 1980 e avança na década de 1990, no contexto da implementação das políticas neoliberais no Brasil. O pressuposto é que tal análise é importante para se entender o avanço do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na década de 1990, pois sem uma referência à força política das classes dominantes do campo não é possível compreender adequadamente os avanços e recuos da luta pela terra no Brasil no período recente.

Palavras-chave: MST; Neoliberalismo; Burguesia agrária.

### Introdução

É inegável o expressivo crescimento da luta pela terra no Brasil na década de 1990, no contexto da implementação das políticas neoliberais em nosso país. Os números de ocupações de terra, de acampamentos, de manifestações públicas em favor da reforma agrária etc. confirmam essa informação. Relacionado diretamente a esse fato, está o crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se transformou na maior expressão política da luta pela terra e pela reforma agrária e no mais importante movimento social de oposição ao projeto neoliberal no Brasil.

O crescimento da luta pela terra e do MST ocorreu, sobretudo, a partir de meados da década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Tal crescimento foi possível graças à conjunção de diversos fatores, dentre os quais poderíamos destacar: o caráter aparentemente mais democrático do governo FHC, quando comparado, por exemplo, com o governo Collor, que reprimira duramente os movimentos sociais; os efeitos sociais perversos das políticas neoliberais que, ao provocarem a falência de

---

\* Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pela UNICAMP; professor do Centro Universitário Padre Anchieta e das Faculdades Hoyer; autor do livro *A estrutura sindical no campo* (Campinas: Ed. da Unicamp, 1998) e da tese de doutorado, *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal* (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2005).

milhares de pequenos produtores agrícolas e o aumento do desemprego rural e urbano, possibilitaram ao MST — e também aos demais movimentos de luta pela terra existentes no Brasil — recrutar essa massa marginalizada e expandir suas bases sociais; a ideologia anticapitalista do MST, que permitiu ao movimento resistir à hegemonia neoliberal e, por fim, o enfraquecimento político da burguesia agrária e dos proprietários de terra ao longo da década de 1990.<sup>1</sup>

Neste artigo, nosso objetivo é discutir exatamente essa última questão: a diminuição do espaço político da burguesia agrária e dos proprietários de terra no interior do “bloco no poder”, processo que tem início na década de 1980 e avança, de forma expressiva, na década de 1990.<sup>2</sup> Quais fatores indicariam uma redução do espaço político da burguesia agrária e dos proprietários rurais no interior do bloco no poder? — eis a questão da qual partiremos. Tal discussão, a nosso ver, é necessária, à medida que se trata de um elemento importante no complexo quadro responsável pelo avanço da luta pela terra no Brasil nos anos recentes.<sup>3</sup>

Sem dúvida, nos anos 90, as atividades agropecuárias, bem como a propriedade pura e simples da terra nua tornaram-se investimentos menos atrativos para uma parte dos setores agrários da burguesia. Vários fatores contribuíram para a conformação desse quadro: houve, de maneira geral, uma limitação significativa dos gastos governamentais com a agricultura, expressa, sobretudo, na redução de recursos públicos destinados ao crédito rural e nas alterações promovidas pelo governo na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); a agricultura brasileira foi exposta, por meio da abertura comercial iniciada pelo governo Collor, à concorrência internacional; o Plano Real (governo Itamar), ao promover uma sobrevalorização cambial penalizou enormemente os setores agrícolas — tanto os que produziam para o mercado interno quanto os setores exportadores; o preço das terras de

---

<sup>1</sup> Analisamos, com detalhes, essas questões em nossa tese de doutorado (COLETTI, 2005). A reflexão contida neste artigo é parte desse nosso trabalho anterior.

<sup>2</sup> Utilizamos, aqui, o conceito de “bloco no poder” tal como definido por Poulantzas (1986). De maneira geral, trata-se da unidade contraditória particular das frações da classe politicamente dominante, na sua relação com uma forma particular de Estado capitalista, e sob a hegemonia de uma dessas frações. A unidade das frações da classe dominante, em torno de seu interesse geral expresso pelo Estado, não exclui o conflito entre essas frações. É hegemônica a classe ou fração que detém o controle da política de Estado, sendo capaz de definir a política econômica a seu favor.

<sup>3</sup> Salvo engano, foi Navarro (1997, p. 121) quem primeiro observou que “o enfraquecimento das organizações rurais patronais no período recente” era um elemento importante para explicar a força “circunstancial e conjuntural” do MST.

lavou e de pastagens apresentou uma forte retração ao longo dos anos 90; o endividamento da burguesia agrária cresceu de forma expressiva etc. Todos esses fatores, que discutiremos neste artigo, indicam que a agricultura e o chamado “agronegócio” haviam perdido o lugar privilegiado que ocupavam no interior “bloco no poder” da década de 1970, no contexto da chamada “modernização” da agricultura promovida pela ditadura militar.

Ao privilegiar a discussão de tais questões, nossa intenção é chamar a atenção para o fato de que, sem uma referência à força política das classes dominantes do campo, não é possível compreender adequadamente os avanços e recuos da luta pela terra no Brasil no período recente. Ou seja, partimos do seguinte pressuposto: à medida que a burguesia agrária e os proprietários rurais perdem poder político, os seus interesses econômicos podem mais facilmente ser contrariados, o que abre a possibilidade de avanços para os movimentos sociais de luta pela terra no Brasil.

### **Crédito rural e política de garantia de preços mínimos**

A fase notável pela qual a burguesia agrária passara na década de 1970, no âmbito do projeto de desenvolvimento capitalista do campo patrocinado pela ditadura militar (recursos fartos e baratos do crédito rural subsidiado, incentivos fiscais etc.), não se repetiria na década de 1980, pois, em meados dessa década, os recursos começaram a escassear devido aos ajustes macroeconômicos impostos pela crise de nossa dívida externa.<sup>4</sup> Já na década de 1990, no contexto da implantação e consolidação do projeto neoliberal, os recursos disponíveis para a agricultura apresentariam uma retração mais significativa ainda. Novamente, os ajustes impostos à economia brasileira, como pré-requisitos para a estabilidade monetária (ajuste fiscal e disciplina orçamentária), significaram uma diminuição expressiva dos recursos destinados ao crédito rural, conforme pode ser observado pela Tabela 1, a seguir.

---

<sup>4</sup> “Durante o período de 1970 a 1985 (último ano de taxa real negativa) foram transferidos, a preços de 1997, cerca de US\$ 31,5 bilhões para a agricultura na forma de subsídios (medido pela diferença entre a inflação e a taxa de juros). A concentração de subsídios concedidos ocorreu entre 1974 e 1983. Em 1976, 1979 e 1980 foram concedidos 43,8% do total”. (COELHO, 1999).

TABELA 1. Evolução dos recursos destinados ao crédito rural, de 1970 a 2002, em valores constantes em Reais (atualizados para 2002)

| Ano  | Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002. | Nº índice | Ano  | Valores constantes em Reais (R\$), ref.: 2002. | Nº índice |
|------|--|-----------|------|--|-----------|
| 1969 | 15.267.528.123,00                              | 100       | 1990 | 17.591.829.946,00                              | 115       |
| 1970 | 18.216.902.123,00                              | 119       | 1991 | 18.149.777.479,00                              | 118       |
| 1975 | 66.417.867.918,00                              | 435       | 1992 | 20.124.175.611,00                              | 131       |
| 1979 | 76.970.765.290,00                              | 504       | 1993 | 17.280.750.113,00                              | 113       |
| 1980 | 73.609.930.121,00                              | 482       | 1994 | 28.103.489.615,00                              | 184       |
| 1981 | 63.846.695.783,00                              | 418       | 1995 | 12.833.562.286,00                              | 84        |
| 1982 | 61.827.249.227,00                              | 404       | 1996 | 11.201.897.956,00                              | 73        |
| 1983 | 46.671.495.017,00                              | 305       | 1997 | 16.235.211.754,00                              | 106       |
| 1984 | 28.507.370.940,00                              | 186       | 1998 | 17.702.786.088,00                              | 115       |
| 1985 | 40.651.848.708,00                              | 266       | 1999 | 16.854.217.544,00                              | 110       |
| 1986 | 60.619.065.204,00                              | 397       | 2000 | 17.224.379.180,00                              | 112       |
| 1987 | 47.786.131.389,00                              | 312       | 2001 | 20.454.014.743,00                              | 133       |
| 1988 | 33.720.413.528,00                              | 220       | 2002 | 22.443.322.771,00                              | 147       |
| 1989 | 30.792.589.302,00                              | 201       |      |  |           |

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL (2002).

obs: os valores foram atualizados com base no IGP-DI – índice médio anual

Como podemos observar por essa Tabela, os recursos disponíveis para o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de 1969 a 1979, simplesmente quintuplicaram (passaram de um índice “100” para “504”). Dez anos depois, em 1989, tais recursos representaram 40% do valor concedido em 1979 (passaram do índice “504” para “201”). Contudo, foi a partir de 1990 que os recursos destinados ao crédito rural apresentaram forte retração: de 1990 a 2002, sob o neoliberalismo, os recursos destinados ao crédito rural representaram, em média, 23% do valor total concedido no ano de 1979; em 1995 e 1996, os recursos caíram a patamares inferiores aos de 1969, chegando, em 1996, a representar pouco menos de 15% do valor concedido em 1979. Se compararmos a média anual do período que vai de 1980 a 1989 (índice médio “319,10”) à média anual do período entre 1990 e 2002 (índice médio “118,5”), verificaremos que, nos anos de vigência das políticas neoliberais no Brasil, os recursos corresponderam, em média, a 37% dos recursos destinados ao crédito rural na década de 1980, o que indica, repetimos, uma forte retração.

Tais números significam que, na década de 1990, os mecanismos

tradicionais de financiamento da agricultura, típicos dos anos 70 e baseados em fartos recursos subsidiados concedidos pelo Tesouro Nacional, foram deixados de lado, dentre outras razões, pela necessidade de o governo controlar os gastos do setor público no âmbito do projeto neoliberal. As fontes de recursos do crédito rural também mudaram: a partir de 1985 e, principalmente nos anos 90, o Tesouro Nacional foi reduzindo sua participação direta no total de recursos concedidos, ao mesmo tempo em que a participação de outras fontes, incluindo-se o setor privado, foi aumentando expressivamente.<sup>5</sup>

Para aumentar a participação do setor bancário privado na concessão do crédito rural, sem prejuízo para essas instituições financeiras, o governo Collor sancionou, em maio de 1992, a Lei 8.427, que dispôs sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Segundo essa Lei, o Tesouro passaria a promover a “equalização” das taxas de juros, ou seja, pagaria ao agente financeiro a diferença entre a taxa de juros do crédito rural concedido e a taxa de juros do mercado e evitaria, dessa forma, qualquer prejuízo ao banco que concedesse o crédito rural, pois teria seus recursos remunerados à taxa de mercado.<sup>6</sup> A atuação do governo, nessa nova fase, passou a ser muito mais de agente regulador e estimulador do que de financiador direto, o que significava o abandono gradativo da função de principal gerador de recursos de crédito rural, outrora exercida pelo Tesouro Nacional. Como observado por Gasques e Conceição (1999), “a tendência do governo tem sido distanciar-se do financiamento direto e usar outros instrumentos como as equalizações para alavancar recursos para o sistema de crédito”.

Um outro instrumento de intervenção do governo na agricultura,

---

<sup>5</sup> Em 1999, os desembolsos do Tesouro Nacional com o crédito rural foram praticamente nulos, pois não ultrapassaram insignificante 0,02% do total dos recursos. De outra parte, “o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) juntamente com a Poupança Rural [poupança-ouro do Banco do Brasil] e os Recursos Obrigatórios [25% sobre os depósitos à vista do sistema bancário] se tornaram responsáveis, em fins de 1999, por 79% do financiamento”. (GASQUES; SPOLADOR, 2003, p. 22). Em 2002, para citarmos mais um exemplo, 53% dos recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural vieram dos Recursos Obrigatórios, 12,60% da Poupança Rural e 10,18% do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), totalizando 75,78%; os bancos oficiais federais geraram 55,28% do total dos recursos e os bancos privados, 35,70%. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2002).

<sup>6</sup> Esse benefício, através do parágrafo único do art. 4º da Lei, era extensivo aos empréstimos concedidos, a partir de 1º de julho de 1991, pelas instituições financeiras oficiais federais. (BRASIL. Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992). A esse respeito ver também, Gasques e Villa Verde (2003).

muito utilizado na década de 1980, até como uma forma de compensar o esvaziamento da política de crédito rural subsidiado que, como vimos, começara a ocorrer naquela época, foi a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criada ainda na década de 1940.<sup>7</sup> Tratava-se de um suporte de preços para os agricultores, cujo objetivo era reduzir os riscos de variações de preços na agricultura, além de servir como instrumento de garantia de renda aos agricultores. O governo, através da política de preços mínimos, financiava a estocagem do produto e permitia ao agricultor aguardar uma melhor época para a venda da produção, evitando, dessa forma, o excesso de oferta na época da colheita e a conseqüente queda nos preços – tratava-se, nesse caso, dos chamados “Empréstimos do Governo Federal” (EGF). Ou então, comprava a produção, garantindo sempre um preço mínimo, mesmo quando os preços de mercado estivessem abaixo dele, o que se denominava “Aquisições do Governo Federal” (AGF). Neste último caso, o governo não apenas comprava o estoque, mas também o transportava para os centros consumidores do país, o que era uma prática extremamente interessante para os agricultores das áreas longínquas de fronteira agrícola, que se desvencilhavam, dessa forma, do ônus representado pelo transporte do produto. (GASQUES; SPOLADOR, 2003, p. 19-20).

No início da década de 1990, a Política de Garantia de Preços Mínimos sofreria uma importante alteração: em 1992, com a Lei 8.427, o governo criou o “prêmio de liquidação de estoques”, oferecendo um subsídio ao mutuário que fizesse a liquidação dos seus empréstimos, o que permitiu, a partir de 1995, uma redução dos estoques públicos. Um pouco depois, em 1996, o governo extinguiu a opção de compra de estoques financiados pelo EGF. O objetivo do governo era claro: entregar as tarefas de comercialização e de escoamento dos produtos agrícolas à iniciativa privada, pois, ao livrar-se dessa incumbência, diminuiriam os gastos públicos. (GASQUES; SPOLADOR, 2003, p. 20-21)

Poderíamos afirmar, dessa forma, que não foi apenas o crédito rural que sofreu forte retração, mas, de maneira geral, todos os programas do governo federal relativos à agricultura. Uma análise dos gastos públicos em agricultura em relação aos dispêndios totais da União, realizada por Gasques e Villa Verde (2003), mostra que essa relação situou-se, no período

---

<sup>7</sup> A PGPM foi criada, em janeiro de 1943, pelo governo Vargas (Decreto-Lei n. 5212, de 21 de janeiro de 1943) e sofreu várias reformulações, nas décadas de 1960, pelo Decreto n. 57.391, de 12 de dezembro de 1965 e pelo Decreto-Lei n. 79, de 19.12.1966. Outras mudanças importantes ocorreriam, depois, na década de 1990.

de 1980 a 1988, em média, em 6,64%. Já no período de 1990 a 2001, o gasto público em agricultura foi, em média, de 2,17% do gasto total do governo federal. Em 2000 e 2001, essa relação foi de 1% e 1,13%, respectivamente.

Ao longo da década de 1990, além da citada equalização da taxa de juros, alguns outros instrumentos (governamentais ou privados) foram criados para compensar a diminuição do papel do Tesouro como financiador direto da agricultura. Alguns exemplos: o Finame-Rural, linha de crédito criada pelo BNDES, a partir de 1991, destinada ao financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas; a Cédula de Produto Rural (CPR), que é um título que pode ser emitido por produtores rurais, por suas associações ou cooperativas (antes, durante ou depois do plantio), através do qual o produtor vende seu produto antecipadamente, recebendo à vista e entregando o produto ao final da safra – trata-se, neste caso, de um instrumento privado de financiamento; a participação dos bancos dos fabricantes de máquinas agrícolas no financiamento desses bens, etc. (BELIK; PAULILLO, s/d; GASQUES; SPOLADOR, 2003). Sem falar, também, nos chamados Fundos Constitucionais de Financiamento (da agricultura), criados pela Constituição de 1988, cujos recursos são gerados por meio da cobrança de uma alíquota de 3% da arrecadação do Imposto sobre Propriedade Industrial (IPI) e do Imposto de Renda.

### **Abertura comercial, Plano Real e queda do preço da terra**

Além da limitação dos gastos governamentais com a agricultura, decorrente da política de ajuste fiscal imposta pelo FMI à economia brasileira, da abertura da economia brasileira iniciada com o governo Collor e, mais tarde, a partir de 1994, da sobrevalorização cambial promovida pelo Plano Real (governo Itamar), indicavam que a agricultura e o chamado “agronegócio” tinham perdido a posição privilegiada que desfrutaram nos anos 70, no contexto da chamada “modernização compulsória da agricultura”.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> A expressão “modernização compulsória da agricultura” é utilizada por Belik e Paulillo (s/d). “Agronegócio”, por sua vez, é uma outra maneira de se falar dos Complexos Agroindustriais (CAI’s). Trata-se da “cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores, bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final.” (GASQUES *et al.*, 2004, p. 10).

A exposição da agricultura brasileira à concorrência internacional começou efetivamente em 1990/91, quando foi apresentado um cronograma de redução da tarifa média de um grupo de produtos agrícolas, de insumos e de equipamentos, que deveria cair, em três anos, de 32,2% para 14,2%. Exemplos: o açúcar e o leite teriam maior proteção – suas tarifas foram estabelecidas em 20%; o trigo teve sua tarifa diminuída de 25% para 15%; o algodão ficou sem nenhuma proteção; os fertilizantes químicos importados tiveram suas tarifas significativamente reduzidas etc. (GASQUES *et al.*, 2004).

Ademais, ao contrário do que ocorrera na década de 1970, quando o câmbio desvalorizado bloqueava a entrada de produtos concorrentes e favorecia as exportações agrícolas, com o Plano Real, a agricultura passou a se defrontar com uma política cambial que lhe era extremamente desvantajosa, pois facilitava a entrada de produtos agrícolas importados no Brasil, o que prejudicava os setores que produziam para o mercado interno, ao mesmo tempo em que barateava as exportações, contrariando, nesse caso os interesses da burguesia agrária exportadora, ligada ao “agronegócio”. Tal situação só foi revertida no início de 1999, quando, diante de uma crise cambial, ocorreu uma forte desvalorização do real frente ao dólar, que implicou o abandono da paridade entre o real e o dólar vigente entre 1994 e 1998.

Não bastasse a retração do crédito agrícola subsidiado, a alteração da participação do governo na Política Geral de Preços Mínimos (PGPM), a política de abertura comercial e a sobrevalorização do real frente ao dólar, a partir de 1994, houve, também, um aumento expressivo das dívidas dos proprietários rurais, devido, em grande parte, ao descompasso entre a correção dos preços agrícolas e a correção das dívidas, num contexto marcado por altos índices de inflação. Conforme observado por Gasques e Spolador (2003, p. 22), a partir do Plano Collor I, “a defasagem na correção dos preços mínimos pelo IPC foi de 41,28%, enquanto a dívida dos agricultores foi corrigida pelo mesmo indicador em torno de 84,23%”.<sup>9</sup> Com o Plano Collor II, houve a substituição dos indexadores de correção monetária, previstos em contratos já firmados, pela Taxa Referencial (TR).

Além disso, os períodos iniciais de aplicação dos “planos heterodoxos” de combate à inflação (planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II) foram acompanhados sempre, conforme observado por Gasques *et al.* (2004), de uma certa “euforia” da agricultura, traduzida em

<sup>9</sup> O então presidente da UDR, Nagib Abudi Filho, declarou que essa diferença levaria a uma “inadimplência jamais vista”, e que o prejuízo, causado pela diferença entre o reajuste dos preços mínimos e dos empréstimos bancários, seria de US\$ 1 bilhão. (*Diário do Comércio e Indústria*, 1990).

maiores investimentos e endividamento agrícolas, que, mais tarde, revelar-se-ia equivocada e traiçoeira. Tal “euforia” decorria de um aumento generalizado dos preços dos produtos agrícolas domésticos e do preço da terra, como consequência da fuga dos capitais do mercado financeiro em direção aos ativos reais da economia. O fracasso de tais planos, no momento seguinte, levava a um processo inverso: retorno dos investidores aos ativos financeiros, com consequente queda dos preços agrícolas e do preço da terra. “Não é à toa, portanto, que o PIB agrícola apresentou um crescimento tão baixo no período compreendido entre o fim da década de 1980 e a primeira metade da década de 1990, chegando mesmo a ostentar uma queda absoluta no biênio 1990-1991”. (GASQUES *et al.*, 2004, p. 20-21). O resultado desse processo para os proprietários rurais era menor lucratividade, menor valor de suas terras, maior endividamento e, portanto, maior transferência de renda do setor agrícola para o sistema financeiro.

Em julho de 1995, a burguesia agrária de vários estados do país (principalmente do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo) dirigiu-se a Brasília para protestar contra a política agrícola do governo FHC, em especial, contra o aumento das dívidas agrícolas, num movimento oficialmente denominado “Não posso plantar – marcha sobre Brasília”, mas que foi chamado pelos meios de comunicação de “caminhãoço”, numa referência aos milhares de caminhões, tratores e ônibus que se dirigiram à capital federal.<sup>10</sup> A principal reivindicação do protesto era a renegociação das dívidas dos grandes proprietários rurais, com a eliminação da TR nos contratos de dívidas já vencidas.<sup>11</sup> A TR mais os juros do crédito rural, de um lado, e a queda dos preços agrícolas, de outro, provocaram, em um ano de Plano Real, um enorme descasamento entre a renda do setor agrícola e o valor dos empréstimos rurais.<sup>12</sup>

Não bastasse isso tudo, houve, nos anos 90, o problema da desvalorização do preço da terra, o qual, é bom ressaltarmos, não atinge

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, as seguintes reportagens publicadas, na época, pela grande imprensa: Carneiro e Braga (1995); Carneiro e Monteiro (1995); *Folha de S. Paulo* (1995).

<sup>11</sup> Tratava-se de um protesto cujos maiores beneficiários eram os grandes proprietários rurais. Aqueles que tomaram empréstimos superiores a R\$ 500 mil respondiam por 72,45% das dívidas agrícolas em atraso no Banco do Brasil. Em contrapartida, os pequenos produtores, que tomaram empréstimos de até R\$ 30 mil no Banco do Brasil, tinham uma participação ínfima no calote rural (apenas 2,26% do total). (PATÚ, 1995).

<sup>12</sup> Para o setor vegetal houve, em 1995, uma redução de R\$ 9.629 milhões da receita total, correspondendo a “menos” 25,8% em relação à renda de 1994. A redução dos preços, no primeiro semestre de 1995, para o agregado de vinte culturas, foi de 28,2%. (MELLO, 1995).

somente os interesses da burguesia agrária, mas sim, os interesses dos proprietários rurais em geral, incluídos os interesses dos latifundiários improdutivos. Um estudo realizado pelo Centro de Estudos Agrícolas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostrou que, no período de 1990 a 1999, o preço das terras de lavoura no Brasil registrou queda real (já descontada a inflação) de 50,3% e o preço das terras de pastagens 60,8%. A desvalorização após o Plano Real foi maior ainda: 56,8% no primeiro caso e 69% no segundo. (*Folha de S. Paulo*, 2000).

### **Bancada ruralista e renegociação das dívidas agrícolas**

Se, por um lado, os interesses econômicos da burguesia agrária e dos latifundiários foram atingidos com a adoção das políticas neoliberais no Brasil e indicaram perda de espaço político-econômico no interior do bloco no poder; por outro, a representação dos proprietários de terra cresceu, de forma significativa, no Congresso Nacional compensando, ainda que parcial e precariamente, a perda de espaço no bloco no poder. Prova disso é que a bancada ruralista, com cerca de quarenta parlamentares em 1986, passou para 189 parlamentares em 2002, segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura. (LIMA, 2002). Essa sobre-representação parlamentar dos grandes proprietários rurais tem sido, até hoje, fundamental, por exemplo, nos momentos de “renegociação” de suas dívidas agrícolas com o Poder Executivo, o que indica, a nosso ver, uma postura defensiva dessa fração de classe frente ao Estado.

A primeira renegociação ocorreu, exatamente, em 1995 e contemplou as dívidas de até R\$ 200 mil (programa de securitização). Tais dívidas teriam os prazos alongados – em no mínimo sete e no máximo dez anos. Teriam dois anos de carência – a primeira parcela da renegociação venceria em 31.10.1997, ou em 31.10.1998, no caso de o prazo ser alongado por dez anos – e a taxa de juros seria de 3% ao ano. (BRASIL, Lei n. 9138, de 29 de novembro de 1995). As dívidas que superavam os R\$ 200 mil, a partir de 1998, seriam contempladas pelo Programa Especial de Saneamento dos Ativos (PESA), com prazos de até 20 anos, entrada de 10,27%, correção pelo IGP-M e juros anuais de 8% a 10% — esses juros, em 1999, caíram para 6%, 7% e 8% ao ano. Foram beneficiados, com esse programa, cerca de 50 mil produtores, com dívidas de R\$ 4 bilhões. Em 2001, numa outra renegociação geral, o prazo para o pagamento das dívidas foi adiado de 2008 para 2025; os juros do PESA caíram para 3%, 4% e 5% ao ano e o

Tesouro Nacional assumiu o risco das dívidas renegociadas.<sup>13</sup>

Um outro fator que tem favorecido a burguesia agrária, compensando, parcialmente, a diminuição de seu espaço no bloco no poder, é o fato de a grande produção agropecuária representar cerca de 30% do PIB do “agronegócio”, e este representar, por sua vez, cerca de 30% de todo o PIB nacional. Como é sabido, o “agronegócio”, há muitos anos, tem sido o setor da economia que mais tem contribuído para a formação do saldo da balança comercial do país. Em 2002, para citarmos um único exemplo, ele respondeu por 41,15% das exportações, o que o coloca numa posição estratégica para a economia brasileira. (Gasques *et al.*, 2004)

É tal fato que explica, pelo menos parcialmente, algumas medidas adotadas para favorecer tais setores: além da renegociação das dívidas dos grandes proprietários de terra, da qual já tratamos, temos, por exemplo, em meados da década de 1990, a aprovação da “Lei Kandir” (Lei Complementar n. 87, de 13 de setembro de 1996), que garante isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos primários ou semi-elaborados exportados. Segundo essa Lei, a União repassaria para os Estados os valores que deixariam de ser arrecadados devido à isenção legal, o que se configura, claramente, subsídio aos setores exportadores e destinação dos recursos públicos à iniciativa privada.

Entretanto, apesar da adoção de tais medidas favoráveis à grande produção agrícola, elas não conseguiram frear a perda de rentabilidade da agricultura na década de 1990. Exemplo disso é que, apesar do crescimento da produção nacional de grãos – de 76 milhões de toneladas de grãos em 1994/95 para 94 milhões de toneladas em 2000/01 – o PIB do setor primário declinou de R\$ 43.180,8 milhões para 39.982,3 milhões no mesmo período. Em 2001, estimava-se que, por causa do endividamento rural, 18,7% da renda bruta do setor agropecuário estava sendo transferida para o setor financeiro, como pagamento de juros e amortizações das dívidas. (NÚCLEO..., 2001). Como podemos observar, a agricultura não foge nem poderia fugir à regra de ouro das políticas neoliberais: favorecer o capital

---

<sup>13</sup> Gasques e Spolador (2003). Em 2005, a securitização somava dívidas de R\$ 11,2 bilhões e o PESA, de R\$ 9,3 bilhões. Praticamente, todos esses valores são devidos ao Tesouro, que assumiu as operações para evitar um buraco na contabilidade do Banco do Brasil. (ALENCAR; PATU; SCOLESE, 2005). O problema da renegociação das dívidas do setor agrícola arrastase até hoje. Segundo informações da grande imprensa, o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, teria deixado o cargo, no final de junho de 2006, por não ter conseguido cumprir acordo com a bancada ruralista, que previa a renegociação total das dívidas com os bancos oficiais. (DIANNI, 2006).

financeiro em detrimento de outros setores da burguesia.

### **Considerações finais**

Analisamos, de forma sucinta, os elementos que indicam um enfraquecimento da posição da burguesia agrária e dos proprietários rurais no interior do bloco no poder: a diminuição dos recursos destinados ao crédito rural; a alteração, no início da década de 1990, da Política de Garantia de Preços Mínimos do governo; a abertura comercial; a sobrevalorização cambial provocada pelo Plano Real; a queda real do preço da terra, o forte endividamento rural etc. Vimos também que a sobre-representação parlamentar dos grandes proprietários rurais (bancada ruralista) tem compensado, de certa forma, a perda de espaço no bloco no poder e tem sido fundamental nos momentos de renegociação das dívidas agrícolas com o governo. Trata-se, nesse último caso, segundo nosso ponto de vista, de uma postura defensiva dessa fração de classe frente ao Estado, o que confirma a idéia de enfraquecimento.

A política neoliberal provocou um rearranjo de forças entre as frações da burguesia. Fortaleceu alguns setores, especialmente o capital financeiro, em detrimento de outros, ligados ao capital produtivo. No caso específico da agricultura, como vimos aqui, uma parte expressiva da renda do setor tem sido transferida para o setor financeiro como pagamento de juros e amortizações de dívidas.

A essa altura de nossa discussão, voltamos à questão inicial, da qual partimos: até que ponto essa fragilização da burguesia agrária e dos proprietários de terra poderia ser importante para o avanço da luta pela terra e do próprio MST?

Como dissemos no início deste trabalho, à medida que as atividades agropecuárias e a propriedade da terra passam a ser menos atraentes para as classes dominantes ligadas ao campo, à medida que a burguesia agrária e os proprietários rurais já não desfrutam de tantos privilégios como os que outrora lhes eram concedidos generosamente pelo Estado; à medida que esses setores perdem poder econômico e, mais que isso, perdem *poder político*, os seus interesses podem mais facilmente ser contrariados, o que abre a *possibilidade* de avanços para os movimentos de luta pela terra, já que os resultados dessa luta podem ser mais promissores. Trata-se, é importante frisarmos, de uma *possibilidade*, não de uma certeza de que tal fato vá ocorrer, pois isso depende da correlação política de forças entre as classes sociais, ou seja, da capacidade

de pressão política que os movimentos sociais de luta pela terra conseguem exercer sobre o Estado.

Relacionado diretamente a essa questão, está o avanço da política de assentamentos rurais. Novamente, diríamos que os gastos públicos com desapropriações de terra dependem, em última instância, da organização, da mobilização e da capacidade de pressão política dos sem-terra. Uma coisa, porém, é certa: com a redução do preço real das terras e com a estabilização monetária – que provocou uma interrupção na histórica valorização especulativa da terra – ocorreu uma diminuição dos gastos públicos com desapropriações, ou melhor, tornou-se possível desapropriar mais terras com o dispêndio do mesmo “dinheiro”, ao mesmo tempo em que aumentou o estoque de terras disponíveis – ou, até mesmo, oferecidas – para desapropriação. Esse fato, sem dúvida, permite pensarmos na possibilidade de a política de assentamentos rurais do governo avançar mais rapidamente, o que não significa, de forma alguma, que estamos, com isso, afirmando que uma política de assentamentos resume-se à desapropriação e à entrega de lotes de terra aos assentados, pois sabemos que há, também, a necessidade de investimentos públicos na criação de toda uma infra-estrutura capaz de viabilizar economicamente o assentamento.

Mesmo que tal possibilidade ocorra, ou seja, que a política de assentamentos rurais do governo avance – como, aliás, de certa forma, tem avançado –, surge uma outra questão, mais relevante ainda: qual a viabilidade econômica dos assentamentos rurais no médio e no longo prazos? Ou, em outros termos: se até mesmo a burguesia agrária perdeu espaço econômico e político com a adoção do receituário neoliberal, qual a possibilidade efetiva de sobrevivência (digna) dos assentamentos e da agricultura familiar no âmbito de tais políticas?

Acreditamos que tal possibilidade seja remota. As políticas neoliberais e a atual política agrícola do governo são incompatíveis com qualquer privilégio conferido à pequena produção agrícola. Daí a importância, a nosso ver, de a luta econômica pela terra estar diretamente ligada à luta política pela reforma agrária e, mais que isso, à luta contra as políticas neoliberais no Brasil.

## Referências

- ALENCAR, K.; PATU, G.; SCOLESE, E. Ruralistas pedem renegociação de R\$ 30 bi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 maio 2005.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural*. 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL2002>>. Acesso em: 26 maio 2005.
- BELIK, W.; PAULILLO, L. F. *Mudanças no financiamento da produção agrícola brasileira*. São Paulo, s/d. mimeo.
- BRASIL. Lei n. 8.427, de 27 de maio de 1992. *Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes>>. Acesso em 24 maio 2005.
- BRASIL. Lei n. 9138, de 29 de novembro de 1995. *Dispõe sobre o crédito rural e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/sf/legislacao/legisla>>. Acesso em: 28 maio 2005.
- CARNEIRO, C.; BRAGA, I. FH usa a tevê para tentar acalmar ruralistas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 jul. 1995.
- CARNEIRO, C.; MONTEIRO, T. Governo parte para o ataque contra ruralistas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 jul. 1995.
- COELHO, C. N. A política agrícola e o endividamento do setor rural. *Revista de Política Agrícola*, ano 8, n. 4, out.-dez. 1999. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/>>. Acesso em: 25 maio 2005.
- COLETTI, C. *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas.
- DIANNI, C. Pressão dos ruralistas derruba Rodrigues. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2006.
- DIÁRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA. *Para UDR, inadimplência*. São Paulo, 7 maio. 1990.
- FOLHA DE S. PAULO. *Fim da TR é difícil, diz Vieira*. São Paulo, 21 jul. 1995.
- FOLHA DE S. PAULO. *Preço da terra desaba nos anos 90*. São Paulo, 2 maio 2000.

- GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. Financiamento da agricultura: dificuldades para mobilizar recursos. *Boletim Conjuntural*, Brasília, n. 46, jul. 1999.
- GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Gastos públicos na agricultura, evolução e mudanças. *Texto para discussão*, n. 948. Brasília: IPEA, 2003.
- GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura. *Texto para discussão*, n. 952. Brasília: IPEA, 2003.
- GASQUES, J. G. *et al.* Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil. *Texto para discussão*, n. 1009. Brasília: IPEA, 2004.
- LIMA, S. Ruralistas perdem 71 deputados na Câmara. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 out. 2002.
- MELLO, F. H. O tamanho da conta da 'âncora verde' do real. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 14 set. 1995.
- NAVARRO, Z. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes. 1997.
- NÚCLEO AGRÁRIO DO PT. *Justificação da renegociação de dívidas, set. 2001*. Disponível em: <<http://www.agroclubes.com.br/temas/temas.asp?tema>>. Acesso em: 28 maio 2005.
- PATÚ, G. Grande produtor tem 72% da dívida do BB. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jul. 1995.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

## **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**

Christiane Senhorinha Soares Campos\*

Resumo: Neste artigo faremos uma breve discussão das tendências que aparecem nos estudos de campesinato e enfocaremos o que identificamos como uma delas, a da autonomia. Esta nova tendência será caracterizada a partir da análise de uma articulação mundial de organizações camponesas que em seu próprio nome já deixa clara a tentativa de construir um caminho efetivamente camponês: a *Via Campesina*. Analisaremos a atuação da Via Campesina no Brasil<sup>1</sup> através do MST, pois trata-se do movimento social mais consolidado nacionalmente a levantar essa “bandeira” da autonomia. Palavras-chave: Campesinato; MST; Via Campesina.

### **Compreendendo o campesinato**

Uma observação importante que o geógrafo Manuel Correia de Andrade (1986, p. 5, 6) faz a quem se dedica ao estudo do campesinato é que a problemática da vida no campo é bem diferente da urbana, uma vez que no campo existem “relações de trabalho bastante diversificadas de uma área para outra, de uma região ou sub-região para outra [...]”.

Isto significa que, mesmo em sociedades em que predominam as relações capitalistas de produção, a análise da luta de classes do campo é mais complexa, uma vez que a dicotomia típica do modo capitalista, materializada pelo antagonismo entre Burguesia x Assalariados, não se constitui de forma tão clara.

O campesinato não é nem burguês nem assalariado, mas contém elementos das duas classes: posse e/ou propriedade dos meios de produção e exploração de força de trabalho. Também não pode ser entendida como a síntese das duas classes, porque historicamente é anterior a elas, o proletariado é que surge a partir de transformações do campesinato nas formações sociais capitalistas.

---

\* Doutoranda em Geografia na UFRGS. (chris\_senhorinha@hotmail.com)

<sup>1</sup> No Brasil participam da Via Campesina: o Movimento Sem Terra – MST, Movimento de Pequenos Agricultores – MPA, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Pastoral da Juventude Rural – PJR e Comissão Pastoral da Terra – CPT.

Outra dificuldade para os que se dedicam ao estudo do campesinato no Brasil é que além da diversidade de modos de vida e de trabalho, há uma diversidade de nomes para designar os/as camponeses/as. Segundo Manuel Correia de Andrade (1986, p. 6), ao contrário do que ocorreu na Europa, o termo campesinato é novo no Brasil e só se tornou popular a partir das lutas das ligas camponesas no nordeste brasileiro em meados do século XX.

Em função dessas dificuldades, poucos pesquisadores(as) estudam o campesinato em sua especificidade, sem olhar pelo filtro estreito da divisão dualista de classe, que embaça a visão da maioria das pessoas que analisam a realidade camponesa. Margarida Moura é uma dessas exceções. Para ela, historicamente o campesinato tem desempenhado um “ofício subalterno”. Mas, mesmo submisso, o campesinato tem demonstrado grande capacidade de adaptar-se e ser adaptado, transformar-se e ser transformado pelos diferentes contextos. Assim, “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista” (MOURA, 1986, p. 17).

No entanto, para Moura, esses processos de adaptação/recriação camponesa não implicam uma perda de identidade porque o campesinato tem características específicas, entre as quais a autora destaca:

O fato de o camponês controlar terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; (...) o fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas. E o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo, outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém e circunda. (MOURA, 1986, p.8)

Nesta mesma perspectiva de análise, Carvalho (2004a, p. 323) afirma que o campesinato, entendido como unidade da diversidade camponesa, “constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios”. Por isso, os seus estudos devem considerar as especificidades camponesas como a racionalidade própria.

Essa racionalidade camponesa, enquanto conjunto de valores que move o sujeito social camponês, apóia-se em dois elementos

centrais: a garantia continuada de reprodução social da família, seja ela a família singular seja a ampliada, e a posse sobre os recursos da natureza. A reprodução social da unidade de produção camponesa não é movida pelo lucro, mas pela possibilidade crescente de melhoria das condições de vida e de trabalho da família. (CARVALHO, 2004a, p. 323).

Evidentemente que a racionalidade camponesa não é imune a influências da racionalidade capitalista, hegemônica na sociedade. Para Carvalho, o camponês sofre mudanças a partir das influências externas, particularmente no que se refere aos processos de trabalho. Entretanto, também é capaz de adaptar inovações tecnológicas à sua racionalidade. A quantidade e qualidade das mudanças vão ter vários matizes porque o campesinato não é homogêneo, pelo contrário, é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza.

### **Tendências do campesinato no capitalismo – uma breve revisão teórica**

Em geral os estudos de campesinato levam em conta duas tendências consideradas clássicas: a do fim do campesinato, através da proletarianização da maioria da população camponesa e da transformação de uma pequena parcela em capitalistas, e a da continuidade do modo de vida camponês como subordinado à dinâmica capitalista, ou buscando resistir a essa subordinação.

Bernardo Mançano Fernandes (2004) chama de paradigma o que aqui tratamos como tendências do campesinato. Segundo este autor, o primeiro paradigma prevê que o campesinato no capitalismo está em vias de extinção seja por meio da diferenciação da renda que vai transformando uma pequena parte das famílias camponesas em capitalistas e a maioria em assalariadas, seja porque a agricultura camponesa vai se tornando inviável diante da agricultura capitalista.

Para Samir Amin (1986), o desenvolvimento capitalista vai promovendo uma proletarianização do campesinato, ainda que dissimulada, porque do ponto de vista formal o camponês é o proprietário dos meios de produção.

O capital dominante anula a renda, livra-se da propriedade fundiária e proletarianiza o camponês trabalhador (...) que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais a propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um

vendedor de força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio (AMIN, 1986, p. 29).

Germer (1992) também tem essa concepção e aponta como um dos fatores da proletarianização camponesa a industrialização da agricultura, especialmente o processo de mecanização, que eleva o custo de produção e, para compensar exige uma produção em escala cada vez maior, o que por sua vez requer maiores financiamentos para incorporar novas tecnologias. O resultado é a redução do número de proprietários. Como exemplo, ele cita o que ocorreu dos Estados Unidos em que o número de agricultores passou de 5,9 milhões em 1944 para 2,2 milhões em 1982. Sendo que apenas 13,5% destes 2,2 milhões respondiam, naquele período, por 72,6% das vendas e se apropriavam de 98,5% da renda líquida gerada pela produção agrícola. (GERMER, 1992, p. 14).

Mas há controvérsias sobre esse prognóstico. Kostas Vergopoulos (1986, p. 47), apesar de reconhecer a dominação do capital no campo é categórico ao afirmar que “a agricultura camponesa está longe de encontrar-se em vias de desaparecimento. O capital e o Estado zelam, ao contrário, pela sua consolidação”.

Para este autor, o *modus operandi* do capital, ao contrário de excluir, “vai integrando em seu processo de reprodução todos os elementos exteriores como fontes suplementares de rendimentos” (VERGOPOULOS, 1986, p. 153). Esse caráter do desenvolvimento capitalista é que faz com que na agricultura se observe o que autor define como

uma situação surpreendente de um capitalismo sem capitalistas. Os maiores capitalistas são o Estado, os monopólios de comercialização e o capital bancário; a originalidade deste capitalismo “perverso” é que o camponês integra-se ao sistema explorando o seu trabalho e o dos membros de sua família. Seu investimento desenfreado não é mais do que o “conduto” principal que assegura sua submissão através da auto-exploração (VERGOPOULOS, 1986, p. 47).

Ariovaldo de Oliveira também partilha da tese de que o campesinato tende a permanecer no capitalismo, seja porque as relações capitalistas não se estabelecem de modo homogêneo no tempo e no espaço, seja pela luta das famílias camponesas para não perder as terras ou conquistá-las, seja porque

o sistema se beneficia da produção camponesa.

Na agricultura, o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas (OLIVEIRA, 2002, p. 80).

Alguns autores que partilham dessa tese de que o campesinato não está em vias de extinção afirmam que as ocupações promovidas pelos movimentos sociais são um importante mecanismo de recriação do campesinato, porque implica recuperar a condição material para a territorialização camponesa, que é a apropriação da terra.

A terceira tendência é a que Fernandes (2004, p. 2) define como “paradigma da metamorfose do campesinato”, que “surge na última década do século XX como uma espécie de “terceira via” à questão do campesinato”. Os estudos baseados nesse paradigma apontam para uma transformação da família camponesa em agricultores que, conforme sua viabilidade econômica no capitalismo, podem ser classificados como agricultores familiares consolidados, intermediários ou periféricos, sendo que na periferia estão as famílias camponesas que priorizam a produção para o autoconsumo.

E foi este último paradigma, baseado numa hierarquia em que o campesinato é o ponto mais baixo da escala evolutiva, que serviu de subsídio para as políticas públicas brasileiras voltadas para a agricultura familiar a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e se mantém no governo Lula. Exemplos destas políticas são: o programa de crédito fundiário chamado de Banco da Terra, o programa de crédito para a agricultura familiar, o Pronaf (FERNANDES, 2004, p. 3).

## **Campesinato autônomo: a nova tendência gestada pelos movimentos camponeses**

*“Gente não é boi de carro, pro carro de boi puxar  
Gente tem mente que gira, mente que pode girar  
Gira a mente do carreiro e a canga pode quebrar”<sup>2</sup>*

Em linhas gerais, a tese que defendemos neste artigo se sustenta na análise documental e na observação de que os discursos e a prática social de organizações do campo estão gestando um novo campesinato que se caracteriza fundamentalmente pela busca da autonomia, entendida literalmente como “faculdade de se governar por vontade própria” (LAROUSSE CULTURAL, 1992, p. 107).

Evidentemente, que essa autonomia não significa independência em relação ao mercado ou às instituições, nem tampouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Em nossa perspectiva de análise, a autonomia aparece como uma conquista da luta dos movimentos sociais e, ainda que de forma embrionária, já se manifesta de várias formas, dentre as quais:

- a) Na capacidade do campesinato se tornar sujeito social, com identidade própria, que faz disputa política, não sendo mais representado publicamente por organizações ou pessoas que se comovem com seu sofrimento, mas se representando através de seus movimentos e organizações, que buscam formar lideranças próprias.
- b) No fato de o campesinato compreender cada vez mais que as causas das dificuldades de sua vida não são provocadas pela natureza, pela vontade divina, mas pelo funcionamento do capitalismo, em escala local e global.
- c) Pela capacidade de ir rompendo com o medo de sair de seu próprio mundo, buscando entender e respeitar a própria diversidade procurando construir a unidade camponesa, mas se dando conta das diferenças étnicas, religiosas, de gênero. E dentro dos próprios movimentos camponeses surgem cada vez mais movimentos impulsionando o respeito a essas diferenças e com vistas à igualdade de participação.
- d) Pela maturidade para perceber que se o capital é globalizado e vem globalmente sufocando os modos de vida camponeses, então é

---

<sup>2</sup> Verso de um lavrador de Goiás, citado em Ranulfo da Silva (1999).

preciso construir articulações nacionais e internacionais para lutar contra as políticas públicas e privadas que ameaçam a agricultura camponesa, enfrentando instituições poderosas do capital como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e empresas multinacionais.

Em nossa avaliação a organização que mais vem nacional e internacionalmente buscando construir essa tendência da autonomia camponesa é a Via Campesina.

### **Breve análise da Via Campesina Internacional**

A Via Campesina é uma articulação internacional de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e de povos indígenas, que reúne mais de 100 milhões de camponesas e camponeses da Ásia, África, América e Europa. E se define como “um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer tipo. Está formada por organizações nacionais e regionais, cuja autonomia é cuidadosamente respeitada” (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002, p. 5).

A I Conferência da Via Campesina, que marca seu surgimento oficial, ocorre em maio de 1993, na cidade de Mons, na Bélgica. Mas as organizações camponesas já estavam construindo articulações intercontinentais desde o fim dos anos 80, principalmente na América Latina, tanto que a maioria das organizações que fazem parte da Via são latino-americanas, o que acabou influenciando seu nome.

Essas articulações camponesas mundiais se construíam no rastro da implementação das políticas neoliberais que, com diferentes escalas espaço/temporal, provocaram conseqüências similares no campo, na medida que o receituário neoliberal foi aplicado de forma padronizada nos chamados países em via de desenvolvimento, através de organismos internacionais como FMI e Banco Mundial. E, mesmo nos países ricos, as regras impostas pela OMC (Organização Mundial do Comércio) provocaram a queda de renda, a perda de mercados, inviabilizando a reprodução econômica de muitas famílias camponesas.

Por isso, grosso modo, pode-se dizer que os inimigos comuns das organizações que compõem a Via Campesina são: as políticas neoliberais implementadas pelos organismos internacionais e pelos governos que seguem suas orientações e o modelo de produção de monoculturas para exportação,

controlado por grandes empresas, em geral multinacionais, o agronegócio. “A globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países, obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados” (STÉDILE, 2003, p. 17).

O caráter pluralista da Via Campesina se manifesta em vários aspectos: econômico, político, cultural, religioso, étnico, de gênero e ideológico. Mas há unidade quando se posiciona contra as políticas neoliberais porque elas estão inviabilizando a continuidade dos modos de vida camponeses em várias partes do mundo. Por isso a Via se declara anti-neoliberal e anti-imperialista.

Evidentemente que a articulação não gira apenas em torno do inimigo comum, mas as organizações camponesas da Via Campesina partilham objetivos.

O principal objetivo da Via Campesina é desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa da terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e equitativa, baseada nos pequenos e médios produtores (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002, p. 5).

A Conferência Internacional da Via, realizada a cada três anos, é a instância máxima da articulação e define as prioridades de ação e alianças estratégicas. Mas há temas de trabalho permanentes, que são: *Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária Integral, Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável e Biodiversidade; Biosegurança e Recursos Genéticos.*

### **Características da tendência do campesinato autônomo identificadas na Via Campesina**

Identificamos na Via Campesina quatro características que parecem indicar que, através de seu discurso e sua prática social, ela vem forjando um novo campesinato:

Rompimento do isolamento camponês. Em geral as lutas camponesas ocorrem motivadas por necessidades imediatas e de forma localizada. A Via Campesina mantém o caráter cooperativo, na medida que se articula para defender os modos de vida camponeses. Entretanto, faz a luta construindo alianças com organizações urbanas, procura ganhar o apoio da sociedade, abre canais de negociação e parcerias com amplos setores sociais, através da participação em lutas contra os tratados de livre comércio, como Alca, e da

inserção ativa em eventos como o Fórum Social Mundial. Ou seja, por meio da Via Campesina, o campesinato mundial busca um protagonismo político que é inovador na história.

A segunda característica que nos parece relevante é a preocupação da Via em afirmar a identidade e o papel social do campesinato nesse contexto de expansão do capitalismo em que este parece perder função social. Nos discursos das lideranças, documentos e manifestações públicas da Via há uma clara tentativa de elevar a auto-estima dos povos camponeses, procurando desconstruir o mito da inferioridade, da subordinação tão arraigada na identidade social camponesa.

Nós, que somos camponeses e camponesas, e sociedades agrícolas de pequeno porte, não estamos vencidos. Somos fortes e temos determinação, e somos a maioria no mundo. Estamos orgulhosos/as de nosso trabalho, que é o de produzir alimentos seguros para nossas famílias e para a humanidade. Apreciamos nossa diversidade, tanto biológica quanto cultural. O futuro nos pertence. (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Uma terceira, é a insistência em duas bandeiras de luta que considera essenciais para a continuidade do modo de vida camponês: Reforma Agrária e Soberania Alimentar. Para a Via a reforma agrária

não pode ser vista apenas como um processo de distribuição da propriedade da terra. Em função do grau de desenvolvimento do capitalismo e de exploração das economias locais, deve estar sustentada por mudanças no modelo econômico, social e político. O acesso a terra por parte dos camponeses deve ser entendido como uma forma de garantia de valorização de sua cultura, da autonomia das comunidades e de uma nova visão de preservação dos recursos naturais, para a humanidade e para as gerações futuras. (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2002).

A Via Campesina realiza permanentemente uma campanha mundial pela reforma agrária em parceria com entidades de defesa dos direitos humanos, como forma de pressionar os governos e apoiar as diferentes formas de luta pela terra construídas pelos povos camponeses. Outra bandeira de luta prioritária é a Soberania Alimentar entendida como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos

que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuário, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada à satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. [...] (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Segundo Peter Rosset, um dos intelectuais que colabora com a Via Campesina, o conceito de soberania alimentar é mais apropriado para os que lutam pelo modo de vida camponês do que o conceito de segurança alimentar.

Segurança alimentar significa que cada criança, cada mulher e cada homem devem ter a certeza de contar com alimento suficiente para cada dia. Porém este conceito não diz nada com respeito à procedência do alimento ou a forma como é produzido. Desse modo, Washington, pode argumentar que a importação de alimentos baratos dos Estados Unidos é uma excelente maneira que tem os países pobres de alcançar a segurança alimentar, mas sem a produção de alimentos próprios. (ROSSET, 2004, p. 59).

Como ação estratégica para impulsionar o debate e adoção de políticas nacionais com vistas a garantir a soberania alimentar, a Via Campesina desenvolve uma Campanha Mundial das Sementes, intitulada: *Sementes, patrimônio dos povos a serviço da humanidade*. Na prática a campanha consiste na troca direta de sementes entre camponeses/camponesas e na luta contra os transgênicos e o patenteamento das sementes.

Por último, consideramos importante destacar a preocupação da Via Campesina em debater e implementar linhas políticas que visem à igualdade de gênero no campo, uma vez que o modo de vida camponês clássico é extremamente patriarcal. Isso nos parece o reconhecimento de que é preciso lutar pela manutenção do campesinato, mas também reconhecer que esse modo de organização do trabalho e da vida se sustentou historicamente pela opressão da mulher.

Nesse sentido, a Via Campesina ousa propor que nas suas instâncias deve-se alcançar paridade de gênero. E isso tem sido um importante mecanismo de pressão das mulheres para uma maior participação nos movimentos que compõem a Via Campesina, inclusive no Brasil. Um exemplo disso é o protagonismo das mulheres na luta contra a monocultura de eucalipto no sul do país, que se intensificou com a ocupação do viveiro da Aracruz Celulose, na região metropolitana de Porto Alegre, realizada pelas mulheres da Via Campesina do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 8 de março de 2006.

Essas características observadas na Via Campesina internacional nos indicam que, em escala mundial, está sendo gestada uma nova tendência do campesinato. No Brasil, o movimento social, consolidado nacionalmente, que mais tem expressado essa nova tendência é o Movimento Sem Terra. Por isso nos deteremos agora a analisar como o MST vem incorporando essa busca pela autonomia camponesa.

### **A construção da autonomia camponesa no Brasil – o caso do MST**

O MST começa a se construir no fim da década de 1970, num período em que, tanto no campo quanto nas cidades, havia uma intensa luta pela conquista de direitos políticos e sociais. Mas quem estava na vanguarda dessas lutas no país era o operariado, principalmente de São Paulo, que analisava os problemas do Brasil a partir da realidade urbana e generalizava a análise, como se o capitalismo se desenvolvesse de forma homogênea, usando as mesmas táticas e produzindo os mesmos arranjos em todos os espaços.

Isso talvez ajude a explicar porque, apesar de ter uma base social camponesa, quando o MST é criado no I Encontro Nacional de 1984 não se autodenomina camponês, se intitula Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. E mesmo do ponto de vista da agricultura, nos primeiros anos do MST não havia preocupação em estimular a agricultura camponesa, baseada na diversidade alimentar, na prioridade de produção para o autoconsumo, no cuidado com a preservação das riquezas naturais.

Em meados dos anos de 1990, o MST começa a se inserir na Via Campesina. É nessa década também que se intensifica a crise na agricultura brasileira em função da aplicação das políticas neoliberais pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Diante desse contexto no Brasil e das influências da Via Campesina internacional, o MST começa todo um processo de reflexão interna, fazendo uma espécie de autocrítica, e passa a estimular a agroecologia,

a produção voltada para o autoconsumo, para os mercados locais, a usar o termo camponês e camponesa para se referir à sua base.

E nestes primeiros anos do século XXI vem se consolidando cada vez mais entre as lideranças do MST um discurso da agricultura camponesa, uma preocupação em resgatar a chamada cultura camponesa, o que inclui desde a dimensão da produção exemplificada pela campanha para que as famílias produzam as próprias sementes, até os hábitos e costumes, incluindo o incentivo às músicas típicas do campo como as “modas de viola”, a valorização de símbolos do universo camponês como chapéus de palha, carroças, ferramentas, bem como a das danças, comidas, manifestações culturais.

Evidentemente que isso tudo entra em contradição tanto com muitas concepções/conceitos quanto com muitas práticas construídas e/ou adotadas pelo MST ao longo dos anos, o que vem provocando mudanças na compreensão de seu papel social, na sua organização interna, em suas alianças e nas táticas para a territorialização das famílias sem terra, e, por conseguinte, do próprio Movimento.

Esse campesinato que vem sendo criado ou recriado nos movimentos da Via Campesina, particularmente no MST, tem elementos antigos, como o resgate dos símbolos do universo camponês, que na maioria das vezes é feito de forma romântica e como se tudo fosse bom e belo na vida da típica família camponesa. Mas, o interessante são os elementos novos que vem incorporando e que caracterizam o que estamos denominando de tendência do campesinato autônomo, que descrevemos no item anterior. Entre esses elementos estão a defesa da soberania alimentar, a preocupação em construir alianças tanto no campo quanto na cidade e a disposição para debater as relações de gênero em suas organizações.

### **Campesinato autônomo: uma tendência real ou utopia?**

À primeira vista parece bem contraditório que, num contexto de avanço do capitalismo no campo, através do agronegócio, o campesinato se organize em movimentos articulados e ouse crescer e aparecer em âmbito nacional e internacional. Entretanto, uma análise dialética mostra que as desigualdades sociais que se intensificaram com as políticas neoliberais, hegemônicas na atual fase do capitalismo, após desmantelarem as organizações da classe trabalhadora, agora estão afetando sobretudo a população camponesa, que é de aproximadamente três bilhões de pessoas no mundo (AMIN, 2004).

Nesse sentido é que se pode fazer a leitura de que os novos arranjos territoriais engendrados pelo desenvolvimento do capitalismo no campo estão fazendo brotar um novo tipo de campesinato, que tem elementos de permanência da caracterização camponesa, como: posse da terra ou luta por ela e a lógica de produção.

O camponês e a camponesa produzem tendo como objetivo atender as necessidades de sua família seguindo a lógica que Marx chamou de M-D-M. Ou seja, produzem mercadorias, pela venda das mesmas obtém dinheiro, com o qual adquirem outras mercadorias para atender necessidades. Esta é a lógica do valor de uso, na linguagem marxista, que se contrapõe à lógica capitalista, que se expressa na fórmula D-M-D'. Neste caso o processo começa com dinheiro, que é aplicado na compra de mercadorias, como máquinas, matéria-prima e força de trabalho para produção de novas mercadorias e com a venda destas obtém mais dinheiro. O objetivo aqui não é atender às necessidades, é acumular capital.

O que consideramos importante enfatizar é que há elementos novos no campesinato que caracterizam o que denominamos de tendência da autonomia camponesa, tais como a preocupação com o conjunto dos recursos naturais, a capacidade de articulação dos movimentos camponeses entre si e com organizações urbanas de trabalhadores/trabalhadoras e de consumidores/consumidoras, e particularmente o autoreconhecimento como camponês e camponesa que lutam para mostrar que a agricultura camponesa tem uma função social fundamental para a humanidade: produzir alimentos.

Mas para cumprir essa função elementar, o campesinato precisa enfrentar inimigos poderosos, uma vez que defender a agricultura camponesa é defender a terra como espaço de trabalho, o que contraria a concepção capitalista da terra de negócio, que vem proliferando no Brasil e no mundo através do agronegócio. Essa nos parece a razão fundamental do surgimento das novas características que estão sendo construídas pela prática social dos movimentos camponeses, e que em nossa apreensão teórica identificamos como tendência do campesinato autônomo.

Por outro lado, no contexto histórico em que vivemos nos parece complicado afirmar se essa tendência pode se consolidar como uma possibilidade real ou é uma utopia, considerando uma escala espaço-temporal mais ampla. Isso porque nos últimos anos tem se verificado um grande avanço da territorialização do capital no campo através do agronegócio. Esse avanço pode ser medido através de indicadores como o aumento da produção/produktividade e da área plantada com produtos de exportação.

A Conab estima novo recorde de produção da safra que começou no final de 2003 e terminará neste ano: serão 129,7 milhões de toneladas, 5% a mais do que na safra 2002/2003. Esse aumento foi devido à ampliação da área plantada. Segundo a Conab serão 46,6 milhões de hectares de área plantada, 6% a mais do que a área plantada na safra recorde que o país acabou de colher em 2003. Soja e algodão são os destaques: 13,3% e 33,3% a mais [...] (CARVALHO, 2004b, p. 56).

Além de ampliar os investimentos no campo, o agronegócio tem investido bastante em marketing. Os grandes meios de comunicação (impresso e áudio-visual) mostram em reportagens cotidianas as “vantagens” do agronegócio. A meta parece ser construir no imaginário social a idéia de agronegócio como sinônimo de progresso e modernidade, e ao mesmo tempo reforçar a tese da “vocação agrícola” do país, o que justificaria, entre outras coisas, o apoio governamental ao setor, que de fato vem se confirmando mesmo num governo capitaneado por um partido historicamente vinculado às lutas pela terra e pela reforma agrária.

Valores repassados pelo Banco do Brasil:

Aracruz celulose – R\$ 1.167 bilhão, Cargil R\$ 921 milhões, Bunge R\$ 607 milhões, ADM R\$ 585 milhões, Nestlé R\$ 330 milhões, Rhodia R\$ 304 milhões, Souza Cruz R\$ 189 milhões, Basf R\$ 120 milhões, Monsanto R\$ 68 milhões, Bayer R\$ 58 milhões. Total financiado R\$ 4.349 bilhões. (JORNAL SEM TERRA, 2004, p.15).

Em contrapartida, neste mesmo ano de 2004, mais de tr s milhões de famílias de pequenos agricultores receberam um montante de R\$ 31.520 milhões. E o agronegócio também está se apropriando de terras que poderiam ser usadas para reforma agrária, intensificando a concentra o fundiária no país.

Entre 1992 e 1998 a área ocupada por imóveis maiores de 2.000 hectares foi ampliada em 56 milhões de hectares, o que representa três vezes mais que os 18 milhões de hectares que o governo FHC afirma ter desapropriado durante os seis anos do período considerado. (CARVALHO, 2004b, p. 51).

Há toda uma ofensiva do capital contra a agricultura camponesa em várias dimensões: econ mica, política, ideológica. Não se fala no Brasil, por exemplo, em agricultura camponesa, porque isso pode lembrar lutas sociais.

Generalizou-se o nome agricultura familiar. E essa agricultura familiar é considerada mais avançada se estiver integrada às grandes agroindústrias. Até o programa de crédito da agricultura familiar – Pronaf, se baseia nessa concepção de que aquele que produz prioritariamente para o autoconsumo é atrasado, não tem viabilidade econômica. E, por isso, deve receber financiamentos para ter condições de produzir prioritariamente para o mercado, integrando-se o máximo possível a alguma cadeia produtiva do agronegócio.

Nesses tempos de agronegócio, de políticas neoliberais, há todo um esforço das instituições (dos três poderes: executivo, legislativo e judiciário), bem como dos meios de comunicação, de mostrar que agricultura camponesa e reforma agrária, via desapropriação, são inviáveis e desnecessárias.

A partir desses elementos podem-se levantar alguns questionamentos: a territorialização do agronegócio implica desterritorialização camponesa? Há espaço para a construção da autonomia camponesa neste contexto? A partir dos poucos dados citados já se observa que, onde o agronegócio avança, a agricultura camponesa tende a se encolher e até a desaparecer. Por isso, entendemos que é exatamente essa situação de avanço do capital no campo que força o campesinato a buscar a autonomia.

Nesta perspectiva, a tendência da autonomia camponesa, em grande medida, se constrói a partir de uma identidade de resistência. Na caracterização de Castells (2001) sobre as formas de construção de identidades: legitimadora, de resistência e de projeto, estas identidades que vão surgindo a partir da prática solidária podem ser caracterizadas como de resistência, criadas por atores que se encontram em condições desvalorizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência como base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (CASTELLS, 2001, p. 24). O autor chama a atenção para esta forma de resistência coletiva diante das pressões e acredita que ela seja definida com clareza pelos fatores geográficos, históricos, econômicos e políticos que norteiam a vida dos agentes coletivos.

Mas, se por um lado o enfrentamento ao agronegócio é um alicerce importante da identidade de resistência, por outro lado a crise na agricultura e as políticas públicas que favorecem a integração ao agronegócio funcionam como mecanismos que vão minando a construção dessa identidade. Assim, no cenário atual a consolidação da tendência da autonomia camponesa, no curto prazo é bastante difícil. Mas a médio e longo prazos, se os movimentos camponeses ampliarem a articulação entre si e com outros atores sociais, em

múltiplas escalas (local, estadual, nacional, internacional), fortalecendo as lutas contra o agronegócio, é possível que consigam alterar essa correlação de forças.

Desse modo, a única certeza que temos é que em pleno século XXI tende a se acirrar a questão camponesa no Brasil e no mundo, uma vez que a maior parte da população mundial vive e trabalha no campo, em condições de pobreza, e enfrenta cada vez mais obstáculos para garantir a reprodução de seus modos de vida.

## Referências

- AMIN, S. O Capitalismo e a renda fundiária. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- AMIN, S. A crise do capitalismo e a vitimização camponesa. In: VIA CAMPESINA BRASIL. *A situação internacional da agricultura*. São Paulo, 2004. mimeo.
- ANDRADE, M. C. *Lutas Camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática, 1986.
- CARVALHO, H. M. (Org.). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Curitiba, 2004a. mimeo.
- \_\_\_\_\_. *Contexto atual da correlação de forças e lutas sociais no campo*. Curitiba, 2004b. mimeo.
- CASTELLS, M. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FERNANDES, B. M. *Delimitação conceitual de campesinato*. 2004. Disponível em: <[www.mst.org.br/informativos](http://www.mst.org.br/informativos)>. Acesso em: jul. 2006.
- FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001, Havana. *Declaração ...* Havana, 2001.
- GERMER, C. M. *Acumulação de capital e proletarização na agricultura brasileira*. Curitiba: UFPR, 1992. mimeo.
- JORNAL SEM TERRA, São Paulo, ano 24, n. 262, p. 15, maio, 2004.
- LAROUSSE CULTURAL. *Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
- MOURA, M. M. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA, A U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 2002.

ROSSET, P. *Soberania Alimentaria: reclamo mundial del Movimiento Campesino*. 2004. Disponível em: <<http://www.cerai.es/fmra/archivo/rosset2.pdf>> Acesso em: jul. 2006.

SILVA, R. *A retomada do Trabalho de Base*. São Paulo, 1999. mimeo.

STÉDILE, J. P. Conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA DO BRASIL. *A situação internacional da Agricultura*. São Paulo, 2004.

VERGOPOULOS, K. O capitalismo disforme. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. *Histórico, natureza e linhas políticas internacionais* : cartilha da Via Campesina. São Paulo, 2002. mimeo

## Sobre reforma agrária e MST

José Flávio Bertero\*

Resumo: Trata-se de uma reflexão crítica acerca da proposta de reforma agrária do MST. A sua luta é em prol da redistribuição da terra e da renda, as quais se acham injustamente concentradas. Este quer construir uma nova sociedade, apoiada na pequena propriedade agrária, concebida por ele como camponesa, fato que contraria a condição proletária e semiproletária da massa de trabalhadores, cuja existência é determinada pelo capital e não pela terra, que também se submete a tal senhor. O MST defende a pequena produção, a qual pretende perpetuar, o que, além de revelar uma concepção pequeno burguesa e agrária, significa decretar a mediocridade geral.

Palavras-chave: Reforma agrária; MST; Camponês.

Nascido por volta de 1980, como forma de manifestação de pequenos produtores rurais gaúchos, por causa do endividamento e do empobrecimento que os envolviam, somente a partir de 1984, com a realização do seu 1º Encontro Nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rural Sem Terra (MST), adquire uma organização e uma projeção maiores, o que lhes permitiu romper com o localismo e o isolamento que até então o caracterizavam.

Sobressaem, na sua origem, além dos pequenos agricultores sulinos, sob ameaça de proletarização, a atuação da igreja católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da igreja luterana, que executavam um trabalho de conscientização dos “camponeses”<sup>1</sup>, na visão da Igreja e do MST, e o emergente sindicalismo combativo. O MST nasce, assim, sob essa tríplice influência. Mas procurou resgatar experiências de outros movimentos de

---

\* Professor aposentado do Departamento de Sociologia da FCL/UNESP, Araraquara. Atual Professor do Departamento de Ciências Sociais da UEL/PR

<sup>1</sup> Cabe esclarecer, no tocante à igreja católica, que é somente em 1975 que ressurge o seu trabalho de educação política no campo. Ressurge justamente com a criação da CPT. Apoiada na doutrina cristã, esta instituição ergue a bandeira de que “a terra é para quem nela trabalha” ou “queira nela trabalhar”. Apenas estes têm o direito a ela. Em 1980, na Assembléia dos Bispos, em Itaici, elaborou-se um documento intitulado: “A Igreja e os Problemas da Terra”, a partir do qual o Conselho Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) assume a atividade pastoral que a CPT vinha realizando. É quando é elaborada a tese que diferencia “terra de trabalho” e “terra de negócio” – tese essa para qual contribuiu José de Sousa Martins (1980), e que ainda hoje prevalece na igreja e no MST, tributário que é da referida igreja.

luta pela terra, dentre os quais, o das ligas camponesas<sup>2</sup>, das quais se diz herdeiro (STÉDILE, 1997a, 2002, 1996).

A sua luta é contra o latifúndio e, conseqüentemente, a favor da democratização da terra, vista por ele como um *bem comum, de todos*, cuja propriedade é injustamente concentrada e que por isso precisa ser redistribuída, por intermédio de uma reforma agrária. Concebe a dita reforma agrária como solução não só à desigualdade e à injustiça sociais, senão também aos demais males que afligem a população brasileira, rural e urbana: desemprego, pobreza, fome, violência e analfabetismo.

Posteriormente, após tomar ciência de que não basta ter a terra para se produzir no meio agropecuário com um mínimo de rentabilidade, passou a advogar, além da terra, o acesso a outros meios de produção, igualmente indispensáveis à consecução da produção, a saber: tratores e acessórios, adubos, venenos, corretivos, sementes, enfim, os insumos e instrumentos necessários, o que demanda uma certa quantia de capital - dinheiro. Dada a carência de recursos dos assentados, não lhes restou outra saída a não ser a de solicitar ao Estado o financiamento da produção através da criação de linhas de crédito agrícola específicas. Essa se tornou a sua segunda frente de luta, à qual foi adicionada uma terceira, o acesso à educação, com vistas a erradicar o analfabetismo do nosso meio social (STÉDILE, 1996, 1997a, 1997b, 2002).

Desta forma, a reforma agrária defendida pelo MST visa derrubar três barreiras: a do latifúndio, a seu ver, a mais fácil, pois é só ocupar as terras; a do capital, mais difícil, porque depende da correlação de forças no âmbito do Estado; e a do analfabetismo (STÉDILE, 1997a, 2000, 2001, 2002).

Portanto, para ele, MST, existe um problema agrário, resultante da concentração fundiária<sup>3</sup>, que condena parcela significativa das pessoas a precárias condições de trabalho, quando o têm, e de vida (STÉDILE, 1997a). A visão de mundo que norteia a sua ação é a mesma da igreja católica. A

---

<sup>2</sup> Movimento social de pequenos produtores rurais, surgido nos anos cinqüenta, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Essas ligas existiram até 1964, ocasião em que foram desmanteladas pelo regime militar instalado no país, e seus dirigentes condenados à ilegalidade e perseguidos.

<sup>3</sup> Essa posição, como se verá, dificulta a compreensão da realidade rural brasileira. A distribuição da terra, por si só, é incapaz de explicar a estrutura da produção no campo. Ela obscurece as determinações sociais, dentre as quais merece menção a subordinação da terra ao capital. A propriedade moderna da terra é uma das suas criações. Ao criá-la, cria a sua antítese, ou seja, um valor diferente de si próprio e que se lhe opõe, a renda da terra. É por isso que sem ele não se entende a renda da terra. Ela é produto do capital. É este o elemento determinante, sem o qual não se explica a dinâmica agrária. (MARX, 1971, 1974, 1997); (LÊNIN, 1977); (SILVA, 1981, 1983).

bem da verdade, ela vem da citada igreja. É nesta que são gestadas as idéias humanitárias de fraternidade, igualdade, justiça social, as quais são estendidas à economia e ao acesso aos bens. A terra é tida pela igreja, como *um bem comum, de todos*, uma *dádiva de Deus* (grifos nossos). Essa é também a visão de mundo do MST, ou seja, não laica, cristã, em que ao defender a pequena propriedade assume um caráter pequeno-burguês. Ambos, MST e igreja, sonham com uma sociedade nova, mais justa, igualitária e humana, onde todos tenham trabalho, moradia, alimentação e educação básicas (STÉDILE, 1997b, 2000).

Para tanto, a reforma agrária precisa ser completada pela implantação nos assentamentos de agroindústrias e do cooperativismo. A sua luta é, salvo engano, contra a distribuição capitalista, em prol de uma distribuição mais justa da terra e da renda sob o capitalismo. O MST sonha, assim, segundo Stédile, seu líder e porta-voz, construir no Brasil uma nova sociedade, que consiga resolver os problemas antes aludidos. (STÉDILE, 1997b, 2000).

Disse bem: sonho. A realidade é outra. Não condiz com seu sonho. Tem clareza, no entanto, que a sua reforma agrária não abole a propriedade privada. Pelo contrário, corrobora-a, redistributivista que é. Tampouco muda o modo de produção, que permanece capitalista (STÉDILE, 1996). Ainda assim, concede-a como anticapitalista, mais precisamente, socialista cristã (STÉDILE, 1997b, 2001)<sup>4</sup>, a que me permito acrescentar, pequeno burguesa e agrária. Preconiza um socialismo agrário ou, o que é a mesma coisa, a via agrária para o socialismo, assentada na pequena produção<sup>5</sup>. Não me estenderei sobre esse assunto, por considerá-lo devidamente discutido pelos marxistas clássicos (MARX, 1983, 1969; LÊNIN, 1977; LUXEMBURGO, 1978). Limitar-me-ei a dizer que seu agente principal é imaginário, simplesmente porque não há camponês no Brasil. Imaginário também é o socialismo que professa, vale reiterar, cristão, que não suprime o capitalismo (STÉDILE, 1996). Ao revés, confirma-o. O que quer é, na verdade, um capitalismo mais igualitário e justo, apoiado na pequena produção. Oscila, dessa maneira, entre

---

<sup>4</sup> Conquanto haja em Stédile certa imprecisão no que tange a esse ponto, é essa, a meu ver, a concepção do MST. Stédile ora diz ser socialista cristão (STÉDILE, 1997b); ora diz que a reforma agrária terá um caráter socialista, por atingir os interesses da burguesia (STÉDILE, 2002); ora diz que o socialismo é igualdade, é o ideal cristão (Veja, 3/junho/1998); ora diz que a reforma agrária que defende é popular, não socialista, porque não muda a propriedade privada nem o modo de produção capitalista (BUNDAS), ora diz que é preciso não cair no simplismo de debater sobre o seu caráter: se capitalista ou socialista (STÉDILE, 2001).

<sup>5</sup> A sua luta é contra o latifúndio, para dar acesso a terra ao camponês. Não põe em xeque a propriedade privada. Quer fazer do trabalhador, como se constatará adiante, em geral um proletário, um pequeno proprietário, no meu entender um pequeno burguês (STÉDILE, 2001).

um reformismo distributivista, e um conservadorismo, por se tratar de mera reforma sob a ordem social instituída, cujo teor é pequeno-burguês e cristão<sup>6</sup>

Com efeito, o MST nada tem de revolucionário. O socialismo revolucionário deve abolir a propriedade privada e o modo de produção capitalista, coisa que ele não apregoa. Ao invés de abolí-los, nas suas reivindicações, ele os ratifica. Não apenas isso. Uma vez assentado na terra, o trabalhador deixa de ser proletário e passa a ser pequeno burguês. Pequeno burguês, sim. Por mais parcos que sejam os meios de produção com os quais lavra a terra, mesmo que por analogia ou idealmente, eles são capitais. E é graças a tais meios e não ao trabalho, notem bem, que ele pode se apropriar de parte da mais valia, sob as formas de lucro e renda. Como produtor mercantil, ele é um produtor da sociedade, na e para a qual produz, o que faz dele refém da produtividade social, à qual se submete. Se não auferir lucro ou renda, é porque opera em condições desvantajosas, que o distanciam da referida produtividade.

Afastam-se, desse modo, dois equívocos: o de entender o pequeno produtor, seja ele assentado ou não, como camponês; e o de entender a terra como terra de trabalho, em oposição à terra de negócio, conforme o fazem o MST e a igreja. Não é o trabalho que garante a sua apropriação. Mesmo porque, para que o trabalhador efetive a propriedade econômica da terra é necessário que ele se aproprie de parte da mais valia sob a forma de renda. O simples acesso a terra não lhe assegura a sua apropriação real. Assegure-lhe, quando muito, a apropriação formal, que o converte num simples proprietário jurídico. A oposição terra de trabalho/terra de negócio não corresponde à realidade. É mais uma idealização e uma arma de luta do que algo real, objetivo. A tendência geral no capitalismo é a da terra transformar-se em mercadoria. Não fora assim, ela não seria propriedade moderna, capitalista (MARX, 1971, 1997). Sendo mercadoria, ela não pode passar às mãos dos que nela trabalham (LÊNIN, 1976, 1978), a não ser por meio da compra. A sua apropriação não é direta, via trabalho, mas indireta, via mercado. Fato que exige dinheiro, quase sempre difícil e escasso ao trabalhador.

O outro equívoco referido concerne ao suposto camponês. Suposto

---

<sup>6</sup> Segundo Stédile, foi na Igreja que aprendeu esses valores humanitários. (STÉDILE, 1997a). Ainda segundo Stédile, seus pais eram imigrantes italianos. Tornaram-se pequenos produtores em Antonio Prado, no Rio Grande do Sul. Essa é sua origem social. Na sua formação, contou com duas influências principais: o espírito de trabalho, de origem familiar, e o catolicismo. Dada a presença da igreja católica na sua vida.

porque não se trata de fato de camponês. Camponês e produção mercantil não coadunam. São antitéticos. Excluem-se mutuamente. O camponês é um produtor independente, isolado, detentor de uma economia de subsistência, não mercantil. A mercantilização destrói a sua autonomia. Liga-o ao mercado e, por intermédio deste, à produção social, da qual passa a depender; a qual, para dizer o óbvio, é capitalista e, há quase cinco décadas, adentrou a um estágio relativamente avançado de desenvolvimento, o monopolista, o qual inclui a agropecuária, que, sem querer ser redundante, não está à margem disso, antes pelo contrário, integra-o.

O rural não é o mesmo de décadas atrás. Ele mudou, consideravelmente, diríamos. Alterou a sua base técnica, bem como as suas relações sociais e, por conseguinte, a sua composição social, assimilando-a à urbana. Converteu-se em ramo da indústria. Redirecionou as suas linhas produtivas à indústria e ao mercado externo. Integrou-se aos departamentos de bens de consumo e de bens de produção. Unificou os mercados dos citados bens de consumo e de produção, de capital e de trabalho. Possibilitou a unificação deste último mercado, a implantação de uma nova base técnica, alicerçada na máquina e em produtos químicos, que desqualifica e simplifica o trabalho, uniformizando-o. Formas arcaicas de trabalho são destruídas. Outras delas são preservadas, mesmo que às vezes modificadas. Outras, ainda, são reinventadas. Destrói-se aqui, preserva-se ali, reinventa-se acolá. O movimento é contraditório, não linear. Porém unitário. E quem lhe dá unidade é o capital, sujeito desse processo, cuja tendência é o aumento do trabalho assalariado e, logo, do proletariado. À medida que a agropecuária se industrializa, nela também se faz presente o operário. Os interesses desses trabalhadores não são atinentes à terra. Dizem respeito ao emprego, salário, às condições de trabalho. No que tange aos proprietários, eles tendem a acumular as funções de proprietários de terra e de capital. Os antigos interesses centrados na terra e em formas arcaicas de capital (comercial e usurário) são sobrepujados por interesses calcados em formas modernas de capital. A burguesia também chega ao campo.

Verifica-se, assim, a inserção da agropecuária na produção social. Agropecuária e indústria, reencontram-se, formando nova unidade, mais avançada, juntamente com os serviços, que também se industrializam. A produção especificamente capitalista difunde-se por toda a sociedade (BRANT, 1977; MULLER, 1982; GUIMARÃES, 1988; ANDRADE, 2005). O campo deixa de ser campo. Une-se à cidade. Não apenas por industrializar-se, senão também por desruralizar-se, ao ter a sua população diminuída em

termos relativos e absolutos, e, ao ter sua sociabilidade modificada, à imagem da sociabilidade da cidade, pelo fato de mercantilizar as suas relações, e, enfim, por urbanizar-se, ao incorporar o modo de vida urbano<sup>7</sup>. Trata-se de um processo revolucionário, por meio do qual ele, campo, submete-se ao domínio direto e franco do capital, que lhe impõe a sua racionalidade. Obriga-se, por isso, a inovar continuamente as suas condições de produção. Os seus partícipes são impelidos a isso pela concorrência, que tem atrás de si a lei do valor, reguladora da dinâmica capitalista.

Esse processo, como sabemos, repercute nas relações sociais, muitas das quais dão lugar às relações puramente assalariadas e à conseqüente proletarização. O proletariado ganha amplitude e projeção. A sua crescente presença no cenário nacional problematiza a chamada questão agrária. Não é demais reiterar que isso não significa ausência de formas não proletárias de trabalho no agro. Longe disso. Há nele uma diversidade de formas de trabalho; mas em geral subsumidas no capital, e não externas a ele e que resistem à sua expansão, consoante desejam certos partidários do campesinato, cujo expoente é, indubitavelmente, Martins (1979, 1980, 1984, 1986). A não ser em situações excepcionais, não há tal exterioridade, nem autonomia, o que, aliás, não é senão uma maneira diferente de dizer a mesma coisa.

Ainda mais: ao industrializar-se, a agropecuária, tornou-se, ela própria, agroindústria. É em torno desta que se definem agora os rumos da evolução agrária. A não compreensão desse detalhe dificulta a compreensão do que realmente se passa em nosso meio rural, que, de fato, não é, conforme vimos, mais rural, mas um prolongamento do urbano. Também por aí fica problematizada a existência de uma questão agrária específica. O que há, atualmente, é uma crise econômica, mais exatamente do capital, cuja reprodução está atravancada, crise essa agravada pela dívida do Estado e pelas medidas por ele tomadas, com sérios reflexos sobre a economia e o social, a saber: intensificação da retração econômica, recrudescimento do desemprego e do subemprego, da pobreza, miséria, fome, violência, etc. É a face perversa do capitalismo pondo-se a nu, visto que ele não produz somente riqueza, mas também miséria e outras coisas já relatadas. Enquanto isso continuar, o campo certamente será invadido por pessoas à procura de refúgio. Isso, pode-se notar, é próprio do capitalismo. O que lhe é próprio não pode ser atribuído a outrem, ou seja, à terra, ao agro-negócio e ao neoliberalismo, consoante o faz o MST. Ao atribuí-lo, erra o alvo e mistifica a realidade

---

<sup>7</sup> Para o exame teórico desta questão, ver: Marx (1974, 1973); Oliveira (1979); Mandel (1983); Lefrébvre (1999).

social na qual quer intervir a fim de mudá-la.

Desfaz-se, dessa maneira, o equívoco do MST de atribuir ao agro-negócio as mazelas do campo. Mais do que isso. Ele revela uma má compreensão do social, ao atribuir os seus problemas no campo, mas não só neste, à terra, deixando ao largo o verdadeiro responsável por eles, o capitalismo, tal como se realiza no Brasil. A questão agrária já era. A questão hoje é outra, mais geral. Envolve o conjunto dos trabalhadores, do campo e da cidade, predominantemente proletarizados ou semiproletarizados, por isso mesmo, objetivamente irmanados.

Desempregados e subempregados pertencem ao exército de reserva, cujo contingente tem sido engrossado pelos deserdados dos meios urbano e rural. Os soldados desse exército são, pois, proletários<sup>8</sup>. A não ser por engano, proletário não luta por terra, menos ainda por capital-dinheiro. Luta, isso sim, por emprego, maiores salários, melhores condições de trabalho e de vida<sup>9</sup> e outros direitos, que no momento lhe estão sendo retirados, e, no limite, luta pela abolição da propriedade privada dos meios de produção e do capitalismo, que o MST, com seu reformismo pequeno-burguês, quer preservar. Se hoje ele luta por terra, isso se deve em grande parte ao MST e à igreja católica, sua aliada, que o induzem a essa prática equivocada e retrógrada.

Equívocada porque, sabemos, a determinação da existência do trabalhador provém do capital e não da terra; determinação essa a que a terra também se submete; é ele o criador da sua forma atual de propriedade; motivo por que sem ele não se entende a renda da terra que os assentados desejam usufruir, com ajuda do MST; o capital é o senhor do seu processo, que a tudo domina, incluindo-se a terra. É, por assim dizer, a estrutura interna da sociedade burguesa (MARX, 1971, 1974). É, pois, contra ele que é preciso abrir fogo. E o protagonista principal disso é o proletário. É em torno dele que devem ser traçadas as estratégias e táticas, as quais, obviamente, implicam em alianças políticas. Proletário, reitero, não luta por terra, mas por trabalho, salário e outras coisas já enumeradas e, no limite, pela superação do

---

<sup>8</sup> “Por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’, como Pecqueur chama a esse personagem...” (MARX, 1984).

<sup>9</sup> Haja vista as greves dos canavieiros no Estado de São Paulo nos anos oitenta. Eram greves operárias, de operários do campo. Operários, sim. As lavouras nas quais trabalhavam haviam se industrializado. Tornaram-se ramos da indústria. Não por acaso, eles priorizavam, nas suas reivindicações, os salários e os direitos trabalhistas, os quais não passavam pelo acesso à terra, mas pela luta contra os desmandos do capital. Isso, como anotamos acima, nos anos oitenta, (BERTERO, 1994).

capitalismo<sup>10</sup>.

A proposição do MST contraria a condição proletária e semiproletária da massa de trabalhadores. Temos procurado demonstrar que seu suposto camponês pertence tanto à produção social – da qual as suas formas de trabalho são segmentos de um de seus ramos, a agropecuária – quanto à estrutura social composta por classes, nas quais se incluem. É à luz destas, consoante penso, que se deve definir a linha política a ser adotada. A inobservância deste aspecto primordial pode conduzir, e normalmente conduz, a práticas equivocadas. É o que sucede com a idéia de reforma agrária do MST.

Mais: aos desempregados, subempregados, pobres e miseráveis que integram o proletariado devem ser acrescidos milhares de pequenos produtores que vivem na penúria: 81% dos que detêm estabelecimentos de área inferior a 50 ha, de acordo com Dom Tomás Balduino (2001). Os agricultores desprovidos de uma quantia mínima de capital-dinheiro são, com freqüência, semiproletários. Esses agricultores, já não vivem da terra, ou pelo menos somente dela, mas do trabalho assalariado ou também deste, ao qual recorrem periodicamente. Faltam-lhes, neste caso, outros meios de produção, igualmente indispensáveis à realização da produção. A saída que lhes resta é a venda da força de trabalho. Fato que os converte em proletários, melhor dizendo, em semiproletários, por não estarem inteiramente dissociados de meios de produção e de meios de vida. Mesmo assim, os seus interesses os opõem ao capital e os aproximam do proletariado, a quem devem se unir. A questão política não é ética, mítica ou religiosa. Tem um fundamento econômico-social. É deste ângulo, mais especificamente, da situação de classe, que é preciso postulá-la. Já aludi ao fato de que a não observância disto tem, regularmente, implicações práticas nocivas ao trabalhador. Lembro, sobre isso, a crítica de Caio Prado Júnior ao Partido Comunista Brasileiro, nos anos sessenta, acerca da questão agrária no Brasil. Só nos livraremos da exploração, dominação, opressão, injustiça e miséria quando vencermos o capitalismo e apearmos a burguesia do poder. Essa luta é proletária e não camponesa, cuja existência em nosso âmbito não passa de um mito.

É certo que esses agricultores têm uma existência ambígua. Mesmo semiproletarizados, eles não deixam de ser pequenos capitalistas. A resistência

---

<sup>10</sup>"[...] de todas as classes que hoje se defrontam com a burguesia, apenas o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As demais classes degeneram e desaparecem com a grande indústria, o proletariado é seu produto mais genuíno. Os estamentos médios, o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês: todos eles combatem a burguesia para evitar que sua existência como estamentos médios se extinga...; eles são reacionários, pois procuram girar a roda da história para trás". (MARX,1984).

de suas partes à proletarização que os envolve deriva disso, quer dizer, da persistência entre eles da condição pequeno burguesa. É esta a causa da resistência que empreendem. Resistem ao avanço capitalista, que os ameaça. Não raro com apoio do MST e da igreja. Ambos, aliás, educam os trabalhadores nesse sentido. Ensinam-lhes a defender o que chamam de terra de trabalho, em oposição, vale lembrar, à terra de negócio, própria do capitalismo. São levados, dessa maneira, a assumir uma posição de classes que não poucas vezes contraria a sua real existência, cuja tendência preponderante aponta na direção da proletarização e não da manutenção da condição pequeno burguesa. Isso faz com que haja uma defasagem entre o que de fato são e o que pensam e fazem. Nem sempre as suas consciências e as suas práticas condizem com as suas efetivas situações de classe. Para isso tem contribuído, e muito, a igreja, com a sua Pastoral da Terra, e o MST, com a sua militância, cujas concepções têm encontrado respaldo popular e no meio acadêmico.

Retrógrada, retomamos aqui, porque pretende, ideal e ingenuamente, criar um capitalismo de pequenos proprietários. Posiciona-se, desse modo, na contramão da história, nesse seu intento utópico de consagrar a pequena produção<sup>11</sup>. O que cria uma massa conservadora, adversária do progresso social e do socialismo científico e revolucionário. Ademais, quer parcelar aquilo que o capital já socializou. A contrapartida da socialização é a apropriação privada, crescentemente centralizada em poucas mãos. Mas daí supor que os males do país resultam, em boa medida, da alta concentração da propriedade privada da terra, há uma enorme distância. Não vou repisar aqui argumentos já usados. Observarei apenas que a distribuição de terra nada ou quase nada alterará o quadro social vigente. Simplesmente porque, como vimos, não é ela a causa dos males que afligem a população rural, e sim o capital, que domina e explora o trabalhador e, vale acrescentar, por intermédio das relações que trava com este, subordina a terra (SILVA, 1981). É por essa razão que dificilmente uma reforma distributivista da terra melhoraria as condições de trabalho e de vida de parcela majoritária das pessoas que vivem no campo. Ao revés: aguçaria a concorrência entre elas e fomentaria a alta da renda do solo, ensina-nos Marx (1975, 1997).

---

<sup>11</sup> Para Stédile, o capitalismo acabou com as alternativas à pequena produção, de um outro modelo de agricultura (STÉDILE, 2002). Apesar de crítico da reforma agrária defendida pelo MST, Xico Graziano também é defensor do pequeno produtor, mas do pequeno produtor tradicional, enraizado na terra e não “dos aventureiros militantes do MST”, sem vivência no meio rural (GRAZIANO, 2004).

Além do que, ela não atingiria o cerne da questão: o capital e seu poder de mando. Diremos, ainda, que, no estágio de desenvolvimento alcançado pelo capitalismo no Brasil, não dá mais para dissociar a terra do capital. Por conseguinte, não dá mais para dissociar a luta pela terra da luta contra o capital. A luta por aquela passa obrigatoriamente pela luta contra o domínio deste. E se a democracia na terra é condição para se alcançar a democracia social, é mister destruir antes o domínio exercido sobre ela, terra, pelo capital. Uma maneira de fazer isso é lutar pela nacionalização da terra. Tal nacionalização, por certo, afetará a relação trabalho e capital. Ela criará as condições necessárias a uma associação de produtores realmente livres e iguais. O que certamente abolirá um dos fundamentos da sociedade burguesa. O resto é mero reformismo. No caso do MST, o reformismo é, cabe enfatizar, pequeno burguês, cristão e agrário.

O seu socialismo é mais ético que econômico-social. Exprime uma concepção idealista, não materialista. Visa a justa distribuição da terra, cuja legitimação seria dada pela justiça social. O pressuposto político disso é a democracia, a qual no estágio atual de desenvolvimento da sociedade brasileira, segundo o MST, só pode ser atingida mediante: 1) o acesso ao capital-dinheiro necessário à exploração da terra; 2) a instalação, nos assentamentos, de agroindústria, isto é, de pequenas indústrias beneficiadoras de seus produtos; 3) sob formas de cooperativas, com a finalidade de tornar a produção mais competitiva e mais autônoma em relação às empresas para as quais agem como fornecedores.

Orienta, dessa forma, a sua luta contra a distribuição da terra e do capital e não à abolição da propriedade privada. Propõe, em seu lugar, a redistribuição da terra, o acesso aos demais meios de produção e o cooperativismo. Renuncia à nacionalização da terra e à socialização da produção. Defende o parcelamento de ambas. Renuncia à lei do valor e, com isso, à teoria marxista, à ciência, à importância desta à compreensão e à explicação da vida social, assim como a sua transformação. Isso tudo em favor da visão de mundo cristã e pequeno burguesa; do contacto com a experiência de outros movimentos sociais, dos quais se diz aprendiz. Renuncia à união entre teoria e prática. Renuncia, em suma, à luta de classes, as quais são dissimuladas na categoria imaginária de camponês. O que propõe não conduz à superação da ordem burguesa. Ao contrário, consolida-a. É puro reformismo. No meu entender, equivocado e atrasado.

Equivocado pelos motivos reiteradamente expostos. Atrasado porque quer criar um capitalismo de pequenos proprietários. Não é que o capital não

deve ser expropriado. Deve, sim. Mas não retrogradando o curso do processo social. Essa expropriação se faz, amiúde, por meio de leis imanentes à produção capitalista, e conduz à centralização. Os capitais, mesmo na fase monopólica em que se encontram, lutam entre si nos vários mercados, no de trabalho, no de capital, no de meios de produção, no de produtos, mas lutam sobretudo pela apropriação da mais valia social. Nessa luta, verdadeira batalha, muitos deles sucumbem. Cada capitalista ou conglomerado de capitais elimina muitos outros. Disso deriva uma centralização, que é intensificada por outros mecanismos, tais como incorporação, fusão, associação, compra, etc.

Certo é que essa dinâmica não é linear. A sua contrapartida é a fragmentação. Se de uma parte, tem-se a tendência a concentrar e a centralizar a propriedade, o capital e a produção; de outra parte, tem-se a tendência contrária. O capital atua num duplo sentido: de um lado, atrai e aglutina; de outro, repele e fragmenta. Atrai e aglutina os capitais maiores e mais fortes, originando autênticos blocos de capitais, cujos integrantes geralmente não mais competem entre si, mas tão somente com seus rivais; repele e fragmenta os capitais menores e mais frágeis, que vão compor uma miríade de pequenos capitais (MARX, 1984; GIANNOTTI, 1985; MAZZUCHELLI, 1985). Se entre os grandes vigora a concorrência monopólica, entre os pequenos vigora a livre concorrência. Todos eles, entretanto, são regidos pelas leis internas do capitalismo: valor, concorrência, leis tendenciais, queda da taxa de lucro, etc.

A precariedade e até mesmo a falência e o desaparecimento de propriedades de menores dimensões, assim como a reprodução delas, mesmo que alteradas, é a face oposta da centralização. Embora decorram de um único e mesmo processo, elas exprimem tendências inversas, cujo agravamento poderá gerar as condições necessárias à superação da ordem social instalada, em que os expropriadores de hoje serão os expropriados de amanhã (MARX, 1984), não sem lutas de classes, evidentemente, que ponham em xeque o modo de produção e o regime de apropriação vigente, o Estado e as próprias classes.

O que foi dito antes é válido para o campo. Ele é regido pelas mesmas leis que regem a produção social, componente que é dela. Produção esta que compreende diferentes formas de trabalho, na cidade e no campo, as quais exprimem temporalidades diversas, mas que, como já se disse, há um tempo razoável ingressou na fase monopolista de desenvolvimento, elevando consideravelmente a sua produtividade, através da aplicação tecnológica da ciência, que possibilitou a organização científica da produção (na cidade e no campo), incrementando a socialização da produção, mediante a ampliação

da divisão do trabalho e da sua correlata, a troca, que se expandem pelo país, alargando desta maneira o trabalho social, que passa a conter no seu interior uma gama mais extensa e diversa de trabalhos concretos; a utilização racional e coletiva dos meios de produção; a economia desses meios propiciada pelo trabalho social combinado; a re-divisão do trabalho internacional, promovida pela internacionalização da produção e do comércio; além das citadas concentração e centralização, fragmentação da propriedade, do capital e da produção, assim como a contraparte da socialização da produção, qual seja, a apropriação privada do produto social, em especial da mais valia, sob as formas de lucro, juro e renda, inequivocamente, ao lado das lutas de classes e da queda da taxa de lucro, são as contradições maiores do capitalismo.

Economista que é, Stédile certamente sabe disso, mas a sua visão de mundo cristã e pequeno burguesa o impede de ir adiante nessa investigação. Ao revés, retrocede. Ao que tudo indica, aspira a eternizar a pequena produção capitalista<sup>12</sup>. Não se dá conta de que ela se insere em um movimento contraditório, há pouco assinalado, que contempla, de uma parte, o seu oposto, isto é, a tendência à concentração e à centralização e, de outra parte, a tendência inversa a essa, a da fragmentação, mais freqüente entre os capitais menores, normalmente dotados de baixa produtividade e que comumente se alojam em atividades menos rentáveis, ao passo que os capitais maiores, portadores de maior produtividade, que lhes dão maior poder de fogo na concorrência, operam amiudemente em atividades mais rentáveis. Isso independentemente da vontade de seus possuidores, os quais se submetem às condições de produção vigentes na sociedade. Não entender isso, é não entender o elementar a respeito do capitalismo, as suas leis gerais e a sua peculiar realização concreta em nossa economia. É não entender, igualmente, que esse processo tende a agravar as contradições que lhes são inerentes. O monopólio da produção que disso resulta tende a travar o desenvolvimento das forças produtivas. A socialização da produção conflita cada vez mais com a apropriação privada do produto social, crescentemente realizada por poucos. Como se não bastasse isso, o incremento da produtividade proporcionado pelo avanço tecnológico eleva sobremaneira a composição do capital, que, por reduzir a capacidade de absorção de trabalhadores pelo sistema produtivo, gera desemprego, o qual é acentuado pela crise que nos assola há cerca de vinte e cinco anos. Crise essa, vale dizer, cuja causa reside na queda da taxa de lucro, decorrente da dita elevação da composição do capital. Com o aumento

---

<sup>12</sup> Marx (1984) já observara que pretender eternizar a pequena produção baseada no próprio trabalho “é decretar a mediocridade geral”.

do desemprego, crescem a pobreza e a miséria. Nunca, acumulação e miséria caminharão tão juntas quanto nos dias atuais. O neoliberalismo agrava isso, mas não ocasiona. Ele é a ideologia oficial da crise. Pior ainda, reacionária. Não só pelas medidas econômicas que postula, senão também e, principalmente, por visar dismantelar toda capacidade de organização e de luta dos trabalhadores, vistos por seus gestores como os vilões da história, os responsáveis pela crise, dadas as conquistas obtidas por eles nas décadas que antecederam a eclosão da crise do sistema capitalista mundial nos anos setenta e que agora lhes estão sendo confiscadas.

Vê-se que a questão que se impõe às pessoas que se acham nessa situação não é mais relativa à terra mas ao capital. Mesmo porque, também ela, terra, convém reiterar, está subsumida nele, capital. Da ótica deste não há terra improdutiva. Quando não a explora diretamente, especula sobre ela ou a converte em reserva de valor. Motivo pelo qual as tensões e os conflitos que disso redundam já não mais se resolvem por uma reforma distributivista da propriedade da terra, uma vez que é impossível dissociá-la da exploração capitalista, encapsulada que está por ela. Uma reforma desse tipo é historicamente anacrônica e politicamente conservadora, tal como é conservadora qualquer proposta que defenda a reforma do capital sem atingir o seu âmago. Em que pesem os possíveis reparos que promova, ela mantém a ordem social vigente. Neste caso, é ater-se ao reformismo e, no primeiro caso, é almejar retroagir a roda da história, pois não dá mais para dissociar o que o capitalismo socializou, nem para separar o que ele uniu: a terra e o capital (MARX, 1974, 1971, 1997; MARTINS, 1980). Não é mais possível separar a luta pela terra da luta contra o capital. O mote dessa luta é a nacionalização<sup>13</sup> da terra e não a sua parcelização.

Quando o trabalhador luta pela conquista de terra, é por engano. Ela já não é uma espécie de laboratório natural, de onde ele extrai diretamente o seu sustento. Tampouco é livre, a não ser em casos específicos e residuais. É

---

<sup>13</sup> A formulação teórica dessa idéia é de Marx (1975, 1997). Não se trata, no entanto, de uma idéia inédita entre nós. Ela já aparecera no debate sobre a reforma agrária nos anos sessenta. Fora defendido por militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Porém, a meu ver, extemporaneamente. Isso porque na década de sessenta a expansão capitalista no campo não havia se consolidado. Por outro lado, era consenso no referido partido que nessa época o Brasil possuía forte resquício feudal, e que o reduto maior disso residia no meio rural. Fato que impunha a necessidade de uma revolução democrática burguesa, essa sim em plena consolidação, não para os comunistas evidentemente. (MARIGHELA et al., 1980). Mais recentemente, diante do agravamento das condições sociais no país, Gnaccarini admite a necessidade de uma nova reforma agrária, não camponesa, assentada na nacionalização da terra e na organização de formas cooperativas de uso do solo. (GNACCARINI, 1988).

o capital que a põe como mercadoria. Ao fazê-lo, cria a sua antítese, a propriedade moderna da terra, com a qual disputa a mais valia. Mas ele é o sujeito desse processo, sem o qual não se entende a terra nem a sociedade (MARX, 1974, 1975, 1983; FAUSTO, 1987), que se quer reformar. O fato de a terra, os meios de vida e de trabalho serem mercadorias, veda o acesso direto a eles, via trabalho. A apropriação deles dá-se, majoritariamente, nos mercados, por meio da compra, que exige dinheiro, não raramente custoso para muitos, volto a afirmar.

Para o MST, a propriedade privada da terra é um privilégio de quem tem dinheiro, com o qual é necessário romper. Quer acabar com esse privilégio, mediante a subordinação da terra à justiça social, às necessidades do povo. Não é justo que poucos possam ter muita terra e que muitos não a tenham. É dessa ótica humanista que condena a propriedade da terra. Por certo, isso não a comove nem um pouco. Nem a terra, nem o capital, a quem ela se subordina, são movidos por princípios humanitários. O que os move são as suas incessantes valorizações.

Pelo exposto até aqui, a injustiça social é devida ao capital e não à terra. O determinante é o capital. É ele que determina a existência social das pessoas. Se há precariedade, ela se deve a ele. Pois é ele que impõe precárias condições de vida à parcela expressiva da população brasileira. Por isso, tomar a terra como alvo da luta pela justiça social é, no mínimo, errar o foco do problema, que já não é agrário, senão mais geral, da sociedade inclusiva, que é capitalista, cuja dinâmica é agravada pelo modo perverso como se realiza em nosso país e pela crise pela qual passa. Notem que digo capitalismo e não governo, como pensa o MST. Reduz a sua crítica, quando não à terra, ao governo e a sua política neoliberal. O que é próprio do capitalismo, atribui à terra e à política governamental. Abstrai, em conseqüência, a sociedade, que passa em brancas nuvens. Sociologicamente, isso é ideológico, porque abstrai o que é propriamente social, isto é, as relações sociais. Mas é igualmente ideológico o seu ponto de partida, a visão de mundo pequeno burguesa e cristã que norteia toda sua prática.

É claro que a política governamental agrava a situação social, mas ela é instituída em resposta – conservadora, convém reafirmar – à crise do capital, que tem apresentado baixas taxas de crescimento. Daí porque as medidas de contenção, privatização e desregulamentação, que visam restabelecer o crescimento econômico, porém às custas dos trabalhadores, sobejamente penalizados. Disso o MST não cuida nem fala. Não pode, refém que é da estrutura fundiária e das experiências de outros movimentos sociais,

alguns dos quais pretéritos.

A pretendida redistribuição da terra nada tem, pois, de progressista, menos ainda de socialista, quando muito ela tem a ver com o socialismo cristão, pequeno burguês e agrário.<sup>14</sup> Tanto é assim que, além da defesa dos princípios supracitados, quer impor, sob o capitalismo, vale frisar, o tamanho máximo à propriedade rural. Assume, desta forma, a defesa da pequena propriedade. É, aliás, com base nesta que ergue a sua bandeira de luta. Não por acaso o movimento que lidera nasce entre os pequenos produtores sulinos, endividados e empobrecidos. É sintomático, a esse respeito, o fato de confessar-se herdeiro das ligas camponesas. Essas ligas foram formadas por moradores de condição, foreiros e sitiantes, que se organizaram para resistir à ameaça de proletarização que pairava sobre eles (IANNI, 1963; CARDOSO, 1969; ANDRADE, 2005). Por revelar um desconhecimento das leis gerais da sociedade capitalista e da realização concreta delas entre nós, não leva em conta as determinações histórico-sociais, dentre as quais a real situação de classe dos produtores.

Quem sabe por isso não tem uma percepção correta da pequena produção. Conquanto admita diferenças entre os assentados e entre os assentamentos, que comportam, respectivamente, posses e estágios diferentes, contraditoriamente, sem que se dê conta disso, os concebe, bem como toda pequena produção, como camponeses. Acaba, assim, por homogeneizá-los, quando, na realidade, a pequena produção, assentada ou não, é, em regra, marcada por uma diferenciação interna. E a tendência que nela prevalece é a da proletarização. Basta ver o que se passa com a maioria dos pequenos produtores. Em geral, não realizam nem o lucro nem a renda fundiária. A descapitalização e a fragmentação da propriedade não é, entre eles, uma anomalia. Isso os obriga a trabalhar mais e a reduzir os gastos de reposição, neles incluídos os gastos pessoais. Mesmo assim, muitos deles não conseguem garantir sequer o necessário à reprodução da força de trabalho familiar. Obrigam-se, então, a se assalariar temporariamente, mais comumente em outras explorações agrárias. Outros, em número bem menor, conseguem certo pecúlio e, às vezes, uma valorização dos seus pequenos capitais e de suas terras. A todos eles, contudo, a pequena produção apresenta-se como uma resistência ante a ameaça de proletarização, motivo pelo qual se prendem a ela, mesmo sabendo que o simples acesso à terra já não é suficiente para se produzir no campo com o mínimo de rentabilidade, pois isso exige uma

---

<sup>14</sup> É impossível implantar o socialismo no Brasil sem uma reforma agrária, assevera Stédile. (STÉDILE, 2002).

certa quantia de capital-dinheiro, necessária à aquisição dos meios de produção requeridos pela produtividade social, da qual dependem.

Nem sempre, porém, têm clareza de que a terra, no mais das vezes, constitui um refúgio aos desempregados. Nem todos, entretanto, são desempregados. Há entre eles, seguramente, proprietários, parceiros, arrendatários, posseiros, assentados, etc. Todos eles, menos os desempregados, são proprietários de meios de produção, se bem que, não raro, meramente formais. Malgrado isso, é como tais que se apropriam de (minguada) parte do produto social, para cuja geração contribuem, na condição de pequenos capitalistas, ainda que muitas vezes capitalistas deles mesmos. Além destes, há os que se assalariam parcialmente em outras explorações: estes produtores são semiproletários.

Chegamos assim a um ponto crucial. Os produtores em questão nada têm de camponês. São produtores da sociedade, na qual e para qual produzem diretamente, exceto, é claro, os desempregados, que, apesar de afastados do processo produtivo, cumprem funções para a acumulação, como membros do exército de reserva, cujo contingente tem crescido significativamente, entre inativos e ativos. Os outros, incluindo-se os ativos do exército de reserva (precários e informais), pertencem à produção social, à qual as suas respectivas produções se integram e da qual elas são manifestações concretas, enquanto segmentos de um dos seus ramos, a agropecuária, o que quer dizer que as suas produções são partículas da dita produção social. E tal qual esta, que, convém assinalar, é uma criação do capital, sujeitam-se a esse perverso senhor, diversamente, cabe arrematar.

Observe-se, de passagem, que é nesse nível geral que se dá a espoliação desses produtores e não no nível imediato da produção. Logo, o embate entre eles, que personificam, a um só tempo, o trabalho social, a propriedade da terra e o capital agrário, e os demais produtores com os quais competem, mormente pela apropriação do excedente, ocorre sobretudo no aludido nível mais geral, às costas das suas unidades produtivas. Não se justificam, portanto, nem o argumento de que possuem autonomia, nem o argumento de que são camponeses, nem o emprego do termo povo, que é genérico e impreciso.

Além de irreal, porquanto não há camponês no Brasil, não é demais reiterar, esse conceito apaga as diferenças entre os pequenos produtores: por exemplo as diferenças entre pequenos proprietários, parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, colonos, etc. Todas essas categorias são diferenciadas entre si e dentro de si, segundo a composição dos seus capitais, o volume de

suas respectivas produções, a capacidade de acumulação, os que assalariam terceiros, os que se assalariam em outras explorações, etc. O conceito de camponês apaga essas diferenças. Apaga, igualmente, as tendências que se abrem no interior de cada uma dessas categorias: a capitalização, a descapitalização e a conseqüente proletarização, tendência esta predominante em todas elas. É esclarecedora, a esse respeito, a afirmação de Dom Tomás Balduino (2001), segundo a qual “81% dos agricultores que detêm um estabelecimento de (até) 50 hectares estão ganhando menos que o salário mínimo”.

Certamente a maior parte desses agricultores já é semiproletária, quer dizer, assalaria-se temporariamente em outras propriedades. A causa disso não reside na terra. Não é ela a responsável por isso e sim a sociedade, que é capitalista. É esta que lhes impõe tais condições de trabalho e de vida. Isso os aproxima do proletariado, ao qual, já se disse, devem se unir politicamente. Proletário, repito, não luta por terra. A sua questão é outra.

Ora, o MST, com a sua defesa intransigente da reforma agrária, incongruente nega e, ao mesmo tempo, confirma a propriedade privada da terra. Nega-a, quando invade propriedades, as quais pretende expropriar. Confirma-a, ao defender a pequena propriedade. O que é tão privatista quanto o latifúndio que condena e o neoliberalismo a que se opõe. A diferença é, para ele, de quantidade e não de qualidade. O que o incomoda é o tamanho da propriedade, não a sua natureza. Na sua defesa da pequena propriedade, chega ao extremo de pretender proibir que bancos, empresas estrangeiras, grupos econômicos que não dependem da agricultura, possam ter terras (STÉDILE, 1997a)<sup>15</sup>.

Não apenas isso. Consciente de que, nas circunstâncias presentes, não basta a terra para produzir de modo rentável, quer mais. Quer dinheiro público, sob a forma de crédito subsidiado. A implicação disso é notória. Quer fazer do assentado um pequeno capitalista. Nada mais conservador, aliás reacionário, por desejar retroagir a história, mediante a transmutação do proletário e do semiproletário em pequeno capitalista e eternizar a pequena produção, coisa contra a qual, seguindo Marx (1984), diremos que significa “decretar a mediocridade geral”. Pois tal produção é incompatível com o grau de desenvolvimento alcançado pela produção social, que a compreende e subordina. É esta, conforme vimos, a razão pela qual a maioria dos pequenos

---

<sup>15</sup> Nesse seu intento, propõe a desapropriação de empresas – as grandes empresas sobretudo, tanto as que consomem produtos gerados no meio rural, quanto as indústrias que produzem meios de produção para a agropecuária. (STÉDILE, 2002 ).

agricultores não acumulam. Não acumulam porque dependem da taxa média de lucro, ditada pela produtividade social, e em torno da qual gravitam os seus pequenos capitais. Geralmente operam no vermelho, por terem uma produtividade bem aquém da que lhes é dada socialmente. E essa é uma lei básica do capitalismo, que não se pode ignorar, sob pena de se incorrer em enormes riscos de eliminação, pela concorrência, do processo produtivo. É o que acontece com os agricultores mencionados por Dom Tomás Balduino. Pretender eternizá-los é pretender eternizar o social, que é capitalista e causador da desigualdade social reinante no país<sup>16</sup>.

Eis que retornamos ao caráter equivocado e retrógrado do MST. Ao já apontado, acrescentamos que ele é atrasado porque representa não o trabalhador que luta contra o seu verdadeiro inimigo, mas o trabalhador que quer conquistar a pequena propriedade; não o trabalhador que quer por fim à ordem social opressora, mas aquele que quer se beneficiar dessa ordem; não o proletário, e sim o pequeno produtor, tido como camponês; representa, com efeito, não o trabalhador progressista, mas o conservador<sup>17</sup>; não a lucidez, mas a mistificação; não o avanço, mas o atraso; muito embora pretenda ser vanguarda, é vanguarda do atraso.

## Referências

ANDRADE, M. C. de. *A Terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2005.

BALDUINO, D. T. A Ação da Igreja Católica e o Desenvolvimento Rural (depoimento). *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p.9-22, 2001.

BERTERO, J. F. O Embate entre o capital e o trabalho: as greves no meio agrário paulista na década de 1980. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17/18, 1994/1995.

---

<sup>16</sup>O que também ocorre com o Xico Graziano, na sua crítica ao MST e a reforma agrária por ele escudada, de certo modo praticada pelos dois últimos governos do país, ao contrapor aos sem terra, os com terra, objeto de sua preocupação e cuja situação periclitante quer sanar, a fim de preservá-los.(GRAZIANO, 2004).

<sup>17</sup>Não por acaso os seus valores são comuns ao pensamento conservador: terra, família, propriedade, rural, comunidade, religião, etc. A esse respeito, ver também (Martins, 2003). Esse autor, estranhamente, de arauto, passou a crítico do MST. Tornou-se um defensor da reforma agrária promovida pelo governo FHC, da qual o MST discorda, por considerá-la uma política de assentamentos, que não muda a estrutura fundiária.

- BRANT, V. C. Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.19, p. 37-91, 1977.
- CARDOSO, F. H. Tensões sociais no campo e reforma agrária no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difel, 1969.
- FAUSTO, R. *Marx, Lógica e Política II*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GIANNOTTI, J. A. *Trabalho e reflexão*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GNACCARINI, J. C. *Agricultura e Capitalismo: as formas diferenciadas de produção*. São Paulo: USP, 1988. mimeo.
- GRAZIANO, X. *O Carma da Terra no Brasil*. São Paulo: A Girafa, 2004.
- GUIMARÃES, A. P. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IANNI, O. A Constituição do Proletariado Agrícola. In: \_\_\_\_\_. *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- LEFREBVRE, H. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP, 1999.
- LENIN, V. I. Que Sont les Amis du Peuple et Comment ils Luttent contre les Social – democrates. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977. t. 1.
- LENIN, V. I. Aux Paysans Pauvres. Explication à L'usage de paysans de ce que veulent les social-démocrates. In: \_\_\_\_\_. *Oeuvres*. Paris: Editions Sociales, 1976. t. 6.
- \_\_\_\_\_. *O problema agrário I*. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1978.
- LUXEMBURGO R. Reformismo o Revolución. Madrid: Editorial. Ayuso, 1978. (Obras Escojidas I).
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARIGHELA, C. et. al. *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, J. de S. *O cativo da terra*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Expropriação e violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- \_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

- MARTINS, J. de S. *O sujeito oculto*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- MARX, K. *O Capital: livro I*. São Paulo: Abril Cultural, 1983/1984. v.1, 2.
- \_\_\_\_\_. *Sobre la nacionalización de la Terra*. Marx e Engels. México: Grijalbo, 1975. (Escritos Econômicos).
- \_\_\_\_\_. Sobre a Nacionalização da Terra. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n.3, 1997.
- \_\_\_\_\_. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador: 1857-1858). Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- \_\_\_\_\_. Capital e Moderna Propriedade da Terra – Wakefield. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, n. 2, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- \_\_\_\_\_. *O método da economia política: para uma crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MÜLLER, G. Agricultura e Industrialização do Campo no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 2/1, n. 6, 1982.
- OLIVEIRA, F. O Terciário e a Divisão Social do Trabalho. *Estudos Cebrap*, Petrópolis, v. 24, p.137-168, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- SILVA, S. *Valor e renda da terra*. São Paulo: Polis, 1981.
- \_\_\_\_\_. Sobre a Estrutura da Produção no Campo. In: BELLUZZO, L. G. de M. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- STÉDILE, J. P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997a.
- \_\_\_\_\_. O MST e a Questão Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 31, p.69-97, 1997b.
- \_\_\_\_\_. MST: um Caminho para a Liberdade? (Entrevista concedida). *Novos Rumos*, ano 15, n. 32. São Paulo, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

STÉDILE, J. P. A Proposta do MST. *Caros Amigos*, São Paulo, n. especial: reforma agrária, 2003.

\_\_\_\_\_. *A força da pobreza é a quantidade*. Rio de Janeiro. Bundas, 1996.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

## Relação Estado e MST: algumas fases e faces

Marta Inez Medeiros Marques\*

Resumo: O objetivo deste artigo é refletir sobre a trajetória dos vinte anos de existência do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principal movimento social engajado na luta pela terra no Brasil e sua conturbada relação com o Estado brasileiro.

Palavras-chave: MST; Projeto político; Estado brasileiro.

### MST, Estado e campo político

Ao longo de sua trajetória, o MST tem se relacionado com o Estado de diferentes maneiras, alternando entre posições de confronto e de negociação. Apresentando-se, a cada governo, ora mais próximo, ora mais distante, e realizando a luta pela reforma agrária em duas frentes, diretamente no terreno e no campo político-institucional. Pode-se identificar três fases na história do movimento com base na forma como ele se relaciona com o Estado.

A primeira fase corresponde ao período de reconstrução democrática do país e vai de meados dos anos 1980 ao início dos anos 1990. A reforma agrária é defendida como um passo importante para a democratização da sociedade brasileira, somando-se a outras lutas que marcam o período.

Apesar da distância existente entre os movimentos sociais e o Estado, o MST não é alvo de repressão política direta. O MST luta por avanços democráticos pela via institucional e utiliza as ocupações de terra, seguidas da formação de acampamentos com centenas de famílias sem terra, como principal mecanismo de pressão.

Em 1985, o Governo Sarney propõe um plano de reforma agrária, que foi alvo de muitas críticas e reajustes, sendo esvaziado em seu alcance político desde o início. Revela-se a situação de impasse a que chegou a questão agrária com a modernização da agricultura: de um lado, tem-se a destruição e ilegitimação de formas tradicionais de dominação e a multiplicação dos conflitos no campo; de outro, a consolidação de uma poderosa confluência

---

\* Professora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e Faculty Fellow in the School of International Service of the American University. [mimmar@usp.br](mailto:mimmar@usp.br)

de interesses em torno de negócios envolvendo a terra como mercadoria e como meio de produção (PALMEIRA; LETTE, 1998).

O Estado administra esse impasse por meio de uma conduta que procura conciliar os seus compromissos com as elites envolvidas em negócios agrários com a necessidade de manter a pressão social sob controle, desenvolvendo ações emergenciais e pontuais no campo sem atingir o âmago da questão agrária. Não resta outra alternativa aos movimentos que não a continuação da luta.

Os grandes proprietários de terras, para fazerem frente à combatividade crescente dos trabalhadores rurais, recorrem cada vez mais à violência. Em junho de 1985, é criada a União Democrática Ruralista (UDR), entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho, que se torna a principal representante dos interesses dos latifundiários no debate nacional travado acerca da questão agrária<sup>1</sup>.

O objetivo declarado da entidade é o de “defender todos os direitos e interesses dos seus associados, com o mesmo porte da ameaça a esses direitos e interesses, com assistência integral, de qualquer natureza” (BRUNO, 1997, p. 50). A UDR identifica a igreja progressista e o MST como seus grandes adversários e incentiva a organização de milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável.

Na Constituinte de 1988, a UDR obtém uma vitória importante na votação do capítulo referente à política fundiária e reforma agrária, confirmando a força da bancada ruralista, bloco anti-reformista no Congresso composto por lideranças parlamentares expressivas. É introduzida na constituição a noção de “propriedade produtiva”, isenta de desapropriação<sup>2</sup>.

As forças populares, contudo, também alcançam alguns avanços. A constituição estabelece inovações importantes em favor do homem do campo como o preceito constitucional sobre função social da terra e a extensão da seguridade social ao meio rural. Durante esse período, o MST alia-se à

---

<sup>1</sup> Seu maior articulador e ideólogo, Ronaldo Caiado, é membro de um dos mais tradicionais clãs políticos de Goiás e sua base social é formada predominantemente por pecuaristas do Centro-Sul, grandes beneficiários da modernização conservadora.

<sup>2</sup> No início dos anos 90, a entidade sofre esvaziamento e se auto-dissolve, sendo recriada em alguns estados a partir de 1996, onde tem se verificado grande concentração de ocupações, contribuindo para a escalada da violência. A primeira UDR a ser recriada foi a de Presidente Prudente/SP, em setembro de 1996; a segunda, foi a de Nova Andradina/MS, em janeiro de 1997, seguida da do Sul do Pará, em fevereiro do mesmo ano. (*Folha de S. Paulo*, 22 de fevereiro de 1997).

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e ao Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT–Rural) em defesa da reforma agrária. Mas, ao mesmo tempo, ele disputa com essas entidades a liderança na luta e ganha reconhecimento como um importante interlocutor entre o Estado e os sem terra.

É na experiência continuada dos embates que se dá a estruturação do MST, com a afirmação de sua autonomia em relação a organizações mediadoras como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a firme disposição para o confronto (TORRENS, 1994). O MST cresce, conquista terras e se organiza em muitas unidades da federação. Fernandes (2000) chama esse processo de territorialização do MST, destacando o caráter estratégico da afirmação de seu domínio sobre as terras conquistadas para seu fortalecimento e realização de seu projeto político. A formação de assentamentos rurais vinculados ao MST abre novas frentes de luta e de relacionamento entre o Estado e o movimento.

O Governo Collor (1990-1992), caracterizou-se por uma forte repressão ao movimento e corresponde a um tempo de muitas dificuldades, que marca a transição para a segunda fase, que analisaremos a seguir.

Na segunda fase, que tem início no primeiro mandato do Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), o MST ganha ampla projeção internacional com ações de massa, pressiona fortemente o governo e alcança conquistas pontuais. O crescimento da visibilidade e poder de pressão do MST entram em choque com a política do governo FHC, que adota orientação neoliberal e vai progressivamente transferindo responsabilidades para a sociedade civil, identificada de forma crescente com as organizações não-governamentais. É dada ênfase ao trabalho voluntário e à solidariedade, esvaziando o significado político da participação social, que passa a ser concebida como uma questão de moral individual (DAGNINO, 2004). O Estado, antes responsável por garantir direitos do cidadão, começa a ser visto como um provedor de serviços para seus clientes. A diminuição das responsabilidades sociais do Estado tem sua contrapartida na diminuição do espaço da política, o que leva à marginalização e criminalização dos movimentos sociais. É nesse contexto que a classificação de “movimento político” é utilizada pela mídia e pelo governo como uma forma de acusação e desqualificação contra o MST (DAGNINO, 2004, p. 213).

É significativo lembrar o papel desempenhado por Martins<sup>3</sup>, sociólogo e importante estudioso da questão agrária no Brasil e amigo pessoal do presidente FHC, nesse momento. Martins (2000, p.19-21) acusa o MST de “polarização ideológica” e de “concepção maniqueísta e reducionista política”. Para o autor,

Em grande parte, portanto, o chamado ‘estado mínimo’ tem entre nós as funções de desoligarquizar paulatinamente o Estado e de atribuir à sociedade civil ações e iniciativas que lhe deveriam ser próprias e que foram viabilizadas, embora monopolizadas, pelo Estado, desde, pelo menos a Revolução de 1930. Essa atribuição, porém, implica num novo pacto entre o Estado e a sociedade, o pacto da ordem e da lei e nele o pacto da atualização e modernização da lei, até mesmo por iniciativa popular (p. 118).

Baseado no conceito de anomia de Durkheim, que se refere a situações de mudança social que não são acompanhadas pela consciência social que lhes deveria corresponder, Martins fala em anomia dos movimentos sociais. Para ele, o cenário político do governo FHC seria de inclusão da Reforma Agrária na agenda política e os movimentos sociais se portavam como se não reconhecessem esse fato. O conhecimento mediador da ação dos movimentos sociais estaria preso a esquemas de interpretação gerados em outro momento histórico e, portanto, em descompasso com a realidade e preso a fundamentalismos (MARTINS, 2000, p. 66).

O autor parece considerar o Governo FHC um momento especial no jogo de forças que caracteriza a política no Brasil, abstraindo a situação de impasse que envolve a questão agrária e os limites impostos à ação do Estado pelo poder das elites ligadas ao agronegócio. Segundo ele, caberia aos movimentos sociais a adoção de uma postura cooperativa e a “ação política competente”, que seria definida como a “necessária e inevitável negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma” (MARTINS, 2000, p. 25-26, 68).

Como punição pelo “mau comportamento” do MST e visando dividir sua base, o Governo FHC extingue o Programa de Crédito Especial

---

<sup>3</sup> Ele passa a escrever em defesa do Governo FHC, criticando fortemente as ações do MST e da CPT, que, ao questionarem os limites da política agrária deste governo em lugar de se sentarem para negociar o “possível”, estariam realizando um “monólogo antipolítico” e deixando de realizar a verdadeira política. O seu livro *Reforma Agrária: o impossível diálogo*, publicado em 2000, é um marco em sua produção nesse sentido.

para a Reforma Agrária (PROCERA) em julho de 1999, entre outras medidas, redirecionando parte dos recursos para segmentos da produção agrícola familiar “consolidada” em detrimento dos produtores assentados. O Governo se queixa do peso crescente das demandas da “clientela” da reforma agrária que precisa ser “emancipada” do INCRA, enquanto vários estudos que analisam o impacto dos assentamentos reconhecem como um dos principais ganhos da luta pela reforma agrária no país o fato de os sem terra, segmento tradicionalmente excluído da população, tornarem-se visíveis aos olhos do Estado por aprenderem a lutar por seus direitos de cidadãos para além do direito à terra. (LEITE *et al.*, 2004; MEDEIROS; LEITE, 2004; MARQUES, 2000)

O MST massifica a luta e diversifica suas formas de ação, firmando-se como interlocutor privilegiado do Estado com os sem terra. A reforma agrária é mantida na agenda política com muito custo, pois, além de contrariar os interesses do agronegócio, ela passa a ser questionada em sua eficiência como política pública. Contudo, importantes conquistas democráticas também ocorrem neste período. É exemplo disso a aprovação de leis como as do Rito Sumário<sup>4</sup>, da participação do Ministério Público em todas as etapas do processo de reforma, e a do Imposto Territorial Rural (ITR) em 1996. A criação da Ouvidoria Agrária Nacional, em 1999, com a missão de garantir os direitos humanos e sociais no campo e de prevenir e evitar confronto entre trabalhadores sem-terra e proprietários, também constitui outra importante conquista<sup>5</sup>.

O Governo Lula inaugura a terceira fase, que corresponde a um momento de inflexão em relação ao período anterior, porém sem descontinuidade. A economia continua a ser conduzida de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo Governo FHC e o setor do agronegócio mantém-se no papel de importante beneficiário e colaborador da política econômica. O número de famílias assentadas ao longo dos três anos do Governo Lula tem sido muito inferior ao estabelecido no Plano de Reforma Agrária apresentado no início do mandato. Contudo, novas contradições surgem nas relações entre o MST e o Estado.

---

<sup>4</sup> A Lei Complementar (LC) n.º 76, de 6 de julho de 1993, dispôs sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária, e determinou a aplicação subsidiária, no que coubesse, do Código de Processo Civil.

<sup>5</sup> A Ouvidoria Agrária Nacional é um mecanismo importante de mediação dos conflitos no campo. Todavia, o órgão padece das mesmas limitações que os demais órgãos encarregados da condução da política agrária: não possui estrutura, pessoal e recursos para realizar seu trabalho.

Representantes dos movimentos sociais e organizações de apoio à luta pela terra são nomeados para cargos importantes no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Observa-se um aumento significativo na liberação de recursos para diferentes organizações relacionadas direta ou indiretamente com os sem terra e com os assentados, incluindo o MST, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, formação, assistência técnica<sup>6</sup>. Essas ações contribuem para o fortalecimento de ramificações dos movimentos sociais no terceiro setor.

Por outro lado, os movimentos sociais viveram recentemente uma derrota no Congresso. Em 29 de novembro de 2005, depois de dois anos de duração, foi encerrada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPMI da Terra). Seu relatório, aprovado por 13 votos a oito, classifica as ações de ocupação de terra como atividade terrorista e crime hediondo. Na verdade, refletindo o grau de polarização que envolve esta problemática, desenvolveram-se paralelamente duas CPMI's. A dos ruralistas, cuja finalidade era atingir os movimentos sociais de trabalhadores rurais, em especial o MST, procurando criminalizar suas principais lideranças. E a dos parlamentares que apóiam a causa da reforma agrária, que realizou um diagnóstico da situação fundiária e identificou forte relação entre o elevado grau de concentração de terras e a ocorrência da violência no campo (TELLES MELO, 2006).

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo* (SCOLESE, 2006) o último levantamento da Ouvidoria Agrária Nacional indica que a quantidade de sem-terras acampados aumentou enormemente neste ano eleitoral. Registrou-se a existência de 230.813 famílias acampadas, o equivalente a 1 milhão de homens, mulheres e crianças. Quando o presidente Lula foi eleito, em outubro de 2002, a contabilidade oficial apontava 60 mil famílias acampadas.

O número de sem terra cresce porque o governo não avança na criação de assentamentos, mas também porque, com mais recursos, os movimentos se tornam mais fortes e mais ativos junto à base. O MST tem hoje uma relação ambígua com o Governo Lula, crítica a lentidão e ineficiência

---

<sup>6</sup>Contudo, é preciso considerar o peso relativo representado por esses recursos. Na última década (1995-2005), foram transferidos R\$ 41,7 milhões à Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), Confederação Nacional das Cooperativas do Brasil (Concrab) e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra); enquanto organizações ruralistas receberam R\$ 1,052 bilhão dos cofres públicos, seja por meio de convênios ou mediante contribuição compulsória fixada em lei. Esses dados revelam que as organizações ruralistas receberam 25 vezes mais recursos do governo do que as entidades ligadas aos trabalhadores (TELLES MELO, 2006).

de sua política de reforma agrária, mas se mostra mais tolerante com ele e não nega um possível apoio à sua reeleição. Se antes as ocupações de terra e caminhadas eram feitas pelo movimento como manifestações em favor da realização da reforma agrária, agora é para sua “agilização”.

### **MST, identidade e projeto político**

A trajetória do MST atravessa diferentes governos e momentos políticos e evidencia sua capacidade de organização e resistência. Para compreender melhor o que é o movimento, é preciso refletir sobre seus projetos políticos e as identidades que assume em sua trajetória.

Entende-se que a atuação de um movimento social não se desenvolve de forma linear, pode incluir avanços e retrocessos, bem como discontinuidades. O movimento social vai se criando a partir da luta, de encontros e desencontros, de conflitos externos, mas também de conflitos internos ao próprio movimento e à sua base de sustentação.

A história do MST tem sido marcada por seu envolvimento com diferentes frentes de luta convergentes entre si, questionando estruturas de dominação relativas à esfera da produção, da distribuição e da cultura. São exemplos disso: os seus embates com a classe dos proprietários de terra; as lutas pela reforma agrária, por créditos para a produção, por saúde e educação junto ao Estado; a luta por igualdade de gênero em diferentes esferas sociais, etc.

O MST se define como um movimento popular desde o início porque, apesar de lutar pela terra e pela reforma agrária, sempre esteve aberto e aceitou entre os seus membros pessoas de origens sociais diversas que se identificassem com sua luta (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 33). A grande heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento. Os embates se superpõem e se somam, as utopias se inter cruzam, os mediadores e sujeitos sociais se encontram na busca da construção de um projeto político a partir do debate entre diferentes concepções ideológicas.

Desde sua origem, o movimento recebe a influência das matrizes ideológicas cristã e marxista-leninista e a luta pela terra é concebida como uma etapa no processo de transformação social, seja para a construção da justiça cristã, seja na direção do socialismo. Para a igreja, a utopia camponesa de afirmação de um modo de vida que tem o uso como valor e nega o mercado como fundamento primeiro das relações sociais, estaria muito próxima de seu ideal de comunidade cristã. De acordo com a matriz

ideológica herdada do partido comunista, o modo de vida camponês é visto como representante do atraso, a ser superado junto com o latifúndio pela instituição de novas relações de produção no campo e pela revolução do proletariado.

Além dessas duas influências contraditórias, dentre as quais a perspectiva marxista tem apresentado prevalência, observa-se também o reconhecimento da legitimidade de conflitos que caracterizam os novos movimentos sociais como a questão ambiental e de gênero e a incorporação de alguns de seus elementos a seu projeto político. O MST tem um setor especificamente voltado para tratar da questão de gênero e procura garantir a participação da mulher na luta desde a sua formação, mas se preocupa em afirmar a prioridade da luta de classes em detrimento dessa questão. A discussão das relações de gênero traz uma tensão constante para dentro do movimento, tendo em vista a tradição patriarcal do campo brasileiro<sup>7</sup>.

Ao englobar lutas tão diversas, o MST amplia o alcance de sua crítica social bem como seu espectro de ação em comparação com outros movimentos sociais. Porém, o grau de organização necessário para atuar em todas essas frentes, muitas vezes, entra em contradição com sua reprodução enquanto movimento social.

Apesar de se constituir um ambiente de efervescência da crítica social, a identidade de sem terra reflete a centralidade da luta pela terra como motor principal do movimento. Contudo sem terra é, por definição, uma identidade conjuntural, na medida em que, uma vez alcançado o objetivo que move a luta, ela perde sua legitimidade social. Assim, por trás da identidade de sem terra, o movimento tem afirmado sempre uma identidade de classe, reveladora de sua interpretação sobre a realidade e identificação dos processos sociais que geram a exclusão da terra.

A identidade de trabalhador rural emerge, apoiada na tradição marxista, a partir da identificação do latifúndio como o principal problema a ser enfrentado e da reivindicação da “terra para quem nela trabalha”. A reforma agrária seria o caminho para a superação do atraso no campo, representado pelo latifúndio que fundamenta uma ordem social marcada

<sup>7</sup> As primeiras organizações de trabalhadoras rurais aparecem no Brasil nos anos 1980 estimuladas pela Igreja Católica, movimento sindical e partidos políticos. Na constituinte de 1988, estas organizações são bastante ativas e pela primeira vez, discute-se em nível nacional a negociação de políticas públicas que levassem em conta questões específicas das mulheres trabalhadoras rurais. Em 2003, é criado o Movimento das Mulheres Camponesas com o objetivo de unificar a luta, reunindo inúmeros movimentos de mulheres rurais existentes no país, inclusive lideranças que militavam no interior do MST.

pela concentração da terra nas mãos de poucos e o seu uso para fins de especulação.

Com a “entrada na terra” os sem terra, agora assentados, têm que enfrentar inúmeros desafios para se estruturarem como produtores e conseguirem sobreviver no mercado. Nos anos 1990, o MST desenvolveu experiências cooperativistas tanto como uma alternativa econômica, como política. Porém, diante do insucesso de muitas dessas experiências, ele é levado a reconhecer os limites e contradições da proposta coletivista para uma base social movida pela utopia camponesa e inserida numa agricultura capitalista monopolista.

As dificuldades impostas à agricultura de base familiar pelas múltiplas ramificações do grande capital nos negócios relacionados ao agro, somadas às experiências acumuladas nos assentamentos rurais depois de mais de uma década de luta, levam o movimento a re-elaborar o seu discurso, identificando como inimigo principal o agronegócio e reivindicando a substituição do modelo de agricultura dominante.

O movimento adota um novo papel como sujeito político e passa a criticar abertamente a orientação geral da economia, ao mesmo tempo em que se volta para a sociedade, conclamando-a a abraçar a causa da reforma agrária. Cada vez mais são realizadas manifestações de massa nas grandes cidades, como caminhadas, acampamentos e ocupações de prédios públicos.

A expansão do agronegócio e sua atuação monopolista na produção agrícola e no mercado (integrando indústria e grandes redes de comercialização) esvaziam a possibilidade de reprodução da produção familiar. A abrangência e poder de destruição de outras formas de produção e dos recursos naturais apresentados por esse segmento da economia, em sua ação totalizante sobre o campo, é responsável pela convergência entre a resistência camponesa e a crítica ecológica ao seu modelo de agricultura.

A reforma agrária passa a ser concebida como um meio para a superação da face bárbara hoje exibida pela modernidade. Em lugar da defesa do projeto cooperativista como único caminho, o Movimento passa também a incentivar experiências como a agricultura agroecológica e diferentes formas associativas. O MST desperta para a convergência entre a sua luta e outras lutas desenvolvidas por povos indígenas e populações tradicionais contra a privatização da terra, do patrimônio cultural e dos recursos naturais.

Reacende o debate entre pró e pós campesinistas no interior do movimento. Curiosamente, sua filiação à Via Campesina e adesão à luta

camponesa internacional ocorre quando sua base social é cada vez mais heterogênea. O MST mantém a identidade de trabalhador rural, que faz referência a uma concepção mais antiga da luta pela terra como equivalente da luta operária no campo. Ao mesmo tempo, passa a se definir como um movimento camponês e, nesse sentido, assume uma postura crítica contra a privatização dos recursos genéticos e naturais e dos bens públicos em geral, vinculando-se às lutas antiglobalização.

A identidade camponesa não se sustenta apenas pelo apelo à origem social dominante no grupo, mas sobretudo pelo projeto político e social que ele defende. Nesse contexto, a luta pela terra não se resume a uma luta pelo acesso a um meio de produção, ela adquire um significado multidimensional, sendo concebida como uma luta em defesa da reprodução da vida e da morada da vida. A utopia camponesa é reinventada e os assentamentos passam a ser concebidos como território de vida.

Nesse sentido, é possível desvendar o aparente paradoxo representado pela incorporação de excluídos urbanos nas fileiras do MST. Há uma convergência na negação do processo de proletarização entre aqueles que nele não querem entrar e os que dele querem sair. A luta pela terra representa também a negação da cidade enquanto lugar onde são vivenciadas a dependência exclusiva da renda monetária e a ameaça de violência e desestruturação da família, além da falta de moradia e trabalho.

Vale a pena refletir sobre o que diz a proposta da *Comuna da Terra*<sup>8</sup>. Ela fala do desejo de um urbano (centralidade e multifuncionalidade) realizado no campo. A refundação do campo como forma espacial que abriga uma nova sociabilidade, capaz de dialogar com o tempo da natureza e o tempo das modernas tecnologias, evitando a determinação do tempo do mercado. Essa nova sociabilidade guardaria elementos importantes da utopia camponesa, mas vai além dela, na medida que reafirma a autonomia no processo de trabalho como um valor, mas propõe uma reinvenção da vida em que o morar, o produzir e o desfrutar possam se realizar juntos e se constituir como meio de emancipação política. Curiosamente, a proposta das Comunas da Terra contém muito da crítica do fenômeno urbano desenvolvida por Lefébvre (1999).

---

<sup>8</sup> Propõe-se, em linhas gerais, a criação de assentamentos organizados em pequenos lotes, com cerca de dois a cinco hectares, voltados para a produção de alimentos para o abastecimento da família assentada e do mercado urbano, e para a oferta de serviços como, por exemplo, de turismo rural. (MATHEUS, 2003)

### **MST e democracia: algumas considerações**

O MST é um movimento social que luta há mais de 20 anos pela realização da reforma agrária no Brasil. Uma de suas principais conquistas é o fato de ter colocado a reforma agrária na agenda política nacional com impactos sobre a nossa cultura política. São milhares de assentamentos conquistados, mais de 80% dos assentamentos rurais criados pelo Estado resultam das ocupações de terra e acampamentos realizados pelos movimentos sociais, com destaque para o MST.

Este movimento também tem realizado ações expressivas em outras frentes, como na produção e na educação. Em relação à primeira, tem desenvolvido experiências cooperativas e associativas diversas e começa a desenvolver experiências de produção agroecológica com o objetivo de viabilizar economicamente os assentamentos e criar alternativas ao modelo de agricultura hegemônico.

Na área de educação, foi responsável junto com outras entidades pela elaboração de uma proposta pedagógica específica para o campo, denominada *Educação do Campo*, influenciando a definição de políticas do Estado para a área. Atua diretamente nas escolas públicas criadas nos assentamentos em que está presente e mantém escolas nos acampamentos. No estado do Rio Grande do Sul, as escolas dos acampamentos, denominadas *Escola Itinerante*, são reconhecidas pelo Conselho Estadual de Educação desde 1996.

Destacam-se ainda suas ações no campo político nos níveis regional, nacional e internacional:

- No nível regional, observa-se sua influência para a mudança da cultura política no campo brasileiro, contribuindo para consolidar um processo cujo início antecede a formação do MST e remonta a meados do século XX. Observa-se o esvaziamento e a limitação dos poderes dos senhores de terra na medida que as relações de trabalho vão sendo alteradas, vão sendo rompidos os laços pessoais de dominação e surgem novos mediadores na relação entre os trabalhadores rurais e o Estado como os sindicatos, partidos políticos, associações, a Igreja, etc.

A militância no MST, seja na luta pela terra, seja nos embates travados ao longo do processo de constituição dos espaços dos assentamentos, representa um importante *aprendizado político*. Estes sujeitos sociais aprendem que têm direitos, que podem e devem pressionar o Estado. Aprendem a refletir sobre seus problemas coletivos, a buscar soluções, propor alternativas,

realizar alianças e estabelecer parcerias com diferentes organizações da sociedade civil, bem como com o próprio Estado. Também aprendem a participar mais ativamente do jogo democrático e, em alguns casos, chegam a propor candidatos próprios para participar do processo político-eleitoral.

- No nível nacional, essas alianças ganham maior amplitude, articulando diferentes espaços de nosso território (o MST está presente em 23 das 26 unidades da federação) e dando maior força ao movimento. São firmados laços de apoio e solidariedade com outras lutas populares. Dentre elas, se destaca o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), criado no final da década de 90 com o objetivo de lutar ao lado dos excluídos urbanos pela terra urbana e contra a especulação imobiliária. O MST também tem se empenhado, junto com outras organizações da sociedade civil, na construção de um projeto popular para o Brasil.

- No nível internacional, sua filiação à Via Campesina tem sido fundamental para consolidar a atuação desta organização na América Latina, assegurar a defesa de suas bandeiras no território brasileiro e fortalecer o discurso do movimento contra o modelo agrícola hegemônico.

Essas realizações explicam o reconhecimento que o MST alcançou nos cenários nacional e internacional. A ideologia revolucionária do movimento e a importância política por ele alcançada são fatos que, aliados ao atual momento histórico, têm despertado grandes expectativas, mas também receios em torno de suas ações e projetos futuros. O avanço da acumulação por espoliação sobre a terra e os recursos naturais tem gerado a ampliação e radicalização de conflitos no campo e desafiado a sustentabilidade das instituições democráticas na medida em que contribui para o aprofundamento das desigualdades sociais.

## Referências

BRUNO, R. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRJ, 1997.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). *La cultura en las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFÉBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- LEITE, S. *et al.* (Coord.) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/NEAD, 2004.
- MARQUES, M. I. M. *De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho-GO*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.
- MARTINS, J. S. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MATHEUS, D. *Comunas da Terra: um novo modelo de assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2003. Trabalho de conclusão do Curso (Realidade Brasileira) - UFJF e Escola Nacional Florestan Fernandes, Juiz de Fora. Grandes Pensadores Brasileiros.
- MEDEIROS, L.; LEITE, S. (Org.) *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- PALMEIRA, M.; LEITE, S. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SCOLESE, E. Sem-Terra acampados já somam 1 milhão sob Lula. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 29 maio 2006.
- STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- TELLES MELO, J. A. (Org.). *Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- TORRENS, J. C. S. O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In: MEDEIROS, L. S. *et al.* *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

## **Identidade e constituição de trabalhadores/as rurais sem-terra: reflexões a partir de um contexto sócio-cultural**

Giovana Ilka Jacinto Salvaro\*

Resumo: O texto que segue foi produzido com o intuito de refletir sobre questões referentes à identidade e à constituição do sujeito, focando nas diversidades sócio-culturais implicadas nesses processos, buscando estabelecer um diálogo com questões que propiciaram a criação do MST como movimento social de luta pela terra. A partir de informações obtidas em um assentamento, por ocasião de uma pesquisa realizada, apresentam-se alguns dos possíveis desdobramentos que podem derivar da reflexão anterior, no que diz respeito às mudanças na divisão do trabalho na família, tendo como referência concepções acerca da agricultura familiar.

Palavras-chave: Movimento social; Assentamento; Diversidades sócio-culturais.

### **(Re) visitando alguns conceitos...**

Falar de identidade e de constituição do sujeito, no que tange à proposta anunciada, implica considerar sob que enfoque tais conceitos estão sendo pensados, e em que medida podem compor uma mesma reflexão. A proposta de uma articulação, por assim dizer, mostra-se significativa, visto que esses conceitos, de diferentes modos, tratam de processos de identificação/diferenciação de sujeitos e grupos, e trazem as diversidades sócio-culturais como centrais em suas concepções. Sua viabilização, no entanto, requer cautela. Desse modo, na tentativa de não produzir incoerências teóricas e analíticas, cabe destacar que a proposta se insere na perspectiva ressaltada por Maheirie (2002, p. 31) na qual “é possível apontar que a ‘identidade’ pode ser compreendida como constituição do sujeito, desde que seu significado esteja na direção daquilo que se faz aberto e inacabado”.

O que ressaltou Maheirie remete também a questões discutidas por Lago, no sentido da polissemia do conceito de identidade. Para a autora, “o emprego do termo identidade por vários teóricos das ciências sociais, de há

---

\* Doutoranda do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC, pesquisadora do núcleo de pesquisa Margens – Modos de vida, família e relações de gênero, do Departamento de Psicologia/UFSC e professora do Centro Universitário Barriga Verde/UNIBAVE.

muito nos tem provocado desconforto e reflexões”. Algumas questões implicam na manutenção da divisão indivíduo-sociedade, pautada na dicotomia entre identidade social, cultural e individual.

Quando falamos de identidades sociais, culturais, as questões são mais claras: referimos a atores sociais que se organizam em grupos que os identificam entre si, diferenciando-os de outros grupos (nós-eles). O fator complicador é que as chamadas identidades individuais, de sujeitos particulares, são também sociais, construídas na cultura, como os sujeitos que a cultura, significando, constitui (LAGO, 1999, p. 121).

Há que se considerar, de acordo com Lago, o aspecto indissociável do que se considera identidade individual, social e cultural. A dimensão relacional caracteriza-se como o ponto central, à medida que é em relação a um outro, diferente de si, é que o sujeito se constitui e se reconhece como único. Esse movimento de identificação/diferenciação não pode ser pensado a partir de lógicas dicotômicas e homogêneas, pois a realidade dos sujeitos e das sociedades não as sustenta, em razão de que as identidades dos sujeitos e dos grupos são processuais e produzidas socioculturalmente. Trata-se, então, de considerar que essas identidades constituem uma interface e remetem às diversidades como parte integrante de uma construção social e cultural em sua gênese.

Nessa perspectiva, é possível localizar a discussão realizada por Renk (2004), que aponta para o fato de que a identidade não pode ser compreendida como idêntica e como manifestação naturalizada de um determinado grupo. A autora faz referência às diferentes narrativas produzidas pelos grupos a partir de processos de identificação/diferenciação singulares e coletivos. Com isso, destaca o caráter processual das identidades, seus aspectos sociais e culturais, contribuindo para pensar as diversidades existentes entre e intragrupos, em um espaço específico, o oeste catarinense, tornando-se assim uma referência importante para a construção da reflexão em questão.

Em relação à constituição do sujeito, inscrita nos aportes teóricos da psicologia histórico-cultural, inaugurada por Vygotski (MOLON, 1999), aspectos relacionais e dinâmicos compreendem sua gênese. Como será detalhado ao longo do texto, o sujeito se constitui nas e pelas relações que estabelece. A subjetividade e a objetividade, neste caso, são compreendidas como dimensões que, relacionadas dialeticamente, constituem o sujeito. Trata-se da não cisão entre sujeito/sociedade e de um movimento constitutivo que

não cessa.

Essas considerações sobre os conceitos de identidade e de constituição do sujeito oferecem pistas para se pensar a centralidade das diversidades sócio-culturais. Em se tratando da constituição do sujeito, Pino (2000, p. 48) destaca que a questão da história, que remete à matriz que constitui o contexto do pensamento de Vygotski, entendida como “uma abordagem dialética geral das coisas” e como “a história humana”, “permite definir os contornos semânticos do social e do cultural e é uma questão-chave no debate da relação entre *natureza e cultura*”. O autor enfatiza ainda que apesar das categorias social e cultural serem fundamentais na obra de Vygotski, suas significações não foram suficientemente apresentadas, o que abre margem para diferentes interpretações.

Num sentido mais amplo, diz Vygotski, “tudo o que é cultural é social”, o que faz do social um gênero e do cultural uma espécie. Isso quer dizer que o campo do social é bem mais vasto que o da cultura, ou seja, que nem tudo o que é social é cultural, mas tudo o que é cultural é social (PINO, 2000, p. 53).

Os sujeitos criam suas condições de existência material, social e cultural, ao mesmo tempo em que se constituem. A atividade humana, desse modo, é a categoria central explicativa desse movimento. O cultural, por sua vez, “está relacionado com o caráter instrumental, técnico e simbólico, da atividade humana” (PINO, 2000, p. 5), o que remete ao fato de que a atividade é sempre mediada, caracterizada por sua dimensão social, instrumental e produtora. No que se refere às características social e produtora da atividade, significa dizer que ela pode ser planejada socialmente e seus instrumentos de produção e os produtos dela resultantes podem ser socializáveis. A característica instrumental revela que a atividade é mediada por instrumentos, e que estes são criados pelos sujeitos em função da natureza das ações por eles planejadas.

Como é possível evidenciar, no que concerne à atividade como instrumental, salienta-se o instrumento técnico e semiótico, o que implica dizer da relação mediada e não imediata que os sujeitos estabelecem com a realidade. Os instrumentos técnicos possibilitam a modificação material da realidade, enquanto os semióticos, compreendidos como sistemas de signos, possibilitam a comunicação entre e intra-sujeitos. Com isso, quer-se ressaltar que a intervenção, por parte dos sujeitos, na natureza, a fim de produzirem suas existências, bem como as demais relações que estabelecem entre si,

propiciam a construção e a modificação da realidade material, assim como a construção e a modificação de signos. A instrumentalidade semiótica representa uma grande contribuição de Vygotski para o entendimento da constituição do psiquismo humano, sendo que os signos são instrumentos psicológicos que constituem a psique humana. Segundo Vygotski (1995, p. 146), “el signo, al principio, es siempre un medio de relación social, un medio de influencia sobre los demás y tan sólo después se transforma en medio de influencia sobre sí mismo”. Essa conceituação anuncia o processo dialético que se estabelece inter subjetivamente (entre sujeitos) e intra subjetivamente (intra-sujeitos), e que constitui os sujeitos.

Nessa lógica de constituição, os processos de significação são centrais, compreendendo os signos produzidos e apropriados histórica e culturalmente pelos sujeitos e grupos, remetendo às dimensões de significado e de sentido. A distinção que se coloca entre significado e sentido evidencia, de acordo com Pino (1993, p. 20),

um duplo referencial semântico nos processos de significação: um, formado pelos sistemas de significação construídos ao longo da história social e cultural dos povos; o outro formado pela experiência pessoal e social de cada indivíduo, evocada em cada ato discursivo. O primeiro, institucional, é relativamente fixo, não obstante sua natureza dinâmica; o segundo, ao contrário, extremamente dinâmico que se faz e refaz nos processos discursivos.

Essas noções pontuais versam sobre a historicidade implicada na identidade e na constituição dos sujeitos, produzidas em determinados contextos sociais e culturais. Desse modo, não há como conhecer o sujeito sem conhecer as relações que o constituíram, posto que sua história pessoal e a história dos seus grupos estão intrinsecamente relacionadas. É claro que pensar a constituição dos sujeitos e das sociedades a partir dessas concepções implica considerar as diversidades sócio-culturais, que são, ao mesmo tempo, produtoras e produtos de tais constituições. Por isso, pode parecer que reflexões sobre tal temática sejam de antemão desnecessárias. De fato seriam, se as diversidades que marcam a constituição dos sujeitos e grupos, identificando-os como singulares, fossem tomadas apenas como diferenças e não para legitimar desigualdades por conta dos aspectos que os singularizam.

No tocante ao MST, na luta pela terra e nas diversidades sócio-culturais implicadas na constituição dos trabalhadores, cabe perguntar: que leituras

podem ser produzidas?

### **A identidade e a constituição de trabalhadores/as rurais sem-terra em um contexto**

Considera-se que a questão que precede pode remeter à origem do próprio Movimento, sugerindo uma outra questão: por quem e para que o MST foi criado? A resposta parece óbvia – foi criado por trabalhadores rurais sem terra, com o objetivo de lutar pelo acesso à terra. Entretanto, como é possível evidenciar no estudo de Szmrecsányi (1990), sobre a história da agricultura no Brasil, embora pareça óbvia, isso não a transforma numa questão simples, pois constitui um emaranhado de relações, socioeconômicas e políticas, excludentes de sujeitos e grupos, que se (re) produzem ao longo da história.

No que diz respeito ao estado de Santa Catarina, Paulilo (1998) discorre sobre os séculos de exclusão e a formação de uma massa de sem-terras. No capítulo “Século XX: a reação dos despossuídos”, a autora ressalta que o século XX, especificamente no que se refere à região oeste do estado, foi marcado pela Guerra do Contestado (1912-1916), conflito que presentifica uma história brasileira de discriminações, as quais se revelaram em diferentes situações: por meio da propriedade da terra aos de “sangue limpo”, excluindo os mestiços da herança; os mestiços, os negros e os índios não podiam ser sesmeiros, somente posseiros; o esgotamento das possibilidades do regime das sesmarias; as terras devolutas e o sistema de posse; a Lei de Terras de 1850, que reforçava a discriminação ao exigir a compra por meio de recursos financeiros próprios; o território dos índios, considerados livres, e o incitamento à cobiça; a Lei de Terras associada ao declínio da escravidão e à imigração européia; a construção da estrada de ferro no meio-oeste de Santa Catarina e o acordo entre o governo e o sindicato, responsável pela expulsão de posseiros<sup>1</sup>; a construção da estrada de ferro e o recrutamento de trabalhadores, os quais, ao final da obra, juntaram-se aos despossuídos.

De acordo com a autora, cabe destacar que os conflitos tinham suas origens em disputas de fronteiras, incluindo aí, o conflito entre Santa Catarina e Paraná. Frente a isso, a guerra do Contestado teve início com o deslocamento

---

<sup>1</sup> Tratava-se da “construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que estava a cargo da empresa Brazil Railway Co. O governo havia feito um acordo com o sindicato Faqhuar, americano, que em troca da construção da estrada receberia terras dos dois lados da ferrovia para extração de madeira e para colonização. A empresa responsável por essas atividades chamava-se Southern Brazil Lumber na Colonization Co., [...]. As terras foram vendidas, só que não estavam vazias. Os posseiros começaram a ser expulsos” (PAULILO, 1998, p.100).

de seguidores do monge José Maria para a localidade Irani, área de conflito entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Esse agrupamento foi visto como uma invasão e culminou na morte do monge, de vários de seus seguidores e na morte de João Gualberto, comandante da tropa. “Calcula-se que em quatro anos de guerra foram mortos vinte mil camponeses” (MARTINS, 1981 e AURAS, 1984 *apud* PAULILO, 1998, p. 104). Com a região contestada em conflito e as colônias de migrantes europeus de Santa Catarina e Rio Grande do Sul saturadas, o oeste do Estado se transforma em uma área atrativa, tendo em vista que os posseiros e os índios da região não eram vistos como impeditivos para a colonização.

Com a chegada das empresas colonizadoras que perceberam logo o potencial lucrativo da região, pois bem sabiam da superpopulação das colônias mais antigas, a compra passou a ser o único meio aceito de posse. É evidente que a população local não tinha direitos de propriedade. [...]. Os posseiros começam a ser desalojados e vão formar o primeiro contingente de sem terra (PAULILO, 1998, p. 105).

Segundo a autora, a colonização do oeste foi rápida, com números de 10.349 migrantes entre 1920 e 1940, 22.801 entre 1940 e 1950, 48.664 entre 1950 e 1960 e 61.730 entre 1970 e 1980. Como interface do processo de colonização, esses números, a partir da década de 70, começaram a criar excedentes. O avanço das grandes propriedades e a modernização agrícola no campo, por conta da revolução verde, com o incentivo ao uso de máquinas e insumos modernos, agrava a situação, pois representa um processo ainda mais “seletivo” aos agricultores. Diante disso, “a década de 80 encontra o meio rural do oeste tão povoado e com perspectivas tão limitadas para os pequenos produtores e trabalhadores rurais, que é lá que ‘explode’ o movimento dos ‘sem-terra’ no Estado” (PAULILO, 1998, p. 117).

A partir do que descreve essa autora, pode-se considerar que a criação do MST, no século XX, revela séculos de exclusão social. Tal exclusão pode ser considerada a partir do que define Sawaia (2001, p. 9):

Em síntese, a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que

perturba a ordem social; ao contrário, ele é um produto do funcionamento do sistema.

Partindo da noção de exclusão como processo complexo e multifacetado, não se podem presumir articulações uniformes entre suas dimensões materiais, políticas, relacionais ou subjetivas, pois são singulares as formas que assumem as constituições dos sujeitos e dos grupos, assim como não se pode considerar que a “massa de excluídos” seja também uniforme. O que sugere dizer que a realidade presentificada pelo MST é heterogênea, agregando diferentes sujeitos, envoltos em conflitos singulares e coletivos, realidades simbólicas distintas, (re) unidos em um movimento de luta. Desse modo, há que se considerar dois aspectos distintos e articulados que dizem respeito ao modo como os sujeitos se constituíram trabalhadores sem-terra – as relações sociais e culturais que os identificam e os diferenciam entre si.

Renk (2004) contribui para pensar essas questões, na medida que apresenta situações que podem levar ao (re) conhecimento de faces dos processos de identificação/diferenciação como promotores de conflitos e desigualdades, legitimadas pelas diversidades implicadas nos modos de organizar a vida na família, no trabalho, na religião, entre outros espaços. Ao longo do estudo, a autora não perde de vista os movimentos históricos que tendem a acionar categorias discursivas em detrimento de outras, a fim de estabelecer desigualdades entre os sujeitos e os grupos, de forma que algumas narrativas são silenciadas para que uma oficial seja assumida. A busca por uma narrativa oficial pode ser observada na própria noção de colonização do oeste, como um marco zero na história da região, fundada na idéia de vazio demográfico até a chegada dos colonos de origem, vindos do Rio Grande do Sul. No entanto, como a região estava longe de se caracterizar um vazio, outras estratégias foram empreendidas, no sentido de fazer valer a idéia de que havia diferenças sociais e culturais entre os grupos e que estas justificavam as desigualdades.

O projeto colonizador, à medida que privilegiava e enaltecia o campesinato de origem, excluía os brasileiros e índios localizados na área, pela falta de vocação agrícola, pela falta de consciência de posse, pela ausência de acumulação de capital econômico para a compra da terra, por serem diferentes. Enfim, arrolavam um conjunto de indicativos que justificavam a expropriação dessas populações (RENK, 2004, p. 29).

A justificativa apresentada, fundamentada na existência de uma suposta vocação agrícola, uma espécie de virtude inata, parte do princípio hegemônico de que existe um único modo de atividade agrícola, neste caso, o do colonizador. Os modos dos brasileiros e dos índios não eram considerados, traduzindo-se, por assim dizer, em não atividade agrícola. Os pressupostos que possibilitam as identificações e diferenciações de sujeitos e grupos, nesse sentido, inscrevem-se na atividade. Pensando tais questões a partir das concepções que fundamentam a constituição do sujeito na psicologia histórico-cultural, pode-se dizer que os instrumentos mediadores, técnicos e semióticos, de um determinado grupo de trabalhadores, no caso dos brasileiros e índios, foram desvalorizados. O argumento de desvalorização reside no fato de que os colonos de origem detinham os instrumentos mediadores da atividade considerados “corretos”.

Segundo Renk (2004, p. 28), os brasileiros, no período anterior à colonização, no que se refere aos procedimentos para lidar com a terra, recorriam a uma divisão para fins de plantio (longe das casas) e fins de criação de animais (próximo à moradia). A ausência de cercas completava o cenário. “Com a colonização, foram instituídas cercas para o criatório, o que gerou uma série de conflitos entre colonizadores e moradores locais”. A partir do relato da autora, é possível dizer que o que está em jogo são os diferentes sistemas de significação, que medeiam as relações entre grupos. Basta que se observe o modo como brasileiros e colonos lidam com as terras destinadas às plantações e à criação de animais. O que se quer marcar, é que isso implica uma gama de signos que compreendem o sistema de significação de determinado grupo, produzido a partir de concepções de sujeito e de sociedade, contextualizadas sócio e culturalmente.

Por isso não se deve estranhar que as relações entre diferentes grupos sejam passíveis de se apresentarem de formas conflituosas. De fato, os sistemas de significação se apresentam como mediadores de práticas, que por vezes, podem se contrapor. A compreensão desses sistemas parece crucial. É preciso conhecer quais as implicações que podem derivar da imposição a determinados grupos de sistemas de significação considerados “alheios”, isto é, de um outro grupo que não seja o seu de referência. Renk (2004, p. 65), apresenta alguns exemplos que podem elucidar essa questão:

Do ponto de vista dos brasileiros, se algumas práticas foram aceitas e adotadas em decorrência da colonização, outras, ao contrário, encontraram resistência. Por exemplo, a alfabetização dos adultos brasileiros, via o então Mobral, foi relativamente

bem aceita por uma fração. [...]. O contrário ocorre em nível sanitário. A imposição de um padrão exógeno de higiene à população brasileira apresenta resistência, pela desconfiança das práticas impostas que se chocam com a concepção nativa de higiene.

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao que a autora define como “grupo étnico e experiência partilhada”. Essa definição compreende que os brasileiros, mesmo constituindo uma população heterogênea, vivenciaram experiências consideradas comuns ao grupo étnico. Trata-se da “experiência compartilhada” do grupo, por conta do processo de colonização, que possibilitou a construção de “uma identidade brasileira em oposição aos colonizadores” (p. 59). Cabe destacar que a identidade social, cultural e individual se produz necessariamente no confronto com o outro. No caso em questão, a noção de grupo étnico também passa pela idéia de descendência partilhada, que tem como aglutinar a experiência partilhada. “A consciência étnica origina-se nessa experiência comum e jamais numa genealogia, que em raros casos ultrapassaria a quarta geração” (p. 60).

Isso sugere retomar a discussão acerca dos processos de significação, os quais compreendem sistemas construídos ao longo da história dos povos e da experiência pessoal e social dos sujeitos (PINO, 1993, p. 20). Apesar de se configurarem como distintos, produtores de significados e sentidos, constituem um mesmo processo, que diz da relação indissociável entre sujeitos e sociedades e sua importância para a continuidade da história de um povo. Assim, no contexto dessas relações, mediadas por processos de significação distintos e, por vezes, conflitantes entre si, o oeste catarinense foi o cenário, como descrito, de lutas que culminaram na organização do MST na década de 80. O que se deduz é que essas diversidades sócio-culturais implicadas na identidade e constituição de trabalhadores rurais sem terra não escaparam ao MST; propiciaram, por meio dos desdobramentos históricos, a sua criação.

Tendo em vista o caráter dinâmico dos processos de identificação/diferenciação, sabe-se que os movimentos sociais, incluindo aí o MST, de acordo com os seus objetivos e estratégias de luta, engendram mudanças na estrutura macro social, assim como no cotidiano, criando possibilidades para o estabelecimento de outras relações sociais e culturais. Contudo, os alcances de tais ações não são previsíveis. As diversidades implicadas nesses processos não percorrem um caminho linear rumo à unificação, o que representaria uma contradição. Parece legítimo afirmar, porém, que estas não permanecem idênticas ao longo dos processos.

Nessa perspectiva, o assentamento coletivo estudado (SALVARO, 2004) foi criado em 1999 e de acordo com relatos de alguns assentados e assentadas, sua história teve início em 1998, com a ocupação da área por 19 famílias. Os interesses que levaram os sujeitos a integrar o MST e a realizarem a ocupação tiveram fios condutores muito semelhantes quanto à luta pela terra. Em sua relativa maioria, nunca a tiveram na condição de proprietários. O fato de lutarem por uma causa comum identifica os sujeitos, porém não elimina outros interesses, os quais dizem de suas singularidades. Como pontua Sawaia, “mesmo quando o indivíduo age em nome do bem comum, a atividade implica o exercício da motivação individual”. Como foi possível evidenciar no tópico anterior, as diversidades sócio-culturais implicadas na identidade e constituição dos sujeitos falam de suas singularidades, ao mesmo tempo em que falam dos seus grupos. Mas nem por isso, reduzem o sujeito ao grupo ou o seu contrário. Há que se considerar, necessariamente, essa interface.

O grupo como um todo foi marcado pela mobilidade espacial, a qual lhe conferiu uma certa heterogeneidade quanto às regiões de origem e de descendências étnicas, sugerindo, como pontua Renk (2004), a possibilidade de estes terem vivenciado experiências compartilhadas, marcadas por posições sociais e culturais de contraposição entre grupos. Estas trajetórias foram sendo produzidas ao longo das diferentes relações engendradas em cada um dos municípios percorridos.

Especificidades marcaram a trajetória do grupo e dizem respeito ao fato de que a ocupação da área, *a priori*, foi norteadas pela possibilidade de construção de um assentamento coletivo. No período de acampamento, a proposta ganhou força e com a desapropriação para fins de assentamento, o grupo que permaneceu no local optou pela coletivização. Todavia, não significa dizer que a configuração grupal se manteve inalterada desde o seu início. Não foi incomum, ao longo do estudo, ouvir relatos acerca de algumas famílias que haviam mudado para outros assentamentos e/ou voltado para acampamentos.

Como foi possível evidenciar, o planejamento e a organização/divisão do trabalho integravam um processo decisório coletivo e indicavam que outras formas de gestão estavam sendo (re) criadas, e que poderiam implicar na aceitação ou não por parte dos assentados. Na proposta descrita, o assentamento contava com uma direção geral, núcleos de base e setores que compreendiam a lavoura, gado (leite para venda, consumo e corte), subsistência (horta comunitária e demais produções destinadas ao consumo

interno), integração (criação de suínos para agroindústrias em sistema de contratação de trabalho), administração e o social (saúde, educação, lazer, mística, embelezamento, entre outras). Os assentados e assentadas integravam os setores de produção, entre outros, e cumpriam determinadas horas diárias de trabalho, convertidas em alimentos para o consumo interno e em dinheiro resultante da comercialização da produção.

No assentamento foi possível observar que a proposta de coletivização colocou outras possibilidades de organização/divisão do trabalho, de modo a sugerir mudanças nas significações a essas atribuídas, quanto à sua relação intrafamiliar anterior ao processo, no que concernia ao “modelo individual”. No entanto, apesar das diferenças que se apresentam e que provocaram transformações na unidade familiar de produção, a ênfase posta nas esferas de produção e reprodução da vida, doméstica e produtiva, consumo e produção, privada e pública, ou outras categorizações dualistas, permanece como eixo central da divisão sexual do trabalho. Contudo, de acordo com Paulilo (2004, p. 245), cabe destacar que,

nas propriedades familiares rurais não é nada simples separar o que é trabalho doméstico do que seria trabalho produtivo. Afinal, o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista. Querer empobrecer seu sentido até reduzi-lo ao trabalho que produz o que deve ser vendido, o que tem valor de troca, é, como diz Alexander Chayanov, tentar explicar diferentes formas de produzir apenas com categorias adequadas para o modo de produção capitalista, o que só faz sentido se entendermos essas formas como transitórias, em vias de extinção.

Tendo em vista a complexidade apresentada, por ora, buscando centrar a reflexão, de forma mais ampla, nas mudanças na organização/divisão do trabalho na família e sua relação com a proposta de coletivização, destaca-se que não se trata apenas da possibilidade de superação de um modelo, o que significaria simplificar tal situação. Outras questões estão em jogo e, por assim dizer, dizem respeito à autonomia da família que trabalha. Sob essa questão, Lechat, em estudo sobre assentamento coletivo, observou que as decisões são tomadas para além do domínio da família, ou do poder do pai. “O modelo proposto não é mais, como na ética camponesa, a propriedade e a produção familiar, mas a terra como espaço para o exercício das relações de trabalho e produção sob o controle coletivo dos próprios

trabalhadores”. Trata-se de organizar/dividir as atividades de modo a agregar as realidades interfamiliares que constituem o assentamento, por meio de uma lógica que inclui setores de trabalho e que, necessariamente, implica em mudanças na organização/divisão intrafamiliar.

O fato de se buscar agregar as realidades interfamiliares a partir da coletivização do assentamento sugere também pensar na relação que se estabelece entre a realização das atividades nos setores e sua remuneração, e a satisfação das necessidades de consumo dessas famílias. Remete-se ao deslocamento do foco de interesse da esfera intrafamiliar para a interfamiliar. A centralidade, ao que parece, está posta no conjunto das famílias que constituem o assentamento, mesmo que se tenha uma definição por área de trabalho e que isso implique um cálculo individual de horas trabalhadas, a fim de proceder à conversão em alimentos e dinheiro. A força de trabalho, antes direcionada para a (re) produção apenas de uma única família, agora, somando-se à de outras, (re) produz-se por todas as famílias do assentamento. O parâmetro para se dizer da mudança pode ser pensado a partir do que Chayanov chamou de grau de exploração e o equilíbrio interno, no que compreende a “satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. Para o autor esse equilíbrio é variável.

É alcançado da seguinte maneira: de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados (que determina o grau de fadiga do trabalho); de outro lado, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades, que determinam a avaliação do consumo (CHAYANOV, 1981, p. 139).

No caso do assentamento, o equilíbrio interno se torna passível de ser alcançado pelo conjunto das famílias. No entanto, atender a demanda do conjunto das famílias, a partir do que discute Chayanov, requer o aumento de auto-exploração de mão-de-obra. Esse aumento implica algo que extrapola os limites de demandas consideradas da família do trabalhador/a. Ao apontar isso, demarca-se que não se trata de contribuir de forma ocasional para suprir as necessidades de consumo de uma família, quando de uma situação de privação específica e imediata, mas que se insere no próprio planejamento e produção do assentamento, ao considerar o total de sujeitos que o habitam, suas forças de trabalho e demandas de consumo, incluindo mudanças também na relação que se estabelece com o produto indivisível do trabalho, como

“categoria de renda possível, para uma unidade familiar camponesa ou artesanal [...] e que nem sempre será o mesmo para todas as unidades econômicas familiares” (CHAYANOV, 1981, p. 138). Tais diversidades, entre outras coisas, são determinadas pela “situação do mercado, a localização da unidade relativamente aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a qualidade de terra e outras condições de produção da unidade econômica” (p. 138).

Dentre as variações apontadas por este autor, destaca-se o tamanho e a composição das famílias como determinantes da quantidade do produto do trabalho, sendo que as demais condições apontadas como possíveis determinantes de variações, por conta do modelo coletivo de produção, são vivenciadas do mesmo modo pelo conjunto das famílias. Partindo desses pressupostos, o equilíbrio interno de cada família no que diz respeito ao conjunto interfamiliar remonta à própria organização/divisão das atividades nos setores, de modo que o grau de auto-exploração dos membros trabalhadores/as da família será definido no grande grupo. Entra em cena aqui a proposta do MST (2001, p.87), na qual se enfatiza que “o importante é criar em cada pessoa o esforço do ‘pensar coletivamente o assentamento’ e disto adequar o sonho de cada um ao potencial produtivo existente e à real necessidade de planificar as ações econômicas”.

Acredita-se, sob esse aspecto, que as questões que se apresentam podem ser pensadas a partir do que aponta Wanderley (1998, p. 44), que, ao tratar da problemática da *produção familiar moderna*, argumenta que em decorrência da “‘abertura’ do mundo rural ao modo de vida moderno” (1998, p.44), transformações ocorrem no funcionamento da unidade familiar de produção. Em sua análise, coloca-se a questão de “como se redefinem, nesse novo contexto, a relação tradicional trabalho/consumo, a natureza indivisível da remuneração familiar, a possibilidade de efetuar avaliações subjetivas e de definir o grau de ‘auto-exploração’ de sua própria força de trabalho”.

Considerando o que apresenta a autora, a realidade do assentamento coletivo oferece pistas de que relações estão sendo redefinidas e que requerem investigações específicas. O desafio está posto, a efetivação da proposta de “pensar coletivamente o assentamento” implica mudanças nestes sistemas de significação para que ocorra uma apropriação por parte dos sujeitos dos conhecimentos que são preconizados pelo modelo.

## Referências

- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.; STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LAGO, M. C. de S. Identidade: A fragmentação do conceito. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. *Falas de gênero: Teorias, análises, leituras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.
- LECHAT, N. M. P. *A questão de gênero no movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas.
- MAHEIRIE, K. Constituição do Sujeito, subjetividade e identidade. *Interações*, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 31-44, 2002
- MEDEIROS, L. S. *A reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: EDUC, 1999.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001.
- PAULILO, M. I. S. *Terra à vista... e ao longe*. Florianópolis: UFSC, 1998.
- \_\_\_\_\_. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.12, n.1, p. 229-252, 2004.
- PINO, A. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 45-78, jul. 2000.
- \_\_\_\_\_. Processos de significação e constituição do sujeito. *Temas em Psicologia*, Ribeirão Preto, n.1, p.17-23, 1993.
- RENK, A. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.
- SALVARO, G. I. J. *Ainda precisamos avançar: os sentidos produzidos por trabalhadoras/es rurais sobre a divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em SC*. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia) UFSC, Florianópolis.

SAWAIA, B. B. A legitimidade subjetiva no processo de participação social na era da globalização. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L; SANDOVAL, S (Org.). *Estudos sobre o comportamento político: teoria e pesquisa*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SZMRECSÁNYI, T. *Pequena história da agricultura no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1990.

VYGOTSKI, L. S. Génesis de las funciones psíquicas superiores. Madrid: Visor Distribuciones, 1995. (Obras escogidas III).

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, B. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: UFPR, 1998.

## **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais\***

Jules Falquet\*\*

Resumo: A partir de ferramentas oriundas da teoria feminista, são analisadas, neste artigo, profundas contradições que atravessam alguns movimentos sociais “progressistas”, sobretudo no que diz respeito à divisão sexual do trabalho e ao caráter patriarcal de certos modelos familiares que estão na base das lutas. Palavras-chave: Movimentos sociais; Neoliberalismo; Divisão sexual do trabalho.

### **Introdução**

Depois de uma quinzena de anos trabalhando sobre diferentes movimentos sociais tidos como “progressistas” (lutas revolucionárias ou movimentos pioneiros da luta contra a globalização neoliberal), gostaria de fazer aqui uma reflexão que me acompanha há algum tempo e que diz respeito aos limites invisíveis, impensados – ou insuficientemente pensados – desses movimentos.

Tratam-se de movimentos de massa que se desenvolveram há mais de vinte anos e despertaram internacionalmente o interesse de inúmero(a)s militantes e cientistas sociais. O movimento zapatista, em torno do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no México, desempenhou um grande papel no desencadeamento da atual resistência à globalização neoliberal. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, constitui uma referência de luta campesina pela terra e faz igualmente parte dos pilares da luta contra o neoliberalismo.

Raros são os movimentos sociais que refletem explicitamente sobre o tipo de modelos familiares sobre os quais se apóiam e sobre aqueles que

---

\* Traduzido do francês por Renata Gonçalves. Uma primeira versão deste trabalho incorporava a análise da FMNL e foi apresentada no V Congresso de Antropologia do Mercosul, realizado em novembro de 2003 na Universidade Federal de Santa Catarina. O texto integral, sob o título “Trois questions aux mouvements sociaux progressistes”, foi publicado pela revista *Nouvelles Questions Feministes*, v. 24, n. 3, p. 19-35, 2005. Agradeço calorosamente à Ochy Curiel pelas longas e profícuas discussões acerca das questões da identidade e por seus preciosos comentários.

\*\* Professora da Universidade de Paris, 7.

almejam. É, com certeza, uma instituição complexa: a família pode se revelar como o lugar da opressão, de exploração e de violência, ao mesmo tempo em que é um refúgio contra a sociedade global racista e classista. Todavia, os (diversos) modelos familiares subjacentes às mobilizações sociais, com a organização das relações sociais de sexos que implicam – inclusive o “modo de produção doméstica”, colocado em evidência por Christine Delphy (1998), as “relações de sexagem” descritas por Colette Guillaumin (1992) e o “regime político da heterossexualidade” definido por par Monique Wittig (2001) – merecem ser mais visíveis e interrogados, sobretudo porque nos movimentos rurais, campesinos e/ou indígenas, a mobilização simbólica e material da família é uma das chaves do funcionamento, e até mesmo do sucesso do movimento.

Esses movimentos atacam de frente o sistema de exploração capitalista, mas no que diz respeito à opressão sexista, pode-se fazer duas constatações: primeiro, há uma grande derrota quanto a ultrapassar as simples declarações de princípios. Para movimentos emblemáticos de uma transformação social radical, e nos quais muitas mulheres participam, como explicar esta derrota num terreno tão importante? Segundo, a sociologia dos movimentos sociais não se debruçou sobre este paradoxo, que, no entanto, deveria fazê-lo pensar. Salvo os trabalhos pioneiros de Danièle Kergoat sobre o caráter sexuado dos movimentos sociais (KERGOAT, 1992) e das pesquisas que ela inspirou (LE DOARÉ, 1991; DUNEZAT, 1998; GALERAND, 2004), geralmente, a sociologia dos movimentos sociais se contentou em retomar o “discurso indígena” dos próprios movimentos que, freqüentemente, se vangloriam ao afirmar que a participação das mulheres é, em si, um motivo de satisfação, mas que esta participação, ao mesmo tempo, se choca com inúmeras dificuldades (e detalham uma longa e repetitiva lista). Porém, jamais foi colocada a questão das lógicas profundas dos movimentos, em termos de relações sociais de sexos.

Todavia, existem ferramentas teóricas que permitiriam analisar o conservadorismo subjacente a esses movimentos progressistas. Na intersecção da antropologia, da sociologia e da teoria feminista, o conceito de *divisão sexual do trabalho* nos fornece uma ferramenta particularmente importante. Danièle Kergoat o define como “a forma de divisão do trabalho social que se origina nas relações sociais de sexos, histórica e socialmente moldada. Ela tem por característica a determinação prioritária dos homens, à esfera produtiva, e das mulheres, à esfera reprodutiva, assim como, simultaneamente, a captação pelos homens das funções que possuem forte valor social *agregado*”

(políticos, religiosos, militares, etc.)”. Para a autora, a divisão sexual do trabalho “tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquia (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (KERGOAT, 2000).

Forjadas nos movimentos sociais feministas, depois rearticuladas pelas ciências sociais, tais ferramentas teóricas possibilitam colocar três grandes questões. O que dizer da *divisão sexual do trabalho* reproduzida dentro dos movimentos? Quais são os *tipos de famílias* nas quais esses movimentos se apóiam para se construírem e quais modelos de família estruturam seu projeto de sociedade? E para os movimentos que explicitamente fazem a defesa ou a promoção de uma ou outra cultura (questão acalorada no contexto da globalização neoliberal), pode-se perguntar: em que medida esta cultura é favorável às mulheres? Estas três questões são centrais, pois a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a “cultura”, estreitamente entrelaçadas, estão entre os principais pilares do sistema patriarcal de opressão.

### **Reivindicações das índias zapatistas: desestabilização da família patriarcal?**

Com relação à família, o movimento zapatista, desde o início, divulgou formalmente uma “Lei revolucionária das mulheres”, produzidas pelas Índias zapatistas, cuja intenção poderia colocar profundamente em causa boa parte das estruturas familiares e comunitárias tradicionais (FALQUET, 1999).

Na sua primeira versão, dentre outras coisas, esta lei indica que as mulheres não podem ser obrigadas a se casar à força, que têm o direito de decidir quantos filhos querem ter e que não podem ser espancadas nem por desconhecidos nem por seus próximos. A lei ainda menciona que elas têm o direito de estudar, de trabalhar e de receber um salário justo (ROJAS, 1994). À primeira vista, estas reivindicações parecem comuns. Mas, se as mulheres escolhessem livremente com quem se casar, ou simplesmente não se casar ou quantos filhos ter, as estruturas comunitárias e familiares, sobre as quais se baseiam a sobrevivência das comunidades indígenas, poderiam estar diretamente ameaçadas. Por exemplo, as alianças matrimoniais são imprescindíveis ao acesso à terra e para a coesão dos vilarejos, e a fecundidade das mulheres está diretamente ligada à “resistência demográfica” que as populações indígenas manifestaram há mais de 500 anos face a todas as tentativas de extermínio e assimilação. Se as Índias falassem espanhol e possuíssem diplomas que lhes permitissem trabalhar dignamente fora das

comunidades, será que transmitiriam sua língua a seus filhos e será que permaneceriam tranqüilamente plantadas no vilarejo enquanto os homens migram?

Certamente, entre a lei e sua aplicação, há um abismo. As pesquisas que pude desenvolver mostram que esta lei é pouco conhecida nas comunidades, mesmo nas zapatistas, e que não existe mecanismo algum de aplicação, de vigilância ou de sanção que a apóie (ROVIRA, 1996; PALOMO; LOVERA, 1997). Um ano depois, o estabelecimento de uma segunda lei das mulheres aparece bem mais ambígua e mostra que as reivindicações das índias são às vezes ambivalentes. Esta segunda lei invoca uma “natureza” das mulheres e condena as relações sexuais fora do quadro sacro-santo do casamento e da família indígena tradicional, ao mesmo tempo em que fala de liberdade (ROJAS, 1996; FALQUET, 1999). Por outro lado, a repressão militar governamental, agregada ao racismo e ao sexismo da sociedade mestiça, tornam ainda mais distante a aplicação da lei das mulheres neste contexto de guerra latente e de marginalização das zapatistas. Além disso, nada garante que o conjunto das mulheres indígenas, que são muito diversas e possuem interesses variados, necessariamente lançaria mão desta lei para fazer dela um instrumento de transformação radical de suas comunidades.

Entretanto, a iniciativa das mulheres zapatistas abre uma brecha extremamente importante. Mostra que, de dentro dos movimentos sociais e desde o início, é possível colocar publicamente em questão as relações sociais de sexos, não só condenando “o machismo” de maneira abstrata e vaga, mas agindo na sua expressão concreta: as estruturas familiares realmente existentes sobre as quais o movimento se constrói.

### **MST, agricultura familiar e exploração do trabalho das mulheres**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ilustra uma outra dimensão não problematizada da família (FALQUET, 1998, 1999). Para além de suas espetaculares e corajosas ocupações de terras, ele se consagra a construir uma alternativa camponesa ao modo de produção capitalista. De fato, em mais de 20 anos de luta, uma boa parte de suas bases obteve terras. Hoje, o maior desafio para o movimento é o de fazê-las produzir. Mas, tomando qual sistema de produção como base? As orientações gerais são socialistas e a direção do MST tenta promover o trabalho coletivo e os sistemas cooperativistas. No entanto, em inúmeros casos, uma vez obtidas as terras, muitos preferem trabalhar de maneira individual ou, mais exatamente

familiar. E com um grande realismo, num plano local e até mesmo nacional, o MST se encontra às voltas com a produção da pequena agricultura familiar.

A pequena produção familiar, uma parte para o autoconsumo e outra para o mercado local, é um modelo que se mostra eficaz. Corresponde aos hábitos da maioria dos camponeses (mesmo com modelos familiares diversificados e apesar de algumas formas comunitárias de trabalho). Porém, este sistema de produção se apóia, como ninguém ignora, na exploração do trabalho “gratuito” e invisível das esposas, das crianças e de outros parentes dos “chefes de família”<sup>1</sup>. Ora, em seu apoio objetivo à pequena produção familiar, o MST se cala quanto à subentendida divisão sexual do trabalho (FALQUET, 1998, 1999). É surpreendente que um movimento que busca uma transformação social radical seja cego à exploração das mulheres e saia em defesa de um modelo familiar patriarcal.

### **Quais culturas defender?**

Acabamos de mencionar movimentos de orientações “redistributiva” e classista, bem “clássicos” – para retomar a distinção feita por Nancy Fraser (1997) que os opõe aos movimentos mais “culturais” ou identitários, que seriam mais característicos do período atual. Todavia, a atual globalização neoliberal coloca em cena um conjunto de interrogações em torno das identidades e das culturas, ao mesmo tempo sob influência de fatores materiais (por exemplo, o rumo das migrações e das comunicações), e também ideológicos (avanço do pensamento pós-moderno, questionamento de um pseudo-universalismo que, na realidade, é masculino, branco, burguês e heterossexual); influência financeira e ideológica das organizações internacionais nos processos de “identidarização” e de despolitização dos movimentos sociais, inclusive feministas e anti-racistas (CURIEL, 2002; FALQUET, 2003). Porém, do ponto de vista das relações sociais de sexos, o que significa a defesa ou a criação de identidades culturais por parte de diferentes movimentos sociais?

### **Política de identidade: dilemas das mulheres afro-latino-americanas e afro-caribenhas**

Como o movimento afro misto, a maior parte dos grupos de mulheres e feministas afro-latino-americanas e afro-caribenhas organizam sua luta contra o racismo com base em dois pilares: colocar em evidência o

<sup>1</sup> A este respeito ver Barthez (1983); Brumer e Schuch Freire (1983-1984); Menasche, Salete Escher, (1996); Paulilo, (1989).

racismo<sup>2</sup> e, desde os anos 90, as “políticas de identidade”<sup>3</sup> (CARNEIRO, 2005; CURIEL, 2002; WERNECK, 2005). Os grupos trabalham com a história da escravidão e da colonização e tentam tornar visíveis e legítimas as raízes africanas que durante muito tempo foram recusadas pela cultura de cada país. A preservação e o desenvolvimento de uma cultura orgulhosamente afro no que tange à vestimenta, ao estilo capilar, à alimentação, à arte e à religião, se constituiu como importante estratégia. Esta “política de identidade” foi inegavelmente reconhecida, desembocou em novas maneiras de se auto-denominar como “afro-descendentes” ou de politizar a palavra “Negro(a)”. Tornando visíveis a população negra e, ao mesmo tempo, o racismo, ela permite questionar tanto o Estado com suas políticas públicas, como a atitude de outros movimentos sociais. Foram legitimadas manifestações culturais e religiosas que durante muito tempo foram desprezadas, empurradas para a semi-clandestinidade ou até mais diretamente reprimidas, como é o caso de Gagá, na República Dominicana (equivalente ao Vodou haitiano) ou da Capoeira que, durante muito tempo, foi proibida no Brasil. Algumas vezes, esta “política de identidade” desembocou em políticas de ação afirmativa e de cotas (em universidades, como no caso do Brasil). Mas, sobretudo, deu a muitos homens e mulheres a possibilidade de resgatar uma estima pessoal e coletiva. Para as mulheres, a afirmação “*negro é lindo*” foi de importância capital, pois a pressão social para atingir a “beleza” as toca particularmente na medida que, tanto para manter a auto-estima, como também para encontrar trabalho (a exigida “boa aparência” significa: branca ou de pele clara), elas se vêem obrigadas a se conformarem com os padrões de beleza branca, impossíveis de serem atingidos.

No entanto, neste processo de reconstrução de uma história e de uma cultura afros (e às vezes de construção a partir de pouca coisa, nos casos em que a negritude foi fortemente diluída pelo racismo e pela mestiçagem), nem sempre as mulheres têm o que ganhar. O que reivindicar: culturas africanas (quais delas?) ou afros? A maneira de preparar os alimentos? Mas quem os prepara? A família extensa, com laços fortes, que permitiu sobreviver à

---

<sup>2</sup> O racismo sendo, em geral, negado com vigor por meio de uma série de mitos, como o da “democracia racial”, no Brasil, ou, no caso da República Dominicana, da idéia de que a “negritude” é exclusivamente haitiana.

<sup>3</sup> Apesar de o conteúdo destas “políticas de identidade” ser muito variável, como mostra um estudo pioneiro que está sendo desenvolvido por Ochy Curiel no Brasil, na República Dominicana e em Honduras.

escravidão e ao racismo<sup>4</sup>? Mas esta família-baluarto significa igualmente um controle social estreito e uma heteronormatividade particularmente pesada – já não foi afirmado milhões de vezes que o lesbianismo não existe na África por se tratar unicamente de uma degeneração colonialista-branca? Nas práticas religiosas, existe também uma nítida divisão sexual do trabalho e uma forte normatividade heterossexual, mesmo se freqüentemente as *Mães de Santo* gozam de algum tipo de poder<sup>5</sup>. Assim, o que pode ser reivindicado daí, notadamente pelas lésbicas negras?

Para além destas questões, que estão longe de serem triviais, a pergunta principal provavelmente diz respeito ao lugar que as mulheres ocupam na definição de cultura legítima. Pode-se empiricamente constatar que os movimentos afros raramente são dirigidos por mulheres ou homens atentos à transformação das relações sociais de sexos. O mesmo acontece no mundo branco que, em certa medida, válida em última instância o “renascimento cultural” negro. Na prática, nos encontramos diante de uma colaboração eficaz entre grupos de homens bem decididos a cultivar valores que lhes convém, em detrimento das mulheres afros (e indígenas, como foi freqüente durante a colonização). Um exemplo emblemático é a maneira como a indústria turística branca, ocidental, explora ao extremo a imagem folclórica e altamente sensualizada das afro-brasileiras no samba e no carnaval, imagem que o movimento afro misto promove ativamente como elemento da cultura afro-brasileira.

De um modo geral, essas dificuldades culturais em via de (re)construção, sejam elas afro ou indígenas, podem facilmente se transformar em camisa de força (ESPINOSA, 1999; CURIEL, 2002), particularmente para as mulheres, e sobretudo quando é preciso estreitar os laços intra-comunitários face ao racismo. A questão é tão pertinente quanto as do turismo, migrações e mestiçagens que, assombradas pelo neoliberalismo, estimulam tanto os desejos de transformação como o retorno à “tradição” e, sobretudo, à invenção de tradições em que as mulheres se tornam o símbolo de uma estabilidade que não se sustenta.

---

<sup>4</sup> Sem mencionar polêmicas que envolvem a questão, por exemplo, do pretense caráter “matriarcal” dessas famílias, que escondem, sobretudo, uma forte tendência ao abandono marital/paterno.

<sup>5</sup> É necessário um maior aprofundamento para cada uma das religiões afros (Umbanda, Candomblé, Santería, Vodú, Gagá...), que, aliás, estão em constante evolução.

### **Diversidade cultural: quem paga a resistência à globalização neoliberal?**

A situação das mulheres indígenas do continente (em sua imensa diversidade) é semelhante à das mulheres afros (em sua não menos imensa diversidade), mas com uma diferença: em geral, suas culturas não devem nem ser tão re-criadas nem tão “preservadas” dos ataques do mundo mestiço. Assim, quando elas questionam ou desejam modificar “a tradição”, elas podem ser objeto de uma grave suspeita: a de querer acabar com sua própria cultura. E a atual luta contra a globalização neoliberal complica ainda mais as coisas.

Toda uma nova corrente de pensamento, relativa às populações indígenas, se desenvolveu confluindo diferentes lógicas. Outrora percebidas como ignorantes e depredadoras da “natureza”, essas populações (e às vezes até mesmo o conjunto do meio rural) hoje são apresentadas como minuciosas conhecedoras de seu meio ou mesmo como perfeito modelo ecológico. De um lado, as multinacionais e o Banco Mundial desejam explorar os conhecimentos tradicionais que essas populações têm das plantas para pouparem os altos gastos com pesquisas phyto-farmacêuticas. De outro, o(a)s ocidentais “progressistas” e até certos grupos indígenas, para ganhar simpatias e apoios internacionais, sublinham esta sabedoria ecológica e esta vontade de preservação do meio-ambiente, como um trampolim face ao desastre ecológico que traz o modo de produção capitalista. Nesse contexto, coitada da mulher indígena que, “como qualquer um”, quisesse ter uma geladeira ou fusca!

Nesta recomposição da análise ecológica e anti(alter)-globalista, em que os discursos antiimperialistas se mesclam com a crítica da dominação cultural ocidental, a preservação da “diversidade cultural” se aproxima cada vez mais da preservação da diversidade biológica. Vandana Shiva, por exemplo, fez um interessante paralelo entre o avanço das monoculturas, como catástrofe humana e ecológica, e o avanço do pensamento único neoliberal, “monocultura do espírito” (SHIVA, 1996, 1998). Diante desta “monocultura”, símbolo e pilar central do neoliberalismo, a diversidade constituiria o antídoto: a biodiversidade (manifestação da própria Vida), e também a diversidade cultural, não somente como um direito, mas também como uma forma de resistência à hegemonia da cultura branca-ocidental. Mas, neste paralelismo entre a diversidade biológica e a diversidade cultural, surge um duplo problema político de fundo: o naturalismo e o relativismo cultural. Assim, Shiva descreve com entusiasmo as lutas de resistência das comunidades rurais da Índia, mas menciona muito pouco a existência do sistema de castas ou de certos costumes tradicionais desfavoráveis às mulheres e denunciadas por inúmeras mulheres

indianas. Coloca-se para as mulheres uma profunda questão: como resistir ao imperialismo cultural ocidental, sem que isto implique a defesa em bloco de culturas que contêm incontáveis elementos que as oprimem?

Este problema evidentemente não é novo, ele perpassou toda a história da colonização e das migrações. Porém, uma vez mais, só seus próprios grupos ou um punhado de antropólogo(a)s se inquietaram com a opinião das mulheres sobre a manutenção da tradição. Hoje, virtualmente, qualquer anti(alter)-globalista pode lamentar o desaparecimento de alguma cultura, não por solidariedade a esta, mas por causa da perda que isto significaria para a “diversidade humana”. Mesmo se provavelmente nenhum(a) anti(alter)-globalista venha tirar satisfação diretamente com uma mulher indígena ou exigir que ela continue a tecer e usar trajes tradicionais, um certo anti(alter)-globalista pode de maneira indireta enfraquecer as reivindicações de transformação das mulheres indígenas face a alguns elementos de “suas” tradições que lhes parecem opressivos ou, simplesmente, obsoletos. E isto, a partir de uma perspectiva “progressista, ecologista ou antiimperialista”<sup>6</sup>.

### **E as mulheres brancas ocidentais?**

É impossível terminar esta reflexão sem mencionar a situação das mulheres brancas ocidentais (e mestiças, quando estas fazem parte da(o)s dominantes<sup>7</sup>). Por causa de sua posição dominante, pede-se raramente que se posicionem com relação à sua cultura. No entanto, como parte integrante das etnias que colonizaram, exploraram e oprimiram outras, por mais de 500 anos, e que ainda hoje querem aprofundar mais sua dominação e impor ao mesmo tempo sua cultura e seu sistema econômico, as mulheres brancas ocidentais devem refletir seriamente sobre a atitude que adotam no que tange a esta cultura. Certamente já fizeram muitas críticas, tanto a partir da luta anti-capitalista como, e talvez sobretudo, a partir dos movimentos feministas e lésbicos. Milhões de vezes denunciaram costumes que as desagradavam, conseguiram eliminar alguns e propuseram alternativas a outros. Mas será

---

<sup>6</sup> Na Europa, as mulheres migrantes ou oriundas da migração estão igualmente num cruzamento entre o sexismo e o racismo das diferentes culturas nas quais elas vivem, e nem o integracionismo forçado nem o relativismo cultural “anti-racista” as ajudarão. Dos Fóruns sociais europeus, surgiram alianças bastante problemáticas entre antiimperialistas e “neo” religiosos, que mostram bem a complexidade das questões colocadas hoje.

<sup>7</sup> A questão sobre quem são as mestiças, de como elas se definem e a que grupo pertencem nos variados momentos, é muito complexa (e, de fato, somos todas e todos mestiça e mestiços). Talvez não seja aqui, com as brancas, que esta questão deveria ser analisada, mas é preciso em algum momento refletir sobre esta categoria (por si só bastante complexa).

que, no fundo, não se convenceram secretamente que, “grosso modo”, eliminando o que as incomodavam, a cultura ocidental é superior às outras? Uma cultura ocidental sem pornografia, sem violência sexual, por exemplo, mas orgulhosa de seu universalismo, de sua fé na “ciência” e no “progresso”, defendendo um certo individualismo como garantia da liberdade individual e da emancipação das mulheres? Vasta e complexa questão que precisa ser desenvolvida.

Para além deste sentimento individual de superioridade cultural, provavelmente subjacente à maioria das mulheres ocidentais-brancas, no plano coletivo do movimento feminista hegemonicamente branco-ocidental<sup>8</sup>, existem diferentes posições. Algumas afirmam que a cultura aparentemente “neutra” não pertence às mulheres da mesma forma que aos homens. Na França, encontramos este tipo de reflexão, por exemplo, em Nicole Claude Mathieu, que mostra de maneira brilhante que “os dominantes e as dominadas – aqui homens e mulheres – não recebem a mesma *quantidade* nem a mesma *qualidade* de informação sobre conhecimentos, representações e valores [...]. No mais, mesmo que se tratasse teoricamente da “mesma” informação, a *experiência* vivida não é a mesma de cada lado da barreira.” (MATHIEU, 1991). Ao nos permitirmos tomar alguma distância e, enquanto mulheres (qualquer que seja nosso pertencimento étnico-cultural), de nos solidarizarmos com estas culturas ditas “nossas” e que, na verdade, não o são, Mathieu nos abre uma porta de importância incalculável de crítica à cultura.

Outras, como a feminista chilena Margarida Pisano, vão mais longe, ao afirmar que é preciso combater esta cultura tipicamente masculina-patriarcal, ou então, que é necessário se desvencilhar sem remorso definitiva e totalmente desta que nos levou a um gigantesco e catastrófico impasse civilizacional: “Nossa proposta é de nos colocarmos num outro canto para olhar, pensar e começar a desenhar os contornos de uma nova sociedade” (PISANO, 2001). Mas de qual cultura (patriarcal) estamos falando? Daquela dos Índigenas, dos Negros, dos Brancos? A nosso conhecimento, são bem poucas as ocidentais-brancas que analisam especificamente as responsabilidades das mulheres ocidentais-brancas diante da cultura específica dos homens ocidentais-brancos.

Por fim, existe nos movimentos feminista e lésbico uma corrente francamente essencialista que pretende que as mulheres são “outras” e nunca

---

<sup>8</sup> Uma vez mais, a imperfeição destes termos reflete a complexidade da realidade e o pouco estudo existente (e, logo, há consenso) sobre o assunto.

tiveram qualquer poder neste mundo patriarcal. Elas não têm, nem querem ter, relação alguma com a cultura patriarcal nem com as lutas que os homens travam neste terreno. Esta posição de suposta exterioridade total não desemboca em nenhuma luta concreta para transformar a cultura dominante (ocidental) e, logo, pode ser analisada como uma maneira de se lavar as mãos com relação a todos os crimes do passado e do presente incrustados por ela – ou em seu nome.

No oposto desta reivindicação de irresponsabilidade, como feministas (de qualquer origem), temos de fazer uma reflexão profunda sobre que tipo de cultura(s) queremos desenvolver e sobre as transformações culturais produzidas no atual contexto de globalização. A mestiçagem cultural, como fato ou como estratégia consciente, se tornou uma questão central. Mas é possível que se constitua como uma resposta “progressista” à globalização neoliberal, com base na igualdade, respeito mútuo e reciprocidade? Ou, ao contrário, trata-se de uma armadilha colocada pela cultura ocidental-capitalista, que absorve e despoja elementos de outras culturas a partir de uma posição de dominação e unicamente com a finalidade de maximizar seus lucros? Recuperar a música religiosa popular afro-brasileira para modernizá-la e vendê-la no mercado europeu, criar novas espiritualidades *new age* com maior ou menor base em crenças das populações indígenas do norte dos Estados Unidos, projetando-os como modas *cool* ou “politicamente correta”: trata-se de fazer avançar a mestiçagem ou de evoluir o comércio? Enquanto sua música, sua arte, suas crenças são difundidas por todo o planeta, simplificadas, formatadas para que sejam mais fáceis de serem digeridas, a situação econômica do(a)s afro-brasileiro(a)s, do(a)s indígenas das reservas norte-americanas estão melhorando? Será que dispõem de dinheiro e vistos necessários para acompanhar seus produtos artísticos em suas aceleradas viagens “sem fronteiras”? No sentido inverso, o que as indígenas e as mulheres afros desejam, quando avaliam as vantagens e os inconvenientes da cultura ocidental? É correto nos apropriarmos impunemente só dos fragmentos, sem arriscar uma transformação mais profunda? Enquanto mulheres e feministas, o que podemos e queremos questionar, partilhar e misturar com base na igualdade e no respeito entre nossas diferentes culturas?

Com certeza, a transformação cultural não pode ser decretada: ela é fruto de dinâmicas complexas e contraditórias e de condições materiais que modelam as culturas. Então, a partir das transformações culturais em curso, como mensurar a exata medida para, por baixo, nos apropriarmos daquilo que consideramos como o melhor de nossas diferentes heranças culturais, sem que nos deixemos impor, pelo alto, um acúmulo de valores patriarcais?

### **Algumas considerações finais**

Neste artigo procurei trabalhar, de maneira extremamente rápida, sobre um certo número de ferramentas oriundo da teoria feminista, para aprofundar a análise dos movimentos sociais. Acredito ter dado prova, não somente de sua utilidade, mas de sua indispensável característica para compreender as profundas contradições que atravessam esses movimentos. Ao analisar a divisão sexual do trabalho, o caráter patriarcal de certos modelos familiares, que estão na base das lutas, ou ainda a complexidade da situação das mulheres diante das reivindicações culturais, pudemos compreender porque movimentos sociais, dos mais “progressistas”, não conseguiram transformar as relações sociais de sexos.

Porém, nem por isto eu pretendo desqualificar radicalmente estas lutas, que possuem numerosas facetas e das quais inúmeras mulheres participam corajosa e vigorosamente, às vezes entusiastas, às vezes críticas. Mas sua organização, suas reivindicações, suas conquistas, enfim, estão intrinsecamente marcadas pela dinâmica das relações sociais de sexos, como afirmou Danièle Kergoat. E colocar aos movimentos sociais estas três questões “de fundo”, com a esperança de que respondam de maneira diferente e favoravelmente às mulheres – a todas as mulheres, levando em conta a diversidade da posição de classe e de “raça” (nacionalidade, cultura, situação migratória) – é uma maneira de avançar na trilha da elaboração, não somente da teoria crítica que Nancy Fraser denomina seus votos, mas também, de uma alternativa política à globalização neoliberal que seja – e também para as mulheres – verdadeiramente convincente.

### **Referências**

BARTHEZ, A. Le travail familial et les rapports de domination dans l'agriculture. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 5, p.19-43, 1983.

BRUMER, A; SCHUCH FREIRE, N. M. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. *Revista do Instituto de filosofia e ciências humanas do UFRGS*, Porto Alegre, v. 11-12, p. 305-322, 1983-1984.

CARNEIRO, S. Noircir le féminisme. *Nouvelles Questions Féministes*, Féminismes dissidents en Amérique latine et aux Caraïbes, v. 24, n. 2, 2005.

- CURIEL, O. La lutte politique des femmes face aux nouvelles formes de racisme. Vers une analyse de nos stratégies. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 21, n. 3, p. 84-103, 2002.
- DELPHY, C. *L'ennemi principal. 1: économie politique du patriarcat*. Paris: Syllepses, 1998.
- DUNEZAT, X. Des mouvements sociaux sexués. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 19, n.2-3-4, 1998.
- ESPINOSA, Y. *Hasta dónde nos sirven las identidades?* Santo Domingo: Casa por la Identidad de las Mujeres Afro, 1999.
- FALQUET, J. Parcours commenté dans la bibliographie sur les 'mouvements ruraux' au Brésil. *Cahier des Amériques Latines*, 1998.
- \_\_\_\_\_. La coutume mise à mal par ses gardiennes mêmes : revendications des Indiennes zapatistes. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 20, n. 2, 1999.
- \_\_\_\_\_. Femmes, féminisme et "développement": une analyse critique des politiques des institutions internationales. In: BISILLIAT, J. (Org.). *Regards de femmes sur la globalisation. Approches critiques*. Paris: Karthala, 2003.
- GUILLAUMIN, C. *Sexe, Race et Pratique du pouvoir, l'idée de Nature*. Côté Femmes, Paris, 1992.
- FRASER, Nancy. *Justice interruptus : critical reflections on the "postsocialist" condition*. London : Routledge, 1997.
- GALERAND, E. Les "collectifs" et leurs modes d'existence : revisiter la question à partir des rapports sociaux de sexe. In: COMMUNICATION AU COLLOQUE INTERNATIONAL "GENRE ET MILITANTISME", 2004, Lausanne.
- KERGOAT, D. *et al. Les infirmières et leur coordination: 1988-1989*. Paris: Lamarre, 1992.
- \_\_\_\_\_. Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe. In: HIRATA, H.; LABORIT, F.; LE DOARÉ, H.; D. SENOTIER, D. (Org.). *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: PUF, 2000.
- LE DOARÉ, H. Le mouvement populaire en Amérique latine. Eléments d'une réflexion sur la notion de mouvement social sexué. *Les Cahiers du GEDISST*, n. 2, 1991.
- MATHIEU, N. C. Quand céder n'est pas consentir. In: \_\_\_\_\_. *L'anatomie politique, Catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté-femmes, 1991.

- MENASCHE, R.; SALETE ESCHER, M. *Género e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba: DESER, 1996.
- PALOMO, N.; LOVERA, S. (Org.). *Las alçadas*. México : CIM, Convergencia socialista, 1997
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1989.
- PISANO, M. *El triunfo de la masculinidad*. Santiago: Surada ediciones, 2001.
- ROJAS, R. *Chiapas, y las mujeres, qué?*. México: Ediciones la Correa feminista-CICAM, 1994. t. 1.
- \_\_\_\_\_. *Del dicho al hecho... reflexiones sobre la ampliación de la ley revolucionaria de mujeres del EZLN*. México: Ediciones La Correa feminista, 1996.
- ROVIRA, G. *Mujeres de maíz, la voz de las indígenas de Chiapas y la rebelión zapatista*. Barcelona: Virus editorial, 1996.
- SHIVA, V. *Ethique et agroindustrie: main basse sur la vie*. Paris: l'Harmattan, 1996.
- SHIVA, V.; Mies, M. *Ecofeminisme*. Paris: l'Harmattan, 1998.
- WERNECK, J. Ialodês et féministes. Réflexions sur l'action politique des femmes noires en Amérique latine et aux Caraïbes. *Nouvelles Questions Féministes*, Féminismes dissidents en Amérique latine et aux Caraïbes, v. 24, n. 2, 2005.
- WITTIG, M. *La pensée straight*. Paris: Balland, 2001.

## **Redemarcações das cercas de gênero: recuo da participação política das mulheres nos assentamentos de reforma agrária**

Renata Gonçalves\*

Resumo: Os assentamentos conquistados têm priorizado aspectos econômicos e tecnológicos que adquirem formas em que o tempo e o espaço são regidos pelo modo de produção dominante. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco, etc. A luta para permanecer na terra se torna imediatista e o aspecto econômico se impõe e acentua retorno da velha divisão sexual do trabalho, colocando em xeque as aprendizagens de gênero adquiridas durante os anos de luta nos acampamentos.

Palavras-chave: Participação política; Reforma agrária; Gênero.

### **De concessões e créditos: a cisão sexual**

Após anos de luta para resistir nos acampamentos, os assentamentos representam um desfecho positivo para os sem-terra contra o latifúndio. Em grande medida eles são resultados da atuação dos movimentos sociais que criaram uma dinâmica de “reforma agrária processual” que funciona sob a forma de luta - mudanças - luta. O(a)s trabalhadore(a)s ficam mais motivado(a)s para realizar ocupações à medida que os assentamentos demonstrem que estão dando certo. Estes se tornam o efeito material da luta de classes. De um lado, o Estado quer desmobilizar a luta pela terra e, de outro, os movimentos sociais querem demonstrar que a reforma agrária é possível. Porém, a duras penas...

As profundas mudanças ocorridas nos anos 90 tornaram ainda mais difíceis a reprodução social dos pequenos agricultores. A transformação capitalista da agricultura priorizou os aspectos econômicos e tecnológicos e os assentamentos adquiriram formas em que o tempo e o espaço são regidos pelo modo de produção dominante. Para além da sobrevivência, é necessário produzir para pagar os créditos, os empréstimos feitos junto ao Estado, ao banco etc.

---

\* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina; pesquisadora do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais) da PUC-SP e do GEPAL (Grupo de Estudos de Política da América Latina) da UEL.

São imensas as dificuldades que assentado(a)s, de uma maneira geral, enfrentam para permanecer na terra conquistada. No entanto, neste artigo veremos que esta nova sociabilidade no espaço dos assentamentos é vivida diferentemente por homens e mulheres<sup>1</sup>. Esta cisão se explicita no próprio contrato de concessão da gleba em que o homem aparece como responsável pelo lote ao passo que a mulher é uma “dependente”. Situação que em nada difere das identificadas por Deere e Léon (2002) no restante da América Latina. As autoras observam que a maioria das leis de reforma agrária é neutra quanto ao gênero e os beneficiários são definidos como arrendatários e trabalhadores assalariados permanentes nas propriedades desapropriadas. Entretanto, “sem exceção, a legislação da reforma agrária se refere a estes grupos na forma masculina” (p. 143).

No caso do Brasil, a legislação sobre a reforma agrária, que vigorou até 1985, se baseou no *Estatuto da Terra*, de 1964, para dar prioridade a chefes de família que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas. Esses critérios, de acordo com Deere, “discriminavam as mulheres, uma vez que, segundo as normas culturais, se um homem reside na casa, ele é sempre considerado seu chefe, uma norma apoiada no Código Civil de 1916” (DEERE, 2004, p. 184). Por meio deste contrato, que se apóia no direito positivo em que o patrimônio pertence ao homem, nega-se às mulheres a possibilidade de administração e comando. Outros critérios, como o de quantidade de experiência no trabalho agrícola, segundo Deere, também discriminavam as mulheres, uma vez que o trabalho agrícola desempenhado por elas – seja como trabalho familiar não pago, seja como trabalhadoras assalariadas temporárias – sempre foi invisível e desvalorizado, o que dificulta inclusive às mulheres provarem sua experiência de trabalho na agricultura<sup>2</sup>.

A discriminação era tal que os funcionários do Incra tomaram por certo que “mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior”. Era comum as “mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária”. Além disso, escreve a autora, “quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família” (DEERE, 2004, p. 184).

---

<sup>1</sup> Para nos restringirmos a esta relação social, mas o mesmo pode ser dito no que concerne à geração e à raça-etnia.

<sup>2</sup> Importante estudo a este respeito foi desenvolvido por Paulilo (2000).

O alijamento era justificado pelos funcionários do Incra pela falta de espaço no cadastro para colocar os nomes do homem e o da mulher. Para estes técnicos, o objetivo da reforma agrária é beneficiar famílias e, logo, “ao beneficiá-las – como representadas pelo chefe de família – eles estão beneficiando todos os membros dentro delas” (DEERE, 2004, p. 186).

A Constituição de 1988 realiza algumas mudanças com relação às beneficiárias da reforma agrária. Fruto das mobilizações que as trabalhadoras rurais e, especialmente, as mulheres assentadas promoveram nos anos 80, foi conquistado o direito à posse conjunta da terra na Constituição de 1988. O parágrafo único de seu artigo de nº 189 estabelece que os títulos de domínio ou de concessão de uso da terra aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária “serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”. Estabeleceu-se desde então “peso igual para o trabalho de homens e mulheres no sistema de pontuação usado para selecionar os beneficiários” (DEERE, 2004, p. 185).

Apesar do avanço na Constituição Brasileira, a medida legislativa demorou a se materializar. A expressão da morosidade encontra-se nas estatísticas do último censo da reforma agrária, o de 2000, que nos indica um percentual de apenas 12% de mulheres como beneficiárias. A inacessibilidade à terra bloqueia também qualquer acesso às políticas públicas de crédito e/ou negociação com bancos, etc. Entre 1996 e 2002, somente 7% de mulheres foram beneficiadas pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Em 2002, dos títulos distribuídos pelo Incra, 87% foram para os homens, que também representam 93% dos que, no período, adquiriram um lote por meio do programa *Cédula da Terra* (BUTTO, 2003).

No referido II Plano Nacional de Reforma Agrária, de 2003, apresentado pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e pelo Presidente do Incra, Rolf Hackbart, há um item relativo à promoção da igualdade de gênero na reforma agrária como um desafio para enfrentar “o padrão secular de subordinação e negação das mulheres rurais enquanto sujeitos políticos e econômicos do mundo rural”. De acordo com o II PNRA, cabe “ao Estado a implementação de políticas dirigidas à superação dessa situação de desigualdade social” (BRASIL, 2003, p. 26). A pressão exercida por vários movimentos de mulheres agricultoras, representadas pela Marcha das Margaridas desde o ano de 2000, estimulou a assinatura da recém portaria que garante a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra. Uma outra medida diz respeito ao “aperfeiçoamento do sistema de crédito já disponível”, o

Pronaf-A, destinado à família, e “buscou a ampliação do acesso das mulheres”, o Pronaf-Mulher. Os dados do MDA indicam que o percentual de acesso das mulheres ao crédito no Plano Safra 2002/2003 era de 10% e, no Plano Safra 2004/2005, quase dobrou, passando de 10% para 19% de beneficiárias.

O governo apresenta o Pronaf-Mulher como uma linha inovadora de oferecimento de créditos “às atividades econômicas desenvolvidas por mulheres”; e como uma busca para “melhorar a qualidade de vida da família” que “evita o endividamento e financia recursos para projetos que valorizem o trabalho das mulheres na geração de renda familiar, sem discriminação” (PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA, 2004, p. 3). No entanto, como para o Pronaf já existente, trata-se da execução de uma reforma agrária de mercado, com juros de 4% ao ano, prazo de oito anos para pagamento e, “dependendo da atividade”, carência que pode variar de três a cinco anos. Merece destaque o fato de o crédito para as mulheres estabelecer em quais áreas podem ser utilizados os recursos. De acordo com o documento, “serão financiadas atividades agrícolas e não-agrícolas, como plantação de hortaliças, criação de pequenos animais, produção de pães, bolachas, queijos” (p. 5). Determinações que nem sempre correspondem às necessidades das mulheres assentadas. A este respeito uma assentada do assentamento *Fusquinha*, do Pontal do Paranapanema, explicava que:

Porque o Itesp<sup>3</sup> tem uma linha de crédito pra mulher, só que é específica: ou frango... ou granja ou porco. É ou granja ou porco, né? Ou granja de porco ou granja de galinha. E a gente não quer que seja ou granja de porco ou granja de galinha... ah! E hortaliças. A gente quer que as mulheres decidam. Não que sejam estas três linhas que vocês têm. Nós queremos decidir qual é o crédito... o que a gente quer fazer com o nosso crédito. Porque às vezes a mulher quer contribuir com o companheiro, ela quer comprar mais uma vaca, ela não pode, se ela quiser. Tem que ser naquela linha. Ou ela quer, sei lá, plantar chuchu e aí não pode; plantar verduras[...].

Embora possam significar um reconhecimento das mulheres como sujeitos, o trecho da entrevista demonstra os limites das políticas dirigidas. O primeiro diz respeito à dificuldade que representa a imposição das áreas

---

<sup>3</sup> Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

passíveis de utilização do crédito, desconsiderando, na maioria das vezes, os projetos familiares e/ou coletivos. Se, em determinada família decidiu-se por investir em determinado projeto agrícola, é muito provável que os recursos que os envolvidos neste projeto necessitem sejam todos para investir no bom desempenho deste que está em andamento. Qualquer outro projeto, neste sentido pode significar um desgaste muito grande, sobretudo no que se refere ao dispêndio de energia humana.

Um outro aspecto a ser mencionado é que o direcionamento da área permitida de atuação, na prática, reforça a divisão sexual de tarefas na medida que as sugeridas (hortaliças, produção de pães, etc.) são as que tradicionalmente foram ocupadas pelas mulheres e não diferem da divisão sexual do trabalho já existente nos assentamentos.

### **Retorno à exclusão da política e à velha divisão sexual do trabalho**

Ao contrário dos acampamentos, que oferecem condições para alterar as desigualdades de gênero (GONÇALVES HONÓRIO, 2005), os assentamentos aparecem como um tempo e espaço de recuo da participação das mulheres. Muitas declaram que agora “os maridos não as deixam participar”.

A questão da participação das mulheres na fase do assentamento representa parte de um impasse colocado a um importante movimento de luta pela terra, o MST: o de priorizar a produção, como forma de resistência dos assentamentos. Ao longo da história das tentativas de revolução social, as questões chamadas “específicas” foram deixadas para o momento posterior à organização da sociedade. A justificativa de que as mulheres estiveram ausentes da esfera política e que reverter este quadro representaria um esforço muito grande contribuiu para o confinamento das mulheres à esfera doméstica. No caso do MST, Franco considera que “a relativa equidade entre os companheiros e companheiras de luta, observada nos acampamentos, perde significado nos assentamentos, quando a participação feminina se torna surpreendentemente restrita” (FRANCO, 2004, p. 85). Quais serão as razões para o explícito recuo das mulheres, uma vez conquistada a terra? O que teria mudado? O que estaria na base das redemarcações das cercas de gênero?

Alguns autores observam que, agora de posse da terra e de alguns meios de produção, o assentado organiza sua produção com base na agricultura familiar e de acordo com as necessidades de seus membros, conforme o sexo e a idade, com vistas a cumprir “as exigências das diferentes

etapas da produção agrícola” (NOBRE, 1998, p. 16). O que fica obscurecida nesta análise é a divisão por sexo do trabalho que ou é neutralizada pela figura do “chefe de família”, ou se torna essencializada. Woortmann, por exemplo, reconhece que não se pode ignorar as relações de gênero e afirma que “o universo camponês feminino é tão importante quanto o masculino” e que a “mulher tem seus próprios espaços e sua atividade é tão fundamental para a reprodução social da família quanto a do homem” (WOORTMANN, 2004, p. 141).

Esta linha de análise deixa de lado o fato de que o gênero é construído socialmente. No meio rural – assim como no meio urbano – meninas e meninos vivem distintamente a socialização. Desde os primeiros anos de vida homens e mulheres são socializados para a desigualdade. Cores, brinquedos, etc. são diferenciados de acordo com o sexo. Logo cedo as meninas começam a seguir as mães, aprendem com elas o trabalho doméstico e acabam por serem as responsáveis pela realização dos afazeres da casa. Os meninos seguem os caminhos do pai, aprendem com ele os trabalhos da roça. Em Chayanov, um dos importantes teóricos da organização econômica camponesa, esta divisão sexual do trabalho é essencializada. Para o autor grande parte do trabalho masculino é empregada em atividades artesanais, comércio e agricultura, enquanto a força de trabalho feminina é predominantemente utilizada no trabalho doméstico. Chayanov reconhece que “em geral a mulher trabalha mais do que o homem”, mas afirma que “seu trabalho não é tão duro”. A mesma divisão é feita entre os adolescentes que, segundo o autor, trabalham menos dias que os adultos: “em geral os jovens se ocupam mais da agricultura e as jovens se dedicam muitos dias ao trabalho doméstico” (CHAYANOV, 1985, p. 210).

A naturalização da divisão sexual do trabalho (em que os homens são responsáveis pelo trabalho “produtivo” e as mulheres pelo “reprodutivo”, marcadamente o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais, etc.), impede que se perceba a hierarquia entre os gêneros. Nos assentamentos observa-se que as mulheres também trabalham na lavoura, mas estes trabalhos são, amiúde, considerados uma “ajuda”, uma mão-de-obra complementar. Ao se tornar mão-de-obra complementar, a tendência é que as mulheres “dediquem um tempo ainda maior ao trabalho de casa”. Para Chabaud e Fougeyrolas-Schwebel (1984, p. 251), “mais que a quantidade de trabalho na casa, o que muda é a relação das mulheres com este trabalho”. É como se “uma menor participação no trabalho agrícola tivesse como corolário imediato um mergulho das mulheres no trabalho doméstico”. E,

quando se intensifica sua participação no trabalho agrícola, há uma desqualificação deste.

Os estudos de Paulilo (1989) identificam uma distinção entre trabalho *leve* e trabalho *pesado* de acordo com o sexo de quem o executa e não pela natureza do trabalho em si. São *leves* os trabalhos realizados por mulheres e crianças, mesmo quando ocupam o mesmo número de horas que os homens<sup>4</sup>, ao passo que são *pesados* aqueles feitos pelos homens. A autora salienta que as mulheres aram a terra, puxam o burro “no muque” e, apesar disso, seu trabalho é leve. Por outro lado, quando há mecanização destas atividades que, portanto, as transformam em leves, na medida que exigem menor força física, os homens assumem o comando. Ou seja, quando o trabalho na lavoura se mecaniza, as atividades das mulheres caracterizam-se como mão-de-obra de reserva ou provisória, servindo de base para a desqualificação de seu trabalho.

Explicita-se assim uma relação de hierarquia entre os gêneros e o risco freqüente é de que as mulheres se tornem dependentes de seus maridos, ou pais, ou companheiros. A divisão sexual do trabalho coloca em evidência a hierarquia das atividades e, de acordo com Kergoat, é esta própria divisão que “está no centro do poder que os homens exercem sobre as mulheres” (KERGOAT, 1992, p. 16). E as implicações são muitas. Naturalizada a separação hierárquica entre os sexos, é socialmente aceitável que apenas os homens participem de reuniões e decidam sobre os rumos da produção em seus lotes. Uma assentada da Fazenda Pirituba (SP), nos revelou que são poucas as mulheres que participam das assembléias das cooperativas daquele assentamento e, quando tentam romper com esta segregação, são freqüentemente barradas. Um dos exemplos que a assentada nos deu para explicar esta dificuldade foi o de que muitas mulheres ali fazem parte de uma cooperativa de doces e resolveram lançar candidatura para a presidência da associação de cooperativas. Para seu espanto, muitos maridos, com o objetivo de impedir que a candidata recebesse votos não deixaram suas mulheres saírem de casa. Impedimento que também parece ser socialmente aceito, na medida que nenhuma atitude foi tomada com relação a este episódio.

A naturalização da divisão sexual do trabalho contribui para um maior

---

<sup>4</sup> Situação que não é exclusiva do campo brasileiro. Nas cidades, embora haja um aumento da participação feminina na esfera produtiva, vários estudos revelam que se tratam de postos precários (trabalho interino, contrato a tempo determinado, estágios os mais variados...), provocando um processo de pauperização feminina atrelada a salários também parciais. A este respeito ver, dentre outros, Hirata (2002); Nogueira (2004).

investimento das mulheres nas áreas “tipicamente femininas” (horta, saúde, educação, etc.). No recém criado assentamento *Fusquinha*, na região do Pontal do Paranapanema, as mulheres que junto com seus companheiros lutaram e permaneceram durante sete anos nos perambulantes e precários acampamentos, agora se retiram das assembléias deliberativas. Os discursos e práticas igualitaristas conhecidos no calor dos embates políticos do acampamento não foram suficientes para assegurar a participação das mulheres nas decisões do assentamento. Ao contrário, agora o que se afirma é o primado de uma “diferença” feminina, que, ao ser naturalizada, empurra as mulheres para o mundo doméstico, afastando-as das lides políticas. Em outros termos, apela-se para uma “natureza feminina”, segundo a qual as mulheres são dotadas de virtudes específicas para as atividades domésticas (GROPPI, 1994, p. 15).

Uma militante e assentada no *Fusquinha* reconhece este recuo da participação feminina e acredita que uma maneira de retomar o envolvimento político das mulheres talvez seja a partir da implementação de um projeto tipicamente feminino, o de horta medicinal, para poder fazer deste um espaço de discussões e introduzir questões políticas mais amplas. Esta estratégia é semelhante àquela criada pelos movimentos de mulheres urbanos dos anos 70 e 80, em que, a partir de grupos de vizinhanças nas periferias das grandes cidades e por intermédio de seus papéis socialmente determinados de esposas e mães, construíam uma dinâmica política própria: “lutaram contra o aumento do custo de vida, reivindicaram boas escolas, centros de saúde, água corrente, transportes, rede elétrica, moradia, legalização de terrenos”. Ou seja, “exigiram condições adequadas para cuidar de sua família, educar suas crianças” (SOARES, 1998, p. 39). Todavia, foi a partir das ações para melhorar suas vidas e a de seus familiares que começaram a redefinir as normas que as limitavam ao âmbito privado do lar. Redefiniam-se como atrizes públicas, levando muitos autores a identificar a presença das mulheres nos movimentos sociais como a grande novidade no cenário político do período (SOUZA-LOBO, 1991).

### **Refincando as cercas de gênero: recuo político-ideológico das mulheres**

Cabe ainda enfatizar que, um outro aspecto que contribui para a redemarcação das cercas de gênero, com o recuo das mulheres para a esfera doméstica, encontra apoio na organização espacial do assentamento. Trata-se de organização diferente daquela vivida nos acampamentos em que os barracos eram próximos, tornando difícil uma clara demarcação entre a esfera pública das reuniões, assembléias, etc., e a esfera privada, doméstica, restrita

ao interior do barraco. Nos acampamentos, dentro e fora eram um só, o que fazia com que a relação com o tempo também ocorresse de uma outra maneira. Como disse uma assentada,

Nos assentamentos isso já é... demora um pouco mais. A vida é um outro tempo, né? Você chegar num assentamento parece que o tempo triplica, né? Porque é outro... Eu não estou falando do tempo-hora, estou falando do tempo da reprodução. Porque as coisas são mais longe, porque as informações chegam mais devagar. Não tem mais essa relação... cotidiana, né? De morar do lado, do conversar com o vizinho todo dia, de ser mais fácil. De se organizar coletivamente. De ser mais fácil de fazer [...] de juntar e de discutir essa reprodução.

As diferenças de tempo e espaço começam pela forma como os lotes costumam ser cortados. A modalidade de distribuição da terra imposta pelo Estado afasta as pessoas da vida coletiva. Neste modelo, chamado retangular ou, numa linguagem do(a)s assentado(a)s, o “quadrado burro”, as casas ficam a quilômetros de distância umas das outras, dificultando qualquer convivência mais coletiva. A dispersão das moradias nos lotes pode ser restritiva para a agregação e realização de ações coletivas como as que existiam nos acampamentos.

Além das dificuldades de locomoção, por falta de meios de transporte coletivo na maioria dos assentamentos, neste modelo o lote é uma espécie de propriedade privada e, como tal, impõe uma divisão sexual do trabalho bastante distinta daquela vivenciada no acampamento. Estamos às voltas com a relação público-privado, desta vez permeada pela questão do (ou da falta de) tempo para se dedicar às atividades políticas do assentamento. Situação semelhante é denunciada por Chinchilla (1993) ao analisar o caso das mulheres que tomaram parte da insurreição na Nicarágua. Estas “queixavam-se de pouco tempo para a atividade política porque, agora que a crise imediata já passara, suas famílias esperavam que elas se dedicassem a lavar e passar roupa e a preparar as refeições na hora certa”. Exigências que, em alguns casos, segundo a autora, “eram feitas pelos maridos ou filhos que participavam, eles próprios, ativamente na revolução” (CHINCHILLA, 1993, p. 330).

Curiosamente, num procedimento circular, o natural e o social iniciaram um reforço mútuo. Uma vez confinadas ao espaço doméstico, a questão do tempo ou, melhor, da falta deste, passou a justificar a permanência nesse espaço. Participar da esfera pública requer muita disponibilidade e o confinamento das mulheres à esfera doméstica passa a ter uma dupla

implicação: por um lado, ocupadas com os afazeres domésticos, não têm o tempo necessário para o desenvolvimento de outras atividades, haja vista que não podem deixar a casa e, com isso reforçam seu confinamento; por outro lado, o fato de assumirem as atividades relacionadas à família dá “aos homens” todo o tempo possível para que estes possam participar ativamente da esfera pública do assentamento.

Concordamos com Franco quando observa que a pouca participação das mulheres nos assentamentos não representa um comportamento “naturalmente” feminino. Nada existe na natureza das mulheres que as torne menos participativas. Se isso ocorre deve-se às barreiras à participação erguidas a partir das relações sociais de gênero e do código de valores que as sustenta e as mantém (FRANCO, 2004, p. 85). Assim, muitos companheiros militantes do MST, ao mencionarem que as mulheres quando vão fazer uma ocupação ficam apenas dois ou três dias, reconhecem que isto se deve a seus afazeres domésticos, principalmente quando se tratam de mulheres casadas e com filhos. No entanto, não se perguntam sobre as razões que levam as mulheres a serem as únicas responsáveis pelas atividades domésticas.

Lechat (1993), em sua pesquisa de mestrado acerca da questão de gênero em dois assentamentos no estado do Rio Grande do Sul, mostra que a participação feminina na luta pela terra através do MST abre possibilidades de questionamentos a antigas hierarquias. No entanto, nem todas as questões são discutidas e resolvidas. O trabalho feminino, por exemplo, permanece, como demonstrado em várias pesquisas, invisível ou atrelado a uma concepção de “um jeito de ser mulher” enredado às lides domésticas. Esta invisibilidade resulta do fato destas tarefas não se expressarem em relações monetárias e, portanto, serem facilmente desqualificadas e esquecidas. Excluindo o trabalho feminino da esfera da troca, não podem ser remuneradas, sobretudo porque seu trabalho é visto como um dom (DELPHY, 1998).

Um descuido por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? Aqui não aderimos a uma sociologia que enclausura o(a)s assentado(a)s agricultore(a)s reduzindo sua luta pela terra à busca pela reprodução de valores e costumes conservadores. Ao contrário, concordamos com Martins quando observa que este(a)s podem “desenvolver práticas sociais que gerem organizações”, elevando as lutas para o terreno do embate político e, além disso, podem desenvolver “experiências reais de organização societária, que promovam a consciência social e vislumbrem a formulação

de um outro modelo agrícola e de sociedade” (MARTINS, 2004, p. 96).

As classes se constituem no processo de lutas de classes, lutas que, ancoradas fundamentalmente nas relações de produção, sofrem as múltiplas e contraditórias determinações econômicas, jurídico-políticas e ideológicas (POULANTZAS, 1984). Nossa hipótese é que o refluxo das mulheres nos assentamentos está estreitamente ligado ao impasse relativo à prioridade dada à viabilidade econômica dos assentamentos. A prioridade do aspecto econômico, em detrimento do político e ideológico contribui para que, na fase do assentamento, as mulheres se retraiam na medida que elas pouco aparecem na produção.

Todavia, a prioridade ao aspecto econômico foi oriunda da urgência de fazer funcionar os assentamentos, levando muitos a adotarem o lote como o espaço da produção individual com a família. Num movimento contraditório, o espaço da política por excelência vivido no acampamento, (na medida que ali se contraem e se redefinem as distinções entre esfera pública e esfera doméstica) e que se constituiu como espaço de luta para o alcance da terra, cede passagem para os assentamentos onde ocorrem novas demarcações entre o público e o privado nos moldes da produção capitalista, pois, mesmo quando aderem à agricultura familiar, o(a)s assentado(a)s produzem fundamentalmente para o mercado sujeito à regulação da lei do valor. E, de acordo com Germer, “dizer que a lei do valor regula a produção é o mesmo que dizer que esta é regulada pelo mercado, ao qual todo produtor está necessariamente subordinado, e que lhe determina o que e quanto produzir” (GERMER, 1999, p. 13).

Nos assentamentos que, ao nosso ver, materializam um território em disputa, para inúmeros participantes do MST, a prioridade tem sido demonstrar que a reforma agrária dá certo e, no início, a agricultura familiar foi adotada sem que houvesse um questionamento aprofundado sobre as formas de funcionamento desta. Por exemplo, deixou-se de perguntar sobre os agentes da agricultura familiar: quem desempenharia tais e quais tarefas?

Isto não significa que o Movimento tenha colocado completamente à margem o debate acerca da participação das mulheres. Ao contrário, é um dos movimentos mistos com maior envolvimento de mulheres na luta, com um intenso debate nas suas diferentes instâncias. A preocupação está presente em sua proposta de reforma agrária, elaborada no III Encontro Nacional do MST, em maio de 1995. Um dos objetivos é o de difundir “a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero” (STÉDILE, 2005,

p. 188). Além disso, o documento menciona ser necessário “garantir que os cadastros e a titulação conjunta do lotes sejam sempre realizados em conjunto entre o homem e a mulher” (p. 205). Mas a prioridade era dada aos novos modelos agrícolas, à distribuição e regularização de terras públicas, às mudanças tecnológicas, à comercialização, à organização da estrutura de produção.

Insistimos em que o documento não é negligente no que tange à questão de gênero. Na proposta de reforma agrária de 1995, este tema, aliás, mereceu um item exclusivo sobre a participação das mulheres nos assentamentos. No entanto, mais uma vez, foi essencializada a divisão sexual do trabalho na medida que se afirmou a necessidade de “organizar nos assentamentos alternativas concretas para atendimento às crianças, possibilitando maiores condições de participação das mulheres no trabalho” e de “criar linhas de créditos especiais para financiamento de atividades produtivas organizadas pelas mulheres nos assentamentos” (STÉDILE, 2005, p. 205).

Os aspectos político-ideológicos ficaram subordinados aos econômicos. Assim, a inserção das mulheres aconteceria na medida que pudessem combinar afazeres domésticos com o trabalho (no lote?) ou se elas recebessem créditos especiais. Esta constatação é semelhante às conclusões de Martins (2004). Para este autor, o MST, ao priorizar a produção (incluindo lutas por créditos rurais e outras políticas agrícolas) mesmo por meio da cooperação, não somente se distanciou dos objetivos estratégicos da classe como também adiou outras importantes frentes de lutas. Isto acarretou uma cultura da dependência. De acordo com Martins, “a luta política que, por um lado, garantiu acesso a recursos públicos, trouxe em seu bojo a dependência financeira”. Segundo o autor, “praticamente para tudo que se fazia dependia-se dos recursos oficiais ou de organizações não-governamentais”. Assim, conclui, “o crescimento do MST passou a depender da quantidade de recursos conquistados na sua luta por políticas públicas” (MARTINS, 2004, p. 171).

### **Algumas breves considerações**

Se não acopladas às lutas mais gerais, a permanência na terra pode se transformar numa questão burocrática com preenchimento de papéis, assinaturas, distanciando-se muito da luta política inicial. Almeida (1997), havia destacado que “existem momentos em que as lutas refluem e, portanto, o aspecto reprodução das relações sociais ocupa quase todo o campo da

visibilidade”. Para o autor, “recalcado o questionamento, desorganizada a luta dos dominados, fica mais fácil para o Estado aparecer<sup>5</sup> como uma instância voltada fundamentalmente para a administração” (p. 115). Um dos efeitos deste processo “consiste no risco de que as classes populares terminem se sobrecarregando de tarefas administrativas” e, ao se concentrarem demasiadamente nelas, “se ‘esqueçam’ das (ou simplesmente não tenham energia para) lutas políticas que, embora maiores, possam lhes interessar mais de perto” (ALMEIDA, 1997, p. 122). Esta hipótese geral pode adquirir cores dramáticas quando se trata das classes dominadas nas formações sociais dependentes em tempos de neoliberalismo.

O tempo (ou a falta deste) no assentamento fica regido pela burocracia ou pela necessidade de produzir o que for mais “rentável” para poder pagar as crescentes dívidas com os bancos, com o Estado. Neste sentido, o assentamento é monopolizado pelo capital que “desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato fazendo com que ele às vezes produza exclusivamente para a indústria” (OLIVEIRA, 2004, p. 41).

Da mesma forma, se a participação das mulheres ficar restrita à reivindicação de créditos especiais ou à criação de espaços para que elas combinem trabalho e cuidado dos filhos, a luta política para que haja ruptura com as relações de poder e, logo, de desigualdades entre homens e mulheres, permanecerá adiada.

## Referências

ALMEIDA, L. F. O Estado em questão: reordenamento do poder. In: GADELHA, R. (Org.). *Globalização, metropolização e políticas neoliberais*. São Paulo: EDUC, 1997.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003

BUTTO, A. A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas. In: SEMINÁRIO GÊNERO Y ENFOQUE TERRITORIAL DEL DESARROLLO RURAL, 2003, Natal. *Anais...* Natal, 2003

---

<sup>5</sup> O autor insiste no verbo “aparecer”.

CHABAUD, D.; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. À propos de l'autonomie relative de la production et de la reproduction. In: BARRÈRE-MOURISSON, M. A. *et al. Le sexe du travail: structures familiales et système productif*. Paris: Presses Universitaires de Grenoble, 1984.

CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CHINCHILLA, N. Classe, gênero e soberania na Nicarágua. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.1, n.2, p.321-347 1993.

DEERE, C. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p.175-204, 2004.

DEERE, C.; LÉON, M. *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DELPHY, C. *L'ennemi principal: 1, économie politique du patriarcat*. Paris: Éditions Syllepse, 1998.

FRANCO, M. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Unesp, Presidente Prudente.

GERMER, C. *A irrelevância prática da agricultura "familiar" para o emprego agrícola*. Curitiba, 1999.

GONÇALVES HONÓRIO, R. Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra do Pontal do Paranapanema. *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 13/14, p. 147-159, 2005.

GROPPI, A. As raízes de um problema. In: BONACHI, G.; GROPPPI, A. (Org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Unesp, 1994.

HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho? um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT, Danièle. Mouvement social et coordination, un état de la question". In: KERGOAT, Danièle *et al. Les infirmières et leur coordination: 1988-1989*. Paris: Lamarre, 1992.

LECHAT, N. M. *A questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudos de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Unicamp, Campinas.

- MARTINS, A. F. *Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo: as comunidades de resistência e superação no MST*. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – PUC/SP, São Paulo.
- NOBRE, M. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE, M. *et al. Gênero e agricultura familiar*. São Paulo: SOF, 1998.
- NOGUEIRA, C. M. *A feminização no mundo do trabalho*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, M. I. M.; OLIVEIRA, A. U. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.
- PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p.27-48, 1989
- \_\_\_\_\_. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. *Cadernos de Pesquisa*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p.1-15, 2000.
- POULANTZAS, N. Classes sociais e luta de classes. In: SILVEIRA, P. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1984.
- PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, RAÇA E ETNIA. *Pronaf-Mulher*. Brasília: MDA, 2004.
- SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA, A. *et al. (Org.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- STÉDILE, J. P. *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- WOORTMANN, E. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

# *Sessão de Resenhas*

## **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula) \*** **de Ricardo Antunes**

### **Brasil: la certificación neoliberal del gobierno de Lula**

*por Adrián Sotelo Valencia\*\**

No pudo ser más atinado y oportuno el título de un reciente libro del sociólogo brasileño Ricardo Antunes, *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Pero más atinado es su contenido compuesto por 38 ensayos escritos con un estilo ágil, breve, claro y concreto que abarcan la historia política y electoral del Brasil contemporáneo desde la época del presidente Collor (1990-1992) y de Itamar Franco (1992-1994) pasando por los dos períodos presidenciales del sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) hasta el reciente gobierno (neoliberal) de Lula (2002-2006).

Si el autor no dice otra cosa, el eje temático que articula el libro se vertebra alrededor de la dicotomía-contradicción: crisis del capitalismo-alternativa socialista, atravesado por las dinámicas sociopolíticas que van marcando, en Brasil, los procesos y ritmos electorales *post-dictadura* militar (1964-1985) que marchan paralelos con la profundización de la crisis estructural de la economía, del peligroso incremento de la precarización del mundo laboral, del monumental ensanchamiento de la “clase que vive del trabajo”, de la pobreza en todas sus modalidades y vertientes y de las desventajas que, en el plano internacional, va acrecentando para Brasil la aplicación de las políticas neoliberales, con mucha fuerza, en el gobierno petista de Lula, respecto a las flamantes naciones desarrolladas del capitalismo central en su actual fase de globalización neo-imperialista.

El libro ofrece una visión panorámica que da cuenta certera del proceso de democratización del país hasta el arribo del gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva cuando obtuvo 53 millones de sufragios que en 2002 corresponden a poco más del 30% del total de la población que en ese año ascendía a 175 millones de habitantes. El libro quedaría inconcluso, como tantos otros que se han escrito sobre el tema, si no se propusiera revelar las profundas *causas* del desencanto de la población de un gobierno que después

---

\* São Paulo: Autores Associados, 2004.

\*\* Profesor-investigador del Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA) de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociales de la Universidad Nacional Autónoma de México.

de dos años de haber arribado al poder no ha hecho otra cosa más que darle continuidad al proyecto neoliberal impuesto en el país desde la época de Collor de Mello.

En efecto, son varias líneas las que explicarían ese carácter neoliberal y continuista respecto a las políticas neoliberales de los gobiernos anteriores.

Destaco tres.

a) En primer lugar, se deben constatar las transformaciones experimentadas por el Partido de los Trabajadores (PT) en el curso de la década de los noventa que, en palabras del autor, refieren el hecho de que “El PT parece finalmente completar su ciclo y llegar a la madurez política: nacido en el seno de las luchas sociales, sindicales y de la izquierda al final de los años setenta, el joven partido surgía, entonces, sobre el designio de rechazo tanto al ‘socialismo real’ como a la socialdemocracia, sin migrar para el capitalismo. Su fuerza y vitalidad derivaban del fuerte vínculo con los movimientos y las fuerzas sociales del trabajo. La década de los ochenta, que tantos consideran la ‘década perdida’, para el mundo del trabajo fue un periodo de creación y avance. Basta recordar que allí florecieron, además del PT, de la CUT y del MST, una plétora de movimientos sociales y sindicales, del campo y la ciudad, que irrumpían por la base, cuestionando nuestra trayectoria cuasi *pretoriana*, autocrítica, cuyos estratos de ‘arriba’ expresaban un universo burgués, al mismo tiempo agresivo y medroso, elitista e insensible [...]. En los años noventa, la década de la desertificación neoliberal en nuestro país, se abatió una tormenta sobre nuestro mundo del trabajo y sus núcleos orgánicos[...]. El PT sufrió esa tempestad” (p. 164-165).

Dicha tempestad se tradujo para el Partido de los Trabajadores, que históricamente se fundó en octubre de 1979 y para el propio dirigente Lula, en una transformación que partió de la moderación de sus planteamientos y políticas hasta la conversión y configuración de la contienda electoral en eje supremo de su actividad política, de la misma manera que otros partidos de ex-izquierda lo han hecho en los escenarios políticos latinoamericanos. En las palabras de Antunes, el resultado fue la conversión del PT de ser “un partido de izquierda *“contra el orden”* en un partido supuestamente de izquierda *“dentro del orden”*” (p. 165).

b) Un segundo elemento, apenas esbozado en el libro que comento, pero que sería necesario desarrollar y profundizar porque remata esa transformación del partido en partido del orden burgués neoliberal, es la

gama de *alianzas* político-electorales que instrumentó la dirección del PT y el propio Lula con la derecha y las fuerzas conservadoras del empresariado y la oligarquía financiera y que fungieron como *motores de presión* para utilizar la legitimidad del gobierno conseguida en las elecciones y expresada en millones de votos, a favor de una *opción continuista neoliberal* que ha cristalizado en sendas reformas que atentan contra los intereses mayoritarios de los trabajadores y, en general, de la sociedad brasileña.

c) En tercer lugar, el autor apunta un elemento poco comentado por los “especialistas” en procesos político-electorales en Brasil y que constituye un componente esencial de la actual estrategia y práctica política de la burocracia del PT en el poder. Se trata de la reforma “previdenciaria” (o sea: según el *Diccionario Aurelio: previdência social* es el “conjunto de normas de protección y de defensa del trabajador o del empleado, mediante jubilaciones, amparos para las enfermedades, montepíos [...]”, así como las instituciones que las aplica). Dicha reforma, como se sabe, consistió en la privatización de los fondos de pensión en beneficio tanto de empresarios privados como de la (nueva) burocracia sindical ligada orgánicamente al PT y que hoy se beneficia de sus resultados: “Encantado con el mundo de Palacio, actuando como paladín del neoliberalismo, entretenido con la música de Zeca Pagodinho, el gobierno del PT mantiene una política económica que profundiza su sujeción, amplía el desempleo y la informalidad del trabajo, además de estancar la producción en beneficio de los capitales financieros. Su postura en relación con los transgénicos se inclinó y cedió a las transnacionales y su acción contra la previsión pública fue la visceral y completa negación de todo su pasado, generando frenesí y catarsis junto con los nuevos operadores y ‘analistas simbólicos’ de los fondos de pensión que vislumbran, sobre la batuta del PT, la *feliz confluencia del mundo financiero con el sindicalismo de negocios*” (p. 166, cursivas mías).

Estos tres elementos articulados explican la conversión del Partido de los Trabajadores (otrora partido obrero) en un nuevo partido de corte liberal, semejante, como afirma el autor, al inglés *New Labour* de Tony Blair, que en Brasil está llamado a resolver los problemas del mundo del capital y del *agrobusiness* en absoluto detrimento del mundo del trabajo y de la sociedad.

Esta es la realidad en un país *desertificado* que corroe sus entrañas para alimentar infinita e indiscriminadamente la codicia y la sed de ganancias de los tiburones de la burguesía, de las oligarquías financieras y de los servicios y del capital internacional que en la actualidad ha hecho presa fácil del conjunto

Brasil, entre otras cosas gracias a los buenos oficios y beneficios del partido y del gobierno de Lula.

La alternativa, *ante este desastroso escenario para los trabajadores*, es el socialismo, según el autor de este importante libro y de quien escribe, que cada vez se opone al social-liberalismo que hoy domina los escenarios políticos, económicos y sindicales de prácticamente todos los países de Nuestra América.

## NORMAS PARA COLABORAÇÃO

1. *Lutas e Resistências* aceita artigos, resenhas de livros e teses. As colaborações serão analisadas pelo Comitê Editorial da revista, que decidirá sobre sua publicação.

2. Os artigos não poderão exceder 36.000 caracteres com espaços (incluindo notas de rodapé e bibliografia). As resenhas não poderão exceder 10.000 caracteres com espaços.

3. Artigos e resenhas deverão estar digitados em fonte Times New Roman, corpo 12, espaço 1,5; sem formatação de parágrafo, sem numeração de páginas.

4. Os artigos deverão ser originais, acompanhados por resumo, de até 8 linhas, em português e em inglês (abstract) e deverão ter a seguinte apresentação:

4.1. Título: Primeira letra maiúscula e restante minúsculas, centralizado.

4.2. O nome do autor deve ser seguido de nota de rodapé feita por asterisco que o identifique (instituição, formação e/ou publicações, email etc.), na primeira página.

4.3. Os resumos (português e inglês) deverão estar justificados, fonte Times New Roman, corpo 11, espaço simples e acompanhados de palavras-chave e *keywords*,

4.4. As notas de rodapé **não** deverão ser usadas para referências bibliográficas, mas somente para observações de natureza substantiva, não ultrapassando duas notas por página de, no máximo, 5 linhas. As referências bibliográficas feitas ao longo do artigo deverão obedecer ao seguinte esquema: (Sobrenome do autor, data) – ex.: (SOUZA, 2006) – ou (Sobrenome do autor, data: página) – ex.: Souza (2006, p. 45).

4.5. A palavra **Referências** deverá aparecer no final do artigo, alinhada à esquerda, de acordo com ABNT NBR:6023/2005. As referências deverão aparecer em ordem alfabética da seguinte forma:

a) Livros:

SOBRENOME, Nome. *Título em itálico*. Local de publicação: nome da editora, data.

b) Artigos em coletâneas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. In: SOBRENOME, Nome do(s) Organizador(es). *Título da coletânea em itálico*. Local de publicação: nome da editora, data.

c) Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, volume, número do periódico, páginas inicial-final, data.

5. Os textos devem ser digitados no *Word for Windows* e enviados em disquete, acompanhados por duas cópias impressas. O número total de caracteres (com espaços) deverá ser indicado, a lápis, no canto superior da primeira página. Uma cópia deve ser enviada para os endereços eletrônicos assinalados abaixo.

6. As colaborações deverão ser enviadas para:

**GEPAL – Grupo de Estudos de Políticas da América Latina**

Departamento de Ciências Sociais

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - UEL**

Rodovia Celso Garcia Cid PR 445 Km 380 Londrina – Paraná

Fone: 43 3371 4456; Fax: 43 33714408

End. Eletrônicos: [gepal@uel.br](mailto:gepal@uel.br); [elielmachado@uol.com.br](mailto:elielmachado@uol.com.br)